

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

MAURICIO PONTES ESPOSITO

CORRUPÇÃO, JUSTIÇA E O HERÓI TRÁGICO NO IMAGINÁRIO
BRASILEIRO: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DAS CAPAS
DA REVISTA VEJA SOBRE O PERSONAGEM SERGIO MORO

DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

SÃO PAULO

2021

MAURICIO PONTES ESPOSITO

CORRUPÇÃO, JUSTIÇA E O HERÓI TRÁGICO NO IMAGINÁRIO
BRASILEIRO: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DAS CAPAS
DA REVISTA VEJA SOBRE O PERSONAGEM SERGIO MORO

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação e Semiótica, sob a orientação da Profa. Dra. Lucia Isaltina Clemente Leão.

SÃO PAULO

2021

BANCA EXAMINADORA

À Lucia, Leo e Dora

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por meio do programa de bolsas de estudos Doutorado. Processo 169442/2017-9.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que eu conseguisse chegar até este ponto.

Sou grato primeiramente à minha orientadora, professora Lucia Leão, por me introduzir em um universo novo de leituras e reflexões e, dessa forma, me guiar por perspectivas diferentes, estimulantes e transformadoras. Faço aqui um reconhecimento também pela sua paciência, generosidade e atenção nesses anos todos.

Agradeço à PUC-SP e ao CNPq pelo apoio concedido, por meio de bolsa, para a realização do doutorado.

Aos professores e pesquisadores José Luiz Aidar Prado e Leão Serva, obrigado pelas valiosas observações e críticas feitas durante o Exame de Qualificação.

Sou grato também a todos os colegas do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Criação nas Mídias pelas discussões e contribuições.

A Cida, meu muito obrigado pela paciência e orientação pelas diversas etapas da burocracia acadêmica. A Luís Fernando Pereira, agradeço pela leitura atenta e pelos comentários preciosos sobre a tese.

À minha família, sou grato pelo apoio incontestável aos meus projetos, especialmente Lucia, Leo e Dora. À minha mãe, Marília, agradeço a disposição e atenção para desabafos, compartilhamento de angústias e impressões sobre a pesquisa. Nesse processo, pude compreender melhor e admirar o papel de um professor.

ESPOSITO, Mauricio Pontes. **Corrupção, justiça e o herói trágico no imaginário brasileiro: um estudo dos processos de criação das capas da Revista Veja sobre o personagem Sergio Moro.** 232p. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade de São Paulo – PUC/SP. Orientadora: Profa. Dra. Lucia Isaltina Clemente Leão. Bolsa. Área de concentração: Signo e significação nos processos comunicacionais. Linha de Pesquisa: Processos de Criação na comunicação e na cultura. Apoio: Bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. São Paulo, junho de 2021.

RESUMO

A cobertura jornalística da Operação Lava Jato no Brasil entre os anos de 2014 e 2019 introduziu no cenário nacional o personagem Sergio Moro, um juiz da Justiça Federal em Curitiba que se transformou, para uma parcela da sociedade e da mídia brasileira, em herói nacional na luta contra a corrupção política, condição que o levou a ser Ministro da Justiça e figura participante do debate político e jurídico nacional. Sua atuação como principal magistrado da Lava Jato foi objeto de polêmicas e questionamentos desde o início das investigações, influenciou os destinos da política nacional e gerou debates e reflexões nos mais variados campos científicos. A presente tese de doutorado está vinculada à linha de pesquisa de “Processos de criação na comunicação e na cultura” e investiga como a ideia de corrupção, justiça e o herói trágico no imaginário brasileiro circularam nos processos comunicacionais a partir de um exame das narrativas sobre o personagem Sergio Moro apresentada pela Revista Veja em suas capas. As discussões apoiam-se nos estudos do imaginário (DURAND), escândalo político (THOMPSON) e comunicação em rede (CASTELLS). O método é composto por: pesquisa bibliográfica de estudos científicos sobre o tema; levantamento e curadoria de textos jornalísticos; mapeamento e escolha de tópicos recorrentes; estudos aprofundados sobre os conceitos de imaginário e de justiça; e análise fundada na proposta de cartografia do imaginário (LEÃO), que envolve: (1) observação e descrição do fenômeno; (2) estabelecimento de relações e agenciamentos que o influenciam; e (3) interpretação do fenômeno. A análise propõe relações com a jornada do herói (CAMPBELL) e a condição trágica da pós-modernidade (MAFFESOLI). Como resultados obtidos, foi possível detectar como a cobertura da principal revista semanal brasileira de informação sobre o escândalo político foi pautada pelos processos de construção da imagem do ex-juiz e ex-ministro como herói trágico.

Palavras-chave: Processos de criação na comunicação e na cultura; cartografias do imaginário; escândalo político; Operação Lava Jato; Revista Veja, herói trágico.

ESPOSITO, Mauricio Pontes. **Corruption, justice and the tragic hero in the Brazilian imaginary: a study on the creation processes of Veja magazine covers about Sergio Moro.**

ABSTRACT

The journalistic coverage of Car Wash in Brazil between 2014 and 2019 introduced Sergio Moro, a Federal Court judge in the city of Curitiba, who became a national hero for a portion of Brazilian society and media as fighter against political corruption, a condition that led him to be Minister of Justice and a participant in the national political and legal debate. His role as the main magistrate of the Car Wash Operation was motive of controversy and questioning since the beginning of the investigations, influenced the destiny of national politics and generated debates and reflections in the most varied scientific fields. This doctoral thesis is linked to the line of research "Processes of creation in communication and culture" and investigates how the idea of corruption, justice and the tragic hero in the Brazilian imaginary circulated in communication processes based on an examination of narratives about the character Sergio Moro presented by Veja Magazine on its covers. The discussions are based on studies of the imaginary (DURAND), political scandal (THOMPSON) and network communication (CASTELLS). The method consists of: bibliographic research of scientific studies on the subject; survey and curation of journalistic texts; mapping and choosing recurring topics; in-depth studies on the concepts of imaginary and justice; and analysis based on the proposed cartography of the imaginary (LEÃO), which involves: (1) observation and description of the phenomenon; (2) establishing relationships and agencies that influence him; and (3) interpretation of the phenomenon. The analysis proposes relationships with the hero's journey (CAMPBELL) and the tragic condition of post-modernity (MAFFESOLI). As the results obtained, it was possible to detect how the coverage of the main Brazilian weekly information magazine about the political scandal was guided by the processes of construction of the image of the former judge and former minister as a tragic hero.

Keywords: Creative processes in communication and culture; cartographies of the imaginary; political scandal; Car Wash Operation; Veja Magazine; tragic hero.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Principais fatos ocorridos no ano de 2014, o primeiro da Operação Lava Jato	56
Figura 2 Principais fatos ocorridos no ano de 2015, o segundo da Operação Lava Jato	58
Figura 3 Principais fatos ocorridos na Operação Lava Jato, no ano de 2016.....	60
Figura 4 Principais fatos ocorridos nos anos de 2017, 2018 e 2019 na Operação Lava Jato ...	62
Figura 5 Capa de <i>Veja</i> da edição de 10 de setembro de 2014	154
Figura 6 Capa de <i>Veja</i> da edição de 22 de outubro de 2014	157
Figura 7 Capas de <i>Veja</i> das edições de 25 de fevereiro, 1º de julho e 8 de julho de 2015.....	159
Figura 8 Capa da edição de <i>Veja</i> de 30 de setembro de 2015	161
Figura 9 Capas das edições de 8/6/2015, 10/8/2015 e 2/11/2016	162
Figura 10 Capas das edições de 14 de dezembro de 2016, 5 de abril de 2017 e 19 de abril de 2017	162
Figura 11 Capas das edições de 18 de janeiro de 2017, 23 de março de 2016 e 24 de agosto de 2016	163
Figura 12 Capa da edição de 31 de agosto de 2016.....	164
Figura 13 Capas das edições de 21 de outubro de 2015 e 1º de junho de 2016	167
Figura 14 Capas de 5/11/2014, 6/5/2015 e 30/12/2015	179
Figura 15 Capas de 1/6/2016, 10/5/2017 e 7/11/2018	179
Figura 16 Capas de 14/6/2019, 10/7/2019	179
Figura 17 Capas de 29/10/2014, 29/4/2015, 29/7/2015 e 4/11/2015.....	180
Figura 18 Capas de 9/3/2016, 16/3/2016, 23/3/2016 e 30/3/2016.....	180
Figura 19 Capas de 21/9/2016, 26/4/2017, 10/5/2017 e 19/7/2017.....	180
Figura 20 Capas de 13/9/2017, 24/1/2018, 31/1/2018 e 11/4/2018.....	181
Figura 21 Capa da edição de <i>Veja</i> de 5 de novembro de 2014	183
Figura 22 Capa da edição de <i>Veja</i> de 6 de maio de 2015.....	186
Figura 23 Capa da edição de <i>Veja</i> de 30 de dezembro de 2015	189
Figura 24 Capa da edição de <i>Veja</i> de 1 de junho de 2016.....	192
Figura 25 Capa da edição de <i>Veja</i> de 10 de maio de 2017	194
Figura 26 Capa da edição de <i>Veja</i> de 7 de novembro de 2018.....	196
Figura 27 Capa da edição de <i>Veja</i> de 14 de junho de 2019.....	200
Figura 28 Capa da edição de <i>Veja</i> de 10 de julho de 2019	202
Figura 29 Capa de <i>Veja</i> de 6 de outubro de 2019	210
Figura 30 Capa de <i>Veja</i> de 6 de maio de 2020.....	212

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Frequência de reportagens de capa sobre a Lava Jato, por ano.....	116
Gráfico 2	Incidência de temas nas capas	117
Gráfico 3	Temas das capas, por ano de publicação.....	118
Gráfico 4	Personagens mais frequentes no <i>corpus</i> de pesquisa	178

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Estágios da jornada do Herói e a jornada de Moro.....	25
Quadro 2 Lista de escândalos noticiados na imprensa	38
Quadro 3 Circulação de revistas semanais	104
Quadro 4 Capas da <i>Veja</i> sobre a Lava Jato	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ESCÂNDALOS POLÍTICOS E MÍDIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	36
1.1 A DIMENSÃO MUDIÁTICA DO ESCÂNDALO POLÍTICO.....	37
1.2 O ESCÂNDALO DA LAVA JATO E OS ESCÂNDALOS DA OPERAÇÃO	50
1.2.1 A narrativa predominante	50
1.2.2 Uma simbiose jurídico-midiática	64
1.2.3 Polêmicas, questionamentos e a Vaza Jato.....	69
2 A CORRUPÇÃO E O CONTEXTO BRASILEIRO	80
2.1 UMA ARQUEOLOGIA DA CORRUPÇÃO NA HISTÓRIA DO BRASIL	81
2.2 APONTAMENTOS SOBRE A ORIGEM DA CORRUPÇÃO: DEFINIÇÕES, ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E O CONFLITO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO	85
2.3 A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA: DIFERENTES CAMINHOS PARA A REFLEXÃO	94
3 JORNALISMO SEMANAL DE REVISTA, VEJA E A OPERAÇÃO LAVA JATO	100
3.1 O JORNALISMO DE REVISTA: ESTABELECENDO VÍNCULOS EMOCIONAIS COM OS LEITORES	100
3.2 A TRAJETÓRIA DE VEJA E SUAS INFLUÊNCIAS.....	104
3.3 COMO A VEJA COBRIU A OPERAÇÃO LAVA JATO	112
4 O IMAGINÁRIO NAS CAPAS DE VEJA	149
4.1 LAVA JATO: UMA HISTÓRIA DE SOMBRAS E TREVAS	153
4.2 A JUSTIÇA ESQUIZOIDE.....	165
5 A CONSTRUÇÃO HEROICA DE SERGIO MORO NAS CAPAS DE VEJA	176
5.1 O PROTAGONISMO DE MORO	176

5.2 O HERÓI EM ASCENSÃO.....	181
5.3 A QUEDA DO HERÓI.....	195
5.4 A CONDIÇÃO TRÁGICA	203
5.5 UMA POSSÍVEL TENTATIVA DE RESSURREIÇÃO?	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS	221

INTRODUÇÃO

Escândalos políticos, particularmente aqueles que revelam casos de corrupção na administração pública brasileira, irrompem no noticiário com notável regularidade. Em meus primeiros contatos com os jornais, como leitor, motivado pelas notícias sobre a campanha das Diretas Já e o reestabelecimento da democracia no Brasil, já foi possível ler a respeito de escândalos políticos envolvendo casos de corrupção. No início de minha carreira profissional, já nos anos de 1990, como jornalista trabalhando em redações, é vívida em minha memória a lembrança das denúncias e mobilizações que colaboraram no processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor e nas acusações de compra de votos para aprovação da reeleição, já no governo de Fernando Henrique Cardoso. Anos depois, como profissional de comunicação corporativa, vivenciei, trabalhando para empresas, outros escândalos que se seguiram, entre eles o Mensalão¹, a Operação Castelo de Areia² e até a Operação Lava Jato. Como diria Edgar Morin, escândalos políticos e suas implicações podem ser considerados a minha *thémata*, isto é, a ideia obsessiva originária que estimula os pesquisadores (MORIN, 1997, p. 8). Portanto, ao decidir pesquisar o tema, encontro nas palavras de Morin uma síntese de meu lugar como pesquisador: “Não escrevo de uma torre que me separa da vida, mas de um redemoinho que me joga em minha vida e na vida” (MORIN, 1997, p. 10). Embora a lista de escândalos políticos brasileiros seja longa, despertou minha atenção a Operação Lava Jato³, uma denominação ampla para um conjunto de investigações criminais desenvolvidas a partir de uma força-tarefa de membros do Ministério Público Federal lotados em Curitiba, Paraná, sobre corrupção e outros crimes correlatos cometidos por executivos de empresas privadas, funcionários públicos de estatais (principalmente na Petrobras), políticos e partidos.

¹ Mensalão foi a denominação dada pela imprensa brasileira a um escândalo de compra de votos durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi deflagrado por uma entrevista que o então deputado Roberto Jefferson concedeu à *Folha de S.Paulo* denunciando a existência de um esquema de compra de votos no Congresso pelo governo, que pagaria valores mensais a deputados para votarem de acordo com as orientações do Palácio do Planalto. Por envolver deputados, a ação penal foi julgada no Supremo Tribunal Federal em 2012, sob a relatoria do então ministro Joaquim Barbosa.

² Desencadeada em abril de 2009, a Operação Castelo de Areia investigou esquema de evasão de divisas, lavagem de dinheiro, crimes financeiros e repasses ilícitos para políticos, envolvendo executivos da construtora Camargo Corrêa.

³ A presente tese optou por grafar o termo Lava Jato assim como descrito pela própria força-tarefa de Curitiba, sem hífen, embora tenha aparecido na imprensa muitas vezes como Lava-Jato.

Chamada pelos procuradores federais responsáveis pelas investigações e por grande parte da imprensa brasileira como o maior caso de corrupção do Brasil, intrigou-me inicialmente a transformação da corrupção política, um fenômeno global que assola o Brasil desde sempre, em principal problema brasileiro (MENDONÇA, 2015).

Afinal, como escreveu a antropóloga Lília Schwarcz, na obra *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, na qual dedica um capítulo ao tema, a corrupção se manifestou em diversos momentos na história brasileira e “faz parte, em maior ou menor escala, do cotidiano do país desde os tempos do Brasil colônia. Por isso, estratégias usadas pelas elites coloniais lembram [...] as várias práticas ilícitas perpetradas por alguns de nossos governantes atuais” (SCHWARCZ, 2019, p. 90).

Muitos pesquisadores debatem se o famoso “jeitinho brasileiro”, isto é, aquelas pequenas transgressões de regras e leis cometidas cotidianamente por nós, e a troca de favores, tão presente em nossa cultura, podem ser consideradas como fomentadoras ou não de um ambiente mais propício à corrupção (NEHER, 2017).

As investigações da Lava Jato, que inicialmente destinavam-se a averiguar crimes cometidos por uma rede de doleiros, acabaram por mostrar casos de pagamentos de propinas e desvios de dinheiro envolvendo proprietários e executivos das maiores construtoras do País, de diretores e outros funcionários de empresas estatais, dirigentes políticos e parlamentares. Revelada ao público em março de 2014, momento da primeira operação de busca e apreensão e prisão de suspeitos de lavagem de dinheiro, em poucos meses a Operação Lava Jato passou a dominar o noticiário. Conforme as investigações avançaram e provocaram prisões de líderes políticos, parlamentares, executivos de grandes empresas e funcionários públicos, a presença na mídia cresceu ainda mais.

As implicações na vida política do Brasil, decorrentes da Operação Lava Jato, foram evidentes: o combate à corrupção como plataforma de ação política, ofuscando o debate em torno de outros temas de governo, predominou em dois ciclos eleitorais do país (2016, de âmbito municipal, e 2018, nacional). Candidatos, partidos e movimentos que se apoiaram em discursos críticos à política partidária tradicional sagraram-se vencedores ou ganharam musculatura para adentrar no jogo partidário brasileiro. Isso, por si só, justifica a importância do estudo sobre o papel da mídia nesse processo, de graves e persistentes consequências,

perceptíveis em fenômenos como o recente teor autoritário e antidemocrático de parte da população brasileira.

Chamava minha atenção, à época dos primeiros esboços desta tese de doutorado, no ano de 2016, ainda como profissional de comunicação, além das consequências que a Lava Jato estava causando, o poder de mobilização social e midiático que a operação demonstrava no Brasil, angariando apoios de setores da sociedade e da imprensa. Surgia, nestes primeiros questionamentos, o embrião da presente pesquisa.

Um dos desafios permanentes no meu processo de pesquisa foi a escolha dos caminhos, dentre os inúmeros possíveis que se apresentaram. Fenômeno complexo, a Operação Lava Jato suscitou e vem suscitando debates profícuos nos campos da ciência jurídica, da ciência política e da própria comunicação.

Outro desafio, talvez ainda maior, foi o de lidar com um fenômeno ainda em acontecimento, que trouxe reviravoltas no entendimento da Lava Jato durante o doutorado. Por isso, a presente tese não tem por objetivo fazer uma investigação definitiva sobre a operação, mas olhar para o passado recente e tecer reflexões sobre como um dos principais veículos de imprensa do Brasil, a revista *Veja*, cobriu, por meio de suas capas, a Lava Jato e retratou o personagem Sergio Moro.

Alfredo Bosi, intelectual brasileiro, em reflexão sobre a perspectiva do investigador na pesquisa, afirmou que, na contemporaneidade, o olhar, no sentido ativo de buscar o conhecimento, deixou de tomar como absoluto o distanciamento cartesiano do eu e do objeto investigado. Pelo contrário, o olhar está localizado em uma existência vulnerável e finita, mas sempre inquieta. Um olhar situado na singularidade do indivíduo, unindo coração e mente. “Ao contrário do olhar racionalista, que reinou soberano por dois séculos, este olhar já nasceu filosoficamente humilde, pois se sabe cativo no emaranhado das necessidades e impulsos” (BOSI, 1999, p. 81).

Nesse sentido, o olhar da presente pesquisa é de alguém que viveu o escândalo político em diferentes situações e que não se contentou com caminhos teóricos e metodológicos que já antecipassem respostas para os problemas levantados. Desta forma, a perspectiva adotada buscou se afastar de visões monolíticas a respeito do fenômeno, ao adotar uma atitude aberta a todas as complexidades e aos diferentes agenciamentos que o determinam.

Assim, no âmbito da linha de pesquisa Processos de Criação na Comunicação e na Cultura, do Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, buscou-se um olhar sobre o fenômeno – a cobertura que *Veja* realizou da Lava Jato por meio de suas capas – com o viés da semiótica de base peirceana, que orientou a investigação em três fases: a da observação atenta do fenômeno; a do estabelecimento de relações que o agenciam, ou seja, o entendimento do objeto como rede; e a identificação dos elementos do imaginário que se manifestaram no objeto. A escolha do imaginário se deve ao alinhamento com a abordagem de minha orientadora, Lucia Leão, que desenvolveu um método de cartografia do imaginário (LEÃO, 2020).

Como se observou na cobertura jornalística da Operação Lava Jato, em poucos momentos da história recente brasileira o público leitor de revistas e jornais⁴ esteve tão exposto no tempo e no espaço à ação de procuradores e de juízes em escândalos de corrupção. Por que, diante de tantos escândalos prévios, este teria se tornado tão transformador e mobilizador? Qual o motivo, em 2015, da corrupção ter se tornado o problema “número um” para os brasileiros, diante de tantas deficiências históricas na saúde, na habitação, na educação ou na infraestrutura? Mais especificamente, por que, nos escândalos brasileiros mais recentes, os juízes responsáveis por julgar políticos estavam ganhando protagonismo e sendo admirados como heróis contemporâneos? Que agenciamentos e relações explicam a construção de uma narrativa heroica para tais personagens? Questões como essas nortearam todo o caminho percorrido ao longo deste doutorado.

Construída a problemática, o objetivo principal, conseqüentemente, foi oferecer uma contribuição para a reflexão acerca da cobertura jornalística da Operação Lava Jato sob a perspectiva dos estudos do imaginário, como forma de entendimento da construção heroica do personagem Sergio Moro nas páginas da revista *Veja*.

A partir da análise crítica dos discursos jornalísticos contidos no *corpus* de pesquisa, pretendeu-se mostrar, também, como a ideia arquetípica de justiça manifestou-se em uma

⁴ O público leitor, especificamente no âmbito desta pesquisa, mas não só: pode-se citar o público consumidor de notícias como um todo, do rádio à televisão e à internet.

construção que incorporou elementos do imaginário e de narrativas míticas sobre justiça, problematizando a cobertura jornalística realizada.

Interseções entre mídia e justiça têm gerado uma profícua produção acadêmica no Brasil. Eugênio Bucci, no artigo “Dissonâncias estruturais na comunicação do Poder Judiciário: perguntas”, lançou questionamentos instigantes sobre a relação entre comunicação e Justiça, entendida como poder instituído. Partindo das transmissões televisivas de sessões do Supremo Tribunal Federal (STF), principalmente a partir das transmissões televisivas, o professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo questiona se a Justiça pode aderir ao espetáculo⁵ (2019, p. 46). Para o autor, é pelas palavras que a Justiça determina o que a lei permite e proíbe aos cidadãos. Assim, argumenta Bucci, o poder judiciário seria por natureza avesso ao espetáculo e, ocorrendo essa adesão, a Justiça talvez possa perder sua independência de linguagem e, conseqüentemente, sua capacidade de se apresentar como um poder autônomo.

Em artigo que analisou o papel da imprensa na criação de condições favoráveis para aprovação, no Legislativo, da chamada “reforma do Judiciário” na década dos anos de 2000, Grazielle Albuquerque (2015) demonstrou a existência, no início deste século, de uma exposição crescente na imprensa do poder judiciário e demais componentes do sistema de justiça, provocada, entre outros fatores, pela abertura política e pelas novas atribuições garantidas na Constituição de 1988. Outro fator, segundo a autora, foi a CPI do Judiciário no Congresso, em 1999, construindo o quadro que trouxe o sistema de justiça para a agenda da imprensa. Trata-se, assim, como propõe Albuquerque, de um fenômeno evidenciado por um percurso histórico iniciado com a redemocratização do país.

Desde 2014, contudo, diversos pesquisadores acadêmicos debruçaram-se sobre a cobertura jornalística da Operação Lava Jato e, dentre esses, sobre o comportamento das revistas semanais de informação, a partir de diferentes perspectivas e embasamentos teóricos. Trabalho apresentado no encontro da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) de 2019, por Camila Moreira Cesar e Maria Helena Weber, analisou a

⁵ Bucci, ao mencionar espetáculo, faz referência ao pensamento do filósofo francês Guy Debord, autor de *Sociedade do Espetáculo*, no qual afirma que “Toda vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (DEBORD, 2003)

cobertura jornalística de revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época* do julgamento que condenou à prisão o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2018. O trabalho discorreu sobre as consequências da conjugação dos campos jornalísticos e jurídicos a partir de um acontecimento público e concluiu que as três publicações colaboraram para a desqualificação da política, proporcionando um terreno fértil para discursos moralistas. De acordo com as conclusões do trabalho, as decisões judiciais, sob influência da lógica e operação dos meios de comunicação, tornam-se vereditos de caráter generalista sobre as instituições.

Müller e Pozobon (2018) desenvolveram uma análise das estratégias discursivas nas falas do Ministério Público Federal e dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* a respeito de um momento crucial das investigações da Lava Jato, a divulgação, em maio de 2017, do conteúdo da delação premiada do empresário Joesley Batista, com graves acusações contra o então presidente da República Michel Temer e o ex-senador por Minas Gerias Aécio Neves. No artigo, as autoras concluíram que o discurso jornalístico foi marcado por uma estratégia de reforço daquilo que as autoras classificam de argumento de autoridade. Os veículos jornalísticos produziram discursos que reforçavam o valor das investigações pelo argumento da competência prévia de quem enunciava, competência essa científica, técnica, moral ou profissional – o mesmo tipo de argumento usado pelo Ministério Público Federal em suas comunicações oficiais a respeito do mesmo episódio.

Em uma análise sobre o processo de significação de justiça a partir da cobertura do jornal *Folha de S.Paulo* da Lava Jato, dissertação de Augsten (2019) concluiu que as narrativas foram construídas com a utilização de argumentos de autoridade e que foram apresentados discursos totalizantes que, em busca do efeito de verdade, procuraram legitimar o ponto de vista do jornal. Os sujeitos da esfera jurídica foram progressivamente referenciados durante a cobertura jornalística em questão, em um processo de significação peculiar, em contraste com a significação em tons negativos dos sujeitos da esfera política do escândalo.

Fernandes (2016), em dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, defendida em 2016, que analisou a cobertura das revistas semanais *Veja* e *Carta Capital* a respeito da Operação Lava Jato, concluiu que cada publicação articulou seus discursos sobre o escândalo de corrupção em pontos nodais que organizam o entendimento da realidade, aproximando-se de forças políticas distintas e em embate na sociedade, a partir do conceito de paralelismo político.

Gomes e Medeiros (2019), em artigo publicado na revista *Organização & Sociedade*, trabalharam com a cobertura das revistas *Veja* e *Carta Capital* sobre a Operação Lava Jato e chegaram a conclusões semelhantes: enquanto a *Veja* construiu o escândalo com o intuito de fazer oposição ao governo do Partido dos Trabalhadores, a *Carta Capital* buscou desconstruir a singularização do escândalo em uma gestão e cobrou uma postura de isenção da grande imprensa no tratamento da questão.

Peixoto (2020), analisando as dimensões ideológicas das narrativas nas revistas *Veja* e *Carta Capital* sobre a Lava Jato, as eleições presidenciais de 2014, a desestabilização do governo de Dilma Rousseff e seu processo de *impeachment*, do ponto de vista teórico-metodológico da análise crítica do discurso, reforça em suas conclusões os juízos de valoração que tais narrativas constroem. Em *Veja*, afirmou a autora, o escândalo foi reduzido à lembrança da prática recorrente de corrupção na Petrobras envolvendo Dilma, Lula e o PT, enquanto em *Carta Capital* os leitores foram induzidos a lembrar de diversas práticas de transgressão do sistema partidário brasileiro como um todo.

Ainda tendo *Veja* como objeto de estudo, Pozobon e David (2019) analisaram o discurso da publicação sobre a prisão do ex-presidente Lula, especificamente a autorreferencialidade da revista no episódio. Em suas conclusões, os autores afirmaram que a revista buscou reforçar seu papel de instituição fiscalizadora do poder político e, por essas razões, sua cobertura estaria cumprindo seu papel de revelar aquilo que os governos tentam esconder.

Analisando a cobertura que *Veja* fez entre 2006 e 2015 sobre os diversos governos do PT, Tavares, Berger e Vaz (2016) questionaram a estratégia narrativa contínua de personalizar os referidos governos e apontam um interesse da publicação no impedimento do grupo político representado pelo Partido dos Trabalhadores. Segundo os autores, a publicação assumiu uma postura crítica e ideologicamente construída em relação aos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff (TAVARES; BERGER; VAZ, 2016, p. 22).

Tendo como objeto discursos proferidos pelo juiz Sergio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato, os pesquisadores Marco Aurélio Prass e Antonio Fausto Neto, em trabalho de 2017, estudaram as estratégias de midiaticização da força-tarefa (PRASS; FAUSTO NETO, 2017). Os autores identificaram e analisaram os elementos que demonstravam ser a

mídia jornalística um dos pilares constituintes da estratégia de atuação do magistrado responsável pelos julgamentos dos processos da Lava Jato.

Sob outra perspectiva, as pesquisadoras Terezinha Silva e Paula Guimarães Simões, em trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, no ano de 2019, investigaram os sentidos associados à imagem pública de Sérgio Moro pelas revistas *Veja* e *Carta Capital*. Como resultado, as autoras concluíram que ocorreram disputas simbólicas sobre a imagem do ex-juiz. Na visão das autoras, por um lado a imagem de Moro era associada a valores como competência, seriedade e honestidade, por outro, também era acusado de autoritarismo, parcialidade e deslealdade (SILVA; SIMÕES, 2019, p. 19).

Elementos heroicos usados na construção da imagem de Moro na imprensa foram apontados por outros pesquisadores, como Gustavo dos Santos Prado, que em trabalho apresentado no 19º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, em 2018, ao analisar as capas que as revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época* dedicaram ao ex-juiz e ex-ministro. O pesquisador identificou nas respectivas construções discursivas o retrato de Moro como personagem ético, rigoroso, altivo e possuidor de sabedoria (PRADO, 2018, p. 12). Para esse autor, a imprensa demonstrava, por meio dessas capas, acreditar na imagem de Moro como um elemento regulador da moral dos cidadãos.

Em artigo que analisou a cobertura do julgamento do caso batizado de Mensalão pelas revistas *Veja* e *Época*, o pesquisador Bruno Araújo enfatizou as estratégias discursivas das duas publicações para a construção da imagem do ministro relator do caso de corrupção, Joaquim Barbosa (ARAÚJO, 2017). Para o autor, as revistas semanais recorreram a uma estratégia de heroicização do juiz, posição sempre possível de ser capturada no Brasil a partir de uma carência histórica brasileira de heróis nacionais (ARAÚJO, 2017, p. 125).

Como escreveu Araújo, as revistas “criaram narrativas essencialmente centradas em aspectos da biografia do ator social retratado” (ARAÚJO, 2017, p. 135), enfatizando as dificuldades que Joaquim Barbosa enfrentou durante a infância pobre em recursos materiais, o fato de ser negro e a estigmatização daí decorrente e sua capacidade de superar tais desafios para chegar a um dos cargos mais altos do Poder Judiciário.

Durante os anos da Lava Jato e devido à maneira como parte da imprensa brasileira caracterizou, preponderantemente, o juiz Sergio Moro, novos estudos acadêmicos foram realizados sobre a transformação de magistrados em heróis contemporâneos.

Os pesquisadores William José de Carvalho e Mariane Motta de Campos, investigaram a imagem de Sergio Moro nas páginas de sete edições da revista *Veja* em que o ex-juiz da Operação Lava Jato foi a figura principal, observando os significados imagéticos e discursivos que a publicação construiu a respeito do personagem. O objetivo dos pesquisadores foi de identificar a narrativa que as referidas edições mostraram a respeito do juiz, quais os elementos gráficos que a sustentavam e que interpretação essa mesma narrativa suscitava (CARVALHO; CAMPOS, 2020).

Carvalho e Campos concluem em seu trabalho que a *Veja* construiu diferentes narrativas a respeito de Moro. Em um primeiro momento, transformou-o em herói a partir de sua atuação na Lava Jato. Posteriormente, após as revelações da Vaza Jato, a publicação retratou-o como vilão, para, então, após sua saída do governo Bolsonaro, novamente resgatar a construção heroica para o personagem como forma de legitimar suas declarações contra o governo Bolsonaro (CARVALHO; CAMPOS, 2020, p. 60-61).

A presente tese, como se demonstrará nos capítulos finais, analisará o mesmo *corpus*, isto é, as capas que a revista *Veja* dedicou ao ex-juiz e ex-ministro Sergio Moro, mas de uma perspectiva teórica diversa, que é a dos estudos do imaginário. Ao discutir narrativas heroicas sob o ponto de vista do imaginário, dialoga-se na confluência entre a mitologia e a produção de sentidos da humanidade (LEÃO, 2009, p. 309).

Não são abundantes os estudos que trabalham na intersecção entre política e imaginário. O historiador francês Raol Girardet, na obra *Mitos e Mitologias Políticas*, publicada originalmente em 1986, defende a importância de se promover um alargamento da reflexão sobre o pensamento político e aponta alguns caminhos para reflexão nesse sentido (GIRARDET, 1987). Girardet identifica, por exemplo, mitos políticos recorrentes nas sociedades contemporâneas, denominados por ele como os da Conspiração, do Salvador, da Idade de Ouro e da Unidade.

Em tese de doutoramento defendida no início de 2019, portanto antes da Vaza Jato, Prado Júnior, a partir da análise de reportagens publicadas pelo jornal de Curitiba *Gazeta do*

Povo, também se utiliza do conceito de imaginário e procura responder em que medida a mídia brasileira foi capaz de criar o herói Sérgio Moro a partir de uma operação narrativa-imagética contida em reportagens e textos opinativos (PRADO JR., 2019). Despertava a atenção do pesquisador, no ano de 2016, a participação do então juiz no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e como, em diversas manifestações a favor de seu afastamento da Presidência da República, Moro fora considerado um herói pelos manifestantes.

A hipótese de trabalho do autor foi a de que a grande mídia brasileira, entendida como os principais grupos de comunicação do país, entre os quais incluía-se o conglomerado proprietário do jornal *Gazeta do Povo*, “tem a capacidade de forjar heróis que façam com que as pessoas possam neles se espelhar e confiar” (PRADO JR., 2019, p. 32). Dessa forma, a transformação de Moro em herói, operada pela mídia, foi uma dessas criações midiáticas.

Em sua pesquisa, o autor estabeleceu como um dos objetivos relacionar as narrativas midiáticas a respeito do juiz Moro com as etapas que compõem as narrativas das jornadas heroicas em inúmeras mitologias presentes na história, conforme proposto pelo mitólogo norte-americano Joseph Campbell, em seu livro *O Herói de Mil Faces*, originalmente publicado em 1949 (CAMPBELL, 2013).

Assim, na análise de Prado Júnior, etapas da trajetória do herói, como descritas por Campbell, podem ser identificadas nas narrativas midiáticas a respeito de Moro. Em sua tese, Prado Júnior argumenta que Moro recebeu seu chamado para a aventura, conforme descrito por Campbell na sua trajetória do herói, e saiu do seu universo cotidiano, o da justiça, para entrar no mundo da política e cumprir sua missão de livrar o Brasil dos corruptos (PRADO JR., 2019, p. 21).

Prosseguindo na sua analogia, Prado Júnior argumenta que, para a imprensa, o juiz Moro possui a moderação característica do herói destacada por Campbell, pois sempre foi retratado como “alguém centrado, frio e ao mesmo tempo enérgico”, argumenta Prado Júnior (PRADO JR., 2019, p. 48). Em sua análise, prossegue o autor, há mais pontos de conexão entre a jornada proposta por Campbell e a trajetória de Moro: se na etapa final de sua jornada os heróis encontram-se com uma figura divina feminina, Moro encontrou sua deusa antes do final da jornada, ao considerar que a imprensa era cúmplice de sua missão de combate à corrupção (PRADO JR., 2019, p. 50).

Ainda recorrendo à trajetória do herói conforme Campbell, Prado Júnior estabelece outra analogia, entre a fase em que os heróis, em sua jornada de provações, encontram na figura da mulher uma de suas várias tentações, e a relação de Moro com a mídia. O então juiz teria sucumbido à tentação da “deusa mídia”, ao aceitar as homenagens que recebeu e ceder aos seus apelos para posar em capas de revista, participar de eventos e receber homenagens pelo trabalho à frente da Lava Jato (PRADO JR., 2019, p. 51).

Para Prado Júnior, a trajetória de Moro perpassa ainda a fase seguinte da trajetória heroica de Campbell, que é o retorno à casa da figura masculina do pai após ter passado por seus testes e provações. O reconhecimento do herói Moro pela mídia é uma tentativa de referendar sua passagem pelas provas e mostrar que pode retornar à casa do pai, após ter prendido os corruptos (PRADO JR., 2019, p. 52).

O autor, em sua tese de doutoramento, estabelece ainda diversas relações entre as etapas da jornada do herói de Campbell e a trajetória de Moro na mídia, cujo detalhamento escapam ao objetivo da presente tese. Dessa forma, para efeitos de síntese, optou-se por reproduzir a tabela que Prado Júnior adaptou e publicou em sua pesquisa (Quadro 1).

Conclui Prado Júnior que a condenação do ex-presidente Lula em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, encerrou a jornada do herói Moro. O julgamento que confirmou a sentença condenatória do político reafirmou o entendimento e a missão do juiz herói. Moro foi fiel à sua missão de livrar o Brasil do mal, “cumprindo sua parte na narrativa proposta e operada pela mídia” (PRADO JR., 2019, p. 141). À mídia, interessa a criação de heróis para personificar o discurso de sedução de seu público prioritário, a classe média, oferecendo certezas fáceis, simplificadoras, de vigilância sobre o risco da corrupção (PRADO JR., 2019, p. 144).

Quadro 1 Estágios da jornada do Herói e a jornada de Moro

Estágios	A jornada do Herói – Campbell	Jornada de Moro – pela mídia
	O herói	Moro
Estágio I	Leva uma vida normal	Juiz em Curitiba
Estágio II	Até encontrar o mestre	Rosa Weber
Estágio III	Que o levará para uma jornada	Auxiliar de Rosa Weber em Brasília no caso Banestado
Estágio IV	O herói falha	Não se resolve o caso Banestado
Estágio V	Mas o mestre está lá para ajudá-lo a descobrir quem é	Rosa Weber (por meio de sua acolhida ao herói como assistente no caso Banestado) o credencia para a Lava Jato
Estágio VI	E destruir o inimigo	Os políticos (em especial o PT) com destaque para Lula
Estágio VII	Com quem tem uma ligação anterior	O doleiro da operação Lava Jato (Alberto Youssef) era do Banestado (já havia sido identificado em sua atividade no caso Banestado)
Estágio VIII	O mestre deve morrer	Rosa Weber não morre fisicamente, mas sai de cena, morre para que haja a ascensão do seu discípulo
Estágio IX	Para o triunfo do herói ser completo	A divulgação do áudio do ex-presidente Lula e a ex-presidente Dilma e a posterior prisão de Lula configuram o triunfo do juiz federal

Fonte: Prado Jr., 2019, p. 62.

O percurso padrão da narrativa mitológica universal do herói, para Campbell, pode ser representado em rituais de passagem: separação, iniciação e retorno, por ele descritos como a unidade nuclear do monomito e assim sintetizado:

Um herói vindo do mundo cotidiano se aventura numa região de prodígios sobrenaturais; ali encontra fabulosas forças e obtém uma vitória decisiva; o

herói retorna de sua misteriosa aventura com o poder de trazer benefícios aos seus semelhantes. (CAMPBELL, 2013, p. 36)

Esse percurso universal das narrativas mitológicas do herói começa com o chamado para a aventura, com algumas variantes. Segundo Campbell, um erro ou um acaso pode levar o herói a um mundo novo e o indivíduo depara-se com forças que não compreende. “O horizonte familiar da vida foi ultrapassado; os velhos conceitos ideais e padrões emocionais, já não são adequados; está próximo o momento da passagem por um liminar” (CAMPBELL, 2013, p. 61). Muitas vezes a aventura é anunciada por um arauto, não raro um ser sombrio, que causa terror ou repugnância e é considerado maléfico.

Nas narrativas mitológicas, com frequência esse chamado à aventura é recusado pelo herói, diante de outros interesses pessoais, e ele perde o poder da ação transformadora e se transforma em vítima a ser salva. Nem todos os heróis que recusam o chamado se perdem e “às vezes, o castigo que se segue a uma recusa obstinada ao chamado mostra ser a ocasião da providencial revelação de algum princípio de liberação” (CAMPBELL, 2013, p. 70).

Os sujeitos que não recusaram o chamado e partem para sua jornada heroica frequentemente contam com o auxílio de uma figura protetora, que provê diferentes tipos de proteção contra as enormes forças que lhe serão antagônicas durante a viagem. Para Campbell, “essa figura representa o poder benigno do destino” (CAMPBELL, 2013, p. 76).

Prosseguindo em sua aventura, o herói defronta-se com o momento de cruzar o limiar, aquele ponto para além do qual não há mais retorno, normalmente sob responsabilidade de um guardião. “Além desse limite, estão as trevas, o desconhecido e o perigo, da mesma forma como, além do olhar paternal, há perigo para a criança e, além da proteção da sociedade, perigo para o membro da tribo” (CAMPBELL, 2013, p. 82). Essas regiões desconhecidas são habitadas por projeções de conteúdos inconscientes e muitas vezes refletem-se nas narrativas por meio de seres monstruosos violentos ou, por exemplo, mulheres de belezas sedutoras e que representam um perigo ao personagem. Como escreveu Campbell:

A aventura é, sempre e em todos os lugares, uma passagem pelo véu que separa o conhecido do desconhecido; as forças que vigiam no limiar são perigosas e lidar com elas envolve riscos; e, no entanto, todos os que tenham competência e coragem verão o perigo desaparecer. (CAMPBELL, 2013, p. 85)

Quando o herói adentra o desconhecido, após cruzar o limiar, aos olhos do mundo que deixou ele parece morto. Esse desconhecido, uma nova realidade, configura um renascimento e é simbolizado, ainda segundo Campbell, pelo útero feminino, pelo interior dos templos, pelo ventre da baleia, pelos reinos dos céus acima do mundo. Nessa nova realidade, o herói deve sobreviver a uma sucessão de provas, para então, após superá-las, encontrar-se com a imagem arquetípica e a figura mitológica da mãe universal, que representa o que há de ser apreendido, um conhecimento último para sua transformação.

O encontro com a deusa (que está encarnada em toda mulher) é o teste final do talento de que o herói é dotado para obter a benção do amor (caridade: *amor fati*), que é a própria vida, aproveitada como o invólucro da eternidade. (CAMPBELL, 2013, p. 119)

Após esse encontro, o herói casa-se com a deusa, “um casamento místico que representa o domínio total da vida pelo personagem” (CAMPBELL, 2013, p. 121), representando o momento da jornada em que ele supera seus desafios e está plenamente capacitado, assumindo o lugar que pertencia ao pai. Essa sintonia com o pai, como escreveu Campbell, mais uma fase da jornada do herói, revela uma sintonia na realidade com o próprio mundo, uma consciência.

A ideia tradicional de iniciação combina uma introdução do candidato nas técnicas, obrigações e prerrogativas de sua vocação com um radical reajustamento de sua relação emocional com as imagens parentais (...) Em termos ideais, o filho investido do ofício afasta-se de sua mera condição humana e representa uma força cósmica impessoal. Ele é aquele que nasceu duas vezes: tornou-se, ele mesmo, o pai. Em consequência, agora é competente para representar, por sua vez, o papel do iniciador, do guia, da porta do sol pela qual devemos passar, das ilusões infantis do “bem” e do “mal”, para uma experiência da majestade da lei cósmica, purgada de esperança e do temor, e em paz na compreensão da revelação do ser. (CAMPBELL, 2013, p. 133)

A etapa da jornada narrada como o encontro com o pai, portanto, é o momento em que o herói compreende seu mundo, um momento de sabedoria, superação da ignorância. Trata-se de uma libertação em relação a modos de pensar e preconceitos, como escreveu Campbell, que torna o herói o redentor. Homem superior, já não pode cometer erros, supera qualquer obstáculo e está pronto para a última etapa de sua jornada, a do retorno, quando ele trará de volta ao mundo que deixou sua sabedoria. Em algumas narrativas, nota Campbell, o herói pode recusar esse chamado para o retorno e morar eternamente no mundo do conhecimento e da revelação. Nem sempre seu retorno é calmo, muitas vezes, por ter desagradado os deuses ou demônios, o

seu retorno torna-se uma fuga. Em algumas situações, ainda segundo Campbell, ele precisa ser resgatado por algum tipo de ajudante ou auxiliar.

O final da trajetória, segundo a visão de Campbell, envolve o retorno do herói ao seu mundo original, o que representa um momento de crise final do percurso, quando o herói deve passar novamente pelo limiar só que agora como portador da bênção ou da sabedoria. O divino e o humano, conforme Campbell, embora descritos como mundos distintos, são, na verdade, um único reino, sendo o divino uma dimensão esquecida da realidade humana. Explorar essa dimensão esquecida resume a jornada do herói, trajetória que se revela, contudo, até certo ponto frustrante, dadas as dificuldades de assimilação e adaptação da verdade trazida por ele. “A bênção trazida das profundezas transcendentais torna-se racionalizada, rapidamente, em não-existência, e aumenta em muito a necessidade de outro herói para renovar a palavra” (CAMPBELL, 2013, p. 214-215). Muitas vezes, o herói fracassa em aceitar como reais as banalidades da vida cotidiana de seu mundo original. Portanto, deve sobreviver a esse trauma e ser o senhor de ambos os mundos.

O protagonismo de juízes na vida social, por sua vez, foi objeto de reflexão também, no campo dos estudos jurídicos, não sendo uma decorrência exclusiva da Lava Jato nem do contexto brasileiro. O tema recebeu do jurista francês Antoine Garapon, por exemplo, instigante reflexão. Observando a realidade europeia da década de 1990, o autor estabelece o fenômeno como uma decorrência de um momento histórico das democracias ocidentais. Em sua linha de raciocínio, Garapon argumenta que a própria evolução das sociedades democráticas produziu novas e complexas demandas sociais, reivindicações e expectativas que não encontraram resolução plena – na mesma velocidade – pelas vias políticas. Por isso, tais demandas acabam desaguando no Poder Judiciário, em processo que ele denominou “reviravolta judiciária da vida política” – quando os indivíduos ou grupos sociais veem na justiça um “último refúgio do ideal democrático” (GARAPON, 1999, p. 26).

Para Garapon, esse processo, que leva a um ativismo judiciário, é resultado de movimentos complexos e amplos, como o enfraquecimento do Estado nacional diante da globalização, a própria evolução da sociedade civil, que agrega à vida cotidiana novas demandas e problemas sociais a serem resolvidos, e a força crescente da mídia, que dá visibilidade a essas questões e aos processos jurídicos decorrentes, com destaque particular ao juiz. Assim, conclui, cresce o protagonismo do Poder Judiciário e, conseqüentemente, de juízes.

O juiz surge como um recurso contra a implosão das sociedades democráticas que não conseguem administrar de outra forma a complexidade e a diversificação que elas mesmas geraram. O sujeito, privado das referências que lhe dão uma identidade e que estruturam sua personalidade, procura no contato com a justiça uma muralha contra o desabamento interior. Em face da decomposição do político, é então ao juiz que se recorre para a salvação. Os juízes são os últimos a preencher uma função de autoridade – clerical, quase que parental – abandonada pelos antigos titulares. (GARAPON, 1999, p. 27)

Embora as discussões de Garapon não tenham como referência a realidade da América Latina, muitas de suas reflexões, contidas em seu livro *O Juiz e a Democracia*, podem nos ajudar a compreender o debate provocado no Brasil pela Operação Lava Jato. Em capítulo com o sugestivo título “A República tomada pelo Direito”, Garapon lista, entre os efeitos dessa entrada de juízes na cena política francesa, por exemplo, o fim da imunidade de figuras poderosas como políticos e empresários, que não eram alvos da justiça comum, assim como o conhecimento público sobre processos judiciais (GARAPON, 1999, p. 35).

Dessa forma, não causaria espanto, durante a Operação Lava Jato, o tratamento dado ao juiz Sergio Moro pela *Veja* e outros veículos da imprensa brasileira, como repositório das esperanças de solução da corrupção histórica que permeia o Estado e a administração pública. Ainda como argumenta Garapon:

A irrupção do ativismo jurídico só poderá ser compreendida se relacionada a um movimento profundo, do qual ele é apenas uma das manifestações. Não se trata de uma transferência de soberania para o juiz, mas sobretudo de uma transformação da democracia. A grande popularidade dos juízes está diretamente ligada ao fato de que foram confrontadas com uma nova expectativa política, da qual se sagraram como heróis, e encarnaram uma nova maneira de conceber a democracia. (GARAPON, 1999, p. 39)

Para Garapon, o juiz contemporâneo ocupa um “lugar simbólico” na democracia, que vem ganhando importância, dada a possibilidade de intervenção na dinâmica social (GARAPON, 1999, p. 46).

O juiz e pesquisador Marcelo Semer, por exemplo, baseia-se nas reflexões do jurista francês para explicar o protagonismo na mídia de juízes no contexto brasileiro e seus efeitos – nocivos, segundo o autor, para a democracia (SEMER, 2018). Em artigo publicado em 2018, no qual discorre sobre os efeitos do protagonismo de juízes no Brasil e sobre a atuação do Poder Judiciário, o autor explica o que considera uma contradição inerente de tal fenômeno: esse protagonismo, dado principalmente pela mídia, confere poder à figura do magistrado, que se transveste em uma espécie de guardião das promessas democráticas para os cidadãos ou, pelo

menos, para parcela deles. No entanto, argumenta Semer, por configurar um paradoxo, esse poder é esvaziado quando o juiz atua submisso aos clamores de setores da mídia e da sociedade.

Sim, certos juízes se transformam em celebridades. Visitam camarotes oficiais e festas de *smoking*. Outros se intrometem nas escolhas próprias da administração. Sentenças são criadas em lacunas estratégicas e leis são interpretadas ao bom gosto da voz das ruas, como convém aos arautos da popularidade. Mas a força maior do Judiciário não reside na ausculta da opinião pública, no apoio popular. Este é um grilhão para o juiz, não um par de asas. (SEMER, 2018)

Para Semer, o poder do juiz é conferido pela atribuição de garantir os direitos fundamentais, mesmo discordando da maioria da população. É nessa capacidade de ir contra a vontade da maioria ou daquela manifestada pela mídia que reside seu verdadeiro poder. “O juiz que sempre condena, porque isso agrada, só agrada quando condena. Ele não tem poder, ao revés, está condenado a condenar. É réu de si mesmo” (SEMER, 2018).

Nessa lógica, as denúncias de corrupção na administração pública brasileira feitas pelas força-tarefa da Lava Jato e amplamente repercutidas pela imprensa brasileira levaram a um protagonismo do principal juiz responsável pelo caso, Sergio Moro. O então magistrado tornou-se uma espécie de receptáculo da esperança de parcela da população e dos próprios veículos de imprensa: além de decidir e punir os envolvidos em casos de corrupção, o juiz personificava um processo que simbolizaria a extirpação do próprio fenômeno histórico da corrupção da realidade brasileira. Uma tarefa heroica, no sentido mitológico do termo, que somente um herói poderia realizar.

Após idas e vindas naturais diante de uma investigação, tentou-se seguir um caminho próprio, a fim de avançar com uma contribuição original à abundante reflexão sobre a Lava Jato existente no campo da comunicação. Em acordo com os estudos desenvolvidos na linha de pesquisa “Processos de Criação na Comunicação e na Cultura”, à qual me inseri durante o doutorado no Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica, optei por direcionar meu olhar para o fenômeno a partir das teorias do imaginário.

Com essa orientação, buscou-se analisar como parte da imprensa brasileira tratou o escândalo político em questão, intuindo que, talvez sob essa perspectiva teórica, residisse uma resposta possível para a pergunta inicial, que indagava os motivos para a capacidade de

mobilização de setores da sociedade, suscitada pela cobertura jornalística predominante sobre a Lava Jato.

Diversos foram os prismas adotados para analisar a cobertura jornalística no caso Lava Jato nas pesquisas acadêmicas levantadas. A partir dessa constatação, o viés proposto no presente doutorado representou o oferecimento de outras ramificações para a reflexão, que permitem, inclusive, o desenvolvimento de novos questionamentos e estudos, como as relações e diálogos entre jornalismo, política e imaginário.

MÉTODOS E CORPUS DE PESQUISA

Diante do objeto proposto para o presente estudo, o método de pesquisa foi composto por três diferentes procedimentos:

- (1) pesquisa exploratória de artigos na mídia impressa sobre a Operação Lava Jato;
- (2) curadoria de matérias sobre o tema e escolha de tópicos recorrentes, a partir da qual se escolheu estudar a imagem de justiça no imaginário;
- (3) revisão bibliográfica e estado da arte sobre a relação entre jornalismo, justiça, corrupção e poder das redes midiáticas, com foco nas narrativas vinculadas à operação Lava Jato;
- (4) análises das capas de *Veja*;
- (5) desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre as narrativas vinculadas à construção e desconstrução da imagem de justiça na mídia.

Para a cartografia do imaginário, no momento da análise das capas e reportagens, utiliza-se três procedimentos: (1) observação e descrição do fenômeno; (2) estabelecimento de relações e agenciamentos que o influenciam; e (3) interpretação do fenômeno.

A despeito dos diferentes usos que o termo cartografia vem ganhando em pesquisas de comunicação no Brasil, o método de cartografia de imaginários que se aplica neste trabalho é um processo de produção de conhecimento baseado no paradigma da complexidade, trabalhado por Leão (2016). Envolve a seleção de objetos, que não deixa de ser uma curadoria, e o desenho das relações entre esses objetos e o imaginário. A cartografia, nesse sentido, não busca verdades ou classificações, mas acima de tudo é uma procura por relações e agenciamentos que se manifestam nos fenômenos de comunicação. Particularmente na cartografia do imaginário,

intenciona-se estabelecer as relações entre narrativas míticas e simbólicas e as complexidades do fenômeno comunicacional (LEÃO, 2011).

Na perspectiva dos processos de criação, as mídias tradicionais podem incluir diferentes elementos na elaboração de suas narrativas, como o contexto social e cultural, valores predominantes e memórias, dentre outros, em um sistema aberto no qual possuem dinâmicas que se articulam e extrapolam a soma das partes, produzindo um todo com características próprias, conforme Leão (2011). Além disso, os processos criativos são redes em constante transformação e demandam, para sua compreensão, pesquisas que articulem um instrumental teórico.

A discussão pretendida por esta pesquisa de doutorado também passa pelo conceito de sociedade enquanto redes múltiplas de agenciamentos heterogêneos – *assemblages* – segundo formulação de Latour (2012). De acordo com o autor, o sentimento de pertencimento no mundo contemporâneo está em crise e a noção do que é social deve ser muito mais abrangente do que a tradicionalmente aceita, a ser entendida no mapeamento de novas associações e no desenho desses ajuntamentos. Por fim, vale pontuar que a pesquisa adota também a perspectiva da complexidade, segundo Edgard Morin (2011).

Na presente tese de doutorado, como *corpus* de pesquisa, de forma a oferecer um panorama do que foi a narrativa da *Veja* em relação à Operação Lava Jato e à construção heroica do personagem Sergio Moro, foram selecionadas 77 reportagens de capa que a publicação dedicou a temas relativos às investigações, publicadas entre março de 2014 e dezembro de 2019 (Quadro 4). O recorte no tempo tem como marco inicial o momento em que as investigações se tornaram públicas, ou seja, quando ocorreu a primeira operação de busca e apreensão e prisões e termina no período imediatamente posterior das divulgações do site *The Intercept Brasil*, que iniciou uma série de reportagens expondo métodos questionáveis e até mesmo ilegais dos procuradores responsáveis pela operação do juiz Sergio Moro.

Como critério de seleção dessas capas, optou-se por aquelas que tinham relação explícita e direta com o andamento das investigações e seus impactos mais imediatos. Assim, foram cobertas várias dimensões da Lava Jato, como as denúncias de corrupção, delações premiadas, focos de investigações, personagens-chave, condenações, prisões e momentos críticos. Não foram consideradas reportagens cujo foco não fosse a Lava Jato, mesmo que houvesse nela

alguma relação forte com as investigações. Por exemplo, no período contemplado pelo *corpus* empírico, o Brasil viveu dois processos eleitorais presidenciais (2014 e 2018) e algumas reportagens de capa sobre as eleições tratavam da influência da Lava Jato no pleito, mas, como as investigações não eram o assunto principal, não foram consideradas. Da mesma forma, o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff foi objeto de algumas outras reportagens de capa que, mesmo com relação com os fatos e acontecimentos da Lava Jato, não foram consideradas. Convém ainda esclarecer que a cobertura da *Veja* sobre a Lava Jato foi mais extensa do que o recorte dessas 77 reportagens de capa. Muitas vezes, alguns assuntos da operação não recebiam chamada na capa da edição, embora a revista lhes dedicasse páginas internas. Decidiu-se limitar a análise às capas pela sua relevância para o formato do veículo, a revista semanal de notícias.

A tese está estruturada em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, procura-se discutir a caracterização dos fatos noticiados pela publicação como um escândalo político, explicitando o entendimento adotado sobre o conceito de escândalo e escândalo político. Nessa caracterização, pretende-se enfatizar uma ideia central para o entendimento do fenômeno, que se dá em sua relação intrínseca com a mídia. A perspectiva adotada nesta pesquisa é de que, na contemporaneidade, não é possível falar em escândalo político sem uma narrativa midiática que o descreva e o interprete.

Com o objetivo de contextualizar a cobertura de *Veja* sobre a Lava Jato, o primeiro capítulo também apresenta uma síntese das narrativas predominantes nos veículos de imprensa brasileiros sobre a Operação Lava Jato e fatos que tornaram a operação relevante sob o ponto de vista de seu impacto na vida política e social do Brasil de 2014 em diante. Por fim, mostramos que a Operação Lava Jato foi objeto de intensa polêmica e crítica por causa de procedimentos e atitudes de procuradores e do então juiz Sergio Moro, muito antes das revelações feitas pelo site *The Intercept Brasil*.

O segundo capítulo apresenta considerações sobre o fenômeno da corrupção no contexto brasileiro. O objetivo foi contextualizar o ambiente em que as narrativas midiáticas sobre a Operação Lava Jato, dentre elas a de *Veja*, foram construídas, para melhor entender como respondem a anseios presentes em segmentos da sociedade. Assim, é apresentado um relato sobre a presença de práticas corruptas ao longo da história brasileira, para problematizar como um fenômeno tão arraigado no Brasil tenha sido alçado, em anos recentes, ao problema “número

um” do país. O capítulo ainda situa a preocupação de parcelas da sociedade com a corrupção como um fenômeno global e apresenta conceituações sobre o que é corrupção e vieses de análise para explicá-la. Por fim, são trazidos para a discussão autores que olham para a corrupção sob a perspectiva da psicologia analítica, com o intuito de mostrar como as narrativas jornalísticas sobre esse fenômeno podem se relacionar com a reflexão que discute o fenômeno como sintoma de um complexo cultural brasileiro, entendido nesta tese como sintomas compartilhados por uma determinada sociedade, com origem em um complexo de inferioridade, no trauma da escravidão e na ausência de um mito fundador do herói.

O terceiro capítulo apresenta a cobertura que a revista *Veja* realizou sobre a Operação Lava Jato, por meio da análise crítica das capas dedicadas ao tema. Para embasar a discussão, contudo, o capítulo discorreu sobre o jornalismo de revista e, dentro desse, o jornalismo semanal de informação. Além disso, apresentou considerações sobre a história da revista *Veja* e suas características.

O quarto capítulo oferece uma análise das capas de *Veja* sob a perspectiva das teorias do imaginário e tem por objetivo problematizar o discurso de *Veja*, contido em suas capas, sobre a realização do ideal de justiça no Brasil, a partir da Operação Lava Jato. Como discorrido neste capítulo, para *Veja*, a justiça foi retratada de forma maniqueísta, como um confronto entre o Bem (procuradores e juízes da Lava Jato) e o Mal (políticos do governo da época e de sua base de apoio, funcionários públicos e empresários).

O quinto e último capítulo discute os processos de criação do herói trágico a partir das capas de *Veja* dedicadas ao personagem Sérgio Moro, publicadas durante os anos de 2014 a 2019, analisadas sob a perspectiva teórica dos estudos do imaginário e das narrativas míticas heroicas.

Como será aprofundado, observou-se, entre outras conclusões, que *Veja* adotou uma abordagem reducionista e maniqueísta sobre a realização do ideal de justiça na cobertura das investigações da Lava Jato e, nessa perspectiva, Sergio Moro foi transformado em herói. Primeiro, enquanto juiz da Lava Jato, um herói guerreiro e combatente, que estaria liderando a luta contra o principal mal do Brasil, a corrupção no âmbito do Estado e de suas empresas estatais. Após as revelações feitas pelo *The Intercept Brasil*, para *Veja* o herói da Lava Jato

passou a ser não um vilão, mas um herói trágico, entendendo o trágico como o aspecto central da condição humana, aquele personagem que, em suas provações, não consegue superá-las.

1 ESCÂNDALOS POLÍTICOS E MÍDIA NA CONTEMPORANEIDADE

O primeiro capítulo tem como objetivo fundamentar e contextualizar a análise central da presente tese, que é realizar uma investigação de cunho comunicacional a respeito da construção da narrativa heroica que a revista *Veja* publicou a respeito do personagem Sérgio Moro. Nesse sentido, propõe-se, primeiramente, discutir a caracterização dos fatos noticiados pela publicação como um escândalo político, explicitando o entendimento adotado a respeito.

A Operação Lava Jato, como será detalhado ao longo deste capítulo, foi a denominação estabelecida para designar uma miríade de investigações lideradas por procuradores federais e juízes de primeira instância sobre atos de corrupção na administração pública envolvendo funcionários de empresas estatais, fornecedores de serviços, grandes construtoras privadas e líderes políticos, que veio a público em março de 2014 e, sete anos depois, durante a escrita desta tese de doutorado, ainda produz manchetes e debates na sociedade, embora tenha sido formalmente encerrada em fevereiro de 2021. Inicialmente liderada por procuradores federais lotados em Curitiba e pelo então juiz federal criminal Sergio Fernando Moro, foi expandida, conforme o andamento das investigações, para outras praças como Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo.

Ainda nesta caracterização do escândalo político, pretende-se enfatizar uma ideia central para o entendimento do fenômeno, que se dá em sua relação intrínseca com a mídia. A perspectiva adotada nesta tese é de que, na contemporaneidade, não é possível falar em escândalo político sem uma narrativa midiática que o descreva e o interprete. Essa relação é tratada por autores importantes a serem examinados neste capítulo e, para tanto, pretende-se conceituar o que se entende por escândalos, explorando os agenciamentos que orientam e influenciam a atuação da mídia, principalmente os veículos jornalísticos de comunicação, ao dedicarem espaço e tempo editorial a esses casos.

Consequentemente, se estabelece nesta discussão a relação entre as narrativas midiáticas a respeito dos escândalos políticos e o imaginário, conceito que será abordado nas páginas e capítulos seguintes.

Com um segundo objetivo de contextualizar a cobertura de *Veja* sobre a Lava Jato, o capítulo também apresentará uma síntese das narrativas predominantes nos veículos de imprensa brasileiros sobre a Operação Lava Jato e fatos que tornaram a operação relevante sob

o ponto de vista de seu impacto na vida política e social do Brasil de 2014 em diante. Por fim, o capítulo mostra que a Operação Lava Jato foi objetivo de intensa polêmica e crítica por causa de procedimentos e atitudes de procuradores e do então juiz Sergio Moro, muito antes das revelações feitas pelo site *The Intercept Brasil*, na série de reportagens que ficou conhecida como Vaza Jato.

Em relação à Lava Jato, o objetivo da discussão contida neste capítulo não é esgotar o debate sobre aspectos jurídicos da operação, nem proceder com uma avaliação definitiva e categórica sobre a atuação de procuradores e juízes. Há um amplo debate acadêmico nos campos do direito e das ciências sociais sobre esses aspectos da operação, e tal empreitada foge ao escopo desta tese. A intenção, pelo contrário, foi a de proporcionar a compreensão da complexidade que envolve a referida investigação, com suas contradições e debates, para embasar a análise sobre a narrativa feita pela revista *Veja*.

1.1 A DIMENSÃO MUDIÁTICA DO ESCÂNDALO POLÍTICO

O primeiro passo do percurso pretendido nesta tese é a caracterização da Operação Lava Jato como um escândalo político. Por mais óbvio que possa parecer, quando se detalha o conceito de escândalo político adotado entende-se a relevância das narrativas midiáticas sobre transgressões praticadas por políticos e funcionários públicos, especialmente em casos de acusação de corrupção.

É recorrente no jornalismo contemporâneo brasileiro a cobertura dos chamados escândalos políticos de corrupção, nos quais normalmente são expostas relações criminosas entre agentes do aparato estatal e do setor privado, por meio de reportagens investigativas, ou mesmo quando se noticiam investigações ou processos judiciais em andamento, a cargo das autoridades competentes.

Diferentes casos de corrupção perpassam toda a história brasileira, desde os tempos do Brasil colônia até os momentos atuais. Para ficarmos na história recente, considerando o período da redemocratização após o fim da ditadura militar, pesquisadores já identificaram ao menos 65 grandes escândalos envolvendo atos de corrupção no Brasil entre 1987 e 2014 (RIBEIRO et al., 2018).

Embora não seja de interesse para a presente tese detalhar a perspectiva de análise e conclusões do referido trabalho, no qual os autores procuraram estudar a dinâmica da relação entre os grupos de indivíduos envolvidos em cada um dos casos, interessa ressaltar o levantamento feito para entender como o escândalo político associado à corrupção se faz presente na vida social brasileira.

Para chegar a esse número de 65 grandes escândalos políticos de corrupção no período estudado (1987-2014), os autores basearam-se em pesquisa nos conteúdos pesquisáveis das páginas dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* e da revista *Veja* (Quadro 2).

Embora seja uma amostragem limitada da imprensa brasileira, é possível ter uma ideia clara do impacto que a presença de escândalos políticos tem no público leitor ao longo do tempo. Basta considerar que, embora o levantamento tenha se restringido aos dois jornais e à revista supracitados, cada escândalo político identificado ensejou um número significativo de notícias, reportagens, comentários e artigos de opinião. Além disso, pode-se supor que cada escândalo político listado pelos autores foi objeto de cobertura jornalística de outros veículos de imprensa não considerados na amostra, com desdobramentos para a internet e as redes sociais.

Quadro 2 Lista de escândalos noticiados na imprensa

Ano	Casos
1987	Banespa; Ferrovia Norte Sul
1988	CPI da Corrupção
1991	Máfia da Previdência
1992	Caso Collor
1993	Anões do Orçamento; Paubrasil
1994	Escândalo da Parabólica
1995	Pasta Rosa
1997	Compra de votos para a reeleição; privatizações; Frangogate; Precatórios
1998	Dossiê Cayman; Grampos do BNDES; Máfia dos Fiscais
1999	Caso Makra/Fonte Cindam; Desvio de verbas na construção do TRT-SP
2000	Garotinha e a turma do chuvisco
2001	Sudam; violação do painel do Senado
2002	Bunker petista; caso Celso Daniel; Caso Lunus
2003	CPI do Banestado; Operação Anaconda

2004	Banpará; caso Gtech; caso Waldomiro Diniz; superfaturamento de obras em SP
2005	Corrupção nos Correios; Caso dos dólares na cueca; Mensalão; República de Ribeirão Preto; Valerioduto mineiro
2006	Caso dos aloprados; escândalo dos sanguessugas; quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo;
2007	Cheque da Gol; Renangate (caso do laranjal alagoano); Renangate (caso Monica Veloso); Renangate (caso Schincariol); Renangate (golpe no INSS);
2008	Cartões corporativos; caso Satiagraha; Dossiê contra FHC e Ruth Cardoso; Paulinho da Força e BNDES
2009	Atos secretos; caso Lina Vieira; Mensalão do DEM
2010	Bancoop; Caso Erenice; os novos aloprados
2011	Escândalo em Cidades; Escândalo na Agricultura; Escândalo no Esporte; Escândalo nos Transportes; Escândalo no Turismo
2012	Caso Cachoeira; Escândalo na Pesca; Operação Porto Seguro
2013	Máfia do ISS
2014	Operação Lava Jato; Petrolão

Legenda: O quadro acima compreende uma lista de escândalos políticos noticiados pelos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e pela revista *Veja* de 1987 a 2014, conforme Ribeiro et. al., 2018.

Tal presença, por sua vez, instigou pesquisadores acadêmicos a refletir sobre os escândalos na política brasileira. A pesquisadora Terezinha Silva, da Universidade Federal de Minas Gerais, propôs em artigo publicado no ano de 2013 um panorama da pesquisa sobre escândalos brasileiros entre 1998 e 2008, considerando trabalhos feitos tanto no Brasil quanto no exterior. Realizando uma busca em bases nacionais e internacionais de trabalhos que tinham o termo “escândalo político”, “escândalo”, “Mensalão” ou “crise política de 2005” nos resumos, na área de concentração de ciências humanas, a autora encontrou 63 registros, em sua maioria artigos científicos (SILVA, 2013).

De uma maneira geral, percebeu a autora, na maioria dos casos o escândalo é usado nas pesquisas para abordagem de outras temáticas ou hipóteses no campo da mídia e da política. Em relação à produção acadêmica brasileira, 41 trabalhos abordaram o tema, a maioria concentrada entre os anos de 2006 e 2008, em função do caso conhecido como Mensalão. Desse montante, 34 abordam a questão do escândalo e a mídia, em algumas variações: determinantes

dos escândalos que são midiaticizados, representações midiáticas sobre os atores envolvidos em escândalos, pré-julgamento da mídia sobre os envolvidos em escândalos, função político-ideológica da mídia na formação da opinião pública, construção do escândalo na mídia, o escândalo como parte de uma postura sensacionalista da mídia, escândalo como parte da disputa política, como a narrativa preferencial da mídia sobre a política, sobre o regime de visibilidade de CPIs, enquadramento e/ou agendamento feito pela mídia e outras variantes.

A autora do levantamento conclui que, sem defender um modelo de compreensão geral do fenômeno, futuras pesquisas sobre os escândalos poderiam focar seus esforços nas suas dimensões constitutivas: transgressões, publicização, reações e consequências.

Dentre os trabalhos citados por Silva (2013), destaca-se para a presente discussão artigo publicado em 2000, "Democracia e Escândalos Políticos", de Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira (CHAIA; TEIXEIRA, 2001), no qual estudaram os casos da violação do painel de votação do Senado, da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e dos Títulos da Dívida Agrária, ocorridos durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os autores, percebendo como a série de escândalos eram determinantes para a configuração do cenário político de então, já traziam algumas considerações importantes que serão aprofundadas na presente tese, como o papel fundamental da imprensa e do Ministério Público Federal para a mobilização da opinião pública. Como escreveram:

Coube aos meios de comunicação e ao Ministério Público ocupar um espaço vazio entre a arena política e a sociedade. Com a repercussão dos fatos trazidos a público, tanto a imprensa como o Ministério Público acabaram se transformando, aos olhos da população, em entidades fiscalizadoras dos interesses da sociedade. (CHAIA; TEIXEIRA, 2001, p. 73)

Entre as conclusões a que chegam Chaia e Teixeira, interessa destacar a percepção de uma complementariedade dos campos político e midiático, na medida em que os escândalos políticos, para os autores, ocorrem também devido a disputas políticas existentes na sociedade. “Os escândalos políticos ganham destaque na democracia exatamente por ser um regime político em que os conflitos e atritos políticos se tornam mais presentes e visíveis”, argumentam Chaia e Teixeira (2001, p 74). Ainda em suas conclusões, escritas há quase 20 anos, os autores sustentavam que a proeminência dos escândalos, se por um lado aumentavam a fiscalização das atividades da política partidária, por outro provocavam uma generalização dos maus exemplos, acarretando uma descrença crescente nas instituições de Estado e nos partidos políticos.

Assim como os referidos autores do artigo, a presente tese trabalha com os conceitos de escândalo e escândalo político propostos pelo sociólogo inglês John B. Thompson, que serão apresentados a seguir. Da mesma forma, os estudos de Thompson sobre o papel da mídia nos escândalos políticos também norteiam a discussão oferecida neste trabalho de doutorado.

Para Thompson, em sua obra referencial *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*, embora seu significado tenha variado na história, o termo escândalo é usado para descrever uma transgressão moral que se torna conhecida, de gravidade tamanha a ponto de provocar uma reação pública (THOMPSON, 2002, p. 40). Ainda segundo o autor, escândalos são ocorrências que possuem algumas características: deve haver uma transgressão de certos valores, normas ou códigos morais; sempre deve trazer em si um elemento de segredo ou ocultamento, que é relevado por outro indivíduo; para que haja o escândalo os indivíduos de um determinado grupo social que não participam dessa transgressão reprovam-na publicamente; e, finalmente, a revelação da transgressão e sua condenação pública prejudica (ou deveria prejudicar) a reputação dos indivíduos que a cometeram.

Assim, continua Thompson, a quebra de determinadas regras, normas ou valores configura o aspecto óbvio do escândalo, ou seja, não haveria escândalo sem esse fator gerador. Mas nem toda transgressão é um escândalo, o que confere um certo grau de subjetividade à sua caracterização, além de mostrar a influência da cultura nessa caracterização, por exemplo. Algumas transgressões são muito pequenas ou irrelevantes, enquanto outras podem ser consideradas graves demais. Para usar os exemplos propostos por Thompson, uma multa de trânsito por estacionamento em local errado dificilmente seria classificada como um escândalo, da mesma forma que um ato de genocídio. “Eles envolvem transgressões que são suficientemente sérias para provocar desaprovação de outros, mas que ficam aquém dos crimes mais abomináveis” (THOMPSON, 2002, p. 41). Assim, conclui o autor, tem-se nesse ponto uma reflexão importante para a presente discussão: a sensibilidade ao escândalo depende sempre de um contexto social e histórico e seus limites, portanto, não são universais.

Isso não impede, ainda de acordo com Thompson, que algumas normas sejam mais sensíveis ao escândalo do que outras ou determinadas transgressões sejam mais fáceis de serem transformadas em escândalos. “Normas que regem transações financeiras são também propensas aos escândalos, especialmente quando as transgressões envolvem séria desonestidade ou corrupção” (THOMPSON, 2002, p. 42). Da mesma forma, para esse autor, determinadas pessoas são mais propensas a se encontrar em uma situação de escândalo do que

outras. A suscetibilidade de certos indivíduos a um escândalo está também diretamente associada ao respectivo grau de visibilidade pública, o que explica a frequência de escândalos envolvendo personagens como políticos e ocupantes de cargos no Estado.

Uma segunda característica do escândalo, segundo Thompson, é a de que a ação transgressora ocorrida em segredo seja revelada ou a de que pelo menos outras pessoas acreditem que a transgressão tenha existido. Isso exige um processo de tornar pública ou visível a transgressão, por isso os meios de comunicação de massa desempenham um papel fundamental em muitos escândalos contemporâneos.

O escândalo também supõe um certo grau de desaprovação pública e, muitas vezes, conforme a transgressão, o público pode sentir-se ofendido ou mesmo chocado. “A ação pode ofender valores ou normas que são tão fundamentais aos seus sentimentos pessoais e a seu bem-estar que acabam profundamente perturbados – verdadeiramente escandalizados – por ela” (THOMPSON, 2002, p. 46).

Neste ponto da reflexão de Thompson reside um aspecto crucial na análise da cobertura jornalística da Operação Lava Jato feita pelos veículos de imprensa no Brasil, em especial a revista *Veja*, objeto da presente tese. Ou seja, a dimensão da reprovação dos atos investigados pela Lava Jato no público leitor relaciona-se intrinsecamente com a maneira que o jornalismo em questão retratou os fatos, as acusações dos promotores, as alegações de defesa dos acusados e assim por diante.

Retomando a caracterização teórica do escândalo proposta por Thompson, trazemos uma quarta característica do fenômeno, a de que a desaprovação em relação a determinada transgressão seja manifesta publicamente, pois, na visão do autor, “o escândalo é moldado tanto pela resposta dos outros como pelo próprio ato de transgressão” (THOMPSON, 2002, p. 47). Ou seja, não é somente o ato em si que cria o escândalo, mas também a resposta social e esse fato gerador, e nessa resposta o papel da mídia novamente assume vital importância. Por essa lógica, a resposta que a mídia dá à transgressão é parte do escândalo, ajuda a constituir-lo. Para aprofundar a presente reflexão, o autor introduz o conceito do discurso infamante.

É um tipo de discurso moralizador que censura e reprova, repreende e condena, que expressa desaprovação das ações e dos indivíduos. É um discurso que contém implícito que as ações trazem vergonha, desgraça ou descrédito ao indivíduo ou indivíduos que as praticaram. É um discurso que pode estigmatizar. (THOMPSON, 2002, p. 48)

Para um escândalo existir, pelo menos algum tipo de discurso infamante deve assumir o *status* de discurso público, e muitas vezes a mídia o faz. Por isso, tal tipo de discurso se presta aos meios de comunicação, mas não é exclusivo deles. Por fim, a última característica do escândalo, que é a de provocar perda ou prejuízo na reputação dos indivíduos que transgrediram alguma norma ou regra. Não se trata de uma característica necessária, nem uma consequência inevitável do escândalo, mas é um risco para reputações individuais. Essa última característica se faz relevante não somente do ponto de vista pessoal, mas pela capacidade de afetar o poder simbólico que figuras públicas inspiram nas sociedades contemporâneas e sua capacidade de ação política, como mostram diversos casos em que políticos alvejados por escândalos renunciam a seus cargos, perdem eleições etc.

Como última parte dessa conceituação sobre escândalo, é preciso fazer algumas observações. O escândalo é frequentemente associado a casos de corrupção, mas os dois fenômenos não são sinônimos. Conforme descrito acima, um ato de corrupção só se transforma em escândalo se for revelado, se for visto pelo público como suficientemente sério e merecedor de uma resposta contundente, e sempre dependendo do contexto social e histórico. E, para que o ato de corrupção seja transformado em um escândalo, é preciso que se articule socialmente um discurso infamante.

Importante destacar neste ponto que, perante tal definição, escândalos são transgressões que podem acontecer em diferentes dimensões da vida social, tanto no âmbito de instituições públicas e de Estado quanto na esfera privada, como em empresas. Na presente tese, contudo, estuda-se um escândalo político, dado que a Operação Lava Jato investigou, acusou e julgou lideranças políticas e, por envolvimento com elas, empresários e funcionários públicos. Para tanto, convém definir a dimensão política do escândalo.

O escândalo político, para Thompson, primeiramente, “é todo aquele que envolva um líder ou uma figura política. É o fato de o indivíduo que está no centro do escândalo ser uma figura política destacada [...] que faz com que o escândalo se constitua em um escândalo político” (THOMPSON, 2002, p. 124).

O autor, contudo, aprofunda a definição, e agrega que o escândalo político se relaciona não somente com o *status* do líder ou político envolvido, mas também com a natureza da transgressão cometida. Recorrendo ao pensamento de dois cientistas políticos que escreveram sobre o fenômeno, Andrei S. Markovits e Mark Silverstein, Thompson sustenta que a

característica definidora do escândalo político é a natureza da transgressão, que deve ser necessariamente uma “violação de um processo devido” (THOMPSON, 2002, p. 124). Por processo devido, explica o autor, entende-se as regras e procedimentos legais que regulam o exercício de poder, que costumam ser públicas e de amplo conhecimento. Corrupção seria uma dessas transgressões, sendo constante e protagonista em muitos escândalos políticos no Brasil, como observou-se em estudo citado nas páginas anteriores, e é a transgressão principal no escândalo político em estudo na presente tese, a Operação Lava Jato. Mas é importante ressaltar que não é a única transgressão possível para escândalos políticos, como o demonstram, por exemplo, casos de políticos expostos após revelações de relacionamentos afetivos fora do casamento, tanto vezes observados nos Estados Unidos e Reino Unido.

Partindo dessa concepção de escândalo e reconhecendo o papel dos meios de comunicação nos mesmos, ou seja, adotando como embasamento teórico a relação dos escândalos às formas midiáticas de comunicação, Thompson também nos apresenta o conceito de escândalo midiático. Para Thompson, escândalos acontecem há séculos, mas com o desenvolvimento das sociedades modernas, a natureza, o tamanho e suas consequências mudaram, o que o levou a propor o conceito de *escândalo midiático*. Como escreveu: “Escândalos midiáticos não são simplesmente escândalos noticiados pela mídia e que existem independentemente dela: eles são, de diferentes maneiras e até certo ponto, constituídos por formas midiáticas de comunicação” (THOMPSON, 2002, p. 59).

O que nos interessa pontuar, nesta tese, são as relações entre o escândalo e os meios de comunicação de massa, a ponto de inferir-se uma dependência recíproca que extrapola a simples atividade do jornalismo de noticiar fatos relevantes para a vida pública.

As conexões entre escândalo e mídia possuem diferentes dimensões. Como argumenta Thompson, desde a era dos panfletos, antes da consolidação dos meios de comunicação como empresas profissionais, é sabido que o escândalo atrai audiência, contribuindo para a geração de receita dos conglomerados de comunicação de massa. Não se argumenta, de modo linear, que a cobertura de escândalo provoca diretamente aumento das receitas comerciais dos veículos de comunicação com vendas avulsas, assinaturas ou publicidade, mas que o tema, ao atrair a atenção do público, fortalece a ligação desses com os meios de comunicação, o que reforça o jornalismo em seu aspecto empresarial e molda sua imagem de uma determinada forma perante sua audiência.

Como pontua Thompson, faz parte do *ethos* da profissão de jornalista a percepção própria como fiscal dos poderes instituídos, cuja missão seria relevar para a sociedade desmandos, irregularidades etc., constituindo também uma expectativa do público em relação ao jornalismo.

com a profissionalização da atividade jornalística no século XIX e o desenvolvimento de uma tradição de jornalismo investigativo, a publicação de escândalos e comentários sobre eles tornou-se uma atividade que corresponde exatamente à imagem que algumas pessoas que trabalham na mídia têm de si mesmas. A revelação de segredos ocultos do poder é vista por alguns jornalistas como uma forma de exercer sua missão de guardiães do interesse público. (THOMPSON, 2002, p. 60)

Além das motivações expostas acima, Thompson lista outros fatores importantes que fortalecem a relação entre mídia e escândalos. Um deles é a própria transformação dos regimes de visibilidade na atividade política, decorrente do mundo moderno, que potencializou a maneira como indivíduos e fatos tornam-se conhecidos. O desenvolvimento dos meios e tecnologias de comunicação incentiva a exposição pública de líderes políticos, criando o que Thompson classificou de intimidade midiática, por meio da qual esses indivíduos se mostram não somente como participantes da política, mas como pessoas que compartilham situações do cotidiano das pessoas comuns, em um processo de desenvolvimento de empatia e simpatia. Dessa forma, escreveu: “Uma consequência do surgimento da sociedade da autorrevelação foi que os líderes políticos poderiam, e provavelmente foram, sempre mais avaliados em termos de qualidades pessoais e não apenas em termos de seus desempenhos na vida pública” (THOMPSON, 2002, p. 69).

O importante a destacar, nesse ponto da argumentação de Thompson, é um aparente paradoxo, pois, à medida que o político se aproxima do público, ele será mais avaliado por questões de caráter, como sinceridade, honestidade ou integridade, do que por sua atuação política. E, desse modo, quanto mais próximo do público, maior o risco de transgressões a normas, valores e leis tornarem-se motivações para um escândalo.

Ainda no âmbito dos estudos de Thompson sobre o fenômeno em questão, convém trazer para a presente discussão sua definição de escândalo político, como “todo aquele que envolva um líder ou figura política. É o fato de o indivíduo que está no centro do escândalo ser uma figura destacada” (THOMPSON, 2002, p. 124). Mas o autor vai além e argumenta que a dinâmica das disputas políticas de uma dada sociedade fornece o contexto do escândalo político,

um contexto de exercício de poder. Os escândalos políticos, assim, influenciam diversas formas de exercício de poder, entre elas o poder simbólico ou cultural, definido por Thompson como aquele que advém da produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas entre indivíduos pelos processos comunicacionais. Para ele, o poder simbólico é a “capacidade dos indivíduos de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (THOMPSON, 2002b, p. 24). A mídia figura como uma das instituições que exercem papel relevante nas trocas simbólicas de uma configuração social.

A relação entre poder simbólico e escândalos fica mais nítida, para Thompson, ao se entender que os indivíduos que atuam nas disputas políticas dependem do uso do poder simbólico para persuadir e influenciar outros e o curso dos acontecimentos: “O escândalo pode esvaziar o capital simbólico do qual o exercício do poder político depende” (THOMPSON, 2002, p. 137). Ou seja, o ato de tornar públicas, por meio da mídia, as transgressões cometidas por líderes políticos, provocando desaprovação e reação na sociedade, situa-se também em um contexto de exercício de poder e disputa política, o que nos ajuda a entender a importância da reflexão sobre a cobertura jornalística da Operação Lava Jato.

Como se verá mais adiante no capítulo, os anos iniciais da operação, que trouxeram investigações concentradas em figuras políticas de destaque do então governo, liderado pelo Partido dos Trabalhadores, e de sua base de apoio, como o Partido Progressista (PP) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foram amplamente exploradas pelas forças de oposição, capitaneadas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e novos atores da política brasileira surgidos à época, como o Movimento Brasil Livre e o Vem pra Rua . Revelações posteriores sobre os bastidores da Operação Lava Jato, no escândalo Vaza Jato, reforçaram a acusação de uma atuação seletiva do ponto de vista político partidário, ao menos naquele momento (MARTINS et al., 2019).

Por fim, ainda explorando o pensamento de Thompson, reconhecendo a proeminência dos escândalos políticos na agenda dos meios de comunicação de massa, o autor argumenta que tal prevalência se relaciona menos com uma suposta degradação dos padrões morais dos líderes políticos e mais com o aumento do escrutínio público sobre esses mesmos líderes. Thompson lista cinco mudanças importantes para explicar o fenômeno.

Primeiro, a crescente visibilidade de líderes políticos, provocada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e pelas tecnologias, facilitam a autocomunicação. “O

campo político foi se constituindo cada vez mais como um campo midiático” (THOMPSON, 2002, p. 142), ou seja, a visibilidade na mídia dos líderes políticos ganha importância e cria condições para intensificar a possibilidade crescente de escândalos. Está implícita, nessa visão, a noção de que as transgressões que geram os escândalos sempre existiram, mas a crescente prevalência do escândalo político é uma consequência da crescente visibilidade dos políticos.

Outro fator considerado por Thompson é o desenvolvimento do jornalismo investigativo, que recebeu forte, na década de 1960 e de 1970, da cultura de enfrentamento dos centros do poder. Vários escândalos famosos nos Estados Unidos ocorreram nessa época, tendo por base a luta por direitos civis e o questionamento da guerra do Vietnã, culminando com o caso Watergate. O autor ainda relaciona como fatores determinantes o gradual declínio da política partidária nas democracias liberais, em um processo de substituição de uma política ideológica por uma política de confiança, baseada na importância crescente para o público de questões de caráter em relação a seus líderes e menos sobre suas posições ideológicas. Por fim, o autor relaciona o crescimento da pauta dos escândalos políticos na mídia a uma regulamentação maior e mais eficaz da vida política, como novas regras e normas para se evitar desvios de conduta.

O pensamento de Thompson sobre escândalos políticos é uma das referências usadas pelo sociólogo Manuel Castells em suas reflexões sobre comunicação, poder e o exercício da política na contemporaneidade, que as amplia e aprofunda. A análise desenvolvida por Castells a respeito do papel dos processos de comunicação no exercício do poder – e da política – também ancoram a presente tese e, desta forma, serão discutidas nos parágrafos seguintes.

Para Castells, a comunicação é um processo de compartilhamento de significados, processo esse definido pelas tecnologias, pelas características de emissores e receptores, por seus códigos culturais, protocolos de interação e por sua abrangência (CASTELLS, 2015, p. 101). O sociólogo diferencia a comunicação interpessoal – aquela em que emissores e receptores designados são sujeitos da comunicação – do que chama de comunicação da sociedade, na qual conteúdos possuem o potencial para serem difundidos para a sociedade como um todo, normalmente denominada comunicação de massa.

A comunicação de massa nasceu unilateral, argumenta, mas, com o advento da internet e de novas tecnologias, ela incorporou a interatividade e permitiu o surgimento de uma terceira forma de comunicação, a qual batizou de autocomunicação de massa, caracterizada pela capacidade sistêmica de envio de mensagens de muitos para muitos: “As três formas de

comunicação (interpessoal, comunicação de massa e autocomunicação de massa) coexistem, interagem e se complementam em vez de se substituírem” (CASTELLS, 2015, p. 102).

Nesse fluxo de processos de compartilhamento de significações, a mídia, entendida por Castells como o conjunto de organizações e tecnologias de comunicação existentes na contemporaneidade, torna-se o principal meio para a efetivação desses processos, ou seja, da própria comunicação. Daí, sendo a mídia a principal fonte de nossas trocas de significações, Castells pondera que ela passa a exercer grande influência no modo como os indivíduos processam mentalmente mensagens e conteúdos diversos que circulam na sociedade (CASTELLS, 2015, p. 210), de modo a reforçar sua importância no entendimento social das narrativas sobre os escândalos políticos.

Ainda no caminho conceitual proposto por Castells, a partir da constatação do papel crucial da mídia no processo de significações articuladas às disputas pela alocação de poder nas instituições do Estado, é possível concluir que as disputas de poder se traduzem também em disputas pelas significações. Desse modo, a política na contemporaneidade seria acima de tudo uma política da mídia, ou seja, a administração da política na e por meio da mídia:

As mensagens, as organizações e os líderes que não têm uma presença na mídia não existem na mente pública. Portanto, apenas aqueles que podem transmitir suas mensagens aos cidadãos como um todo têm oportunidade de influenciar suas decisões de maneiras que levam a seu próprio acesso às posições de poder no Estado e/ou a manter seu controle sobre as instituições políticas. (CASTELLS, 2015, p. 247)

Nesse contexto, a política da mídia, isto é, a administração da política na e por meio da mídia, apresenta algumas características importantes para a presente discussão, como a personalização da política, fenômeno já apontado por Thompson. Para Castells, há uma série de fatores que explica, na atualidade, a relevância da imagem projetada por líderes políticos. Dentre eles, o autor cita a gradativa perda de influência direta dos partidos políticos na sociedade; períodos eleitorais predominantemente curtos, com exceção dos Estados Unidos; dependência da mídia, principalmente da televisão, como fonte de notícias; estratégias eleitorais hegemônicas que evitam defesas de pontos de vista específicos para não afastar eleitores potenciais; e a própria proeminência das redes sociais em tempos recentes.

Mas o fato é que a crescente personalização da política valoriza, nas disputas de poder, os ataques à reputação e à imagem de líderes, e isso deixa clara a importância dos escândalos. Para Castells, a política de escândalos, ou seja, os escândalos influenciando a vida política da

sociedade, é inseparável da política da mídia. Isso pelo fato de os escândalos serem revelados e divulgados pela mídia para toda a sociedade, “mas principalmente porque as características da mídia fazem do uso do escândalo o instrumento mais eficiente em embates políticos” (CASTELLS, 2015, p. 305).

Castells pondera que o fato de a política ocorrer essencialmente na mídia não significa que fatores como ativismo militante, fraudes eleitorais ou a quantidade de recursos financeiros aplicados em campanhas políticas sejam irrelevantes para o jogo político. Para o autor, a mídia se torna importante porque configura o espaço da produção de poder, isto é, uma instância onde relações de poder são decididas. Isso não significa, contudo, que a mídia seja neutra, argumenta Castells. Os atores da mídia participam da produção de mensagens e significações conforme seus interesses organizacionais e profissionais.

a mídia corporativa é constituída primordialmente por empresas e seu comércio principal é o entretenimento, inclusive as notícias (...) ela tem interesses políticos mais amplos, já que participa diretamente da dinâmica do Estado, uma parte-chave de seu ambiente comercial. Assim, as regras para o envolvimento político na mídia dependerão de seus modelos comerciais e de sua relação com atores políticos e com o público. (CASTELLS, 2015, p. 248)

Para esta tese, interessa aprofundar a relação que Castells estabelece entre os veículos de mídia e seus públicos. Para o sociólogo, na comunicação de massa o foco das organizações é expandir sua influência e ampliar seu público, mas, principalmente, o seu público-alvo. As narrativas sobre escândalos, portanto, podem variar conforme os veículos de imprensa e são influenciadas, em parte, pelo diálogo que cada veículo estabelece com esse mesmo público, estratificado tanto sob o ponto de vista econômico quanto cultural, construindo um amálgama de crenças e valores.

Por essas razões, ao contextualizar o espaço dado aos escândalos políticos pela mídia, é possível afirmar que decisões editoriais de veículos de comunicação de dar publicidade a transgressões de líderes políticos e figuras públicas, pelo seu valor de notícia de interesse público, movimentam também outros fatores e agentes que não podem ser desconsiderados no interior de uma análise mais profunda do fenômeno.

Em que pese o caráter global da reflexão de Castells quando considera a motivação predominante de veículos de comunicação na cobertura de escândalos, relacionada a estratégias empresariais e de fidelização e cativação de públicos específicos, tais análises também auxiliam no pensamento sobre o contexto específico latino-americano e, dentro desse, o brasileiro, dado

que as empresas de comunicação de massa da região inspiram-se, empresarial e culturalmente, em modelos do exterior.

O que se pretende enfatizar, contudo, é a contribuição das narrativas midiáticas sobre o escândalo político para o *imaginário social*, entendido na proposição do antropólogo francês Gilbert Durand, como “o conjunto das imagens e relações de imagens que constituiu o capital pensado do *homo sapiens*” (DURAND, 2002, p. 18), uma bacia semântica para a humanidade, museu de todas as imagens, passadas, presentes e futuras, conceito que será aprofundado em capítulo posterior.

Desta forma, quer-se argumentar que a interação da sociedade com a cobertura jornalística dos escândalos, resultado de agenciamentos comerciais, históricos e políticos dos meios de comunicação, exerce um papel que não pode ser menosprezado na construção mental que membros de um determinado grupo ou comunidade formulam, em meio a um turbilhão de ideias, narrativas arcaicas, memórias e afetos que constituem o imaginário social. Conforme argumenta Lucia Leão, os estudos a partir da perspectiva do imaginário envolvem a análise das produções imagéticas, suas propriedades e seus efeitos, daí a interface com o campo da comunicação (LEÃO, 2009, p. 309).

Ou seja, a construção de um discurso jornalístico sobre a Operação Lava Jato, principalmente em seus primeiros anos, estabeleceu um discurso infamante, na concepção de Thompson, sobre o escândalo político em questão, construindo percepções a respeito da política partidária brasileira, da corrupção e da justiça, como se verá nas páginas seguintes.

1.2 O ESCÂNDALO DA LAVA JATO E OS ESCÂNDALOS DA OPERAÇÃO

1.2.1 A narrativa predominante

Em seu site na internet, em uma seção dedicada somente à Operação Lava Jato, o Ministério Público Federal repete o que por tantas vezes ecoou em editoriais e reportagens na imprensa brasileira desde 2014. “A Operação Lava Jato é a maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro na história do Brasil” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2020). Navegando pela seção, encontram-se listados em uma página os seus principais resultados, divididos pela instância judicial na qual processos e investigações tiveram algum tipo de decisão. Uma forma de, por meio dos números ali expressos, mostrar a magnitude das investigações originadas pela força-tarefa de procuradores federais lotados em Curitiba.

Na primeira instância da Justiça Federal de Curitiba, até julho de 2020, foram 119 denúncias apresentadas, 116 ações penais, 165 condenações, 49 acordos de colaboração (na qual réus confessam crimes em troca de reduções de pena), 14 acordos de leniência (instrumento legal para empresas reembolsarem os cofres públicos pelos prejuízos causados por ações criminosas de executivos e acionistas, em troca de punições menos severas) e 70 operações (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2021).

Troca-se a instância judicial e os números são atualizados. As opções variam: 1ª instância da Justiça no Rio de Janeiro, em São Paulo, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Em todos, os números se alternam para comprovar a grandiosidade da operação.

A Lava Jato veio a público em 17 de março de 2014, quando foi deflagrada a sua primeira fase, uma operação de busca e apreensão e prisões de doleiros e operadores financeiros envolvidos em irregularidades. As investigações, segundo escreveram os procuradores federais Deltan Dallagnol e Roberson Pozzobon (DALLAGNOL; POZZOBON, 2019, p. 131), ocorriam desde 2013 para apurar um grande esquema de doleiros.

Já era um costume do Ministério Público Federal e da Polícia Federal batizar as investigações e operações. O termo Lava Jato foi escolhido, nesse caso, porque alguns investigados usavam postos de combustíveis e redes de lavagem de automóveis para movimentar dinheiro ilícito. Inicialmente, aos olhos do público, nada indicava o tamanho que o escândalo iria tomar, considerando as atividades e pessoas envolvidas nessa primeira operação, de acordo com as narrativas oficiais e jornalísticas predominantes. Como escreveu o jornalista da TV Globo Vladimir Netto, “o primeiro ato da operação foi a quebra de sigilo de um posto de gasolina – o Posto da Torre, em Brasília –, para obter informações sobre doleiros envolvidos com lavagem de dinheiro no Paraná” (NETTO, 2016, p. 11), em livro que narra as etapas e descobertas da operação sob o ponto de vista dos procuradores e da imprensa à época.

Nas provas colhidas por meio de buscas e apreensões, ainda conforme a história oficial da Lava Jato, um detalhe chamou a atenção dos investigadores. Um e-mail do principal doleiro preso, Alberto Youssef, fora interceptado e nele descobriu-se que havia presenteado um ex-diretor da Petrobras com um carro de luxo. Youssef já era conhecido das autoridades, pois havia

sido investigado em outro escândalo, o do Banestado⁶, e firmado na época um acordo de colaboração. Interceptações telefônicas e outras evidências já mostravam, nos primeiros dias após a operação inicial, que o caso tomaria as dimensões de um grande escândalo político.

Com a prisão do ex-diretor da Petrobras, responsável por grandes obras de refinarias em andamento ou recentemente concluídas, que envolviam contratos de bilhões de reais com as maiores construtoras do país, mais uma vez o roteiro estabelecido nas narrativas sobre corrupção política no Brasil estava configurado. Partidos políticos no governo e seus aliados políticos indicam funcionários públicos para cargos de confiança; cargos que contam com orçamentos vultosos para obras e contratações; os ocupantes dessas posições no aparato do Estado exigiam remunerações ou vantagens indevidas – denominadas propinas – de fornecedores, utilizando uma infinidade de estratégias e operadores financeiros; os fornecedores organizam-se em cartéis, dividem entre si as contratações e tornam-se empresas com acesso privilegiado ao poder, podendo influenciar políticas públicas e novas contratações de serviços e obras; o dinheiro arrecadado ilegalmente abastece campanhas eleitorais, bancam uma série de mimos, presentes e mesadas para políticos e funcionários públicos e promovem o enriquecimento ilícito de muitos personagens.

Nas palavras dos procuradores federais:

De modo resumido, eis o que se descobriu: em troca de apoio no Congresso à pauta da presidência, o governo Lula loteou cargos estratégicos da Petrobras e de suas subsidiárias para os partidos da base aliada. As indicações pelos partidos de gerentes e executivos para diversos cargos de direção da Petrobras estavam associadas à missão de arrecadar propinas. (DALLAGNOL; POZZOBON, 2019, p. 132-133)

A partir daquele momento, março de 2014, a sociedade brasileira passou a viver quase todos os dias com uma extensa cobertura jornalística sobre a Operação Lava Jato, com ampla divulgação a cada operação policial de busca e apreensão, prisões de agentes públicos e políticos, oferecimento de denúncias, novas descobertas ou suposições feitas pelos investigadores, vazamentos de achados das investigações e, principalmente, das chamadas delações premiadas.

⁶ Escândalo surgido a partir de investigações executadas pela Polícia Federal para apurar suspeita de evasão de divisas por um grupo de doleiros que operava contas na agência do Banestado em Nova York (FOLHA de S.PAULO, 2004).

Não demorou para que as investigações passassem a abranger outras empresas estatais e órgãos federais, dado que se mantinha, na visão dos procuradores, a lógica de indicação de pessoas de confiança para cargos estratégicos com a missão de arrecadar recursos. Conforme explicaram:

O que a Lava Jato revelou é, em boa medida, a existência no Brasil de um capitalismo de compadrio, de laços, uma característica comum a diversos países da América Latina. Parte relevante das elites política e econômica se associou para saquear a sociedade brasileira. A corrupção não se mostra como um desvio do sistema, mas como uma engrenagem que o faz funcionar. (DALLAGNOL; POZZOBON, 2019, p. 141)

O Procurador-Geral da República à época, Rodrigo Janot, lembra em livro de memórias o momento em que foi consultado para organizar uma força-tarefa de procuradores em Curitiba. O doleiro Alberto Youssef já estava preso, mas ainda não havia indicações de que ele ou o ex-diretor da Petrobras poderiam fazer uma colaboração. “Decidi criar a força-tarefa de Curitiba. Dallagnol teria carta branca para montar o grupo e para tocar livremente a investigação. Era a primeira vez que se criava esse tipo de força-tarefa no Ministério Público Federal” (JANOT; CARVALHO, 2019).

Uma das novidades consolidadas pela Lava Jato na esfera jurídica de investigações de corrupção – e que permitiu a descoberta de casos em outras empresas estatais, para além da Petrobrás – foi o instituto da colaboração premiada. Como explica o próprio Ministério Público Federal (2021b), há um arcabouço jurídico no Brasil para incentivar quem comete crimes a colaborar com a Justiça em suas investigações, em troca de uma diminuição de penas ou até isenção total de qualquer punição. São duas as formas de colaboração: uma na qual o criminoso provê informações de forma espontânea na expectativa de que tal atitude seja recompensada pelo juiz na hora de definir a pena, e outra, que foi amplamente usada na Lava Jato, quando o criminoso entra em acordo com o Ministério Público Federal e celebra um contrato estipulando as condições para a colaboração e quais serão os benefícios concedidos. O detalhamento de como funciona a colaboração premiada foi estabelecido na lei 12.850 de 2013, chamada Lei de Combate às Organizações Criminosas, promulgada um ano antes da Lava Jato, mas a colaboração premiada já era usada pelo Ministério Público antes da legislação de 2013, mesmo sem previsão expressa, como no próprio escândalo do Banestado.

Praticamente seis meses após o início da Operação Lava Jato, em setembro, os procuradores firmaram seus primeiros acordos de colaboração premiada. Com eles, o impacto

das revelações cresceu de forma exponencial, assim como a intensidade da cobertura jornalística e a repercussão na vida política do país. O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, em sua delação, citou os políticos que teriam sido beneficiados pelos esquemas de corrupção na Petrobras, incluindo deputados, senadores e governadores. Ao mesmo tempo, ratificou o esquema de cartelização de obras públicas pelas grandes empreiteiras em atuação no Brasil (FOLHA DE S.PAULO, 2015).

Algumas semanas após, o principal doleiro envolvido no esquema de propinas, Alberto Youssef, também fecha um acordo de colaboração premiada, revelando mais detalhes e novos atores envolvidos nos desvios de dinheiro e corrupção. Ainda em seu primeiro ano, 2014, a força-tarefa responsável pela Operação Lava Jato celebrou acordos de colaboração com executivos do grupo empresarial Toyo Setal. Em novembro daquele ano, uma operação policial, denominada Juízo Final, prendeu preventivamente diversos donos e altos executivos de grandes construtoras brasileiras, como Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Mendes Júnior, Engevix e UTC, reforçando uma percepção de que nem mesmo parcela do empresariado brasileiro com acesso ao poder político e detentora de poder econômico estaria a salvo das garras da Justiça (MACEDO, 2014).

Sem pretensão de detalhar todos os fatos e implicações derivados das diversas fases da Operação Lava Jato ao longo dos anos, optou-se neste capítulo pelo destaque de alguns episódios mais emblemáticos, de forma a apontar a repercussão das investigações na vida política e social do país no período. Um exemplo, ainda em 2014, pode ser citado, ocorrido no decorrer da campanha eleitoral presidencial daquele ano. Notícias na imprensa com base em vazamentos e revelações dos meandros dos esquemas de corrupção ameaçaram de modo forte a candidatura à reeleição da então presidente Dilma Rousseff, quase impedindo que vencesse o pleito.

Observa-se assim que, ainda em seu primeiro ano, o alcance jurídico da Operação Lava Jato superou seu local de origem, Curitiba, ampliando as dimensões de sua repercussão na mídia. A presença de investigados com fórum privilegiado (parlamentares) implicou, ainda em 2014, a transferência de parte dos inquiridos para a alçada do Supremo Tribunal Federal. Tal fato repercutiu negativamente entre policiais e procuradores, que compartilharam com a imprensa percepções de que poderia haver um incentivo à impunidade, dado que a dinâmica das investigações criminais na corte constitucional são mais lentas e seriam maiores as chances de aceitação de prerrogativas em favor dos réus.

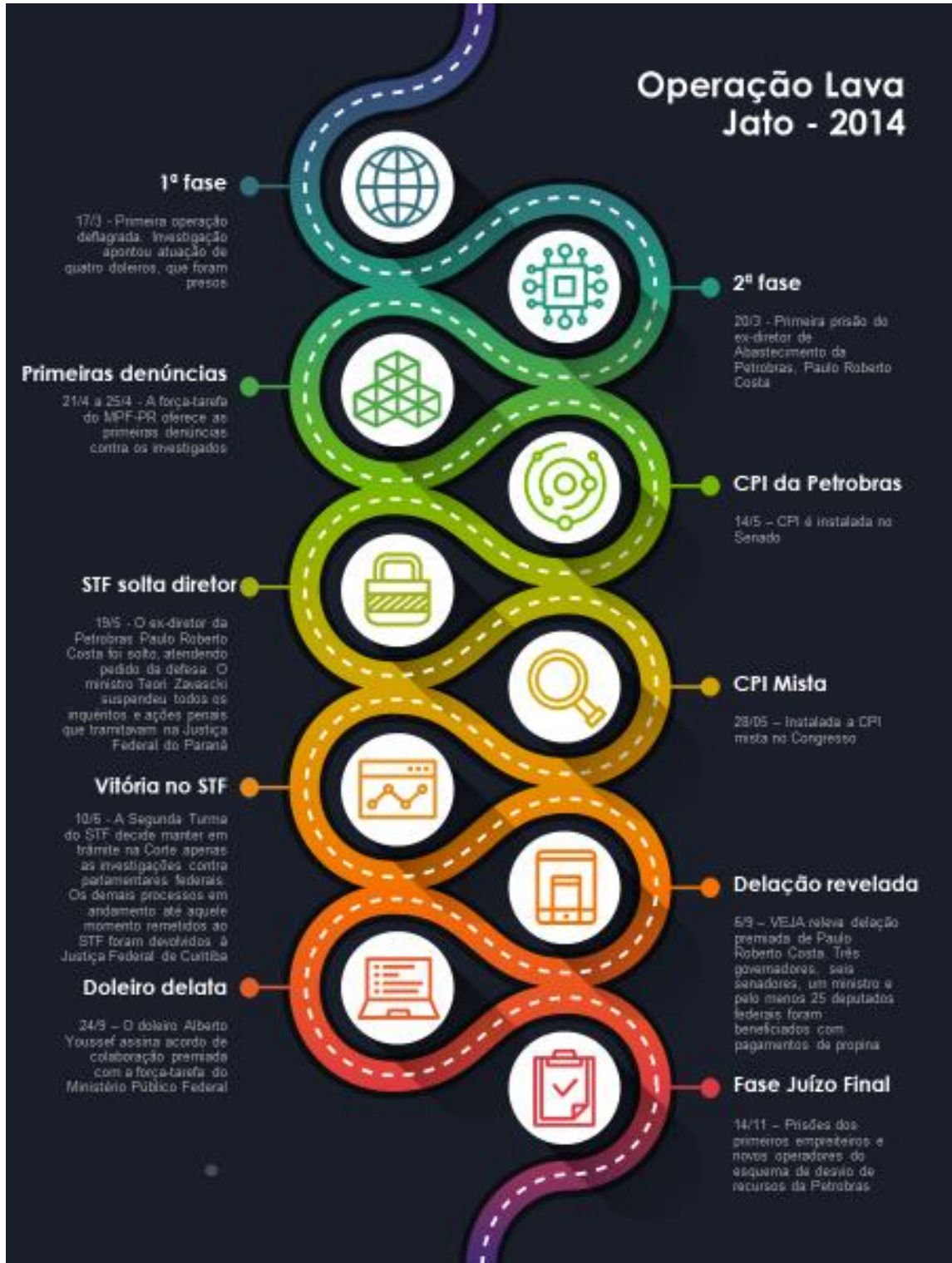
Também neste primeiro ano da operação, o Supremo Tribunal Federal chegou a determinar que todos os inquéritos da Lava Jato fossem remetidos da primeira instância da Justiça Federal de Curitiba para Brasília, devido à presença de parlamentares entre a lista de acusados. A decisão, contudo, foi parcialmente revertida logo após pelo próprio STF, que manteve na capital paranaense as investigações que não tivessem como alvo pessoas com direito a foro privilegiado (Figura 1).

Ainda no ano de 2014, o então juiz responsável pelos processos relativos à Operação Lava Jato, Sergio Fernando Moro, começa a ganhar notoriedade na mídia. Suas decisões no âmbito dos procedimentos jurídicos e processuais eram muitas vezes polêmicas, como a manutenção de prisões preventivas por longos períodos (em alguns casos, por anos); a celeridade nos julgamentos e sentenças, contrariando o padrão moroso predominante no Poder Judiciário. A esse conjunto ainda podem ser acrescentadas a decisão de tornar públicos diversos documentos no âmbito dos processos e sua presença na mídia e em eventos públicos, possibilitando que um juiz de primeira instância rapidamente fosse conhecido nacionalmente.

Em 2015, contudo, a repercussão de seu trabalho, sua visibilidade e apoio junto à opinião pública aumentariam, em grande parte pela própria evolução das investigações e processos judiciais da Operação Lava Jato. Naquele ano, executivos de uma das grandes construtoras envolvidas na Operação Lava Jato, a Camargo Corrêa, firmam acordo de colaboração premiada, pela qual novas irregularidades em diferentes obras foram reveladas, gerando mais inquéritos. Em junho daquele ano, as duas maiores construtoras do país, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, são alvos de operações da Lava Jato e seus donos e altos executivos, presos. Era a 14ª fase, batizada de Erga Omnis (expressão em latim usada para referir-se ao fato jurídico que vale para todos).

A partir das colaborações premiadas de executivos de construtoras, ex-funcionários públicos e operadores financeiros, as investigações, inicialmente concentradas nas obras da Petrobras, começam a ser ampliadas para outras estatais e projetos, como a ampliação da usina nuclear de Angra, a usina hidrelétrica de Belo Monte, diversas obras ferroviárias, rodoviárias etc. Com isso, novas forças-tarefas de procuradores foram criadas, no Rio de Janeiro e posteriormente em São Paulo (Figura 2).

Figura 1 Principais fatos ocorridos no ano de 2014, o primeiro da Operação Lava Jato



Fonte: Ministério Público Federal, 2021c; G1, 2019.

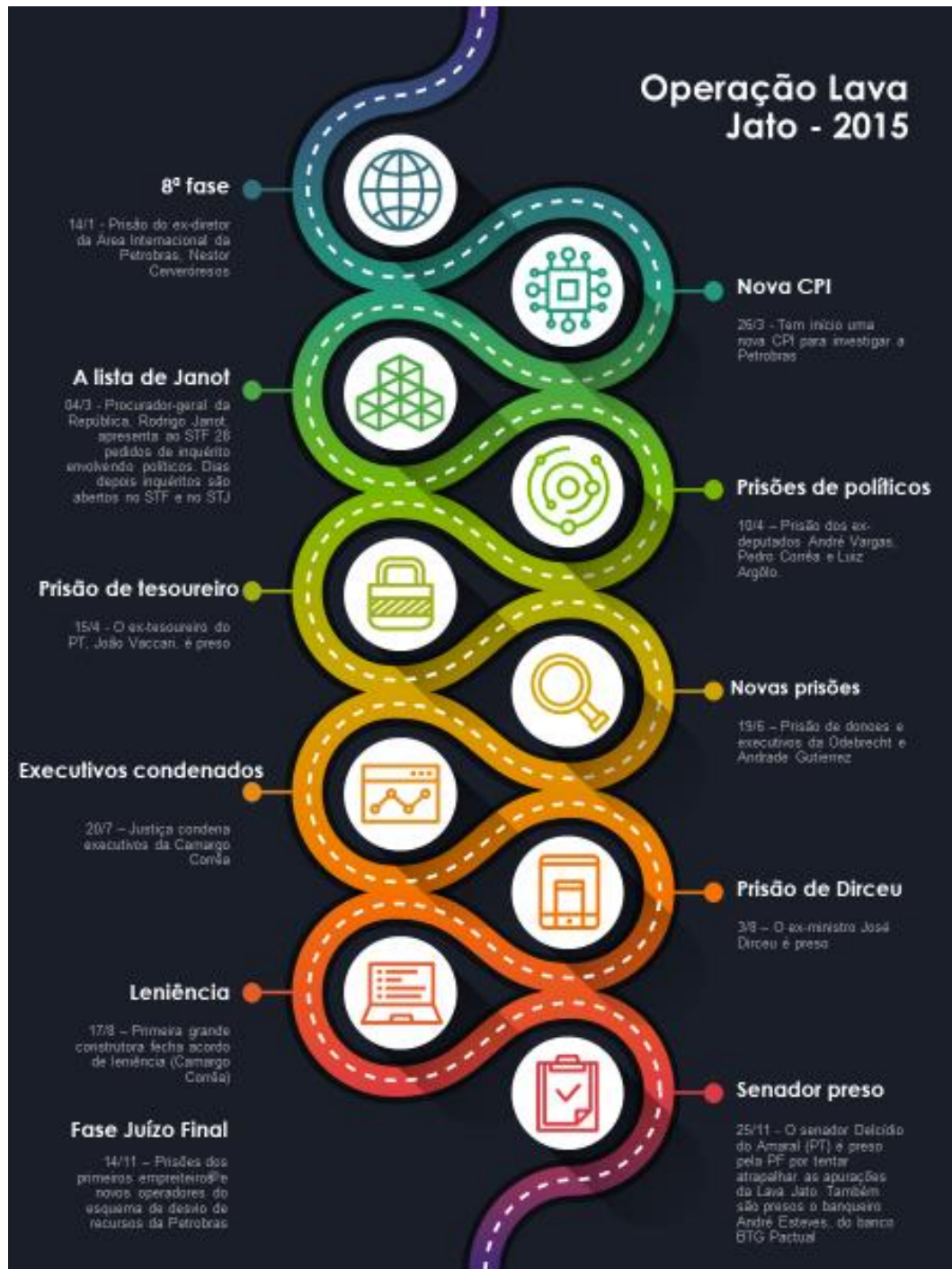
As investigações implicavam líderes políticos dos partidos que compunham a base de sustentação do governo de Dilma Rousseff, predominantemente PT, PMDB e PP, além de

representantes de partidos de menor expressão. Aos poucos, passaram a se concentrar na figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que em 2016 chegou a ser conduzido coercitivamente para prestar depoimento a delegados da Polícia Federal e procuradores federais, sob suspeita de ter recebido vantagens indevidas de construtoras com obras do governo federal, traduzidas em reformas de um apartamento triplex no município praiano do Guarujá – SP.

Os primeiros meses de 2016 representaram, talvez, o momento em que a Operação Lava Jato provocou a maior elevação de temperatura no jogo político brasileiro. Desde meados de 2015, o escândalo político já mobilizava multidões nas ruas, que protestavam contra o governo federal e, dentre os partidos da situação, principalmente contra o PT. Capitaneados por partidos de oposição, setores empresariais e novos movimentos políticos, de orientação liberal e conservadora, demandavam a abertura de um processo de *impeachment* contra a presidente da República.

Em dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, rompido com o PT, aceita um dos pedidos de *impeachment* protocolados. Em abril do ano seguinte, é referendado em votação na Câmara dos Deputados. No Senado, onde foi tramitado na sequência, o *impeachment* foi aprovado em agosto, quando o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência e terminou o mandato presidencial conquistado na reeleição ocorrida em 2014.

Figura 2 Principais fatos ocorridos no ano de 2015, o segundo da Operação Lava Jato



Fonte: Ministério Público Federal, 2021c; G1, 2019.

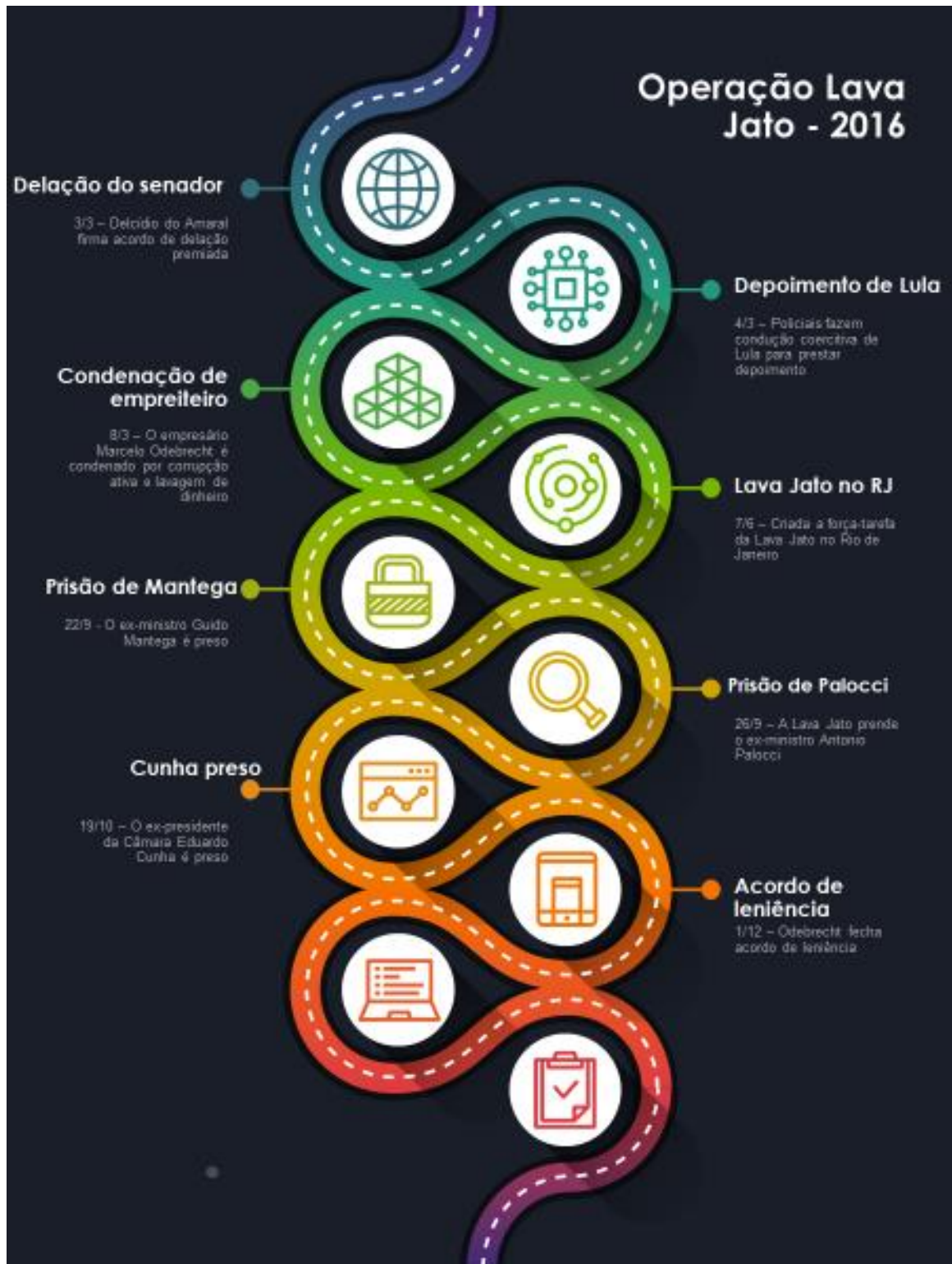
Ainda no ano de 2016 (Figura 3), além do mandado de condução coercitiva de Lula, o juiz Sergio Moro, que havia acatado pedido dos investigadores para quebrar o sigilo telefônico do ex-presidente, em uma decisão polêmica (e para muitos juristas ilegal, a ser examinada mais adiante), retirou o sigilo dos áudios originados de tais interceptações, tornando-os públicos, dentre os quais uma conversa entre Lula e a então presidente Dilma Rousseff sobre

a posse do ex-presidente como ministro-chefe da Casa Civil, e divulgou-os, embora tenha reconhecido posteriormente que errou ao tomar a decisão (RODAS, 2016).

Enquanto o país navegava em águas turbulentas na esfera política, as fases da Operação Lava Jato se sucediam, trazendo novas revelações, aumentando o número de pessoas investigadas e acusadas, encerrando o ano de 2016 com a prisão do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e com a homologação, pela Justiça, do acordo de leniência da maior empreiteira do país até então, a Odebrecht. Esse acordo de leniência ampliou o leque de acusações atingindo novos líderes políticos, que agora também envolviam partidos de oposição ao governo, principalmente o PDSB, além de proporcionar novas séries de inquéritos, investigações e processos.

Em maio de 2017, dados das investigações da Procuradoria-Geral da República sobre o então presidente da República, Michel Temer, que havia assumido o cargo por ser vice de Dilma Rousseff, vazam para a imprensa, incluindo áudios comprometedores gravados pelo empresário Joesley Batista, proprietário do frigorífico JBS e de diversas outras empresas de grande porte, com o próprio Temer. Batista já havia negociado um acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República.

Figura 3 Principais fatos ocorridos na Operação Lava Jato, no ano de 2016



Fonte: Ministério Público Federal, 2021c; G1, 2019.

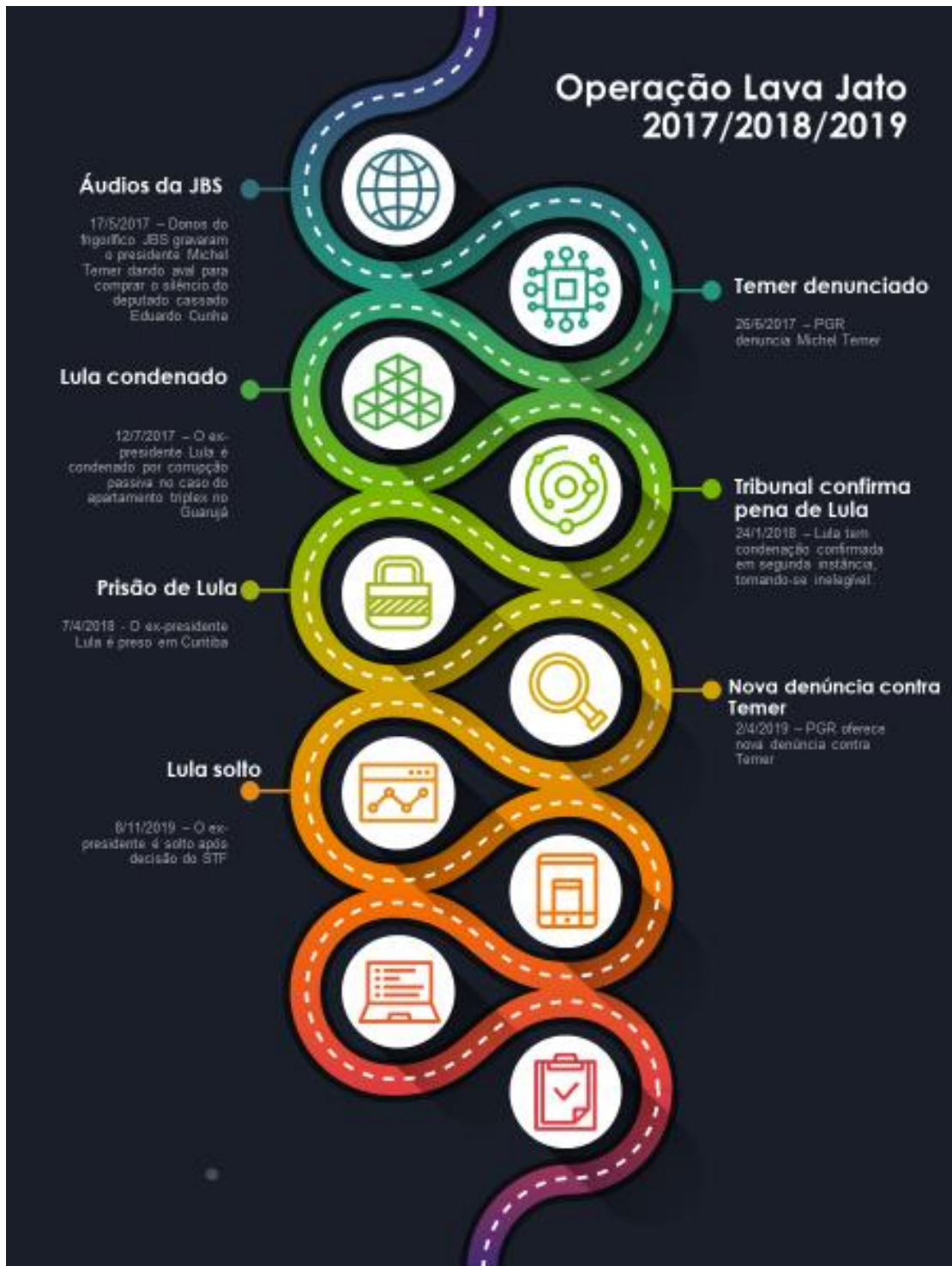
A PGR chegou a pedir a abertura de investigação criminal duas vezes por conta das informações reveladas nas investigações, mas ambas não foram aprovadas pela Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, foram arquivadas. Nessa mesma delação premiada, o então senador do PSDB e ex-candidato presidencial Aécio Neves foi acusado de corrupção.

Ainda em 2017, ocorre outro acontecimento emblemático da Operação Lava Jato, o julgamento do ex-presidente Lula. A sentença foi proferida pelo juiz Sérgio Moro em julho daquele ano, condenando o líder do PT a nove anos e seis meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no caso que ficou conhecido como “o processo do triplex do Guarujá”. Em janeiro do ano seguinte, 2018, a condenação de Lula foi confirmada em segunda instância, que ainda ampliou a pena do ex-presidente (Quadro 4).

De acordo com a jurisprudência do STF à época, condenados em ações penais em segunda instância deveriam cumprir imediatamente a pena, independentemente da possibilidade de recursos nas cortes superiores de Brasília (STJ e STF). Após recursos cabíveis serem apresentados, avaliados e recusados, o ex-presidente foi preso em abril, o que também o impossibilitou de concorrer ao cargo de presidente nas eleições que aconteceriam em outubro de 2018. A Lei Complementar n. 135 de 2010, mais conhecida como Lei da Ficha Limpa, impede que condenados em ações penais em segunda instância possam concorrer a cargos políticos. Para muitos analistas, essas decisões da Justiça, derivadas das ações da Operação Lava Jato, influenciaram diretamente o pleito eleitoral de 2018. Lula chegou a ter sua candidatura registrada, mas foi posteriormente negada em decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

Ainda em julho de 2018, as investigações derivadas da Lava Jato sobre corrupção em obras do estado de São Paulo começam a atingir líderes políticos do PSDB, mas a frequência do assunto na mídia diminui. O mesmo ocorre em 2019, quando Sergio Moro assume o cargo de ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro, eleito presidente no pleito de 2018.

Figura 4 Principais fatos ocorridos nos anos de 2017, 2018 e 2019 na Operação Lava Jato



Fonte: Ministério Público Federal, 2021c; G1, 2019.

Após Moro assumir posição ministerial no governo federal, outro juiz de Curitiba foi designado para assumir os processos da Lava Jato, que continuaram a tramitar. Como se discutirá nas páginas seguintes, o apoio político e midiático à Operação Lava Jato começou a

diminuir após as revelações, feitas pelo site *The Intercept Brasil*, de condutas ilegais e inapropriadas de procuradores federais da força-tarefa de Curitiba e do juiz Sergio Moro, com base em conteúdo de mensagens privadas trocadas entre eles que foram acessadas por um hacker e repassadas ao veículo de imprensa.

Em novembro de 2019, após uma revisão do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a prisão de condenado em processo criminal em segunda instância, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi solto. Em setembro de 2020, o procurador federal coordenador da força-tarefa de Curitiba, Deltan Dallagnol, deixou o posto na Operação Lava Jato, alegando motivos pessoais, após meses enfrentando pressões contra sua atuação e tendo sido alvo de processos no Conselho Nacional do Ministério Público (LOPES; KONCHINSKI, 2020).

No início de fevereiro de 2021, o Ministério Público Federal anunciou o fim da força-tarefa da Operação Lava Jato, que foi incorporada ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) da instituição (MOTORYN, 2021). Quatro procuradores da Lava Jato foram integrados ao Gaeco, outros 10 membros continuaram designados para atuação em casos específicos das investigações sem dedicação exclusiva. O fim previsto da Lava Jato já havia sido antecipado meses antes, com o entendimento da chefia da Procuradoria-Geral da República, no governo do presidente Jair Bolsonaro, de que o modelo de investigação das forças-tarefas, adotado em Curitiba, teria fragilidades institucionais e levantava suspeitas sobre os investigadores (MARQUES, 2021).

Em abril de 2020, Sergio Moro deixou o cargo de ministro da Justiça de forma conflituosa após acusar o presidente da República de tentar controlar a Polícia Federal para impedir investigações por peculato contra seu filho, o senador Flávio Bolsonaro (CNN, 2020). Depois de sua passagem pelo governo, atuando como advogado chegou a produzir parecer em favor de acusados de corrupção (GUIMARÃES, 2020) e tornou-se sócio-diretor de uma consultoria estadunidense na área de disputas e investigações, que também era a administradora judicial da Odebrecht (SANTOS, 2020), um dos principais alvos de suas sentenças durante as investigações da Lava Jato. Até o momento da escrita da presente tese, em abril de 2021, especulava-se no noticiário sobre a possibilidade de Sergio Moro concorrer às eleições presidenciais de 2022.

A atuação de Moro como juiz, durante a Lava Jato envolvendo Lula, foi objeto de julgamento no Supremo Tribunal Federal, em *habeas corpus* na qual a defesa do ex-presidente da República solicitava a anulação da condenação no processo, que ficou conhecido como o do apartamento triplex, por parcialidade. Em votação na segunda turma do STF, composta por cinco ministros, os ministros decidiram, por 3 votos a 2, pela suspeição de Moro no caso (RODAS, CALEGARI, 2021), decisão que foi submetida ao plenário do tribunal em sessão ocorrida em 22 de abril. Ainda sem conclusão deste julgamento até 28 de abril de 2021, os ministros haviam formado maioria pela ratificação da suspeição de Moro (D'AGOSTINO, 2021).

Ainda no início de março de 2021, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática, cancelou todas as condenações proferidas pela 13ª Vara Criminal da Subseção de Curitiba da Justiça Federal contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acatando pedido de *habeas corpus* impetrado pela defesa do réu, alegando que a referida vara não tinha competência para julgar Lula. Com a decisão, os processos deveriam ser reiniciados pela Justiça Federal do Distrito Federal, o que na prática devolveu ao ex-presidente seus direitos políticos (TEIXEIRA, ROCHA, 2021). A decisão de Fachin, monocrática, foi referendada pelo plenário do STF ainda em 15 de abril, por 8 votos a 3 (FOLHA DE S.PAULO, 2021).

1.2.2 Uma simbiose jurídico-midiática

No caso da Operação Lava Jato, foi notório o interesse dos responsáveis pelas investigações em dar visibilidade às respectivas ações, principalmente na imprensa, o que reforça a argumentação proposta inicialmente neste capítulo da relação entre mídia e escândalo. Um dos procuradores federais responsáveis pelas investigações, em entrevista publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em 24 de novembro de 2017, explicitou a decisão que sua equipe havia tomado no decorrer da operação pelo uso de ferramentas de comunicação em diferentes etapas do processo: entrevistas coletivas, criação de *site* na internet, uso das redes sociais, participação em eventos públicos etc. (ALBUQUERQUE, 2017).

A investigação permitiu alcançar resultados inovadores em razão do grande apoio da sociedade, de uma série de lances de sorte e de um novo modelo de investigação. Dentro desse novo modelo tem quatro pilares. O primeiro é o de colaborações premiadas, o segundo de cooperação interna e internacional, o

terceiro de estratégia de fases e, em quarto lugar, exatamente o da comunicação. Dentro da comunicação, esse caso inovou porque é impossível avançar contra interesses tão poderosos sem o apoio da sociedade. (ALBUQUERQUE, 2017)

Tal relação entre a força-tarefa de procuradores e a imprensa, que poderia ser classificada como simbiótica, não foi isenta de críticas, como sintetizou Afonso de Albuquerque, em artigo publicado em 2021 com reflexões sobre democracia e populismo a partir da Operação Lava Jato: “A espetacularização do processo judicial foi, não só um traço recorrente, mas elemento essencial da estratégia de acusação da Lava Jato” (ALBUQUERQUE, 2021, p. 21).

As colaborações premiadas constituíram o grande diferencial da Operação Lava Jato em relação a outras investigações de casos de corrupção. O acesso da imprensa ao conteúdo de depoimentos de investigados, confessando crimes, descrevendo situações e *modus operandi* de atos de corrupção, providenciou material abundante para os meios de imprensa. Além do instrumento ter sido regulamentado em legislação de 2013, conforme descrito em parágrafos anteriores, o conteúdo de muitas delações, tornados públicos por meio da imprensa, envolviam os leitores com confissões de detalhes em primeira pessoa de fatos que antes eram apenas suspeições. Contratos fraudulentos, entregas de dinheiros em escritórios, locais públicos e hotéis, tudo isso era revelado pela primeira vez em tantos detalhes.

Sérgio Moro reconheceu, em texto escrito em 2019, que uma parte significativa das provas usadas nos diversos processos da Lava Jato consistiu na confissão dos envolvidos, por meio de acordos de colaboração premiada e justificou: “É muitas vezes difícil descobrir e provar crimes complexos como a corrupção sem o auxílio de um dos criminosos envolvidos” (MORO, 2019, p. 189).

O próprio conceito de força-tarefa, que reuniu em Curitiba policiais, procuradores e outros funcionários públicos exclusivamente ou quase exclusivamente dedicados às investigações, alocados em um só local, com recursos à disposição, também contribuiu para a celeridade das investigações, acusações e instauração de processos judiciais. Em muitos casos, devido à movimentação de recursos no exterior, houve cooperação internacional inédita com autoridades de outros países, principalmente da Suíça, que colaborou informando dados bancários de vários investigados. Tal colaboração realizou-se em meio a polêmicas e acusações de ilegalidades, conforme discussão nas páginas seguintes. A estratégia de fases, por sua vez, consistia em marcar temporalmente cada operação de busca e apreensão em prisões. Em

algumas delas, os investigadores escolhiam nomes, com a intenção de proporcionar simbolismos e significados às operações: 7ª Fase – Juízo Final; 11ª Fase – A Origem; 14ª Fase – *Erga Omnes* (Vale para todos); 15ª Fase – Operação Mônaco; 17ª Fase: Pixuleco; 19ª Fase – *Nessum Dorma* (Ninguém Dorme); 22ª Fase – Triplo X; 24ª Fase – *Aletheia*; 31ª Fase – Abismo etc.

A estratégia de promover alta visibilidade na imprensa para a Lava Jato contou com diversas táticas. A cada fase e em momentos críticos da operação havia contatos frequentes com a imprensa. Documentos e provas constantes nos processos judiciais era tornados públicos e entrevistas coletivas aconteciam com participação de procuradores, policiais federais, auditores da Receita Federal e membros de outras repartições e autarquias do Estado.

Em texto publicado no jornal *Valor Econômico*, por exemplo, a colunista de assuntos políticos Maria Cristina Fernandes, em 2016, chamava atenção para a aparente preocupação dos procuradores da Lava Jato com sua performance de comunicação. Ao traçar um perfil do procurador Deltan Dallagnol, destacava o seu cuidado com o discurso em um dos momentos mais notórios da operação, quando concedeu entrevista coletiva à imprensa para anunciar a denúncia contra o ex-presidente Lula, utilizando o software Power Point em uma apresentação que rapidamente tornou-se emblemática, caracterizando o estilo adotado pelos agentes públicos.

Segundo a jornalista, era perceptível o uso de frases e termos de fácil compreensão pelo procurador, carregadas de adjetivos cuidadosamente escolhidos, de forma a proferir um discurso de fácil compreensão e com grande apelo midiático. As técnicas de oratória usadas na fatídica apresentação, segundo a jornalista, eram as mesmas aplicadas por Dallagnol em suas inúmeras palestras proferidas em todo o Brasil na campanha que promoveu em favor da aprovação de medidas anticorrupção pelo Congresso Nacional (FERNANDES, 2016). Notava a jornalista:

As manifestações dos integrantes do Ministério Público não estão submetidas ao mesmo cerceamento imposto a juízes, cumprido com habilidade por Sérgio Moro, que se vale dos autos e dos *offs*⁷, mas não concede entrevistas. Sem o

⁷ Expressão abreviada do inglês *off the record*, que significa informação prestada por uma fonte que se mantém anônima, conforme Círculo Folha (2020).

mesmo freio, o procurador não apenas tem farta presença no noticiário como é ativo usuário das redes sociais. (FERNANDES, 2016)

O juiz Sérgio Moro, em artigo acadêmico publicado em 2004 sobre a Operação Mãos Limpas, uma investigação ocorrida na Itália na década de 1990 que apurou e puniu casos de corrupção em larga escala entre os principais partidos políticos daquele país, deixa claro que o exemplo italiano era uma referência e já argumentava que o apoio da opinião pública seria essencial para investigações de corrupção política.

Segundo o então juiz, a Operação Mão Limpas “constitui objeto de estudo obrigatório para se compreender a corrupção nas democracias contemporâneas e as possibilidades e limites da ação judiciária em relação a ela” (MORO, 2004, p. 57). Nesse mesmo artigo, Moro enfatizava a importância da reação da sociedade para a continuidade dos processos e investigações contra políticos, lembrando o papel que demonstrações de rua e protestos tiveram para coibir tentativas da classe política de aprovar leis e medidas que, em sua visão, prejudicariam a capacidade de procuradores e juízes de condenarem políticos.

Na verdade, é ingenuidade pensar que processos criminais eficazes contra figuras poderosas, como autoridades governamentais ou empresários, possam ser conduzidas normalmente, sem reações. Um Judiciário independente, tanto de pressões externas como internas, é condição necessária para suportar ações judiciais da espécie. Entretanto, a opinião pública, como ilustra o exemplo italiano, é também essencial para o êxito da ação judicial. (MORO, 2004, p. 57)

Em outro trecho do referido trabalho, citando autores que estudaram a Operação Mãos Limpas, Moro enfatiza que os responsáveis pela operação usaram amplamente a imprensa, “manipulando-a”. Sem afirmar que os investigadores foram responsáveis diretos pelos vazamentos de dados das investigações e detalhes das confissões que logo surgiam quando alguém era preso, Moro argumenta que esse fluxo de informações manteve o interesse público em alta. Da mesma forma, a ampla divulgação de fatos das investigações, na visão do ex-juiz, deixava os acusados sempre na defensiva, o que era útil do ponto de vista da acusação.

A publicidade conferida às investigações teve o efeito salutar de alertar os investigados sobre o aumento da massa de informações nas mãos dos magistrados, favorecendo novas confissões e colaborações. Mais importante: garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas obstruíssem o trabalho dos magistrados, o que, como visto, foi de fato tentado. (MORO, 2004, p. 59)

Os procuradores Deltan Dallagnol e Roberson Pozzobon, em texto publicado sobre a Lava Jato, justificaram a visibilidade da operação pela decisão de divulgar informações que constavam em autos judiciais de acesso público. A Justiça Federal em Curitiba, argumentaram, utiliza um sistema processual eletrônico que permite o acesso e consulta de qualquer pessoa, pela internet, dos processos, bastando apenas estar cadastrado: “Haja vista o interesse público que recai sobre as informações constantes em diversos dos processos da Lava Jato, é evidente que muitos jornalistas e veículos de imprensa passaram a acompanhar diariamente a atualização de informações” (DALLAGNOL; POZZOBON, 2019, p. 14).

A jornalista Malu Gaspar, em livro-reportagem sobre a Odebrecht, sintetizou a mudança na cobertura jornalística da Operação Lava Jato após a facilitação, por Moro, de acesso às informações e documentos relativos às investigações e processos.

Na Lava Jato, o juiz recorreu a um expediente inovador. Até a prisão dos empreiteiros, em novembro de 2014, o público em geral (incluindo jornalistas) tinha acesso apenas às decisões, petições e despachos dos processos, registradas no sistema eletrônico da Justiça Federal, o e-proc. Era o procedimento-padrão no Judiciário. Na Operação Juízo Final, porém, Moro decidiu liberar para consulta a íntegra dos pedidos de busca e apreensão já cumpridas. (GASPAR, 2020, p. 363-364)

Na prática, como observou a jornalista, a decisão permitiu que a imprensa tivesse acesso a dados bancários dos investigados, trechos de depoimentos, conteúdos de e-mail, fornecendo material antes sigiloso para reportagens. E, ainda, ordenou que a assessoria de imprensa da 13ª Vara da Justiça Federal preparasse e fornecesse planilhas aos repórteres com os números dos processos, senhas de acesso no sistema eletrônico, nomes de réus e um resumo de cada ação judicial (GASPAR, 2020, p. 364).

A dimensão da comunicação, como se evidencia, foi, intencionalmente, uma estratégia empregada pelos agentes da Operação Lava Jato para angariar apoios em segmentos da opinião pública e da própria imprensa. Ao mesmo tempo, como se verificou posteriormente, também configurou um dos motivos de críticas à força-tarefa responsável pelas investigações e denúncias criminais, como se discutirá a seguir.

1.2.3 Polêmicas, questionamentos e a Vaza Jato

Desde seus primeiros momentos, ainda em 2014, métodos empregados pela força-tarefa e decisões judiciais proferidas no âmbito da Operação Lava Jato provocaram debates e questionamentos nos meios jurídicos e acadêmicos, com reflexos e repercussões na mídia. Antes mesmo das revelações feita pelo site *The Intercept Brasil*, a partir de junho de 2019, na série de reportagens denominada como Vaza Jato (THE INTERCEPT BRASIL, 2020), a Operação Lava Jato já era alvo de polêmicas.

Quando os jornalistas do site *The Intercept Brasil* iniciaram a publicação de reportagens baseadas no conteúdo privado de mensagens trocadas entre os procuradores federais, policiais federais e o então juiz Sergio Moro por meio de um aplicativo, que havia sido acessado por *hackers*, as críticas à Operação Lava Jato ganharam uma escala e dimensão ainda maiores, gerando manchetes de jornais, capas das revistas semanais, matérias com destaques nos portais de internet e em programas de rádio e TV. Até então, essas críticas, vocalizadas predominantemente por advogados de defesa dos réus, juristas, políticos e empresas investigadas, ocupavam o espaço dedicado a artigos de opinião, entrevistas pontuais em formato “perguntas e respostas” e nos finais de textos noticiosos, como resposta às acusações.

Nas próximas páginas, será feita uma síntese de questionamentos e críticas feitas à Operação Lava Jato nesse período de sete anos mais pertinentes à presente discussão. Não se procura, aqui, esgotar o tema, que vem proporcionando uma profícua reflexão acadêmica, principalmente no campo dos estudos jurídicos e do direito. A intenção é mostrar a referida investigação em sua complexidade para contextualizar as análises sobre a cobertura realizada pela revista *Veja*, no próximo capítulo.

No âmbito acadêmico, por exemplo, os pesquisadores do direito Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e Maurício Habckost Dalla Zen problematizam a utilização do instituto da colaboração premiada no âmbito da Lava Jato, considerada pelos autores como excessiva (WERMUTH; ZEN, 2020, p. 314). Como inúmeros delatores, entre agentes públicos e privados, tiveram sua pena reduzida ao relevar crimes e implicar outros criminosos, a Operação Lava Jato, ao usar em larga escala as delações, reforçou a ideia de que o sistema penal continua seletivo, protegendo determinados atores, conforme os interesses dos procuradores do Ministério Público Federal envolvidos nas investigações. Isso porque, na avaliação dos autores,

o órgão possui um elevado grau de discricionariedade para aceitar ou não a colaboração premiada, baseado em critérios extralegais. Ou seja, uma operação que aparentemente contrariava a percepção dominante de que o sistema penal enfim estava condenando atores sociais poderosos, e não somente os extratos mais vulneráveis da sociedade, ainda mantinha certo grau de seletividade. Mesmo na imprensa foram levantados questionamentos sobre a falta de transparência dos procuradores do Ministério Público Federal nas negociações para a aceitação de colaborações premiadas⁸.

Em dissertação de mestrado, Fabiana Alves Rodrigues, na tentativa de explicar a extensão dos resultados alcançados pela Operação Lava Jato, produziu uma síntese das análises jurídicas relativas às investigações no meio acadêmico. Para a autora, alguns estudiosos elaboram críticas à politização do Poder Judiciário ou criticam excessos cometidos pelos agentes do sistema de justiça, destacando que tais excessos contribuíram para impasses na democracia brasileira (RODRIGUES, 2019, p. 18). Por outro lado, segue a autora em sua análise, outros pesquisadores destacam avanços no combate à corrupção liderados pela justiça e demais órgãos de fiscalização, em um efeito positivo para a democracia brasileira, ao mostrarem força e disposição para desafiar o partido político no governo e conseguir a prisão de grandes empresários (RODRIGUES, 2019, p. 19).

Em sua pesquisa, contudo, Rodrigues procura explicar como a Lava Jato alcançou seus amplos resultados, medidos em números de ações, prisões e condenações, a partir da análise de uma dimensão institucional e do voluntarismo político dos principais atores envolvidos nas investigações. Assim, a autora apresenta o argumento de que a Lava Jato decorre tanto de um processo de aprimoramento institucional como do voluntarismo de procuradores, policiais e juízes, no sentido de uma atuação que extrapolou as competências tradicionais do Poder Judiciário, embasada em uma visão de que a sociedade precisa ser protegida de uma classe política corrompida e ineficiente (RODRIGUES, 2019, p. 21).

⁸ Questões como pressão dos procuradores para inclusão de determinados fatos nas delações, em detrimento de outros; suposta remuneração de executivos para aceitar colaborar com a Justiça, de acordo com os interesses dos acionistas das empresas a que pertenciam; e discussões entre empresários da Odebrecht sobre benefícios obtidos com as delações foram alguns pontos que despertaram polêmicas (VALENTE, 2019; BRONZATTO, 2020; MUNIZ, 2021).

No entanto, aponta Rodrigues, após análise de ações criminais propostas no âmbito da Lava Jato, os resultados não foram obtidos apenas pelo aprimoramento institucional, pois contaram com “altas doses de voluntarismo dos atores do sistema”, traduzidos em uma gestão estratégica do tempo de tramitação dos processos, em discricionariedade e autonomia (RODRIGUES, 2019, p. 214) Para a autora, a atuação da Lava Jato em Curitiba foi baseada em estratégias que supunham a existência de uma estrutura piramidal de organização criminosa, na qual na base figuravam operadores financeiros e doleiros, na camada intermediária estavam as grandes empreiteiras e, no topo, as lideranças políticas, sob a coordenação do ex-presidente Lula (RODRIGUES, 2019, p. 200).

Contudo, uma das mais constantes críticas feitas à condução da Operação Lava Jato, principalmente em relação ao juiz responsável por suas principais decisões, Sergio Moro, foi a de que, enquanto magistrado, não exerceu o ofício com a devida e legal imparcialidade. Imparcialidade entendida como a preconizada pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica da Magistratura e pelas previsões do Código de Processo Penal, que prevê o tratamento igualitário entre as partes (acusação e réu) nos processos penais pelo juiz, que deve permanecer, obrigatoriamente, equidistante das partes, sem deferir tratamento diferenciado a qualquer um.

Essa crítica foi vocalizada principalmente por advogados responsáveis pela defesa dos réus e investigados nos diversos processos e inquéritos instaurados na Lava Jato, reforçada posteriormente pelas revelações do escândalo chamado Vaza Jato. Como sintetizou o jurista Lenio Streck, em artigo no e-book *O Livro das Suspeições*, que reuniu textos de diversos advogados criminalistas atuantes na defesa dos réus da operação em questão:

O que veio a público com as matérias do *Intercept Brasil* é nada mais que aquilo que vinha denunciando há muito, trazido às claras por um modo não ortodoxo. O que ficou claro é que a Força-Tarefa da Lava Jato, sob o pretexto da luta contra a corrupção, trocou o Direito pela Política. Na espécie, os procuradores ignoraram as lições mais elementares que qualquer aluno de graduação aprende em Introdução ao Direito. Eles, juntamente com o juiz Moro, colocaram-se acima do Estado de Direito. (STRECK, 2020, p. 22)

As trocas de mensagens, reveladas pela Vaza Jato, entre o então juiz da Lava Jato e os principais procuradores da força-tarefa de Curitiba, nas quais o magistrado orienta a acusação, discute os momentos mais oportunos para a realização de novas operações, participa do debate em torno da possibilidade de manifestações à imprensa para defender as investigações, foram consideradas sinais evidentes da ruptura de um dos princípios básicos do direito.

A rígida separação dos papéis desempenhados pelos atores, especificamente na Justiça Penal, é exigência basilar do sistema acusatório, contemplado em nosso regime constitucional e assentado na premissa (...) de que “autor e réu se encontram em pé de igualdade, sobrepondo-se a ambos, como órgão imparcial de aplicação da lei, o titular da jurisdição”

escreveu o advogado criminalista Conrado Almeida Corrêa Gontijo, citando o jurista José Frederico Marques (GONTIJO, 2020, p. 27). Ainda acrescenta o autor que cabe única e exclusivamente ao juiz analisar as provas que foram apresentadas e proferir a decisão que lhe parecer acertada, de forma a se respeitar o princípio constitucional da presunção de inocência (GONTIJO, 2020, p. 31).

Outra dimensão das críticas à falta de imparcialidade do então juiz Sergio Moro refere-se ao fato de ele ter aceitado, em 2018, convite para compor o ministério do governo de Jair Bolsonaro, uma vez que suas sentenças judiciais, no âmbito da Operação Lava Jato, haviam impactado de forma significativa as eleições daquele ano. A condenação em 2017 do ex-presidente Lula, na ação conhecida como o caso do triplex do Guarujá, foi ratificada no ano seguinte em segunda instância, o que impediu, pela Lei de Ficha Limpa, sua candidatura. Da mesma forma, Moro foi criticado por ter liberado o conteúdo da colaboração premiada do ex-ministro Antônio Palocci, com uma série de denúncias em relação à gestão do Partido dos Trabalhadores no governo federal, em setembro de 2018, ou seja, semanas antes do pleito eleitoral.

O episódio, já descrito neste capítulo, em que o ex-juiz levantou o sigilo de transcrições de conversas telefônicas entre o ex-presidente Lula e a então presidente da República Dilma Rousseff, também é apontado por juristas e advogados como um dos exemplos da conduta irregular de Moro.

Como sintetizou a advogado Bruno Ribeiro, outro que participou da obra *O Livro das Suspeições*:

Posteriormente desvelou-se que apenas parte do conteúdo fora divulgado, de modo que conversas divulgadas amplamente na imprensa restaram tiradas de contexto, dando a entender que a nomeação do investigado se destinava ao deslocamento da competência por prerrogativa de função. (RIBEIRO, 2020, p. 42)

Mesmo outra decisão referente ao ex-presidente, aquela que determinou sua condução coercitiva para prestar depoimento, em março de 2016, é cercada de polêmicas, como argumentou advogado criminalista e jurista Pedro Serrano,

O fundamento adotado pelo então juiz Sergio Fernando Moro para a decretação da condução coercitiva, que só seria realizada caso o investigado não aceitasse “o convite”, foi de que seriam evitados “possíveis tumultos” com “confronto entre manifestantes políticos favoráveis e desfavoráveis ao ex-presidente” (SERRANO, 2020, p. 72)

o que contrariou expressamente o Código de Processo Penal, que em seu artigo 260 prevê que a condução coercitiva só pode ser determinada no caso de o acusado não atender a intimação para o interrogatório, o que não foi o caso.

Muito se escreveu e se debateu sobre outro aspecto da Operação Lava Jato, acusando seus responsáveis por conduzir as investigações a partir de um viés partidário e ideológico contrário ao Partido dos Trabalhadores e sua base aliada, majoritariamente formada pelo PMDB (atual MDB) e PP (atual Progressistas). Os procuradores da Lava Jato refutam a tese argumentando que seria natural o foco nesses partidos dado que o PT governou o Brasil no período investigado e que a corrupção, como alegavam, era uma questão sistêmica do Estado.

Uma das primeiras reportagens da série *Vaza Jato* do site *The Intercept Brasil*, em junho de 2019 (GREENWALD; PUGY, 2019), revelava a grande preocupação dos procuradores com a possível vitória do PT nas eleições de 2018, demonstrada na tentativa de impedir que o ex-presidente Lula, já preso, concedesse uma entrevista, pois, segundo eles, poderia ajudar eleitoralmente o candidato do partido no pleito eleitoral daquele ano.

Em outro momento da série de reportagens da *Vaza Jato*, o debate sobre a existência de um viés da operação contra o PT surgiu com a revelação de que os procuradores manifestaram dúvidas sobre as provas contra o ex-presidente Lula na apresentação da denúncia em que o acusaram de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, envolvendo o recebimento de um apartamento triplex no Guarujá pela empreiteira OAS (MARTINS, DEMORI, GREENWALD, 2019).

Também se avolumam críticas ao então juiz sobre a condução da fase instrutória dos processos, na qual eram ouvidas as testemunhas e réus. Na opinião de advogados criminalistas envolvidos nos processos, ficava clara nas inquirições do juiz a tentativa de confirmação da tese

acusatória: “Sem qualquer provocação da defesa ou da acusação, foram feitas perguntas [pelo juiz, nota do autor] que já continham todos os elementos para a condenação dos acusados pelos crimes de organização criminosa”, segundo um dos advogados de defesa que atuou na Lava Jato (TORON, 2020, p. 52). Outras questões foram levantadas pelo jurista, como o exíguo tempo concedido para as defesas em determinadas manifestações de resposta à acusação e falta de acesso à íntegra dos documentos constantes nos inquéritos.

Outro ponto de crítica aos métodos e ações da força-tarefa de procuradores da Lava Jato ocorreu em relação aos trâmites adotados para obtenção de informações do exterior, principalmente em relação a dados bancários. Os advogados Marco Aurélio de Carvalho e Thales Cassiano denunciam a autonomia que os procuradores obtiveram dentro do Ministério Público Federal para trocar informações e solicitar documentos a autoridades financeiras de maneira informal, antes de usar os instrumentos previstos em lei para cooperação jurídica internacional. Discorrendo sobre o teor das conversas entre procuradores reveladas pela série de reportagens Vaza Jato, os autores lembram que tais documentos, obtidos pela força-tarefa de Curitiba, embasaram o acordo entre o governo dos Estados Unidos e o grupo empresarial Odebrecht, embora não exista menção à existência de cooperação jurídica internacional formal para sua realização (CARVALHO; CASSIANO, 2020, p. 212). Da mesma forma, escreveram, não há clareza sobre a origem das informações usadas pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos em seu acordo com a Petrobras, pelo qual a estatal brasileira sofreu multa criminal e administrativa (CARVALHO; CASSIANO, 2020, p. 213).

Em uma de duas reportagens na série Vaza Jato, o site *The Intercept Brasil*, em parceria com o portal UOL, mostra que a força-tarefa de Curitiba usou sistematicamente contatos informais com autoridades da Suíça e de Mônaco para obter provas ilícitas e, dessa forma, obter autorização para prisões preventivas e pressionar investigados para fechar acordos de colaboração premiada (MELLO et al., 2019). A mesma crítica consta de documentários sobre a Operação Lava Jato produzido pela TV GGN, disponível em seu canal no YouTube (TV GGN, 2020).

As revelações do site *The Intercept Brasil* mostraram, além disso, que agentes do Federal Bureau of Investigation (FBI), a polícia federal dos Estados Unidos, auxiliaram nas investigações da Lava Jato, alimentando especulações e críticas sobre a interferência estadunidense no caso brasileiro (VIANA; NEVES, 2020).

A publicidade dada aos processos também gerou críticas, principalmente no que se refere à relação estabelecida pela força-tarefa com jornalistas que cobriam a Lava Jato. Quando o *The Intercept Brasil* divulgou a série de reportagens, muitas delas em parceria com grandes veículos de imprensa, exemplos da relação estabelecida com repórteres foi explicitada em texto publicado simultaneamente pelo site e pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em 20 de dezembro de 2019, sob o título “Mensagens vazadas da Lava Jato indicam favorecimento a jornalistas aliados” (BALTHAZAR, 2019).

No conteúdo das mensagens trocadas entre procuradores por meio de um aplicativo, segundo a reportagem, era explícita a preocupação da força-tarefa em defender sua atuação perante a imprensa e, conseqüentemente, a opinião pública. A troca de mensagens revela que o principal procurador à frente das investigações, Deltan Dallagnol, sugeriu em determinado momento a criação de um grupo de pessoas capaz de fazer uma defesa mais vigorosa da operação, por meio da publicação de artigo em jornais para responder às críticas emitidas pelos advogados dos réus e investigados. Dallagnol utilizou mais de uma vez a expressão “guerra de mídia” para descrever como via as discussões na imprensa sobre críticas à Operação Lava Jato.

Mesmo que tal grupo não tenha se efetivado, como afirma a reportagem, a preocupação com as versões e discussões na mídia aconteceram em diversos momentos da operação. O vazamento do conteúdo das mensagens expôs, também, a relação que se estabeleceu com jornalistas, oscilando entre o que a reportagem considerou um relacionamento aceitável entre repórteres e fontes e práticas que poderiam ser classificadas como questionáveis.

Os diálogos examinados pela Folha mostram diversas situações em que procuradores ajudaram repórteres de sua confiança a chegar na frente dos rivais na corrida pela notícia (...) no entanto, muitas vezes os procuradores colocaram em xeque o compromisso assumido com a transparência de suas ações ao agir dessa maneira e usaram seus contatos na imprensa para garantir que a visão do Ministério Público prevalecesse na cobertura do caso e assim ganhasse a influência dentro e fora dos tribunais. (BALTHAZAR, 2019)

Depreende-se do conteúdo das mensagens que os procuradores contavam com jornalistas considerados por eles como mais favoráveis ou simpáticos à sua visão de “guerra de mídia” e adotavam um tratamento privilegiado em relação aos profissionais para garantir notícias e reportagens a favor de seus interesses. Prática comum usada por governos, empresas e diversas organizações, mas que contraria a noção de transparência professada pela Operação

Lava Jato. Em alguns casos, a contradição entre o que se dizia e o que se fazia ficou ainda mais clara, segundo a reportagem da *Folha* e do *The Intercept Brasil*.

As mensagens documentam pelo menos duas ocasiões em que, após levantar o sigilo dos autos de um processo, Sérgio Moro segurou a divulgação da chave numérica para permitir que os procuradores a fornecessem primeiro a repórteres de sua escolha, que assim teriam acesso à informação antes de outros veículos. (BALTHAZAR, 2019)

É de se supor que o acesso privilegiado a jornalistas escolhidos pelos procuradores revela uma ação da força-tarefa para assegurar que a primeira versão das reportagens sobre um determinado assunto fosse mais favorável à narrativa constituída pelos próprios procuradores, influenciando os demais veículos de imprensa a publicarem, na sequência, conteúdos semelhantes.

Ainda como exemplo da relação de confiança estabelecida com alguns jornalistas, a mesma reportagem da *Folha de S.Paulo* e do *The Intercept Brasil* afirmava que, no momento da execução de novas fases da operação, com buscas e apreensões e até prisões, alguns repórteres selecionados eram informados com antecedência e recebiam as notas oficiais a serem tornadas públicas horas mais tarde. Existia, assim, um compromisso informal sobre o momento de publicação do conteúdo dos comunicados oficiais.

As mensagens reveladas evidenciaram, também, práticas polêmicas e questionáveis, sob o ponto de vista da ética jornalística, de alguns profissionais de imprensa, como passar informações para os procuradores em caráter sigiloso. Embora não seja o objetivo desta tese analisar o comportamento da imprensa na cobertura da Operação Lava Jato, tal registro se faz necessário.

Em março de 2015, por exemplo, um editor escreveu a Deltan para dizer que o filho de um ministro do Supremo Tribunal Federal estava vendendo facilidades no mercado. O jornalista afirmou que o procurador podia contar sempre com sua colaboração, porque tinham objetivos comuns. (BALTHAZAR, 2019)

O jornal ainda explicita outra troca de mensagens polêmicas, quando três repórteres procuraram o chefe da força-tarefa para contar que assessorias de comunicação que trabalhavam para empreiteiras investigadas pela Lava Jato estavam enviando às redações informações sobre disputas internas na Polícia Federal, como forma de minar a operação. Um desses repórteres, continua a reportagem, chegou a encaminhar um e-mail que recebeu da assessoria. O mesmo

jornalista relatou ao procurador Dallagnol conversa que teve com advogado de uma empresa, revelando o que descobrira sobre a estratégia que a defesa estava montando para enfrentar os procuradores. Ainda segundo a reportagem, as mensagens mostram que vários jornalistas parabenizam a força-tarefa pelos resultados obtidos e que alguns até chegaram a submeter seus textos antes da publicação, para que os procuradores pudessem apontar erros ou imprecisões. As mensagens também evidenciam que entrevistas com o procurador Deltan Dallagnol foram feitas por escrito, possibilitando que as fontes incluíssem perguntas de acordo com seus interesses.

“O repórter deu liberdade para fazer novas perguntas, desconsiderar o que entendesse impertinente, criar”, disse o procurador aos assessores certa vez. “Temos na nossa mão o que queremos para dar foco em que quisermos (...) as perguntas que criarmos aparecerão como dele, mas temos que manter é claro sigilo sobre isso rs”. (BALTHAZAR, 2019)

A reportagem da *Folha de S.Paulo* não identificou os jornalistas cujas práticas foram expostas nas mensagens, alegando preservar o direito constitucional de sigilo entre fonte e repórteres. De uma maneira geral, o que importa, para o presente estudo, é a transparência sobre a dinâmica estabelecida entre procuradores e jornalistas, que influenciou a narrativa da cobertura. Vale registrar a impressão da ex-assessora de imprensa da Justiça Federal em Curitiba, em entrevista ao site *The Intercept Brasil* publicada antes do escândalo da Vaza Jato (AUDI, 2018). Para ela, o volume de denúncias era tamanho que, em sua avaliação, a imprensa não refletia muito para publicar as notícias. “Talvez tenha faltado crítica da imprensa. Era tudo divulgado como era citado pelos órgãos da operação. A imprensa comprava tudo” (AUDI, *The Intercept Brasil*, 30 de outubro de 2018).

Responsável por analisar e criticar a cobertura do jornal *Folha de S.Paulo*, a *ombudsman* Flávia Lima, em sua coluna dominical de 6 de outubro de 2019, publicou uma síntese de uma autocrítica interna feita pela direção do veículo a respeito da cobertura realizada sobre a Lava Jato, após as revelações do *The Intercept Brasil* (LIMA, 2019). A direção, segundo a coluna, reconheceu que houve erros de avaliação em dedicar espaço concedido, especialmente em manchetes, de forma seguida, a partir das delações premiadas. Muitas vezes, admitiu, os fatos ali narrados não se sustentaram em provas ou acabaram descartados dos procedimentos jurídicos, sem que o mesmo espaço fosse dedicado ao assunto.

Em sua avaliação sobre a cobertura da *Folha de S.Paulo* e dos demais veículos de comunicação, a *ombudsman* escreveu: “é possível dizer que a imprensa foi transformada,

muitas vezes, em linha auxiliar da operação como uma estratégia de angariar suporte” (LIMA, 2019).

E ainda acrescentou:

o forte apoio da população à operação e a heroicização dos líderes da Lava Jato de certa forma inibiram abordagens mais críticas aos métodos da operação (...) foi assim que apontar problemas na Lava Jato virou quase um tabu em nome de um objetivo maior: o combate à corrupção no Brasil. (LIMA, 2019)

Pode-se citar ainda o livro sobre a preparação e publicação da série Vaza Jato pelo *The Intercept Brasil*, que trouxe novos esclarecimentos à relação estabelecida entre a imprensa brasileira e a força-tarefa de procuradores da Lava Jato. A publicação trouxe uma reportagem inédita que revela a preocupação e as tratativas do procurador Deltan Dallagnol para se aproximar da Rede Globo de Televisão, de forma a angariar apoio para sua agenda anticorrupção. Nessa mesma reportagem, são descritas iniciativas da força-tarefa para aproximação e aconselhamento com o jornalista Vladimir Netto, da Rede Globo, que orientou os procuradores sobre a conveniência de se manifestarem à imprensa em determinados momentos (MARTINS; NEVES; DEMORI, 2020, p. 279).

Ao longo deste capítulo, procurou-se estabelecer o embasamento teórico que sustenta as análises pretendidas pela presente tese, assim como demonstrar sucintamente o que foi a Operação Lava Jato, seu alcance e as polêmicas que a envolvem. Teve-se como intenção primeira argumentar que, na contemporaneidade, há uma relação umbilical entre o escândalo político e as narrativas midiáticas que buscam explica-lo ao público. Também procurou-se argumentar que é na esfera da comunicação que os confrontos de forças políticas predominantemente ocorrem, destacando, dessa forma, a importância das narrativas sobre escândalos para a configuração de poder nas sociedades atuais. Principalmente, as narrativas sobre os escândalos de corrupção, que possuem a capacidade de alterar o balanço de poder ao prejudicar a imagem e reputação de líderes políticos perante o público.

Ao resumir os principais fatos da Operação Lava Jato, buscou-se apresentá-la e contextualizar o alcance das investigações, etapas e sentenças. Da mesma forma, procurou-se mostrar a importância, para seus agentes, da narrativa que se criou em relação a esses fatos, principalmente nos meios de comunicação de massa, dentro os quais a revista *Veja* se destaca.

A Operação Lava Jato tampouco foi objeto de uma única narrativa, o que fica evidente tanto pelas análises acadêmicas quanto pelas críticas de advogados criminalistas envolvidos na defesa de réus das investigações. Tais críticas, como se viu, foram potencializadas a partir do escândalo da Vaza Jato.

Enfim, a Lava Jato mostra-se um fenômeno complexo, que suscita diferentes interpretações e análises. Porém, como se verá adiante, houve uma certa narrativa predominante nos principais meios jornalísticos brasileiros, abalada principalmente após as revelações do site *The Intercept Brasil*.

2 A CORRUPÇÃO E O CONTEXTO BRASILEIRO

Para investigar a construção narrativa de *Veja* sobre um personagem que se destacou no cenário político nacional como juiz responsável por decisões relevantes em processos criminais envolvendo políticos e empresários acusados de corrupção, este segundo capítulo dedica-se a estudar o fenômeno da corrupção no contexto brasileiro.

Mais do que tentar esgotar os motivos e origens do fenômeno no país, o que exigiria um elevado esforço de pesquisa muito além do propósito desta tese de doutorado, o objetivo deste capítulo é mostrar a complexidade do fenômeno da corrupção na esfera do Estado brasileiro e sua presença ao longo da história, como forma de subsidiar as discussões posteriores sobre como *Veja* retratou a Lava Jato e o papel do então juiz Sergio Moro e o potencial efeito da cobertura jornalística no imaginário social. Importante ressaltar que, nos primeiros anos da Operação Lava Jato, a corrupção chegou a ser considerada o principal problema do país em pesquisas de opinião, além de ter sido usada como plataforma eleitoral de diversos candidatos a cargos eletivos. Como debatido em capítulo anterior da tese, a força-tarefa da Lava Jato classificou a investigação como a maior ação de combate à corrupção já feita no Brasil, visão que ecoou nos principais veículos de imprensa do país.

O capítulo ainda discorre sobre a corrupção como tema presente em vários debates no mundo, definições e vieses de análise para explicá-la. Por fim, são trazidos para a discussão autores que olham para a corrupção sob a perspectiva da psicanálise analítica, com o intuito de mostrar como as narrativas jornalísticas sobre esse fenômeno podem se relacionar com a reflexão que discute o fenômeno como sintoma de um complexo cultural brasileiro – no caso, a corrupção como sintoma compartilhado por uma determinada sociedade –, com origem em um complexo de inferioridade, no trauma da escravidão e na ausência de um mito fundador do herói. Esse último ponto, sobretudo, é de vital importância para a discussão, a ser feita no capítulo seguinte, sobre a construção heroica do personagem Sérgio Moro nas páginas da revista *Veja*.

2.1 UMA ARQUEOLOGIA DA CORRUPÇÃO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Com o objetivo de problematizar a discussão sobre o fenômeno da corrupção no Brasil, primeiramente há de se observar que, embora elevada ao posto de preocupação “número um” dos brasileiros nos anos da Operação Lava Jato, trata-se de um fenômeno recorrente na história do país. Sob o impacto das revelações do escândalo de corrupção nas estatais brasileiras e de suas narrativas midiáticas, como será estudado nos próximos capítulos, uma pesquisa de opinião conduzida pelo Instituto Datafolha em 2015 apontou que, pela primeira vez, a corrupção era a maior preocupação dos brasileiros (MEDONÇA, 2015). Em 20 anos de sondagens do instituto, a corrupção nunca havia alcançado posição de destaque entre os principais motivos de preocupação da população, que sempre foram violência, desemprego, saúde e educação, o que demonstra a potência dos discursos predominantes na mídia sobre o escândalo da Lava Jato. Afinal, como escreveu a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, a corrupção no Brasil se manifesta em qualquer época e faz parte do cotidiano do país desde os tempos de colônia. Para a autora, embora nem sempre tenha sido identificada com esse nome, a prática da corrupção sempre se fez presente na história e, em muitas épocas, era até considerada aceitável (SCHWARCZ, 2019, p. 90).

As reflexões da antropóloga sobre corrupção constam da obra *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, que se propõe a desconstruir pressupostos consagrados em determinada historiografia do país: de que o Brasil é um país harmônico, avesso a hierarquias, sem ódios raciais, religiosos ou de gênero. Para Schwarcz, o Brasil é um país de práticas autoritárias, explicadas pela escravidão e pelo racismo vigente, pela desigualdade social, intolerância, violência, corrupção e outras características da nossa sociedade.

Interessa para a presente tese destacar a recuperação que Schwarcz realiza de diversos casos de corrupção no Brasil. “Desde fins do século XVI, nas sátiras, sermões, poemas e ofícios, políticos do Brasil eram acusados de enriquecimento ilícito e de práticas como favorecimento, tráfico de influências, nepotismo e abuso de autoridade” (SCHWARCZ, 2019, p. 90).

Nessa arqueologia, a autora lembra que o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, foi autorizado pelo rei português d. João III a conceder “dádivas” a qualquer pessoa que auxiliasse a Coroa a consolidar o domínio português sobre a recém ocupada colônia (SCHWARCZ, 2019, p. 91). Ainda no século XVI, traficantes de escravos que, vindos da África em direção ao Rio da Prata, necessitavam aportar no Rio de Janeiro para reabastecimento

sabiam que precisariam pagar uma porcentagem de seus bens para o governador da capitania (SCHWARCZ, 2019, p. 91). Ainda segundo a autora, no século XVII, viajantes marítimos internacionais expressam a contrariedade em aportar no Brasil, pela necessidade de adular os governadores locais com todos os tipos de presente.

A primeira explicação para a disseminação da corrupção no Brasil, ou ao menos uma facilitação para tal prática, era justamente (...) a distância da administração lusitana. O segundo elemento importante era o fato de a colônia ter sido invariavelmente entendida como uma terra de oportunidades e da promessa. (SCHWARCZ, 2019, p. 93)

Práticas corruptas que continuaram prevalecendo quando a corte portuguesa se instalou no Brasil, em 1808. Como lembra Schwarcz na obra citada, no dia em que D. João desembarcou no Rio de Janeiro, recebeu de presente de um traficante de escravos uma das melhores casas da cidade para habitar, estabelecendo um padrão que foi seguido no trato com a Coroa. Como chegou à colônia exaurida de recursos, a corte portuguesa estabeleceu com senhores de engenho, fazendeiros e traficantes de escravos um regime de trocas e negociações de favores em que títulos de nobreza eram vendidos pela realeza.

Quem quisesse ostentar um título, apresentar seu brasão gravado na entrada de sua casa, ou tivesse a intenção de imprimi-lo na porcelana doméstica ou no papel de cartas, teria que pagar à Coroa um valor considerável, que aumentava proporcionalmente ao grau de nobreza; barões sem grandeza pagavam a metade do que pagava um conde, por exemplo. (SCHWARCZ, 2019, p. 95)

Schwarcz pondera que, apesar das práticas corruptas, o termo corrupção não era comum na época do Império, dado que a noção moderna de tal prática está atrelada a um tipo de Estado baseado na igualdade de direitos, diferente do modelo de governança da época, no qual o imperador detinha o poder moderador, capaz de anular os demais poderes instituídos.

Como prossegue a autora, são conhecidas as histórias do Primeiro Reinado em que Domitila de Castro, a Marquesa de Santos, amante de d. Pedro I, exercia um poderoso tráfico de influência na corte, mas nos jornais da época e atas da Câmara pouco aparece diretamente a noção de corrupção ou qualquer termo com significado parecido (SCHWARCZ, 2019, p. 97).

No Segundo Reinado, marcado inicialmente por períodos de popularidade do Império e do monarca d. Pedro II, conhecido por sua atuação como patrono das artes, e de prosperidade econômica, advinda das exportações de café, as menções públicas à corrupção não faziam parte dos registros públicos. Somente quando os sinais de decadência começam a se instalar, com a

Guerra do Paraguai e a campanha abolicionista. Assim, “não parece coincidência que (...) vários casos que vinculavam a monarquia a práticas de corrupção – por vezes direta, por vezes, indireta – começassem a aparecer na imprensa sem que pudessem ser abafados pela Coroa” (SCHWARCZ, 2019, p. 98-99).

Na Primeira República, a corrupção se torna tema recorrente em jornais e debates políticos. Segundo Schwarcz (2019), o regime inicialmente combinou novas formas de sufrágio com uma estrutura rural arcaica, gerando o coronelismo, votos de cabresto e fraudes eleitorais. Grandes proprietários rurais dependiam do governo central para a realização de benfeitorias e obras necessárias. O governo central, por sua vez, dependia dos votos de uma população eminentemente rural. Instalou-se, nas palavras da autora, um verdadeiro vale-tudo. Eleitores recebiam orientação sobre em quem votar em troca de benefícios materiais imediatos, senhores combinavam quantos votos cada um proporcionaria ao candidato escolhido para garantir sua eleição, e o governo central só diplomava candidatos da situação.

Mesmo assim, durante a Primeira República, o termo corrupção ainda não era frequentemente usado na imprensa para descrever um desvio das funções públicas, sendo mais comum desfalque, prevaricação ou suborno (SCHWARCZ, 2019, p. 105). A imprensa, mais do que denunciar um sistema, dava destaque a casos isolados, como um desvio de recursos na Estrada de Ferro Central do Brasil (1901) e no Hospital Nacional (1902). Entre 1910 e 1912, membros do governo foram acusados de malversação de dinheiro público e, em 1919, juízes foram denunciados por corrupção. Em 1921, continua a autora, sob o presidente Artur Bernardes recaem suspeitas de suborno eleitoral e, em 1922, surgiram denúncias de pagamentos de suborno no Congresso.

Décadas adiante, em 1954, na carta que Getúlio Vargas deixou quando de seu suicídio, relatou como um dos motivos da crise política de então as acusações de corrupção que seu governo enfrentava. À época, jornais movimentavam a opinião pública contra o presidente da República por suposto beneficiamento ao jornal *Última Hora*, o único veículo de imprensa de expressão que apoiava Getúlio Vargas.

A construção de Brasília, que teve início no final da década de 1950, também foi eivada de suspeitas de corrupção e uma Comissão Parlamentar de Inquérito chegou a ser instalada no Congresso para investigar a relação entre o governo de Juscelino Kubitschek e as empreiteiras responsáveis pela edificação da nova capital do país.

Pedro Henrique Pedreira Campos, especialista na história das grandes empreiteiras brasileiras e em suas relações com o Estado, especificamente durante o regime militar (1964-1985), dedicou, em sua obra *Estranhas Catedrais*, um trecho substancial às denúncias de corrupção envolvendo construtoras, grandes obras e a ditadura. Segundo o autor, a realização de obras públicas é uma área privilegiada em acusações de irregularidades envolvendo agentes estatais e empresários. Durante o regime militar, contudo, devido à censura da imprensa e às restrições às liberdades civis, poucos foram os casos que vieram a público, o que “evidencia obviamente não o menor número de casos, mas o amordaçamento dos mecanismos de fiscalização e divulgação das irregularidades, que, crê-se, era até mais frequentes” (CAMPOS, 2015, p. 399).

Na análise de Campos, as diferentes irregularidades envolvendo empreiteiras não eram desvios de conduta singulares e momentâneos, mas um traço característico da dinâmica do setor, sendo os casos denunciados de corrupção motivados por três razões básicas: maximização de lucros; repartição da mais-valia com partes externas; e como forma de prática oligopolista. Dentre as denúncias listadas por Campos durante a ditadura, estão a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, contratos do extinto BNH e na construção da usina hidrelétrica de Água Vermelha, por exemplo.

A jornalista Malu Gaspar (2020), narra que, ao final da década de 1970 e início dos anos de 1980, a Odebrecht adotava uma sistemática de pagamento de vantagens indevidas a políticos e funcionários públicos relacionados aos contratos de obras. Com a mesma dinâmica que, 40 anos mais tarde, seria revelada pelas investigações da Operação Lava Jato, a empresa organizava uma lista de pagamentos indevidos.

A lista da Odebrecht nos anos 80 tinha mais de quatrocentos nomes e codinomes. Um passeio por ela mostra que não havia nenhuma grande obra da empreiteira, no Brasil ou no exterior, que não estivesse associada a um grupo de agentes públicos, políticos ou lobistas. (GASPAR, 2020, p. 77)

Após a redemocratização, o tema da corrupção continua relevante. Como demonstrado no capítulo anterior, diversos casos de corrupção eclodiram na imprensa, em diferentes governos e administrações, tornando os escândalos de corrupção uma ocorrência frequente na história recente do país, o que nos leva a visualizar, considerando os parágrafos acima, uma prática constante em nosso território desde os tempos da descoberta do Brasil pelos portugueses.

2.2 APONTAMENTOS SOBRE A ORIGEM DA CORRUPÇÃO: DEFINIÇÕES, ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E O CONFLITO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO

Não é objetivo da presente tese de doutorado promover um debate sobre definições de corrupção e suas causas na realidade brasileira. Pretende-se deixar explícito, neste capítulo, que se trata de um fenômeno complexo, com diferentes dimensões de análise, por vezes complementares ou até mesmo contraditórias. Entende-se que tal exercício faz-se necessário para, em análise posterior, refletir sobre a narrativa a respeito do escândalo de corrupção construída pela *Veja*.

Como sintetizou o sociólogo inglês John B. Thompson, em suas reflexões sobre o escândalo na modernidade, aprofundadas e debatidas no primeiro capítulo desta tese, o termo corrupção tem origem no latim *corrumpere*, que significa desintegração, decomposição e deterioração de um corpo ou substância. Inclui também a decadência moral. O sentido atual da palavra, contudo, aparece no século XV, na Europa: “a perversão ou falta de integridade no desempenho das obrigações públicas através de subornos ou favores, especialmente pelos oficiais do estado ou de alguma instituição pública” (THOMPSON, 2002, p. 56).

Em seu sentido contemporâneo, prossegue o autor, a noção de corrupção possui duas características principais: a violação de regras, convenções e leis no exercício de atividades públicas, para obtenção de vantagens particulares; e perversão ou subversão de padrões de comportamento íntegro, esperados no exercício de uma função pública.

O Código Penal brasileiro, por exemplo, define a corrupção como um crime tipificado no âmbito dos crimes contra a administração pública, sendo, portanto, um ato cometido por alguém que atenta contra os interesses gerais da sociedade. Em seu artigo 333º, o Código define corrupção ativa, que implica a ação de “oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício”.

Essa definição, que criminaliza o ato de oferecer uma vantagem indevida, supõe uma segunda conduta criminosa, a do funcionário do Estado que recebe tal vantagem indevida. Assim, o Código Penal, no artigo 313º, define corrupção passiva como “solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”.

Outros artigos do Código Penal também dizem respeito ao fenômeno corrupção, em seu sentido mais amplo, como desvio do comportamento moralmente aceito. O artigo 312º define o peculato como “apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”. E o artigo 316º estabelece a definição de concussão, como o ato de “exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”.

O entendimento contemporâneo da corrupção como violação de regras na atividade pública, no âmbito do Estado moderno, guia diversas reflexões sobre o fenômeno, principalmente nos campos da economia e das ciências sociais, o que também acaba por influenciar as narrativas midiáticas sobre a corrupção.

O economista e pesquisador brasileiro Marcos Fernandes Gonçalves da Silva, com larga produção acadêmica de reflexão sobre corrupção, argumenta – no relatório de pesquisa na década de 1990 intitulado “A Economia Política da Corrupção: o Escândalo do Orçamento” – que o fenômeno, embora sempre existente, define-se historicamente quando algumas sociedades a delimitam no âmbito de uma ilegalidade e de um crime, resultado de uma evolução das regras que regulamentam a conduta dos agentes públicos, isto é, políticos e funcionários da burocracia estatal (SILVA, 1995, p. 6).

No ensaio, Silva lista algumas definições de corrupção de autores variados, como “prática do uso do poder do cargo público para obtenção de ganho privado à margem das leis e regulamentação em vigor” (ANDRESKI, 1968, p. 92 apud SILVA, 1995, p. 8), “comportamento de agentes públicos, que foge das normas aceitáveis, para atingir fins privados” (HUNTINGTON, 1968, p. 59 apud SILVA, 1995, p. 8), “mau uso do poder político para benefícios privados” (ENCYCLOPAEDIA OF THE SOCIAL SCIENCES, 1942, p. 448 apud SILVA, 1995, p. 9) e “venda, por parte de funcionários públicos, de propriedade do governo tendo em vista ganhos pessoais” (VHISHNY; SCHLEIFER, 1993, p. 2 apud SILVA, 1995, p. 9).

O autor ressalta que todas as definições acima envolvem o conceito de burocracia, de separação entre *res* pública e *res* privada e implicam transferência de renda fora das regras do jogo econômico. Para ele,

A corrupção pública é uma relação social (de caráter pessoal, extra-mercado e ilegal) que se estabelece entre dois agentes ou dois grupos de agentes (corruptos e corruptores), cujo objetivo é a transferência de renda dentro da sociedade ou do fundo público, para a realização de fins estritamente privados. Tal relação envolve a troca de favores entre os grupos de agentes e geralmente a remuneração dos corruptos com o uso da propina e de qualquer tipo de *pay-off*. (SILVA, 1995, p. 14)

A definição de corrupção utilizada pelo autor, que se relaciona com a do código penal brasileiro e com todas as outras listadas por ele em seu ensaio, está amparada em uma concepção de Estado moderno burocratizado e profissionalizado, que superou historicamente, nas sociedades ocidentais, o Estado pré-moderno que, na visão do autor, possuía quatro características básicas: é uma extensão da monarquia, não havendo distinção entre o orçamento do rei e o orçamento do Estado; é considerado propriedade do soberano; não possui uma clara definição de sociedade civil; constitui-se dentro do chamado patrimonialismo, segundo definição do sociólogo alemão Max Weber.

Para Weber, patrimonialismo é uma forma de dominação social em que o chefe ou grupo dominante desenvolve uma administração que serve apenas como instrumento do mandatário, no âmbito do Estado pré-moderno (WEBER, 1978, p. 232, tradução livre).

Assim, continua Silva, o patrimonialismo em um Estado pré-moderno se estrutura sobre uma burocracia formada por nepotismo e por relações pessoais, não profissionalizada. Desta forma, nos Estados pré-modernos, a corrupção nem sempre era identificada como tal, dado que não havia distinção clara entre público e privado.

Na visão do autor, e daí seu viés econômico liberal, o desenvolvimento da indústria e do mercado capitalista foi um fator importante para explicar, nos países europeus, a diminuição das relações patrimoniais, dado que a ascensão social não ocorria mais somente através do uso da máquina do Estado (SILVA, 1995, p. 22). A partir dessa argumentação, Silva apresenta um dos pontos centrais de seu ensaio, que o grau de desenvolvimento institucional de uma sociedade implica mais ou menos corrupção. Ou seja: quanto mais existirem regras formais e informais definindo o que é público e o que é privado; o que são os poderes do Estado em relação aos direitos de propriedade; quais as liberdades de ação dos agentes públicos; e formas de coibir a transferência ilegal de recursos entre corruptos e corruptores, menor será a corrupção.

O subdesenvolvimento institucional, isto é, a antítese do exposto acima, favorece a corrupção e pode acontecer não somente nos Estados pré-modernos, mas também nas sociedades contemporâneas, conclui Silva, acrescentando que no Brasil predomina o patrimonialismo como forma de relação entre agentes públicos e privados, o que explicaria a nossa corrupção (SILVA, 1995, p. 25). Ainda sob uma perspectiva econômica liberal, o autor argumenta que países subdesenvolvidos economicamente dependem de uma assistência maior do Estado, cujas políticas de distribuição são muitas vezes definidas por motivações clientelísticas e por esquemas de corrupção. Ainda nessas sociedades, há uma presença maior do Estado na economia, o que também favoreceria a corrupção por meio de uma regulação excessiva ou pelo maior poder discricionário, segundo o autor.

Estudiosa da corrupção e uma referência no tema, Susan Rose-Ackerman, autora do livro *Corruption and Government*, enfatiza que a economia é uma ferramenta poderosa para o entendimento do fenômeno, embora não deixe de considerar a influência de fatores culturais e políticos como relevantes para a compreensão da questão.

Rose-Ackerman, entre as muitas definições de corrupção, destaca a feita pela organização não governamental Transparência Internacional, de que corrupção é “abuso de um poder confiado para ganhos privados” (ROSE-AKERMAN, 2016, p. 7, tradução livre). A autora pontua que o termo crítico, nessa definição, é “poder confiado” (*entrusted power*), que enfatiza as tarefas que alguém deveria fazer, de acordo com certas regras. Esse poder de exercer tais tarefas podem ser delegados por um empregador a um empregado ou por uma população a um líder de determinado governo. “Se alguém abusa desse poder confiado, as regras são quebradas, e os principais objetivos declarados são subvertidos” (ROSE-AKERMAN, 2016, p. 8, tradução livre). Embora tal definição, mais ampla, envolva vários tipos de ações que possam ser descritas como corruptas, tanto no Estado quanto nas empresas privadas, a autora centra a sua discussão sobre corrupção no setor público.

Assim, Rose-Ackerman argumenta que a corrupção é um sintoma de “algo errado” no gerenciamento do Estado. Se existe corrupção, as instituições estatais são usadas não para o bem comum, mas para o enriquecimento pessoal de corruptos. “O mecanismo de preços, frequentemente uma fonte de eficiência econômica e um fomentador de crescimento, na forma de subornos pode minar a legitimidade e a efetividade de governo” (ROSE-AKERMAN, 2016, p. 51). Como a definição do que é correto ou não muitas vezes está escrita em forma de leis, prossegue a autora, a existência de oportunistas e corruptos implica um ambiente institucional

favorável às práticas de corrupção. A autora defende que reformas institucionais são uma primeira linha de ataque à corrupção. Mesmo que uma determinada cultura favoreça práticas de corrupção, as culturas podem mudar, argumenta. “Corrupção pode afetar a cultura na mesma medida em que a cultura pode encorajar ou deter a corrupção. Expectativas de corrupção podem afetar atitudes públicas que alimentam a corrupção” (ROSE-AKERMAN, 2016, p. 256).

Dessa forma, prossegue a autora, se cultura e corrupção se retroalimentam, reduzir a corrupção exige mudanças sociais e econômicas drásticas e dolorosas, de uma sociedade onde relações pessoais são a norma para outra mais impessoal e com fortes instituições públicas e orientada para o mercado.

A pesquisadora do direito Isolda Lins Ribeiro defendeu, em trabalho apresentado em 2010 no XIX Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (Conpedi), um olhar jurídico-antropológico sobre a corrupção no Brasil, como forma de buscar as origens de tais práticas, principalmente a origem patriarcal da nossa sociedade e no patrimonialismo estatal (RIBEIRO, 2010, p. 8411).

Para a autora, muitos dos argumentos que embasam as discussões contemporâneas sobre a corrupção e formas de combatê-la problematizam o fenômeno sob um viés econômico. Em um mundo cada vez mais globalizado, onde a necessidade de eficiência impera, tanto do ponto de vista do setor público quanto do setor privado, as práticas corruptas são vistas como empecilhos à competitividade e proporcionam um custo econômico adicional. Nessa perspectiva, a corrupção ocorre por uma combinação de burocracia estatal elevada, sistema judiciário lento e baixos salários no setor público (RIBEIRO, 2010, p. 8411).

Ribeiro, no trabalho supracitado, contudo, busca adotar um viés diverso para compreender a origem das práticas de corrupção no Brasil, apontando uma limitação para o entendimento do fenômeno apenas do ponto de vista jurídico (RIBEIRO, 2010, p. 8412). Para a pesquisadora, a raiz da corrupção no Brasil está no patriarcalismo e patrimonialismo da sociedade brasileira, conceitos definidos pelos pensadores brasileiros Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro e desenvolvidos e trabalhados por diversos outros autores desde então. De acordo com Holanda (1995), a sociedade brasileira formou-se primeiramente dentro das fronteiras da propriedade agrícola, fundada em uma cultura patriarcal, reinado absoluto do senhor de engenho. Quando a sociedade se expande para fora do engenho, ou seja, para além

das fronteiras domésticas, na formação inicial de vilas e cidades, dotadas de uma burocracia estatal, os filhos e parentes dos senhores passam a ocupar os novos postos do governo.

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização — que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades — ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje. (HOLANDA, 1995, p. 145)

Como escreveu Ribeiro, a respeito da criação da burocracia estatal brasileira, que teria origem na elite proveniente das grandes propriedades agrícolas: “Alçados a tais cargos, esses homens adquiriam considerável prestígio social, obtendo privilégios como a comunicação direta ao rei” (RIBEIRO, 2010, p. 8414). Como os salários eram baixos, prossegue a autora, e oportunidades de negócios paralelos lucrativos surgiam para esses novos servidores públicos, o resultado foi uma invasão do público pelo privado, mais especificamente, do público pela família. Ou seja, a falta de distinção entre público e privado está na raiz da sociedade brasileira.

Ribeiro também lembra que a origem do termo patrimonialismo está nas reflexões de Max Weber sobre a legitimidade das formas de poder político. Nessa concepção, conforme detalhado nas páginas anteriores, o patrimonialismo seria uma forma de dominação tradicional, repousada em poderes senhoriais também tradicionais.

De acordo com Raymundo Faoro, desde os tempos da colônia até a primeira metade do século XX sobreviveu no Brasil um capitalismo politicamente orientado, ou pré-capitalismo (FAORO, 2001, p. 866). O grupo político instalado no poder central comandava e orientava a esfera privada dos negócios, sem fronteira estabelecida. Dessa forma, prossegue o autor, a sociedade brasileira se forma nesse contexto de constante ultrapassagem entre os limites do público e do privado. “Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo — assim é porque sempre foi” (FAORO, 2001, p. 866).

Outro debate proposto por Ribeiro em seu trabalho, relevante para a presente discussão sobre as causas da corrupção no Brasil, é sobre a existência de um descompasso entre a realidade jurídica e institucional e as práticas cotidianas da vida diária, refletido na dicotomia entre casa e rua, conforme exposto pelo antropólogo Roberto DaMatta. Segundo síntese de Ribeiro, o indivíduo é criado em um ambiente familiar (casa), onde é reconhecido e respeitado, submetendo-se a uma hierarquia rígida, um ambiente em que os laços e o pertencimento

significam. Na rua, metáfora para o espaço onde se dá a luta pela sobrevivência, o ambiente do trabalho e das leis lhe é desfavorável e o indivíduo torna-se indiferenciado e desprotegido. Como escreveu a autora:

Esta condição conduziu à nossa completa falta de identificação pessoal como destinatários da própria lei. Esclarece-nos Roberto DaMatta que o “dilema do brasileiro reside numa trágica oscilação entre um esqueleto nacional feito de leis universais, cujo sujeito era o indivíduo e situações onde cada qual se salvava e despachava como podia, utilizando para isso o seu sistema de relações pessoais”. (RIBEIRO, 2010, p. 8418)

Ainda segundo a autora, em nosso processo de modernização foi adotado um modelo complexo e acabado de normas e princípios, sem reflexão sobre sua adaptabilidade às condições de vida aqui existentes e sem levar em conta as mudanças que tais preceitos imporiam àqueles que viviam no Brasil (RIBEIRO, 2010, p. 8419). Tal situação explicaria, segundo Ribeiro, o famoso “jeitinho”, pelo qual brasileiros se fiam em relacionamentos pessoais para resolver questões cotidianas, mais do que apelar para regras institucionais.

Tais visões sobre a origem da corrupção, cuja origem estaria na formação da sociedade e do Estado brasileiro, contudo, são objeto de contestações. Mais do que optar por uma ou outra visão, o objetivo do presente capítulo é ampliar a discussão sobre o fenômeno da corrupção, entendido em sua complexidade, para, posteriormente, embasar as discussões sobre a cobertura da Operação Lava Jato realizada pela *Veja* em suas capas.

O sociólogo Jessé Souza, na obra *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato* (SOUZA, 2017), faz uma crítica ao pensamento sociológico no Brasil que explica a corrupção como um fator cultural. Souza critica especificamente o conceito de patrimonialismo, argumentando que a ideia de que o Estado brasileiro foi sempre habitado por uma elite corrupta, que orienta e influencia as ações estatais para que seus interesses políticos e econômicos prevaleçam e sejam atendidos, é uma construção discursiva predominante que, ao mesmo tempo, esconde e legitima uma real estrutura de dominação perpetuada pelas elites econômicas do país.

Para Souza, ao elevar o patrimonialismo a um dos principais problemas nacionais, o pensamento sociológico predominante no Brasil reproduz o pensamento liberal conservador, que teria como pressuposto a teoria da modernização. Essa linha de pensamento, que se origina nos Estados Unidos do segundo pós-guerra do séc. XX, explica a diferenciação entre sociedades por uma herança cultural. No caso, segundo Souza, o que estaria implícito no conceito de

patrimonialismo é a assunção de que a herança cultural do protestantismo individualista estadunidense se tornou um paradigma insuperável para a constituição de uma sociedade desenvolvida e democrática, diametralmente oposta à tradição ibérica que prevaleceu no Brasil. O conceito de patrimonialismo, segundo Souza, aceita acriticamente a noção do brasileiro “vira-lata”, inferiorizado, que tem como principal capital as relações pessoais, habitante de uma sociedade que não chegou, ainda, a ter uma relação profissional e moderna com o Estado. Jessé Souza não nega a existência do patrimonialismo. Sua crítica alerta, no entanto, que a ênfase no conceito e sua elevação à categoria de maior problema nacional esconde relações de poder intrínsecas ao capitalismo e acabam por demonizar o Estado e enaltecer o mercado. Segundo Souza, o tema do patrimonialismo, ou seja, da elite agindo dentro do Estado, usando-o para seus fins, esconde a verdadeira corrupção sistêmica representada pela mais recente forma do capitalismo, o financeiro.

Não se pretende na presente tese defender determinada visão que explique as causas da corrupção no Brasil, mas sim trazer diferentes análises que podem ser complementares no entendimento desse complexo fenômeno. Desta forma, a crítica de Jessé de Souza e de outros autores ao pensamento que propõe uma dimensão cultural brasileira da corrupção pode trazer elementos para a compreensão do problema.

Como discutido no início deste capítulo, a corrupção foi eleita durante os anos da Operação Lava Jato como problema maior do país. Em artigo de 2017, os pesquisadores Paulo Vaz e Fernando Velasco notavam que o tema da corrupção e sua ligação com a política havia se tornado um ponto de convergência na sociedade, alçada à principal explicação das mazelas do país. Os autores, no referido trabalho, buscavam questionar a análise simplista presente de que o combate à corrupção fortaleceria a democracia brasileira. Vaz e Velasco (2017) problematizavam a noção de corrupção política como principal mal social na medida em que “absorve a totalidade da insatisfação dos cidadãos em relação a seus representantes”, e alertavam para o aprofundamento da distância entre representados e representantes, inibindo uma participação política mais efetiva (VAZ; VELASCO, 2017, p. 65).

Vaz e Velasco apontavam, em seu artigo, que o protagonismo da corrupção não deveria ser entendido como uma “jabuticaba” nacional, mas sim uma questão global, como questão política e midiática (VAZ; VELASCO, 2017, p. 66). Ponto que interessa destacar do artigo, para a presente discussão, é seu olhar para o tema da corrupção não somente como problema

nacional, mas como uma questão global, ligada à própria dinâmica das sociedades capitalistas, que passou a ser objeto de estudo e preocupação principalmente a partir da década de 1990.

Antes entendida sobretudo como desvio atribuível aos indivíduos que a praticam, a corrupção se converte em questão sistêmica, a partir da qual podem ser desdobradas as causas e problemas sociais e econômicos fundamentais, como o subdesenvolvimento e a desigualdade. A noção de corrupção tende, portanto, a desempenhar papel que coube mais cedo a ideias como as de conflito entre capital e trabalho ou a distorções próprias ao capitalismo. (VAZ; VELASCO, 2017, p. 71)

Para os autores, o surgimento da corrupção como tema principal do debate político é contemporâneo a um desencantamento ideológico das décadas finais do século passado, que leva a um enfraquecimento da ação política visando a coletividade e a uma consequente valorização da individualidade e da compreensão da política sob uma lógica gerencial empresarial, de eficiência e correta alocação de recursos. Dessa forma, seriam previsíveis a atual predominância dos escândalos de corrupção, investigações e articulações entre promotores, policiais e juízes com a mídia.

Manuel Castells, discorrendo sobre a crise da legitimidade política na contemporaneidade, lembra que diversas pesquisas mostraram que a confiança pública no governo e nas instituições políticas diminuiu significativamente entre o fim do século XX e início do XXI. Citando uma pesquisa de 2008 realizada pela WorldPublicOpinion.org, o autor destacou que 63% dos entrevistados, de 18 nações participantes da enquete, acreditavam que o respectivo país era dirigido por grupos preocupados com interesses próprios (CASTELLS, 2015, p. 340).

Castells pondera que a insatisfação com políticas públicas específicas de cada realidade e com a respectiva situação econômica certamente influenciam esse tipo de pesquisa, mas não deixa de notar que a percepção de corrupção é um fator relevante para a desconfiança política. A maior visibilidade dos escândalos de corrupção na atualidade é de vital importância para a democracia e suas instituições, pois abala um dos seus pilares, que é o da igualdade e da justiça (CASTELLS, 2015, p. 340). O autor ainda argumenta que a corrupção talvez não tenha aumentado de forma substancial em tempos recentes, mas, sim, que tenham aumentado a publicidade que se faz sobre casos de corrupção, a percepção de corrupção e o impacto dessa percepção na opinião pública. “A conexão entre exposição à corrupção política e a queda da

confiança política pode ser diretamente relacionada com a dominância da política da mídia e da política de escândalos na condução dos negócios públicos” (CASTELLS, 2015, p. 343).

A descrença no sistema representativo das democracias ocidentais, na visão de Antonio Negri e Michael Hardt (2014), constitui uma das quatro formas dominantes de formação da subjetividade na atualidade. Os autores, ao investigarem a ocorrência de manifestações como Occupy Wall Street e a Primavera Árabe, entre o final da primeira e início da segunda décadas do século XXI, definiram quatro categorias formativas da subjetivação. Essas formas – do endividado, do mediatizado, do securitizado e do representado – fomentariam o movimento de multidões contra a ordem vigente comum em sociedades diversas, em uma busca por saídas para as estruturas atuais de dominação social e econômica.

A forma de subjetivação do endividado dá-se pelo crescente endividamento das pessoas para sustentar um ritmo de consumo cada vez maior. O medo e a sensação de falta de segurança das classes médias e altas caracterizam a segunda forma de subjetivação, o securitizado. A mediatização, como categoria de formação da subjetividade, revela o poder dos meios de comunicação na mediação de narrativas e discursos. Por fim, a descrença com o sistema representativo da democracia liberal é a quarta condicionante da subjetividade contemporânea, uma subjetividade de crise. Os autores argumentam que o novo arranjo capitalista do século XXI, provocou o encolhimento da sociedade civil moderna, representada por sindicatos e pelos próprios partidos políticos. Custos de campanha exorbitantes, influência crescente do poder econômico na esfera pública e estruturas de participação democrática enfraquecidas são motivos que explicam em parte a baixa estima pela democracia representativa na atualidade (HARDT; NEGRI, 2014).

2.3 A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA: DIFERENTES CAMINHOS PARA A REFLEXÃO

Para a presente discussão contida nesta tese, ou seja, a construção heroica do personagem Sergio Moro nas capas de *Veja* durante a cobertura da Lava Jato, serão trazidos para a reflexão autores e considerações sobre a corrupção no âmbito da psicologia analítica e arquetípica junguiana. Com essa perspectiva, estabelece-se o intuito de contribuir para o debate feito nas páginas anteriores e auxiliar tanto na explicação da ocorrência do fenômeno no Brasil quanto para entender o contexto em que narrativas jornalísticas sobre certos personagens – que estariam

lutando contra sua ocorrência nas democracias modernas – ganham destaque e relevância social.

Primeiro, pretende-se trazer para a discussão uma perspectiva central da psicanálise junguiana, o conceito de *sombra pessoal*. Todos os indivíduos, ao longo de seu desenvolvimento, identificam-se com características ideais de personalidade, guiados pelo ambiente cultural, familiar, educacional etc., enterrando no inconsciente as características que não desejamos para a nossa autoimagem.

Emoções e comportamentos negativos – raiva, inveja, vergonha, falsidade, ressentimento, lascívia, cobiça, tendências suicidas e homicidas – ficam escondidos logo abaixo da superfície, mascarados pelo nosso eu mais apropriado às conveniências. Em seu conjunto, são conhecidos na psicologia como *sombra pessoal*, que continua a ser um território indomado e inexplorado para a maioria de nós. (ABRAMS; ZWEIG, 2012, p. 15)

Por sua natureza, a *sombra pessoal* é de difícil acesso e percepção pelos indivíduos e, segundo os autores, em geral nós a vemos indiretamente, nas ações que criticamos nos outros, ou seja, por meio de uma projeção (ABRAMS; ZWEIG, 2012, p. 17). A *sombra pessoal* surge na vida cotidiana de cada um, portanto, em situações do dia a dia, por exemplo, na raiva exagerada que temos em relação aos erros que julgamos ver nos outros.

Ressalta-se a importância desse conceito para ampliarmos a análise. Pode-se considerar a existência social de certa *sombra coletiva*, composta por comportamentos sociais intrínsecos que negamos e projetamos. Dentre tais comportamentos, a corrupção projetada em adversários ideológicos, em uma classe política considerada distante, em segmentos sociais específicos etc.

Os meios de comunicação possibilitam que tenhamos acesso diário às realizações humanas reprováveis, incluindo a corrupção, como demonstrou-se no capítulo anterior. “Enquanto a maioria das pessoas e grupos vive o lado socialmente aceitável da vida, outras parecem viver as porções socialmente rejeitadas pela vida” (ABRAMS; ZWEIG, 2012, p. 19). O que se pretende destacar é que práticas condenáveis por certa maioria podem se tornar objeto de projeções sociais negativas, fenômeno que já teria provocado, ao longo da história, excessos (e mesmo violências), tais como perseguições, busca por “bodes expiatórios” ou a criação de inimigos públicos.

Ao longo da história, a *sombra* tem surgido (através da imaginação humana) como um monstro, um dragão, um Frankenstein, uma baleia branca, um

extraterrestre ou um homem tão vil que não podemos nos espelhar nele – ele está tão distante de nós quanto uma górgona (...) Usando as artes e a mídia (aí incluída a propaganda política) para criar imagens tão más ou demoníacas quanto a sombra, tentamos ganhar poder sobre ela, quebrar seu feitiço. (ABRAMS; ZWEIG, 2012, p. 19)

Dessa forma, voltando ao contexto brasileiro suscitado pela Operação Lava Jato, podemos inserir a corrupção no rol de manifestações da sombra pessoal e coletiva e ressaltamos a conveniência das narrativas jornalísticas de combate ao fenômeno, que não observam o problema como parte constituinte dos próprios indivíduos e da sociedade.

A pesquisadora e analista junguiana Denise Ramos propõe-se a discutir a corrupção no Brasil como um sintoma de um complexo cultural, conceito desenvolvido por Thomas Singer e Sam Kimbles para tentar identificar se sintomas compartilhados por um grupo social se organizam em torno de um complexo, na concepção proposta pelo psicanalista Carl Jung, uma reunião de ideias e imagens carregadas emocionalmente em torno de um centro arquetípico (RAMOS, 2004, p. 102).

Nas palavras de Singer e Kimbles, “muito do que nos divide pode ser entendido como a manifestação de processos autônomos na psique coletiva e individual que se organizam como complexos culturais” (SINGER; KIMBLES, 2004, p. 1, tradução livre). Dessa forma, os complexos culturais estariam no âmago de conflitos entre grupos sociais.

Ramos (2004) nota que grande parte da pesquisa sobre corrupção no país concentra esforços nos efeitos do fenômeno na política, no bem-estar social, no desenvolvimento de projetos etc. Suas causas, por sua vez, relacionam-se, nesses estudos, ao sistema legal do país e à sua ética, aos níveis de desenvolvimento social, educacional e econômico e às formas de sua repressão. Porém, conforme sua proposição, a corrupção seria também um sintoma de uma patologia na identidade cultural do Brasil, originado pelo menos parcialmente de um complexo cultural de inferioridade.

Ramos argumenta que há um sentimento de inferioridade no brasileiro em relação a outras nacionalidades, especificamente as dos países com maior desenvolvimento socioeconômico. Dessa forma, questiona, “a corrupção, evidenciada pelo comportamento compulsivo e crônico de burlar a lei, não seria a expressão de um povo que se percebe demasiadamente infantil, fraco ou impotente para clamar abertamente por direitos?” (RAMOS, 2004, p. 104, tradução livre).

As causas para tal complexo cultural de inferioridade, segundo a autora, podem estar em traumas da origem do Brasil, marcada pela colonização e a escravidão. A cultura brasileira sofreria de um trauma de nascimento, que se reflete em vários tipos de comportamento, incluindo a corrupção.

Ainda sob a perspectiva junguiana, destacamos artigo da psicoterapeuta Camila Souza Novaes (2016), que desenvolve e amplia a argumentação proposta por Ramos. Novaes argumenta que, no nível do indivíduo, a corrupção é um desvio de comportamento que pode ser compreendido como um ato egoísta da pessoa, uma tendência arquetípica do ego à inflação e à transgressão das regras sociais em detrimento do interesse coletivo.

Mas a corrupção não se origina e se explica apenas a partir da ação individual, escreve a autora. Ela também pode ser uma construção social, relacionada aos traumas coletivos vivenciados pelos brasileiros em sua história, como a escravidão, a desigualdade e a falta de autoestima característica da população, que muitos autores definem como “complexo de inferioridade do brasileiro”, assim como argumentou Ramos. Nessa dimensão, as consequências da corrupção são as de um enraizamento do fenômeno cultura brasileira, atuando como um desestímulo à busca por um interesse comum.

No mesmo artigo, Novaes apresenta um terceiro nível para explicar a corrupção, o coletivo, sendo a corrupção parte integrante da própria condição humana. Uma tendência arquetípica, dado que é encontrada em todas as sociedades, em diferentes momentos da história.

Ainda na vertente de reflexão sobre o Brasil a partir de uma perspectiva da psicanálise junguiana, Boechat (2014), em trabalho sobre a questão da identidade brasileira, ressalta que, além do complexo cultural de inferioridade, existiriam outros complexos culturais descritos por diversos autores, como a escravidão e a carência de heróis. “Somos um povo sem memória, sem referências; portanto, em crise de identidade, poderíamos dizer. Isso nos leva a uma busca quase obsessiva de referenciais fora de nossa história” (BOECHAT, 2014, p. 76). Isso, na visão do autor, reflete uma ausência de figuras de referência na história brasileira, com graves consequências.

Uma vista d’olhos por toda a história do Brasil, desde sua descoberta, deixa claro que os períodos anteriores à colonização, à miscigenação, ao grande trauma da escravidão, ao branqueamento da raça, deixaram suas marcas no inconsciente cultural brasileiro e poderosas imagens em nossas tradições, influenciando nosso psiquismo e nosso comportamento. (BOECHAT, 2014, p. 88-89)

Boechat argumenta em seu trabalho que a identidade brasileira não está estabelecida de forma perene; pelo contrário, trata-se de um processo dinâmico em construção. Essa falta de uma identidade cultural reflete, segundo o autor, a ausência de modelos exemplares e figuras de referência, que acabam se traduzindo na falta de um mito do herói brasileiro. Como escreve Boechat,

O Mito do Herói é referência fundamental para a organização da consciência individual e coletiva. Se o Mito do Herói está presente na organização da psique infantil, ele também é referência básica para a identidade cultural de todo o povo. E na cultura brasileira podemos notar uma ausência grande de modelos exemplares que sirvam para a organização da consciência coletiva. (BOECHAT, 2014, p. 89)

Se escassos são os modelos de referência, tal condição talvez ajude a explicar o fenômeno em estudo na presente tese, a tentativa de criação de um personagem heroico a partir da cobertura jornalística da Operação Lava Jato, na figura de um juiz cujas decisões colocaram atrás das grades políticos e empresários poderosos.

Chaves e Araújo (2014, p. 62) apresentam um olhar sobre a “alma brasileira” a partir da perspectiva dos estudos do imaginário oferecida pelo antropólogo francês Gilbert Durand, e oferecem um caminho de reflexão para a superação dessa falta original de uma identidade brasileira característica. O brasileiro, segundo os autores, deve tomar consciência das correntes que o prendem ao passado escravocrata, de culpas, revoltas, injustiças e ódios. Enfrentar o passado seria o único modo de superar esses traumas de origem, necessário para abandonar a espera eterna pelos heróis que nos resgatarão da condição atual.

O que pretendemos dizer é que o ‘homem novo’ brasileiro para cumprir-se e cumprir o seu destino individual e coletivo não deve esperar messianicamente por um qualquer ‘salvador vindo de fora’, pela vinda de um ‘rei salvador escondido’ ou por qualquer outro milagre; deve olhar-se como sendo ele próprio o salvador de si-mesmo já não vindo de fora, mas das entranhas profundas da Terra Mater porque continente de tantas civilizações imemoriais (CHAVES; ARAÚJO, 2014, p. 62-63)

Postura oposta, contudo, do que se observou durante a cobertura de tantos veículos de comunicação durante a Operação Lava Jato, que apostou na construção messiânica, para usar as lavras de Chaves e Araújo (2014), de transformar procuradores e juízes em salvadores de um problema histórico brasileiro.

Dessa forma, como procuramos demonstrar nos parágrafos anterior, estabelece-se uma relação entre a ocorrência do fenômeno da corrupção no Brasil e as manifestações que, no livro *Alma Brasileira: Luzes e Sombras*, Chaves e Araújo afirmam povoar a “essência brasileira” em seus níveis mais profundos, com sua falta característica de identidade consensual e de referências próprias, com seus traumas de origem e seus complexos, o que explicaria, conseqüentemente, a busca incessante por heróis.

Nos campos das narrativas políticas, jornalísticas, históricas ou de ficção, os heróis foram construídos e se sucederam, sem se consolidarem. Por não cumprirem a aspiração de nos redimir de nossos males mais profundos, acabam desconstruídos em uma espiral sem fim.

A construção de uma narrativa heroica de combate à corrupção, como a observada nos primeiros anos da cobertura da Operação Lava Jato pelos principais veículos de imprensa brasileiros, dessa forma, pode ser analisada sob a perspectiva da psicologia analítica. De maneira oportunista, para atender fins comerciais e políticos, grande parte do que se costuma denominar como grande imprensa brasileira adotou uma narrativa simplista para lidar com nossa sombra coletiva da corrupção.

Como veremos nos próximos capítulos, o conceito de sombra coletiva nos ajuda a compreender as complexidades políticas e dos afetos⁹ que proliferaram nos eventos relacionados aos processos da Lava Jato.

⁹ Aqui utilizamos o termo afeto no sentido proposto por Espinosa, de que a mente julga pelas ideias-imagens produzidas na relação com outros seres e no que eles nos afetam (RAYEL, 2016).

3 JORNALISMO SEMANAL DE REVISTA, VEJA E A OPERAÇÃO LAVA JATO

Este capítulo discorre sobre o jornalismo de revista e, dentro desse, o jornalismo semanal de informação. Além disso, são apresentadas análises e considerações importantes sobre a história da revista *Veja* e suas características, de forma a embasar o entendimento sobre a cobertura da Operação Lava Jato e a construção narrativa a respeito do personagem Sergio Moro.

A análise sobre a cobertura da *Veja* a respeito da Lava Jato será feita sobre o *corpus* definido para a presente tese, composto por 77 reportagens de capa que a revista dedicou à operação entre os anos de 2014 e 2019, detalhado nas páginas seguintes. A partir dessa análise, que concentra apontamentos sobre como a publicação tratou os fatos revelados pela operação, é possível contextualizar e explorar a principal proposta da tese, de problematizar a criação de uma narrativa heroica sobre o personagem do ex-juiz e ex-ministro.

3.1 O JORNALISMO DE REVISTA: ESTABELECENDO VÍNCULOS EMOCIONAIS COM OS LEITORES

_____ O jornalismo de revista possui especificidades e características que precisam ser consideradas na análise pretendida na presente tese, que se propõe a estudar elementos de influência na formação de suas narrativas sobre a Lava Jato.

A pesquisadora em comunicação Marcia Benetti, em reflexão teórica sobre o jornalismo de revista, evidencia que, para a análise desse segmento específico da atividade jornalística e de sua indústria, é necessário considerar a relação que se estabelece entre a conceituação de jornalismo como um campo de conhecimento e as singularidades da materialidade que o meio revista proporciona, além da influência de interesses econômicos e institucionais que se consolidam nessa relação. Conforme sua argumentação, o jornalismo é uma forma de conhecimento que trata de eventos que dizem respeito às pessoas e à sociedade, e configura também um discurso “que constrói sentidos sobre o mundo de forma lenta, reiterada, fragmentada e emocional” (BENETTI, 2013, p. 45). Assim, continua a autora, o jornalismo, em sua configuração contemporânea, quer definir ao seu público o que é atual, o que deve ser discutido e debatido, o que é relevante – ou seja, o jornalismo não só informa o leitor, mas o guia e o orienta por esse emaranhado de assuntos. Essas características – e aqui destaca-se o ponto relevante para a presente tese – se aguçam no jornalismo de revista, segundo Benetti, pois

trata-se de um jornalismo que, por natureza, configura-se por ser um portador de conhecimento específico e segmentado.

O sentido sobre o que é ser contemporâneo – e, conseqüentemente, sobre o que está ultrapassado e dever ser substituído – está poderosamente inscrito no jornalismo de revista. Ele diz o que importa saber agora e como deve agir, ou se imaginar agindo, o sujeito que está de acordo com o espírito de seu tempo. (BENETTI, 2013, p. 46)

As revistas são dirigidas a interesses pontuais e têm no afeto um dos eixos de contrato de comunicação com os leitores, pois “não é suficiente informar, trazer os principais assuntos e lhes dar estatuto de algo que merece ser debatido. É preciso também construir um vínculo emocional, para que o leitor sinta a revista como ‘sua’” (BENETTI, 2013, p. 47). Vários tipos de jornalismo constroem um modo de conhecimento, segundo Benetti, mas o jornalismo de revista desempenha papel relevante e singular e deve ser analisado menos como um produto e mais como um tipo de discurso.

O jornalista necessariamente lida com um leitor imaginado para seu texto, pois o discurso sempre é formulado para alguém. A segmentação é o eixo norteador do jornalismo de revista, exigindo que o jornalista trabalhe com perfis básicos de leitores cujos interesses e expectativas devem ser contemplados. (BENETTI, 2013, p. 51)

Embora a análise de Benetti, descrita nos parágrafos anteriores, refira-se genericamente ao jornalismo de revista, e não especificamente às revistas semanais de notícias, é importante destacar que o meio revista possui um contrato de comunicação implícito e próprio com seus leitores, que consiste em uma delegação, para aquela publicação, para definir o que o leitor deve considerar importante e precisa saber.

Dentro da reflexão teórica proposta por Benetti, há uma especificidade própria das revistas semanais de informação que merece ser discutida. Veículos como *Veja*, *Época* e *Carta Capital* teoricamente buscam contemplar em suas páginas os eventos mais importantes da semana, da política à economia, passando por questões científicas e culturais. Mas nem sempre o que aconteceu durante a semana é o assunto de maior destaque da edição, ou seja, nem sempre merece a capa.

O acontecimento que “ganha” a capa de uma revista semanal e informação é o resultado de uma série de movimentos: houve investimento de reportagem, houve a percepção do veículo de que aquele tema é importante para o leitor, o acontecimento foi percebido pelos editores como pleno de potencialidades de tratamento verbal e não-verbal. (BENETTI, 2013, p. 53-54)

Ou seja, a revista semanal de informação, embora ancorada nos acontecimentos da semana e não segmentada, traz em seu modo de produção e construção narrativa elementos de um jornalismo segmentado, de investimento em determinados assuntos, de um tratamento mais acurado da edição e de elementos verbais e não verbais que constituem seu discurso. E nem sempre os assuntos em destaque em uma edição das revistas semanais de informação são baseados nos acontecimentos mais importantes da semana.

Uma reflexão pertinente para contribuir com a contextualização do jornalismo semanal de revista, proposto neste capítulo, é oferecida por José Luiz Aidar Prado, que, em artigo de 2009, discute um entendimento dos contratos comunicacionais no contexto do capitalismo globalizado contemporâneo e o papel da mídia segmentada nesse ambiente. Para o autor, em uma realidade onde a produção torna-se cada vez mais personalizada e o sistema se pauta pela construção do valor imaterial do mundo da comunicação. Como analisa o autor: “Essa imagem projetada pela propaganda e pelo design atua cada vez mais em intimidade com as mídias, na medida que o capital pós-tradicional depende delas para verter mercadoria em dinheiro” (PRADO, 2009, p. 37).

Nessa realidade, segundo o autor, um conjunto formado pelas indústrias da mídia, do marketing e da publicidade – denominado por ele de subsistema – desempenha o papel de segmentar esteticamente as mercadorias.

Nessa dinâmica, ressalta Prado, os enunciadores da mídia impressa no capitalismo globalizado operam como cartógrafos, no sentido em que “indicam caminhos modalizados que, se seguidos com determinação e força pelos leitores, internautas e espectadores, são ditos levar aos lugares de pertencimento e reconhecimentos desejados e anunciados como repletos de valores positivos” (PRADO, 2009, p. 39).

Prado exemplifica a dinâmica desses enunciadores no jornalismo semanal de revista, que produz saberes que se alternam periodicamente em suas capas:

Se tomarmos a mídia semanal como exemplo, podemos traçar uma tipologia de enunciadores segundo a estruturação temática das capas, constituindo o que se poderia chamar de enunciadores giratórios. Os enunciadores do mundo do Mesmo constroem mapas e modalizações dos valores relativos ao imaginário dos leitores. (PRADO, 2009, p. 39)

Entre esses enunciadores denominados por Prado como o mundo do Mesmo estão valores relativos ao imaginário dos leitores, às histórias de sucesso medidas pelo consumo, à acumulação de riqueza, ao acompanhamento de modismos etc. Dessa forma, as capas são povoadas por narrativas de sucesso de empresários, executivos e celebridades, como a dizer ao leitor como se comportar, o que consumir, como se exercitar e alimentar etc. Ainda segundo as reflexões de Prado, essas revistas, de modo binário, mapeiam os mundos do Outro, que apontam caminhos que ameaçam as tão almeçadas histórias de sucesso. Fazem parte do mundo do Outro os pobres, os violentos e a esquerda, por exemplo (PRADO, 2009, p. 40).

Uma ressalva importante feita por Prado relaciona-se ao fato de que tais temas giratórios se alternam semanalmente, mas não se confundem com assuntos como escândalos, catástrofes ou eleições, universo onde se situa a Lava Jato. O ponto que se destaca como relevante para a discussão pretendida neste capítulo é o caráter enunciator-produtor de saberes dessa mídia, que pode agenciar a cobertura dos outros temas, como catástrofes e escândalos.

Benetti, no trabalho supracitado, corrobora as reflexões propostas por Prado, ao afirmar que os temas de longa duração, que se repetem, são a base do jornalismo de revista e sobrevivem aos interesses circunstanciais, dialogando com os acontecimentos da atualidade. Como escreveu: “as revistas precisam encontrar sempre um fato ‘novo’ para que possam abordar um tema já tão conhecido (BENETTI, 2013, p. 54).

Dessa forma, remetendo ao problema da presente tese de doutorado, não seria demasiado questionar em que medida a cobertura dos escândalos de corrupção nas revistas semanais dialoga com a lógica intrínseca a esse segmento de jornalismo. Em uma primeira análise, fatos como os que motivaram um escândalo, como os revelados pela Lava Jato, deveriam ser objeto de interesse de qualquer revista semanal de informação pelo seu valor de notícia, sendo fruto natural e esperado de atenção da publicação com o escândalo político. Contudo, é de se esperar que a revista processe essa narrativa pelos mesmos mecanismos e filtros usados em outros temas, para assumir uma postura discursiva de levar conhecimento e modos de pensar a seus leitores, em diálogo com suas emoções e valores.

3.2 A TRAJETÓRIA DE VEJA E SUAS INFLUÊNCIAS

A presente tese de doutorado escolheu dedicar a análise da cobertura da Lava Jato feita por *Veja* pela relevância da publicação no espectro do jornalismo brasileiro, especificamente no segmento do jornalismo semanal de revistas. A revista *Veja*, fundada em 1968 pela Editora Abril, detinha uma circulação média de 261.272 exemplares por semana em 2020, considerando as edições impressa e digital (YAHIA, 2021).

Mesmo que a publicação tenha perdido leitores de forma gradual em anos recentes, ainda mantinha a liderança de audiência no segmento de revistas semanais jornalísticas. De acordo com dados do Instituto Verificador de Circulação, referentes a 2020, a circulação média de *Veja* era muito acima da obtida pela revista *Época*, a segunda colocada, com apenas 88 mil exemplares (Quadro 3).

Quadro 3 Circulação de revistas semanais

Publicação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Veja	1.178,1	1.144,6	1.121,6	1.232,7	802,1	546,3	261,3
Época	379,0	363,6	266,2	261,9	499,2	157,1	88,8

Fonte: Yahya, 2021.

A perda de circulação nas revistas semanais, principalmente de *Veja*, pode ter várias motivações e um aprofundamento da análise sobre o fenômeno foge ao objetivo da presente tese. É tendência amplamente documentada, estudada e debatida que o jornalismo impresso vem perdendo público desde o advento da internet e, posteriormente, das redes sociais. A título de exemplo, em 2018, de acordo com notícias publicadas na imprensa, foram fechados três jornais diários e 28 revistas (YAHYA, 2018), motivados pela queda de faturamento e, conseqüentemente, dos resultados financeiros. Menor receita, para qualquer empresa de comunicação, significa, dentre outras coisas, escassez de investimentos na própria atividade jornalística, com redução de mão de obra, demissões de jornalistas e a conseqüente perda de qualidade das publicações, além de entraves à distribuição e marketing.

Pesquisas globais de consultorias indicam que a indústria de jornais e revistas, apesar de uma tendência crescente de interesse dos leitores por fontes confiáveis de informação,

enfrenta uma perspectiva de declínio em seu faturamento, tanto nas receitas com origem nos leitores (circulação) quanto das advindas da publicidade (PWC, 2021a). No Brasil, a realidade não difere e a mídia impressa é a que sofre maior impacto com a digitalização da sociedade. O segmento de revistas é o que apresenta a maior queda de consumo, em comparação com jornais e livros impressos (PWC, 2021b).

Em que pese tendências gerais do mercado jornalístico brasileiro, é importante lembrar que, durante os anos da Lava Jato, a Editora Abril viveu o ápice de uma grave crise financeira. Com um total de dívidas, na época, da ordem de R\$ 1,6 bilhão, ingressou com um pedido de recuperação judicial em agosto de 2018 (ROSA; MOREIRA, 2018), em meio a demissões em massa de funcionários e encerramento de vários títulos de revistas. Em dezembro do mesmo ano, a família fundadora da editora vendeu o negócio para um novo investidor (PODER360, 2019), encerrando décadas de reinado de uma das mais notórias famílias controladoras de grupos de comunicação no Brasil, os Civita.

Para entender o jornalismo de *Veja* e sua manifestação na cobertura da Operação Lava Jato, além de condicionantes de mercado descritas nos parágrafos acima e dos percalços financeiros da Editora Abril em anos recentes, é preciso conhecer a história da publicação, com foco principalmente nos modelos de jornalismo que a inspiraram e, também, nos personagens que a criaram.

Em tese de doutoramento sobre a história do mercado de revistas no Brasil, defendida em 1997 perante o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Maria Celeste Mira sustenta que o fundador da Editora Abril, Victor Civita, de família italiana, mas que passou grande parte da vida adulta nos Estados Unidos, foi imensamente influenciado pela cultura e pelo ambiente do capitalismo norte-americano.

“O fundador da Editora Abril nasceu em Nova York, no Village, no início do século, 9 de fevereiro de 1907” (MIRA, 1997, p. 34). Dois anos após seu nascimento, mudou-se com a família para Milão, na Itália, onde foi criado. Na juventude, aos 21 anos, retornou aos Estados Unidos, em uma viagem patrocinada pelo pai para sua formação para o mundo dos negócios. Voltou a Milão depois de quase um ano, e lá permaneceu até 1939, quando a família emigra para os Estados Unidos novamente para fugir da guerra. Na América do Norte, trabalhou em indústrias variadas, até mudar-se para o Brasil em 1949. “Além de marcar seu estilo de viver e

dirigir os negócios, a América deu a Victor Civita a sua ‘moeda número 1’: os direitos de reprodução dos quadrinhos Disney que, nesta época, já eram o maior fenômeno de comercialização do mundo” (MIRA, 1997, p. 36).

Seu irmão, Cesar Civita, era um editor na Itália e tornou-se representante da Walt Disney Productions na América Latina. Em 1941, mudou-se para a Argentina, onde fundou a Editorial Abril, uma espécie de irmã gêmea da empresa brasileira. Diante da incapacidade de administrar o negócio argentino e brasileiro ao mesmo tempo, Mira sugere em sua tese que Cesar acabou delegando a seu irmão Victor, anos depois, a administração da empresa no Brasil (MIRA, 1997, p. 39). A história oficial da Editora Abril no Brasil data a criação da empresa no ano de 1950, quando da primeira edição de *O Pato Donald*.

Ao abordar a história de revista *Veja*, Mira classificou-a como o maior projeto da Editora Abril desde sua fundação. De acordo com sua reconstrução da história da publicação, *Veja* chegou às bancas em 1968, mas os planos para seu lançamento começaram a ser gestados pelo menos dez anos antes, depois de uma temporada nos Estados Unidos de Roberto Civita, filho mais velho do fundador da Editora Abril, Victor Civita.

Assim como o pai, Roberto Civita tinha relação próxima com a cultura capitalista dos Estados Unidos. Quando a família Civita chegou a São Paulo, depois de dez anos morando em Nova York, Roberto passou a estudar na Escola Americana, na capital paulista, e posteriormente partiu para fazer faculdade na Universidade da Pensilvânia, onde se formou em economia e jornalismo. Após a formatura, foi escolhido para um estágio no Grupo Time-Life. Conforme depoimento de Roberto Civita reproduzido na tese de Mira, o empresário reconhece que o estágio na *Time* foi fundamental para seu entendimento sobre o jornalismo, as grandes revistas e o que era necessário para viabilizá-la em termos de estrutura e pessoas (MIRA, 1997, p. 116).

Roberto Civita nunca escondeu que o jornalismo da revista semanal de notícias *Time* foi a grande inspiração para a *Veja*. A *Time* foi fundada por Henry Robinson Luce, ou Harry Luce, como preferia ser chamado, um personagem importante no jornalismo norte-americano, liderando inovações por mais de vinte anos, segundo descreveu David Halberstam, em obra sobre os grandes veículos jornalísticos daquele país. “Filho de um missionário, Luce era parcialmente um missionário ele mesmo, e como qualquer missionário verdadeiro, tinha tanto

uma missão quanto uma visão; sabia qual era o seu chamado” (HALBERSTAM, 1979, p. 46, tradução livre).

Harry sempre deixou claro que a *Time* era acima de tudo um produto editorial, mais do que um sucesso de negócios. Assim, ele considerava-se acima de tudo um jornalista, e apenas depois disso um empresário de sucesso.

Ele foi o homem que inventou a revista semanal jornalística. Uma vez, falando a estudantes em Brandeis, foi dito a ele que não podia chamar a *Time* de revista jornalística porque a publicação era majoritariamente cheia de suas próprias opiniões. Sua resposta foi muito simples e típica: ‘Bom, eu criei o conceito, então acho que posso chamá-lo do jeito que eu quiser’. (HALBERSTAM, 1979, p. 47, tradução livre)

Ou seja, desde sua criação, a *Time* deixou claro que era uma publicação que expressa suas opiniões, ou seja, o modo de ver o mundo de seu empresário criador. Quando surgiu na década de 1930, ainda segundo a obra de Halberstam, a revista *Time*, dirigida por jovens recém-formados da Universidade de Yale, estava na realidade ensinando a velhos jornalistas novos modos de fazer reportagem, mostrando que havia dimensões em relação às reportagens mais amplas do que o previamente permitido. Para Luce, os Estados Unidos não eram apenas um país, eram um ideal e suas revistas iriam celebrar esse ideal. “Poder, e não dinheiro, era o que o fascinava e o movia” (HALBERSTAM, 1979, p. 52, tradução livre).

As crenças de Luce – seu americanismo, seu presbiterianismo, seu republicanismo e sua crença na sociedade capitalista – eram centrais em sua vida, e ele acreditava que deveria deixar claro para seus leitores a distinção entre o certo e o errado, característica de que certa forma também nortearam a *Veja*. “Se em 1952 era melhor para o país eleger um presidente do Partido Republicano, então era tarefa da *Time* providenciar isso, o que a revista fazia de forma zelosa” (HALBERSTAM, 1979, p. 59, tradução livre). *Time* não foi a única revista criada por Harry Luce, mas ela era clara e abertamente um instrumento político do seu império.

Outro ponto importante a destacar na trajetória da revista *Time*, que inspirou a criação e o modo de fazer jornalismo de *Veja*, foi o poder que foi concedido aos editores, como era desejo de Harry Luce. “Ele pode na verdade ter gostado mais dos repórteres, pode ter tido mais prazer na vitalidade da companhia deles e se satisfeito do fato que eles sempre pareciam prontos a debater com ele, mas nunca houve nenhuma dúvida de que a *Time* era uma revista de editores” (HALBERSTAM, 1979, p. 61, tradução livre). Segundo Halberstam, Luce afirmou uma vez

que a “Time não pretendia ser uma revista objetiva. É uma revista editorial da capa à última página e tudo que é publicado reflete a minha opinião” (HALBERSTAM, 1979, p. 62, tradução livre).

O grupo editorial *Time* foi a grande inspiração da Editora Abril para a criação de diversos projetos. “Quase todas as revistas lançadas a partir de 1968 pela Abril, como as de informação semanal, de esportes, negócios, arquitetura e construção, faziam parte do rol de publicações da *Time Inc.*” (MIRA, 1997, p. 118).

A revista *Veja*, contudo, projeto mais ambicioso da editora até aquele momento, exigiu investimentos significativos em pessoal, tiragem e campanhas de publicidade (MIRA, 1997, p. 118). Foi lançada em 8 de setembro de 1968, com um esquema de distribuição inédito, para fazer a publicação chegar a quase todos os municípios brasileiros. No editorial que anunciava os objetivos da revista, Victor Civita usou o argumento da integração nacional, afirmando que o Brasil precisava integrar suas partes mais atrasadas às mais avançadas (MIRA, 1997, p. 120).

Seguindo o modelo de uma publicação de editores, no qual o produto final, isto é, as reportagens impressas nas páginas da revista a cada semana, é resultado de grande interferência de diversos profissionais em níveis hierárquicos acima dos repórteres, torna-se importante para esta pesquisa trazer à tona informações sobre alguns dos poucos profissionais que comandaram a redação de *Veja* nestes pouco mais de 50 anos de história.

Inicialmente, com sua redação sob o comando do jornalista Mino Carta, a linha editorial de *Veja* manteve-se mais independente do regime militar do que outras grandes empresas de comunicação da época, como escreveu Mira. Por várias vezes, lembrou a pesquisadora, *Veja* sofreu censura e teve exemplares apreendidos (MIRA, 1997, p. 121). Com a crescente pressão do governo federal, a Editora Abril decidiu, em 1975, trocar o comando da revista, assumido pelo jornalista José Roberto Guzzo. Para muitos profissionais que viveram essa época na publicação, ainda de acordo com Mira, *Veja* mudou de linha editorial depois dessa primeira mudança de comando, adotando um tom mais conservador (MIRA, 1997, p. 123).

Veja começou a se tornar uma referência no cenário jornalístico brasileiro ainda no final dos anos de 1960, na avaliação de Mira. “Logo após a cobertura da sucessão de Costa e Silva, em 1969, a revista começou a ganhar prestígio, tornando-se, paulatinamente, uma mídia impressa tão obrigatória quanto a Rede Globo na televisão” (MIRA, 1997, p. 123).

Quando Guzzo assumiu o comando da *Veja*, dividindo o cargo de diretor de redação com o então redator-chefe Sérgio Pompeu, a publicação viveu um momento traumático, pois para a redação ambos não estavam à altura do antigo chefe, segundo relato de um diretor de redação que o sucedeu, Mario Sérgio Conti (CONTI, 1999, p. 68). Em 1977, Guzzo assumiu sozinho o comando da revista. Seu ideário era de que as matérias tinham de ser claras, interessantes e bem escritas, trazendo informações de bastidores e tratando os protagonistas como personagens, como pregava o modelo da *Time* (1999, p. 69). Além disso, segundo Conti, Guzzo acreditava que a revista deveria de vez em quando publicar algo inédito, para ser comentada e atrair não leitores. De qualquer maneira, convém destacar, quando Guzzo assumiu a *Veja*, que a publicação tinha uma tiragem de 180 mil exemplares por semana. “Onze anos depois, era a revista que mais dava dinheiro, prestígio e poder à Editora Abril” (CONTI, 1999, p. 65).

Foi durante a gestão de Márcio Sérgio Conti na direção de redação, entre 1991 e 1997, que *Veja* publicou, em 1992, a famosa entrevista com Pedro Collor, irmão do então presidente Fernando Collor, expondo irregularidades que acabou levando-o a sofrer um processo de *impeachment*, sendo que a revista havia sido um dos primeiros veículos de comunicação nacionais a destacar o governador de Alagoas no cenário político brasileiro, publicando uma entrevista na seção Páginas Amarelas, na qual sua frase “Vou acabar com os marajás” teve grande repercussão (CONTI, 1999, p. 66). Um dos mais longevos diretores de redação foi o jornalista Eurípedes Alcântara que, entre 2006 e 2016, comandou a redação da publicação em um período de grande destaque para as coberturas de escândalos e de denúncias contra a administração do Partido dos Trabalhadores no governo federal. Quando de sua saída, muito se especulou sobre um reconhecimento dos excessos editoriais em relação ao PT e uma possível mudança de postura, tanto de blogs e comentaristas alinhados à esquerda (NOGUEIRA, 2016) quanto daqueles situados à direita do espectro político (O ANTAGONISTA, 2016).

Mais do que detalhar a história da publicação, é oportuno destacar, no modelo de jornalismo que se consolidou em *Veja* nessas décadas iniciais, abertamente influenciada pela *Time*, a preocupação da publicação em manifestar opiniões, pontos de vista e provocar polêmicas, em uma prática editorial que mesclava a intencionalidade de difundir entre seus leitores uma determinada concepção de sociedade ideal, espelhada na cultura norte-americana, capitalista e de livre mercado, com a necessidade de ser referência, de criar polêmicas, ser

comentada. Como sintetizou Mira em sua tese a respeito do modelo inspirador do jornalismo semanal de notícias da *Veja*,

Deve-se salientar nem *Time*, nem *Veja* nunca se propuseram a ser ideologicamente neutras. São revistas de opinião e bastante polêmicas. Mas apesar de uma de suas premissas básicas ser a não neutralidade, o fato de selecionarem e organizarem a notícia e a forma impessoal e objetiva de expor, dá a entender que o que se lê é uma opinião isenta ou uma avaliação neutra dos fatos. Obviamente, toda informação é produzida e tende a refletir o ponto de vista hegemônico. (MIRA, 1997, p. 137)

O controle sobre o texto final de *Veja*, a partir do modelo da *Time* de ser uma revista de editores, é bem explicado por Conti ao narrar o percurso natural de uma matéria na revista semanal da Editora Abril:

O ciclo poderia começar com um repórter querendo fazer uma matéria. Ele tinha de convencer seu editor de que a ideia, a pauta, era boa. Se conseguisse, o editor encaminhava ao editor-executivo, que a conduzia a seu chefe, e assim sucessivamente. No caminho, a pauta ia sendo burilada e completada. Na apuração, eram feitas quantas fotografias e entrevistas fossem necessárias, onde fosse preciso, inclusive na Europa e nos Estados Unidos, pelos correspondentes. Depois de percorrer pilhas de fotos, para escolher as melhores, e de fazer tabelas, mapas ou gráficos com a editoria de arte, o repórter diagramava a matéria, que era repaginada pelo editor e depois pelo editor-executivo. O encarregado escrevia o texto, seu editor pedia complementos e determinava que fosse reescrito. A cada degrau na hierarquia a reportagem era reescrita novamente. (CONTI, 1999, p. 63)

O percurso da notícia, até a publicação final, ainda era longo, segundo a descrição do ex-diretor de redação de *Veja* do processo de produção das reportagens.

Autorizada a publicação, era hora da checagem. Os checadores conferiam as datas, grafias de nomes e comparavam o texto final com os relatórios originais, buscando incongruências e erros. Esse ir-e-vir levava dias, às vezes semanas, e no gargalo final, era extenuante e neurótico. À meia-noite, acontecia de reescrever uma matéria de oito páginas, com um novo enfoque e entrevistados, que às vezes precisavam ser tirados da cama. Às três horas da madrugada, o chefe poderia decidir que a reportagem fosse reduzida para duas páginas. O repórter que teve a ideia original saía da redação às nove horas da manhã, com o sol alto, e chegava em casa massacrado. (CONTI, 1999, p. 63)

O rígido controle do processo de produção editorial justificava o que Mira argumenta em sua tese sobre a Editora Abril, de que, assim como a *Time*, a *Veja* trabalhava com um conceito de que a revista semanal deveria organizar e sintetizar a grande quantidade de informações e oferecer ao seu leitor um produto em que as notícias fossem padronizadas e apareceriam em seções fixas. Por esse modelo, para informar um leitor moderno com relativo

poder aquisitivo, sem tempo e atarefado, cada assunto deveria aparecer sempre em um lugar específico na revista e a publicação deveria mostrar apenas as notícias importantes e indicar o que significavam, ou seja, deveriam relevar de qual lado a revista está nas questões (MIRA, 1997, p. 137).

Ainda segundo Mira, em 1988 *Veja* era a quinta maior revista semanal de notícias em circulação no mundo e a terceira em publicidade, tendo se utilizado, desde a década de 1970, de técnicas de pesquisa de mercado para compreender seu leitor e oferecer um produto que o agradasse. Assim, conclui a autora, a questão ideológica da revista está em grande parte atrelada à lógica de mercado: mesclando liberalismo político e econômico e conservadorismo nos costumes (MIRA, 1997, p. 150). Ou seja, oferecer aos leitores a sua visão de mundo, sem confrontá-los demasiadamente para não perder público e, conseqüentemente, receita financeira.

As manifestações institucionais da própria *Veja* sobre seu jornalismo, suas obrigações perante os leitores, seus propósitos, deixam antever seu ideal formador de opinião, seu objetivo de vender uma concepção de mundo.

Benetti e Hagen (2010) analisaram o contrato de comunicação estabelecido pelas revistas semanais brasileiras com seus leitores, em trabalho em que comparam os discursos institucionais de quatro publicações, *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*. Os autores concluíram que as revistas em questão buscavam “criar uma imagem de independência, defesa da democracia, competência profissional e compromisso com o leitor”, reproduzindo crenças sociais amplamente difundidas sobre o fazer jornalístico (BENETTI; HAGEN, 2010, p. 133).

No entanto, ao detalhar especificamente o discurso institucional de *Veja*, os autores destacaram a missão autodeclarada de ser a maior e mais respeitada revista do Brasil, com a clara intenção de “consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil” (BENETTI; HAGEN, 2010, p. 129). Para os pesquisadores, como parte de um grande grupo econômico, a Editora Abril, *Veja* defende o capitalismo como modo de produção e organização da vida, a livre-iniciativa e a busca por competitividade e pelo lucro.

Ainda no trabalho supracitado, os autores, para reforçar a argumentação, citam entrevista de 2008 do então diretor de redação de *Veja*, Eurípedes Alcântara, na qual declarou que *Veja* era arrogante e que não se refugiava na zona de conforto da imparcialidade, querendo dizer que a publicação tomava posições e as defendia (BENETTI; HAGEN, 2010, p. 131).

Em relação ao tema da presente tese, a Lava Jato, assim como em tantos outros temas e assuntos, *Veja* também tomou partido, em uma defesa da operação. Mesmo quando os modos de atuação dos procuradores e do então juiz Sergio Moro foram questionados, com as revelações do *The Intercept Brasil*, a revista não deixou de manifestar sua posição. Na seção Carta ao Leitor, uma espécie de editorial da revista, da edição de 5 de julho de 2019 (VEJA, 2019), ou seja, um mês após as revelações, *Veja* afirmou que não tinha compromissos com pessoas ou partidos, tanto que sua capa naquela edição destacava as irregularidades cometidas pelo ex-juiz Sérgio Moro na condução dos processos da Lava Jato, que “violam o devido processo legal, pedra fundamental do estado de direito – que, por sinal, é mais frágil do que se presume, ainda mais na nossa jovem democracia”. A revista reiterou seu compromisso declarado em jamais ser condescendente com a infração da lei, mas apesar da onda de críticas à Lava Jato naquele momento, continuou declarando seu apoio à operação. “VEJA sempre foi – e continua – a favor da Lava-Jato. A luta contra a corrupção tem sido um dos pilares da nossa história”. Como ressaltou no mesmo texto, a publicação não estava revendo posições anteriores, nem mudando de lado, apenas declarava ter como objetivo “buscar o equilíbrio, a razão, elevar o nível do debate”.

Com essa explicação, *Veja* tentava dar conta da complexidade das tensões que seu noticiário sobre a Lava Jato em anos recentes havia provocado e refletido e que, naquele momento, eram expostas pelas mensagens reveladas. Um contorcionismo retórico em que, ao mesmo tempo que reconhecia ilegalidades na condução da Lava Jato, manifestava seu apoio à operação. Reconhecendo os erros do juiz, mas sem fazer qualquer ressalva à sua cobertura e sem deixar de definir e defender suas causas.

3.3 COMO A VEJA COBRIU A OPERAÇÃO LAVA JATO

Na presente tese de doutorado, como *corpus* de pesquisa, de forma a oferecer um panorama do que foi a narrativa que *Veja* construiu em relação à Operação Lava Jato e à construção heroica do personagem Sergio Moro, foram selecionadas 77 reportagens de capa que a publicação dedicou a temas relativos às investigações, publicadas entre março de 2014 e dezembro de 2019 (cf. Quadro 4). O recorte no tempo abrange o momento que as investigações se tornaram públicas, ou seja, quando ocorreu a primeira operação de busca e apreensão e prisões, até o período imediatamente posterior das divulgações do site *The Intercept Brasil*, que iniciou uma

série de reportagens expondo métodos questionáveis e até mesmo ilegais dos procuradores responsáveis pela operação do juiz Sergio Moro.

Como critério de seleção dessas capas, optou-se por aquelas que tinham relação explícita e direta com o andamento das investigações e seus impactos mais imediatos. Assim, foram cobertas várias dimensões da Lava Jato, como as denúncias de corrupção, delações premiadas, focos de investigações, personagens chave, condenações, prisões e momentos críticos. Não foram consideradas reportagens cujo foco não fosse a Lava Jato, mesmo que houvesse nelas alguma relação forte com as investigações. Por exemplo, no período abarcado pelo *corpus*, o Brasil viveu dois processos eleitorais presidenciais (2014 e 2018) e algumas reportagens de capa sobre as eleições tratavam da influência da Lava Jato no pleito, mas, como as investigações não eram o assunto principal, não foram consideradas. Da mesma forma, o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff foi objetivo de algumas outras reportagens de capa que, mesmo com relação com os fatos e acontecimentos da Lava Jato, não foram consideradas.

Justifica-se a necessidade de oferecer esse panorama de como *Veja* cobriu a Lava Jato para entender o contexto no qual a publicação retratou o personagem Sergio Moro em suas reportagens de capa, objeto desta tese. Convém esclarecer que a cobertura da *Veja* sobre a Lava Jato foi mais extensa do que o recorte dessas 77 reportagens de capa. Muitas vezes, alguns assuntos da operação não recebiam chamada na capa da edição, embora a revista lhes dedicasse páginas internas. Decidiu-se limitar a análise às capas pela sua relevância para o formato do veículo, a revista semanal de notícias.

A fim de categorizar o *corpus* formado pelas 77 reportagens de capa, irá se trabalhar conforme o método da análise de conteúdo definido por Laurence Bardin (BARDIN, 2002), a ser descrito de forma resumida nos parágrafos seguintes. De acordo com a metodologia de Bardin, a análise de conteúdo organiza-se em três momentos sequenciais: 1) pré-análise do material, 2) exploração e o 3) tratamento dos resultados, com inferência e interpretação. A pré-análise consiste em uma fase de organização e envolve a escolha de documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e de objetivos na exploração desse material e a elaboração de indicadores para fundamentar a interpretação (BARDIN, 2002, p. 95).

Na pré-análise, decidiu-se pelas capas como *corpus*, e não a totalidade das reportagens de *Veja* sobre o tema. Ao privilegiar as capas, analisa-se a cobertura da Lava Jato sob um ponto de vista que considera singularidades importantes do meio revista. Segundo livro da jornalista Marília Scalzo, uma análise ampla sobre o segmento do jornalismo de revista, as capas são elaboradas para conquistar leitores, para seduzir e, conseqüentemente, vender (SCALZO, 2011, p. 62). Por isso, argumenta a autora, são uma espécie de resumo irresistível daquela edição, uma vitrine para fisgar e cativar o leitor, sendo o tratamento das imagens que a compõem um dos principais elementos nesse sentido. Mesmo que a análise de Scalzo tenha sido produzida em trabalho amplo sobre o segmento de jornalismo de revista, isto é, de publicações segmentadas, a lógica também pode ser relacionada ao jornalismo semanal de informação, conforme discutido na primeira parte do presente capítulo. *Veja*, em sua inspiração e modelo, nasceu para produzir e difundir uma visão de mundo sobre os fatos, ter posições claras a respeito dos acontecimentos – uma publicação que oferece uma interpretação e suas capas são formuladas sob tais diretrizes. Ou seja, quando os editores da revista *Veja* decidiam, na semana em questão, que algum fato relativo à Lava Jato deveria ser o tema principal da edição, trabalhavam sua capa para propor uma significação. Por isso, na exploração inicial desse material, procurou-se identificar a recorrência de temas nessas capas, partindo da verificação das várias dimensões que uma investigação como a operação em questão poderia proporcionar. Como discutiu-se em capítulos anteriores, a Operação Lava Jato inovou na intensidade do uso das delações premiadas, na adoção de uma estratégia de investigação baseada no sequenciamento longo de fases, na decretação de prisões preventivas por períodos prolongados, conduções coercitivas para depoimentos e ampla publicidade de seus atos, dentre outros fatores. Dessa forma, as reportagens de capa foram catalogadas conforme os temas mais recorrentes, classificados da seguinte maneira:

- (a) Delatores e revelações sobre corrupção: capas cujo destaque foram as revelações e desvelamento dos esquemas de corrupção, motivadas pelo conteúdo das delações premiadas;
- (b) A Operação Lava Jato como sujeito em ação: capas que mostram os avanços da Operação Lava Jato, para agrupar matérias sobre andamento das investigações, novos focos das apurações, promessas de abertura de frentes de atuação¹⁰;

¹⁰ De uma maneira geral, praticamente muitas capas trataram indiretamente do avanço das investigações, que resultavam em prisões, delações etc. Nesta categoria dos avanços da Operação Lava Jato, contudo,

- (c) Atuação de atores contrários à Lava Jato: capas nas quais a revista denunciava tentativas de impedir, frear, acabar com as investigações, ações contra o juiz Moro e dúvidas sobre a atuação de tribunais em Brasília e sobre a Procuradoria-Geral da República;
- (d) Crítica à classe política: capas cujo mote principal são críticas a partidos e políticos e suas práticas que levaram à corrupção, como as indicações políticas para cargos em estatais, o chamado aparelhamento¹¹;
- (e) Revelações a partir da Vaza Jato: capas feitas após as revelações do site *The Intercept Brasil* questionando os métodos da Lava Jato;
- (f) A punição dos investigados – encarceramento: capas que destacaram as prisões de executivos e donos de empreiteiras e lideranças políticas;
- (g) Outros temas: capas dedicadas a assuntos variados relativos à Lava Jato, como a descrição da vida na prisão dos detidos.

A classificação das reportagens levou em consideração também a data de sua publicação, permitindo, com um recorte temporal, a comparação entre o fluxo de acontecimentos, descrito no primeiro capítulo, e como esse mesmo encadeamento foi mediado e traduzido pela *Veja*.

A Operação Lava Jato, no período de quase seis anos analisados na presente tese, tem uma sequência temporal de fatos e eventos regular ao longo de todos os anos, com operações policiais, denúncias, processos judiciais em profusão, mas *Veja* concentrou seu destaque na operação durante seus primeiros anos, de 2014 a 2017, quando as principais pessoas investigadas ocupavam cargos de destaque no governo federal, sob a administração do Partido dos Trabalhadores, ou pertenciam à base política que apoiava o governo. No período compreendido entre 2014 e 2019, foram 13 capas dedicadas à Lava Jato em 2014, seguidas de 18 em 2015, 20 em 2016, 16 em 2017, 6 em 2018 e 3 em 2019 (Gráfico 1). Considerando o total de capas de *Veja* em cada ano, que oscila entre 52 e 54 números, as capas relacionadas à

foram consideradas apenas reportagem de capas em que novas fases ou focos de investigações eram anunciados de forma explícita.

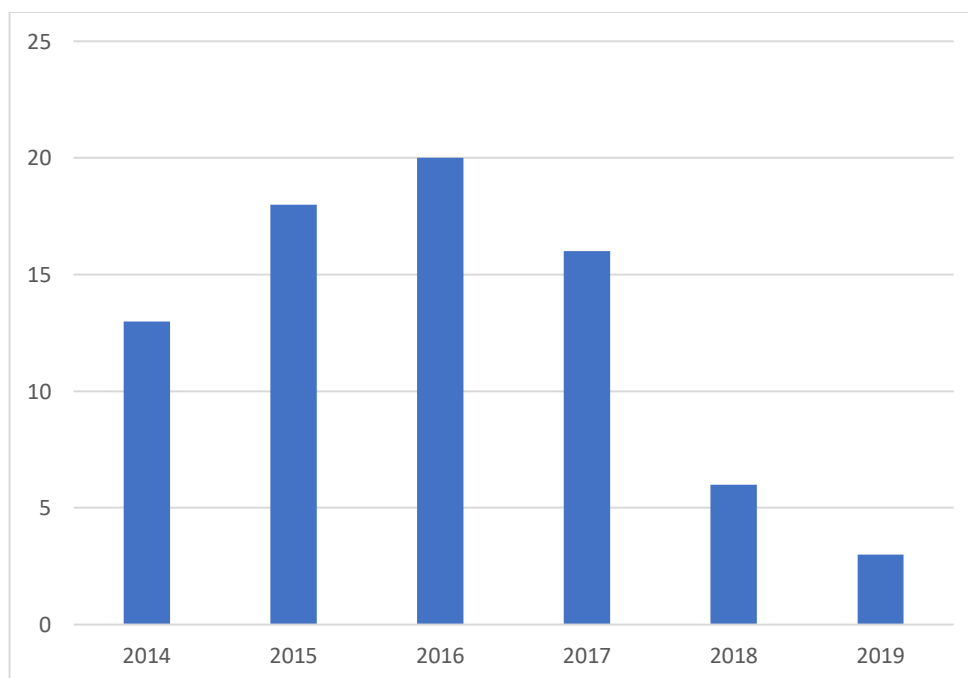
¹¹ Em praticamente toda a cobertura da Operação Lava Jato pela revista, há uma crítica direta e indireta à classe política, à medida em que as revelações e investigações mostravam práticas de corrupção para financiamento de partidos e lideranças políticas. Nessa categoria, contudo, foram enquadradas reportagens de capa em que havia uma crítica textual e visual direta a políticos.

Lava Jato representaram 24% do total em 2014, 34% em 2015, 35% em 2016, 30% em 2017, 11,5% em 2018 e apenas 6% em 2019.

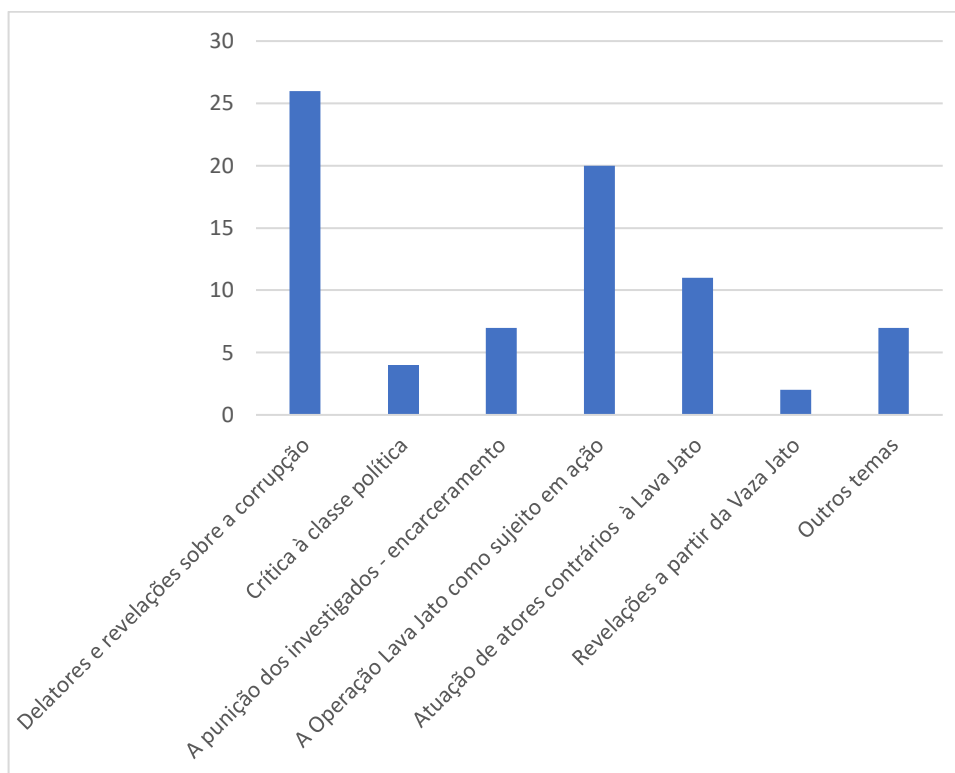
Esse recorte pode confirmar uma pré-disposição da revista de explorar politicamente o escândalo que atingia um governo ao qual posicionava-se antagonicamente. Deve-se considerar, contudo, que fatos derivados da Lava Jato, como o processo de *impeachment*, ou as eleições de 2018 e um novo governo em 2019, concorreram com a operação na disputa pelo espaço privilegiado das capas.

Em relação aos temas recorrentes nas capas reunidas no *corpus* de pesquisa, percebe-se a predominância, durante toda a cobertura das reportagens, de revelações a partir do conteúdo de delatores. Foram 26 reportagens classificadas sob esse grande tema, que representam 36% do total (Gráfico 2).

Gráfico 1 Frequência de reportagens de capa sobre a Lava Jato, por ano

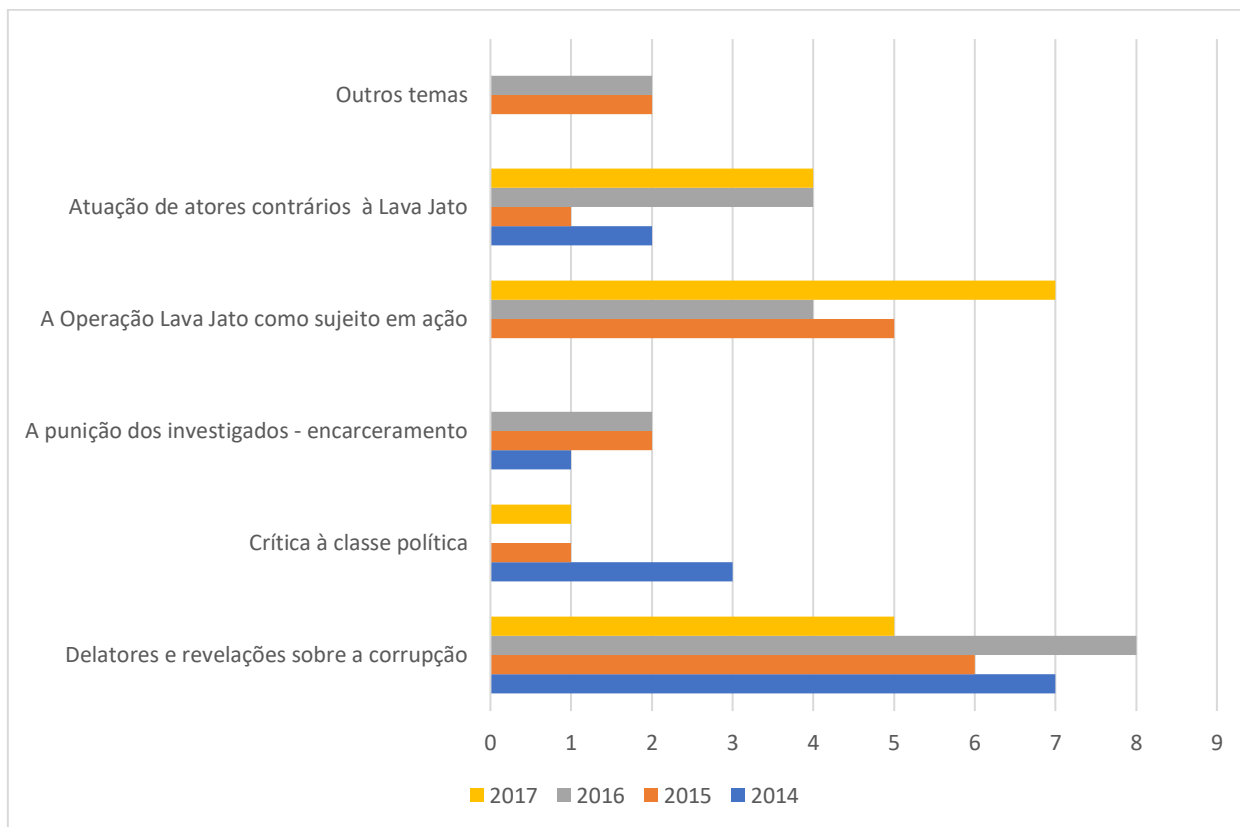


Fonte: levantamento do autor, 2021.

Gráfico 2 Incidência de temas nas capas


Fonte: levantamento do autor, 2021.



Nos primeiros anos de cobertura (período 2014-2017), quando *Veja* dedicou mais capas à Lava Jato, o foco maior foi nas delações e delatores. Capas com críticas à classe política, que chegaram a ter algum destaque no começo do escândalo, perderam preponderância frente às revelações que se faziam. As capas que *Veja* publicou para denunciar reações à Lava Jato, que ocupavam de forma tímida as capas nos dois primeiros anos, 2014 e 2015, começaram a ficar mais constantes nos anos seguintes – 2016 e 2017 (Gráfico 3).



Gráfico 3 Temas das capas, por ano de publicação



Fonte: levantamento do autor, 2021.


Quadro 4 Capas da *Veja* sobre a Lava Jato




	Edição	Texto principal da capa
1	 <p data-bbox="300 1778 584 1948">Edição 2366, ano 47, n. 13, 26 de março de 2014</p>	<p data-bbox="826 1335 1225 1361">O que era solução virou problema</p> <p data-bbox="643 1509 1410 1639">Dilma fez (quase) tudo certo no caso Pasadena, mas o aparelhamento da Petrobras está levando a presidente a sofrer até por suas virtudes</p>



<p>2</p>	 <p>Edição 2368, ano 47, n. 15, 9 de abril de 2014</p>	<p>Como o PT Está afundando a Petrobras</p> <p>Os diálogos da corrupção</p> <p>As conversas do deputado André Vargas e do doleiro Alberto Youssef flagradas pela Polícia Federal</p> <p>Youssef – “Acredite em mim. Você vai ver o quanto isso vai valer...Tua independência financeira e a nossa também, é claro...”</p>
<p>3</p>	 <p>Edição 2369, ano 47, n. 16, 16 de abril de 2014</p>	<p>Petrobras</p> <p>O que já vazou é explosivo...</p> <p>...mas os corruptos se apavoram com o que este homem pode ainda revelar</p>



<p>4</p>	 <p>Edição 2385, ano 47, n. 32, 6 de agosto de 2014</p>	<p>Exclusivo</p> <p>Fraude</p> <p>CPI da Petrobras</p> <p>Uma gravação mostra que os investigados receberam perguntas dos senadores com antecedência e foram treinados para responder a elas. A farsa é tão escandalosa que pode exigir uma inédita CPI da CPI para ser desvendada</p>
<p>5</p>	 <p>Edição 2386, ano 47, n. 33, 13 de agosto de 2014</p>	<p>Exclusivo</p> <p>“Eram malas e malas de dinheiro”</p> <p>A contadora que trabalhava com o caixa do doleiro preso Alberto Youssef revela como era o esquema de lavagem de dinheiro usado por políticos do PT, PMDB e PP</p>




<p>6</p>  <p>Edição 2390, ano 47, n. 37, 10 de setembro de 2014</p>	<p>Exclusivo</p> <p>Escândalo da Petrobras</p> <p>O delator fala</p> <p>O nome dos políticos envolvidos no megasquema de corrupção: governadores, senadores, deputados federais e um ministro</p> <p>O dinheiro sustentava a base aliada do PT no Congresso</p> <p>Houve propina na compra da refinaria de Pasadena</p>
<p>7</p>  <p>Edição 2396, ano 47, n. 43, 22 de outubro de 2014</p>	<p>Escândalo da Petrobras</p> <p>O doleiro fala</p> <p>A campanha presidencial de 2010 do PT levou dinheiro do Petrolão</p> <p>28 deputados federais recebiam propinas mensais para apoiar o PT</p>

<p>8</p>	 <p>Edição 2397, ano 47, n.44, 29 de outubro de 2014</p>	<p>Petrolão</p> <p>Eles sabiam de tudo</p> <p>O doleiro Alberto Youssef, caixa do esquema de corrupção na Petrobras, revelou à Polícia Federal e ao Ministério Público, na terça-feira passada, que Lula e Dilma Rousseff tinham conhecimento das tenebrosas transações na estatal</p>
<p>9</p>	 <p>Edição 2398, ano 47, n.45, 5 de novembro de 2014</p>	<p>Petrolão</p> <p>Operação Mãos-Sujas</p> <p>Os acusados do maior caso de corrupção da história brasileira manobram para tirar de cena o juiz responsável pelo processo</p>




<p>10</p>	 <p>Edição 2400, ano 47, n. 47, 19 de novembro de 2014</p>	<p>A prisão dos bilionários</p> <p>Na nova fase da Operação Lava Jato, o escândalo do Petrolão leva à cadeia 18 altos executivos de empreiteiras e o homem forte do PT na Petrobras</p>
<p>11</p>	 <p>Edição 2401, ano 47, n.48, 26 de novembro de 2014</p>	<p>De: Paulo Roberto</p> <p>Para: Dilma Rousseff</p> <p>Uma mensagem eletrônica de Paulo Roberto Costa para Dilma Rousseff em 2009 indica que ela e Lula ignoraram alertas sobre irregularidades em obras da Petrobras usadas pelos corruptos do caso Lava-Jato</p>
<p>12</p>	 <p>Edição 2403, ano 47, n. 50, 10 de dezembro de 2014</p>	<p>A Operação Lava-Jato e o PT</p> <p>O partido do governo tem muito que explicar sobre o escândalo depois das acusações de receber propina nas campanhas eleitorais</p>




<p>13</p>  <p>Edição 2404, ano 47, n. 51, 17 de dezembro de 2014</p>	<p>Exclusivo</p> <p>O disque-propina</p> <p>Saiba a quem este homem entrega em domicílio o dinheirão desviado da Petrobras. Tem ex-presidente, ministro, tesoureiro do partido, deputado...</p>
<p>14</p>  <p>Edição 2411, ano 48, n. 5, 4 de fevereiro de 2015</p>	<p>Reação em cadeia</p> <p>Executivos presos revoltados com os políticos soltos. Empreiteiros ameaçando Lula e Dilma. São todos contra todos na fase decisiva da Operação Lava-Jato</p>

<p>15</p>	 <p>Edição 2414, ano 48, n. 8, 25 de fevereiro de 2015</p>	<p>Os segredos do empreiteiro</p> <p>O que Ricardo Pessoa, da UTC, preso em Curitiba, quer contar sobre a Lava-Jato</p> <p>O ministro da Justiça tentou mesmo evitar sua delação</p> <p>Desde 2003 ele dá dinheiro de propina ao PT e outros partidos</p> <p>Em 2014 deu a candidatos do PT 30 milhões de reais obtidos no Petrolão</p> <p>Pagou despesas pessoais de José Dirceu</p> <p>E muito mais...</p>
<p>16</p>	 <p>Edição 2416, ano 48, n. 10, 11 de março de 2015</p>	<p>Saiu!</p> <p>A lista de Janot</p> <p>Começa o processo de investigação dos políticos implicados na Operação Lava-Jato</p>



<p>17</p>	 <p>Edição 2423, ano 48, n. 17, 29 de abril de 2015</p>	<p>Exclusivo</p> <p>Operação Lava Jato</p> <p>Empreiteiro arrasta Lula para o meio do escândalo</p> <p>Preso, Léo Pinheiro, da OAS, ameaça contar à Justiça o que sabe sobre o Petrolão – e seu alvo é o ex-presidente</p>
<p>18</p>	 <p>Edição 2424, ano 48, n. 18, 6 de maio de 2015</p>	<p>O juiz Moro vê mais longe</p> <p>Por que a soltura, pelo STF, dos empreiteiros presos na Lava-Jato não representa o fim da esperança dos brasileiros de que corruptos vão para a cadeia</p>
<p>19</p>	 <p>Edição 2426, ano 48, n. 20, 20 de maio de 2015</p>	<p>Lava-Jato</p> <p>Grampo</p> <p>Sabotagem ou negligência. Entenda as forças em jogo que podem minar o trabalho anticorrupção do juiz Moro</p>



<p>20</p>	 <p>Edição 2431, ano 48, n. 25, 26 de junho de 2015</p>	<p>Lava-Jato</p> <p>A queda do príncipe dos empreiteiros</p> <p>A prisão de Marcelo Odebrecht leva a investigação do escândalo da Petrobras ao patamar mais alto do poder na era Lula</p>
<p>21</p>	 <p>Edição 2432, ano 48, n. 26, 1 de julho de 2015</p>	<p>À sombra do delator</p> <p>VEJA teve acesso aos espantosos relatos que levaram o STF a aceitar a delação premiada do empreiteiro Ricardo Pessoa</p>
<p>22</p>	 <p>Edição 2433, ano 48, n. 27, 8 de julho de 2015</p>	<p>Exclusivo</p> <p>Agora, as provas do delator</p> <p>Os documentos que o empreiteiro Ricardo Pessoa entregou ao Ministério Público para sustentar suas afirmações sobre dinheiro de propina em campanhas eleitorais</p>

<p>23</p>	 <p>Edição 2436, ano 48, n. 30, 29 de julho de 2015</p>	<p>Exclusivo</p> <p>A vez dele</p> <p>Amigo de Lula, o empreiteiro Léo Pinheiro decidiu contar ao Ministério Público tudo o que sabe sobre a participação do ex-presidente no Petrolão e como o filho Lulinha ficou milionário</p>
<p>24</p>	 <p>Edição 2439, ano 48, n. 33, 19 de agosto de 2015</p>	<p>A República do Pixuleco</p> <p>A Lava-Jato chega à esplanada dos ministérios</p> <p>Exclusivo</p> <p>A empresa do ex-presidente Lula faturou 27 milhões de reais – 10 deles de construtoras investigadas no Petrolão</p>
<p>25</p>	 <p>Edição 2440, ano 48, n. 34, 26 de agosto de 2015</p>	<p>Iguais perante a lei</p> <p>No Brasil de hoje ninguém é melhor diante da Justiça. Essa é uma etapa civilizatória comum a todas as grandes nações que já conquistaram a riqueza e a paz social</p>



<p>26</p>	 <p>Edição 2445, ano 48, n. 39, 30 de setembro de 2015</p>	<p>Lava-Jato</p> <p>Exclusivo</p> <p>O primeiro político fala</p> <p>O ex-deputado delator diz que participou da montagem do Petrolão com o presidente Lula no Palácio do Planalto</p> <p>Pedro Correa, ex-presidente do PP, preso em Curitiba</p>
<p>27</p>	 <p>Edição 2448, ano 48, n. 42, 21 de outubro de 2015</p>	<p>A Lava-Jato vai emergir</p> <p>Os tenebrosos acordos pela impunidade feitos em Brasília não vão matar a esperança de termos um país em que a Justiça é para todos</p>
<p>28</p>	 <p>Edição 2450, ano 48, n. 44, 4 de novembro de 2015</p>	<p>Os “chaves de cadeia” que cercam Lula</p> <p>Ele sempre escapou dos adversários. Mas quem o está afundando agora são os parentes, amigos, petistas e doadores de campanha investigados por corrupção</p>



<p>29</p>	 <p>Edição 2454, ano 48, n. 48, 2 de dezembro de 2015</p>	<p>A testemunha</p> <p>A prisão do senador petista Delcídio do Amaral na Lava-Jato deixa o mundo oficial em suspense, pois ninguém atuou mais próximo de Lula e Dilma nos momentos dramáticos dos escândalos do mensalão e do Petrolão</p>
<p>30</p>	 <p>Edição 2458, ano 48, n. 52, 30 de dezembro de 2015</p>	<p>Ele salvou o ano!</p> <p>Veja pesquisou 300 sentenças que Sergio Moro lavrou nos últimos quinze anos e descobriu as raízes de determinação e eficiência do juiz que deu ao Brasil a primeira esperança real de vencer a corrupção</p>
<p>31</p>	 <p>Edição 2460, ano 49, n. 2, 13 de janeiro de 2016</p>	<p>Exclusivo</p> <p>“São quase 6 da manhã. Sete graus. O dia ignora o verão. O interno 118065, bilionário, herdeiro do maior império de construção pesada no país, escorrega para fora do colchonete raso, pisa descalço no chão gelado da cela 604 e, rispidamente, lava o rosto na água do tanque. Os companheiros de cela ainda dormem. Logo, ele, os outros quinze presos da Operação Lava-jato e os demais detentos do Complexo Médico-Penal de Pinhais, perto de Curitiba, vão ser sacudidos pelo toque de despertar. É a vida no Pavilhão 6...”</p>




<p>32</p>	 <p>Edição 2462, ano 49, n. 4, 27 de janeiro de 2016</p>	<p>O triplex de Lula</p> <p>A Hora da Verdade</p> <p>O Ministério Público decide denunciar o ex-presidente pelo crime de ocultação de patrimônio no caso do apartamento no Guarujá reformado e mobiliado por uma das empreiteiras punidas na Operação Lava-Jato</p>
<p>33</p>	 <p>Edição 2466, ano 49, n.8, 20 de fevereiro de 2016</p>	<p>Exclusivo</p> <p>O “chefe” e a “madame”</p> <p>As mensagens em que os empreiteiros falam das exigências de Lula e Marisa Letícia nas reformas do sítio em Atibaia e do Tríplice no Guarujá</p>

<p>34</p>	 <p>Edição 2468, ano 49, n.10, 9 de março de 2016</p>	<p>Especial</p> <p>Lula e a Lei</p> <p>O ex-presidente depõe na Polícia Federal em São Paulo e sai debochando da Justiça</p> <p>Um dossiê fajuto contra o juiz Moro passa pelo Planalto e, mesmo assim, circula entre os petistas</p> <p>A delação premiada de Delcídio do Amaral é uma bomba arrasa-quarteirão contra Dilma e Lula</p> <p>O “custo Dilma” na economia é contabilizado na casa do trilhão</p>
<p>35</p>	 <p>Edição 2469, ano 49, n. 11, 16 de março de 2016</p>	<p>O desespero da jararaca</p> <p>Com o governo Dilma derretendo sob a ameaça de impeachment, Lula sai atrás de apoio em Brasília, recorre ao Supremo Tribunal e termina acuado por um pedido de prisão preventiva</p>

<p>36</p>	 <p>Edição 2470, ano 49, n. 12, 23 de março de 2016</p>	<p>Exclusivo</p> <p>“Lula comandava o esquema”</p> <p>O senador Delcídio do Amaral antecipa a VEJA a segunda parte de sua delação e detalha como o governo vazava operações da Lava-Jato usando as senhas “ventos frios” e “questão indígena”</p>
<p>37</p>	 <p>Edição 2471, ano 49, n. 13, 30 de março de 2016</p>	<p>Exclusivo</p> <p>O plano secreto de Lula para evitar a prisão: pedir asilo à Itália e deixar o Brasil</p>
<p>38</p>	 <p>Edição 2472, ano 49, n. 14, 6 de abril de 2016</p>	<p>O cadáver da Lava-Jato</p> <p>Com as duas prisões da Operação Carbono 14, os investigadores chegam perto de esclarecer o mistério que mais assombra o PT: afinal, quem matou Celso Daniel, o prefeito de Santo André?</p>

<p>39</p>	 <p>Edição 2480, ano 49, n. 22, 1 de junho de 2016</p>	<p>O complô para calar a Lava-Jato</p> <p>Como os líderes do PMDB conspiram para travar as investigações</p> <p>Exclusivo: Nos 72 anexos da delação de Pedro Corrêa, o diálogo em que Lula deu a ordem para montar o Petrolão</p>
<p>40</p>	 <p>Edição 2481, ano 49, n. 23, 8 de junho de 2016</p>	<p>Exclusivo</p> <p>Safra de delações</p> <p>Marcelo Odebrecht</p> <p>Secretário pessoal de Dilma ganhou mesada de 50.000 reais</p> <p>Léo Pinheiro</p> <p>Reforma do sítio de Atibaia foi feita a pedido de Lula</p> <p>Sérgio Machado</p> <p>Renan, Jucá e Sarney dividiram propina de 60 milhões de reais</p> <p>Nestor Cerveró</p> <p>“Quero pedir desculpas à sociedade brasileira”</p>



<p>41</p>	 <p>Edição 2490, ano 49, n. 32, 10 de agosto de 2016</p>	<p>Exclusivo Delações Explosivas</p> <p>Odebrecht cita Temer</p> <p>Marqueteiro destrói Dilma</p>
<p>42</p>	 <p>Edição 2492, ano 49, n. 34, 24 de agosto de 2016</p>	<p>Exclusivo</p> <p>Empreiteira delata ministro do Supremo</p> <p>VEJA teve acesso ao capítulo do depoimento de Léo Pinheiro, da OAS que inclui o magistrado Dias Toffoli</p>




<p>43</p>	 <p>Edição 2493, ano 49, n. 35, 31 de agosto de 2016</p>	<p>A delação que Janot jogou no lixo</p> <p>Exclusivo</p> <p>A conta clandestina que abastecia Lula</p> <p>O caixa dois da campanha de Dilma</p> <p>A comissão de 3% do operador de Aécio</p> <p>A propina em espécie no governo Serra</p> <p>VEJA teve acesso à íntegra de sete anexos do acordo do empreiteiro Léo Pinheiro que o procurador-geral mandou queimar</p>
<p>44</p>	 <p>Edição 2495, ano 49, n. 37, 14 de setembro de 2016</p>	<p>Exclusivo</p> <p>“O governo quer abafar a Lava-Jato”</p> <p>O advogado-geral da União diz a VEJA que foi demitido porque queria punir aliados do Planalto envolvidos em corrupção na Petrobras</p>
<p>45</p>	 <p>Edição 2496, ano 49, n. 38, 21 de setembro de 2016</p>	

<p>46</p>	 <p>Edição 2498, ano 49, n. 40, 5 de outubro de 2016</p>	<p>Exclusivo</p> <p>A vez de Renan</p> <p>Caiu a presidente da República. Caiu o presidente da Câmara. Com a delação do pagador de propinas do PMDB, a Lava-Jato, agora, chega ao presidente do Senado</p>
<p>47</p>	 <p>Edição 2501, ano 49, n. 43, 26 de outubro de 2016</p>	<p>Essa cela vai lotar</p> <p>Minutos antes de ser preso, Eduardo Cunha ligou para o Planalto pedindo ajuda</p> <p>Delator conta como, quando e onde Renan recebia o dinheiro das propinas do Petrolão</p> <p>Choque de instituições: policiais federais prendem policiais legislativos do Senado</p>
<p>48</p>	 <p>Edição 2502, ano 49, n. 44, 2 de novembro de 2016</p>	<p>A delação do fim do mundo</p> <p>As revelações da Odebrecht sobre corrupção já somam 300 anexos e deixam políticos em estado de pânico</p> <p>Sergio Moro: “Espero que o Brasil sobreviva”</p>



49	 <p>Edição 2505, ano 49, n.47, 23 de novembro de 2016</p>	Sergio Moro, sobre a corrupção no Rio: “Uma versão criminosa de governantes ricos e governados pobres”
50	 <p>Edição 2508, ano 49, n.50, 14 de dezembro de 2016</p>	<p>Exclusivo</p> <p>Como a Odebrecht comprava o poder</p> <p>VEJA teve acesso às 82 páginas da delação de Claudio Melo Filho, o lobista da empreiteira em Brasília. As acusações atingem os principais líderes do PMDB no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto</p>
51	 <p>Edição 2513, ano 50, n.3, 18 de janeiro de 2017</p>	<p>Exclusivo</p> <p>Vem aí outra megadelação</p> <p>A Camargo Corrêa decide seguir os passos da Odebrecht</p> <p>40 funcionários da empreiteira vão se tornar delatores</p> <p>200 políticos vão aparecer na lista da propina</p>

<p>52</p>	 <p>Edição 2515, ano 50, n. 5, 1 de fevereiro de 2017</p>	<p>Procurado</p> <p>Eike Batista</p> <p>Profissão</p> <p>Ex-bilionário</p> <p>Acusação</p> <p>Corrupção</p> <p>Delação-bomba pode ser sua moeda de troca</p> <p>Os bastidores da promíscua relação com Sérgio Cabral</p>
<p>53</p>	 <p>Edição 2516, ano 50, n. 6, 8 de fevereiro de 2017</p>	<p>Acelera, Fachin</p> <p>Três anos depois do início da maior operação anticorrupção do país, nenhum político foi condenado pelo STF. O desafio de agilizar os trabalhos está agora nas mãos do novo relator do processo, o ministro Edson Fachin</p> <p>Exclusivo</p> <p>Por que o Ministério Público quer o afastamento do ministro Dias Toffoli da Lava-Jato</p>
<p>54</p>	 <p>Edição 2517, ano 50, .7, 15 de fevereiro de 2017</p>	<p>Lava-Jato</p> <p>Agora é para valer: os movimentos para sabotar a operação anticorrupção estão no governo, no Congresso, no Supremo e até na Polícia Federal</p> <p>Saiba por que isso está acontecendo</p>




<p>55</p>	 <p>Edição 2524, ano 50, n. 14, 5 de abril de 2017</p>	<p>A vez de Aécio</p> <p>Ex-executivo da Odebrecht afirma que a empresa depositou propina para Aécio Neves numa conta em Nova York operada por sua irmã. Ele nega</p>
<p>56</p>	 <p>Edição 2526, ano 50, n. 16, 19 de abril de 2017</p>	<p>República Federativa da Odebrecht</p> <p>“Com a goela... ..muito aberta”</p>
<p>57</p>	 <p>Edição 2527, ano 50, n. 17, 26 de abril de 2017</p>	<p>Acabou</p> <p>“Se tiver, destrua”</p> <p>Em audiência com o juiz Sergio Moro, o empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS, revela que recebeu ordens de Lula para eliminar provas</p>

<p>58</p>	 <p>Edição 2529, ano 50, n. 19, 10 de maio de 2017</p>	<p>O primeiro encontro cara a cara</p> <p>Moro X Lula</p> <p>Por que a libertação de José Dirceu só fortalece a Lava-Jato</p> <p>Renato Duque diz que Lula o orientou a fechar conta na Suíça</p>
<p>59</p>	 <p>Edição 2531, ano 50, n.21, 24 de maio de 2017</p>	<p>Basta</p> <p>O país precisa de alguma grandeza. Grandeza dos homens públicos que ocupam os postos centrais do poder. Grandeza para o Brasil, para a grandeza da vida nacional, para o crescimento. Grandeza para o Brasil acima dos interesses pessoais, de modo que o país possa seguir em frente, cumprir a caminhada rumo à modernidade, libertar-se da mediocridade econômica e – enfim – dar ao povo brasileiro a oportunidade de construir uma vida justa e digna. Os milhões de brasileiros honestos não merecem ser punidos pela desfaçatez e pela ganância dos poderosos</p>
<p>60</p>	 <p>Edição 2533, ano 50, n.23, 7 de junho de 2017</p>	<p>Exclusivo</p> <p>O futuro de Temer depende deles</p> <p>A Polícia Federal encontrou recibos de despesas de familiares do presidente no escritório do coronel, e a Procuradoria aposta na delação do deputado da mala</p>




<p>61</p>	 <p>Edição 2537, ano 50, n. 27, 5 de julho de 2017</p>	<p>O novo enigma da Lava-Jato</p> <p>Raquel Dodge, a futura procuradora-geral, é adversária de Rodrigo Janot, já suspeitou ter sido grampeada por ele e assumirá o cargo sob o escrutínio do país: sua missão é aprofundar as investigações ou “estancar a sangria”?</p>
<p>62</p>	 <p>Edição 2539, ano 50, n. 29, 19 de julho de 2017</p>	<p>Edição especial</p> <p>12 de julho de 2017, quarta-feira</p> <p>Culpado</p> <p>Lula torna-se o primeiro presidente da história do Brasil condenado por corrupção e lavagem de dinheiro</p> <p>Mais: Ele vai para a prisão? Ele pode ser candidato a presidente? Veja responde a todas as dúvidas sobre o futuro do petista</p>


<p>63</p>	 <p>Edição 2547, ano 50, n. 37, 13 de setembro de 2017</p>	<p>Enfim, cai o silêncio petista</p> <p>O ex-ministro Palocci torna-se o primeiro membro do PT a abrir a boca e presta um depoimento devastador para Lula</p> <p>Exclusivo</p> <p>Os segredos da JBS</p> <p>Mensagens de WhatsApp obtidas por VEJA sugerem que a empresa negociava sentenças nos tribunais</p> <p>Exclusivo</p> <p>A delação de Funaro</p> <p>O doleiro conta que “Temer sempre soube” das roubalheiras do PMDB e recebeu dois repasses de propina</p>
<p>64</p>	 <p>Edição 2548, ano 50, n. 38, 20 de setembro de 2017</p>	<p>República de Quadrilhas</p> <p>Temer é denunciado pela segunda vez, e a polícia o acusa de liderar o “quadrihã” do PMDB</p> <p>A prisão dos irmãos Batista fecha o cerco em torno da JBS</p> <p>Exclusivo</p> <p>A delação de Palocci: Lula recebia pacotes de 30, 40, 50.000 reais</p>

65	 <p>Edição 2550, ano 50, n. 40, 4 de outubro de 2017</p>	<p>Exclusivo</p> <p>Suspeita bilionária</p> <p>Relatório confidencial do Ministério da Fazenda informa que, em catorze anos, o grupo J&F movimentou nada menos que 248 bilhões de reais em operações nebulosas, que incluem remessas a políticos da Lava-Jato</p> <p>Mais: Nova gravação de Joesley mostra o empenho em pegar Temer</p>
66	 <p>Edição 2553, ano 50, n. 43, 25 de outubro de 2017</p>	<p>Avança o acordão da vergonha</p> <p>Governo, Congresso e Justiça, cada um a seu modo, manobram para estancar a sangria da Lava-jato e voltar ao passado de impunidade</p>
67	 <p>Edição 2560, ano 50, n. 40, 13 de dezembro de 2017</p>	<p>Exclusivo</p> <p>A bomba de Palocci</p> <p>Em sua proposta de delação, o ex-ministro promete contar que o PT recebeu 1 milhão de dólares do ditador líbio Muamar Kadafi para a campanha de Lula em 2002</p> <p>O ponto crítico: partido que ganha dinheiro de “procedência estrangeira” está sujeito à cassação</p>

<p>68</p>	 <p>Edição 2566, ano 51, n. 4, 24 de janeiro de 2018</p>	<p>Lula a um passo do abismo</p> <p>Quem são e o que pensam os três juízes que vão decidir o futuro do ex-presidente – que poderá perder o direito de ser candidato ao Palácio do Planalto</p>
<p>69</p>	 <p>Edição 2567, ano 51, n. 5, 31 de janeiro de 2018</p>	<p>O que falta para Lula ser preso</p> <p>Com a condenação unânime e a pena aumentada para doze anos, o ex-presidente fica com poucas saídas na Justiça – e, no cenário mais extremo, pode estar na cadeia em quarenta dias</p>
<p>70</p>	 <p>Edição 2576, ano 51, n.14, 4 de abril de 2018</p>	<p>Aperto o cerco a Temer</p> <p>A prisão de amigos do presidente leva a investigação dos portos para a porta do Palácio do Planalto</p> <p>Exclusivo</p> <p>Mensagem revela que decreto beneficiou empresa suspeita de pagar propina</p> <p>VEJA localiza testemunha-chave em Paris: “Está todo mundo milionário”</p>

71	 <p>Edição 2577, ano 51, n.15, 11 de abril de 2018</p>	Edição especial
72	 <p>Edição 2579, ano 51, n.17, 25 de abril de 2018</p>	Bateu nos tucanos Como a derrocada do PSDB vai afetar a candidatura de Geraldo Alckmin
73	 <p>Edição 2581, ano 51, n.19, 9 de maio de 2018</p>	Exclusivo A vida de Lula na prisão VEJA teve acesso à ala restrita onde está o ex- presidente e revela os bastidores dos seus primeiros trinta dias de cárcere

<p>74</p>	 <p>Edição 2607, ano 51, n.45, 7 de novembro de 2018</p>	<p>A pirueta de Moro</p> <p>A convite de Bolsonaro, o juiz faz um movimento temerário e troca a Lava-Jato pela política</p>
<p>75</p>	 <p>Edição 2627, ano 52, n.13, 27 de março de 2019</p>	<p>A prisão de Temer</p> <p>“É convincente a conclusão ministerial de que Michel Temer é o líder da organização criminosa”</p> <p>Marcelo Bretas, juiz titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro</p>
<p>76</p>	 <p>Edição 2639, ano 52, n. 25, 14 de junho de 2019</p>	<p>Sergio Moro</p> <p>Desmoronando</p> <p>Diálogos comprometedores com o Ministério Público, com claras transgressões à lei, desconstroem a imagem de Sergio Moro, o grande herói da Lava-Jato</p>

77	 <p>Edição 2642, ano 52, n.28, 10 de julho de 2019</p>	<p>Exclusivo</p> <p>Justiça com as próprias mãos</p> <p>Diálogos mostram que Sergio Moro cometeu irregularidades, desequilibrando a balança em favor da acusação nos processos da Lava-Jato</p>
----	---	---

Fonte: levantamento do autor, 2021.

4 O IMAGINÁRIO NAS CAPAS DE VEJA

Neste capítulo, pretende-se avançar nas reflexões sobre a cobertura da Operação Lava Jato produzida pela *Veja*, a partir da perspectiva dos estudos do imaginário. Conforme resumiu a pesquisadora e estudiosa do imaginário Ana Taís Martins Portanova Barros:

Na área da comunicação, o imaginário começa a se tornar noção-chave para um entendimento que conecte as dimensões política, social, histórica e cultural dos fenômenos. Afinal, é o imaginário o lugar dos entre-saberes, o tecido conjuntivo que liga as disciplinas entre si. (BARROS, 2016, p. 349)

Ainda conforme a autora, o imaginário é um ponto de vista para estudo dos fenômenos comunicacionais, uma dimensão a ser explorada pelos pesquisadores, dado o seu caráter transversal, percorrendo todas as produções humanas (BARROS, 2016, p. 350).

Autor de estudos seminais sobre o imaginário, o antropólogo francês Gilbert Durand argumenta que a consciência ocorre por graus de imagens, seja quando os objetos parecem estar presentes em nossas mentes ou quando não se apresentam à nossa sensibilidade, ou seja, estão ausentes e precisam ser re-(a)presentados por meio da imagem, em sentido amplo (DURAND, 1988, p. 10-11).

Como escreveu Lucia Leão a respeito do pensamento do antropólogo francês, “todo pensamento tem sua matriz nas imagens, imagens essas que indicam o tipo de sistema simbólico que permite ‘o ser no mundo’ do pensamento” (LEÃO, 2009, p. 310).

Assim, chega-se ao conceito de imaginário conforme proposto por Durand, explicado “como uma re-presentação incontornável, a faculdade de simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente desde os cerca de um milhão e meio de anos que o *homo erectus* ficou em pé na face da Terra” (DURAND, 1998, p. 117).

Como vimos anteriormente, Durand definiu o imaginário como “o conjunto das imagens e relações de imagens que constituiu o capital pensado do *homo sapiens*” (DURAND, 2002, p. 18), uma bacia semântica para a humanidade, museu de todas as imagens passadas, presentes e futuras. Durand investigou o simbolismo imaginário por meio da antropologia, entendida como o conjunto das ciências que estudam a espécie, buscando as motivações que levam pessoas a elaborar símbolos, a troca incessante existente no nível do imaginário entre “pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (DURAND, 2002, p. 41).

As noções do imaginário não se resumem ao postulado por Durand, recebendo, principalmente durante o século passado, diferentes definições e abordagens. Michel Maffesoli, doutor em sociologia francês e pensador das questões do imaginário, caracteriza-o como “uma força catalisadora individual e, ao mesmo tempo, um patrimônio de grupo (tribal), fonte comum de emoções, de lembranças, de afetos e de estilos de vida; um patrimônio compartilhado que o autor também chama de ‘cimento social’ (ANAZ et al., 2014). Como o próprio pensador francês explicou, em entrevista, sobre o imaginário:

É o estado de espírito que caracteriza um povo. Não se trata de algo simplesmente racional, sociológico ou psicológico, pois carrega também algo de imponderável, um certo mistério de criação ou da transfiguração [...] O imaginário é uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável. (MAFFESOLI, 2001, p. 75)

Nesta mesma entrevista, Maffesoli diferencia o imaginário da cultura e da ideologia, distinções pertinentes à reflexão da presente tese. Para ele, a cultura contém uma parte do imaginário, assim como no imaginário há partes da cultura. A cultura pode ser identificada de forma precisa, tanto no sentido das produções de campos como teatro, literatura, música etc., quanto no sentido dos fatos da vida cotidiana, as formas de organização da sociedade, costumes. O imaginário, por sua vez, seria uma matriz (MAFFESOLI, 2001, p. 75).

Da mesma forma, Maffesoli distingue o imaginário da ideologia, afirmando que essa última guarda sempre um viés racional, uma interpretação do mundo, uma tentativa de argumentação, enquanto o imaginário, possuindo elementos racionais, também lida com o lúdico, o onírico, a fantasia, o emocional (MAFFESOLI, 2001, p. 76-77).

Outro pensador que também se dedicou ao poder da força da imaginação para a configuração das sociedades foi o filósofo francês Cornelius Castoriadis. Para esse autor, é por meio da criação imaginária que a sociedade constituiu um sistema de normas e de instituições no sentido mais amplo.

Imaginário, nesse contexto, não significa evidentemente fictício, ilusório, especular, mas posição de novas formas, e posição não determinada, mas determinante; posição imotivada, da qual não pode dar conta uma explicação causal, funcional ou mesmo racional. (CASTORIADIS, 2002, p. 183)

Para Castoriadis, toda sociedade possui um poder instituinte, que, por consequência, cria suas instituições, regramentos e normas. Esse poder fundamenta-se essencialmente não pela força

da coerção, mas “pela interiorização, pelos indivíduos socialmente fabricados, das significações instituídas pela sociedade considerada” (CASTORIADIS, 2002, p. 185).

Na reflexão proposta pelo autor, sob cada instituição social há uma maneira de ser, que ele chama de simbólico. “Tudo o que nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico” (CASTORIADIS, 1995, p. 142). Segundo ao autor, as instituições respondem a necessidades funcionais e racionais para o convívio social, obviamente, mas elas só podem existir na imaginação simbólica. Poder Judiciário, Igreja, a economia, nesta concepção, são sistemas simbólicos sancionados.

As reflexões de Maffesoli e Castoriadis sobre o poder da imaginação simbólica nas sociedades têm embasado diferentes e profícuos estudos no campo da comunicação. Nesta tese, contudo, iremos aprofundar o pensamento proposto por Durand, especificamente suas propostas sobre as maneiras de estruturação do pensamento simbólico humano, que ajudarão a perceber o imaginário que emerge das capas da *Veja* sobre a Operação Lava Jato.

Durand, na busca das motivações que levam o indivíduo a pensar simbolicamente e na tentativa de explicar a dinâmica desse processo, criou uma sistematização para a simbolização, batizada de classificação isotópica de imagens, que são a base explicativa para como os humanos percebem as imagens. A originalidade de suas formulações reside, dentre outros pontos, na relação que estabelece entre o pensamento simbólico e a corporeidade.

A sistematização oferecida por Durand estabelece que o pensamento simbólico pode ser agrupado em constelações, baseadas em seu isomorfismo de símbolos, e reagrupadas em grupos maiores, chamados eles de regimes diurnos e noturnos da imagem (DURAND, 2002, p. 58). Como mencionado acima, os regimes definem-se na relação do pensamento simbólico com os gestos inconscientes da motricidade sensória humana (DURAND, 2002, p. 60).

O regime diurno da construção simbólica é caracterizado como o regime imaginativo da antítese, pela construção maniqueísta das imagens. Tal regime corresponde ao gesto postural da motricidade humana, resultado de sua evolução que o levou a ser bípede, uma ação de ascensão, que nem por isso apagou de seu íntimo o medo da queda. Dentro desse regime simbólico, a identificação de símbolos negativos funciona como uma fuga e vitória sobre o destino e a morte, um mecanismo para dominá-los. Como contraponto da queda, das trevas e da animalidade, a imaginação busca por símbolos organizados em torno de uma separação, segregação e purificação, dos quais destaca-se a gládio (DURAND, 2002, p. 124).

Encontra-se na teoria do imaginário de Durand, portanto, elementos que nos auxiliam a entender a profundidade de memórias e imagens que a cobertura da Lava Jato realizada pela *Veja* evoca. O símbolo do gládio guerreiro relaciona-se diretamente com a espada da Justiça, gravitando em torno de uma noção de poder e agressividade. Para Durand, o Poder Judiciário é agressivo e atua de forma controlada e dentro de normas (DURAND, 2002, p. 140). No regime diurno da imagem, maniqueísta em sua essência, a ação da espada (da justiça) é de purificação. Como escreveu Durand, “a qualidade adjetiva importa mais à imaginação diurna que o elemento substancial, e que o próprio adjetivo se reabsorve sempre no gesto homocêntrico, no ato que o verbo traduz e que o suporta” (DURAND, 2002, p. 178). É no regime diurno que está o herói solar, que acredita poder vencer o Mal.

O regime noturno, por sua vez, reúne a construção imaginativa que já não luta contra o devir e a morte, adotando símbolos protetores, de lentidão, miniaturização, valorização da morte, de locais e alimentos sagrados e de acolhimento, e relaciona-se com as dominantes digestiva e sexual. Como escreveu o autor: “O antídoto do tempo já não será procurado no sobre-humano da transcendência e da pureza das essências, mas na segura e quente intimidade da substância ou nas constantes rítmicas que escondem fenômenos e acidentes” (DURAND, 2002, p. 194). Importante ressaltar que, segundo Durand, os dois regimes não são estruturas rígidas e formas imutáveis, podendo intercambiar-se na construção imaginativa dos indivíduos (DURAND, 2002, p. 64).

Como se investiga nas páginas seguintes, na análise das capas de *Veja* sobre a Lava Jato, o maniqueísmo, a agressividade, a segregação presentes no regime diurno da construção simbólica, conforme proposta por Durand, emergem em diversas oportunidades, justificando a preferência pelo ponto de vista desse autor no campo dos estudos do imaginário.

Parte-se da premissa, no presente trabalho, de que *Veja*, devido à suas influências editoriais, sua história e do seu próprio posicionamento editorial, em defesa de uma sociedade de viés liberal, com menor presença do Estado, conforme analisado no início deste capítulo, recorreu a elementos do imaginário para, na construção heroica da Lava Jato e de seu principal personagem, o juiz Sérgio Moro, reforçar a defesa de seus interesses comerciais e de ampliação da influência exercida perante seu público leitor e na arena política.

4.1 LAVA JATO: UMA HISTÓRIA DE SOMBRAS E TREVAS

Assim como uma das características das inovações trazidas pela Operação Lava Jato foi o amplo uso das colaborações premiadas, conforme descrito e analisado no primeiro capítulo, para a imprensa os conteúdos oriundos desses depoimentos foram o grande destaque da cobertura, e não poderia ser diferente em *Veja*. Mesmo a legislação determinando que os conteúdos relevados pelas colaborações não poderiam ser considerados como provas, devendo indicar caminhos de investigação para o levantamento das evidências, a imprensa divulgou amplamente as confissões e revelações dos investigados e réus, criando um discurso de verdade.

As capas produzidas a partir desse tipo de material predominantemente destacaram a figura de quem estava delatando. Nessas capas, os personagens que haviam contado como funcionavam os esquemas de pagamento de propinas e financiamento ilegal de políticos e partidos recebiam um tratamento discursivo textual e verbal que reforçava a significação de que uma grande revelação estava ocorrendo. Suas fotos, sempre em grande destaque, recebiam tratamentos de cores e sombreamentos, de modo que fosse possível reconhecer o personagem humano, mas ao mesmo tempo em que se criava uma atmosfera de pouca nitidez, como se esses personagens estivessem saindo da escuridão ou da região das sombras para contar ao leitor de *Veja* fatos até então inacessíveis.

As primeiras capas revelando conteúdos originados nas delações premiadas foram publicadas ainda em 2014, tendo como protagonistas o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e, posteriormente, o doleiro Alberto Youssef. Nessas duas oportunidades, o rosto do delator ganhou destaque, preenchendo quase todo o espaço editorial, e recebeu tratamento discursivo de forma a reforçar o tom grave que a publicação decidiu conferir às revelações.

Em setembro de 2014, quando *Veja* obteve o conteúdo das revelações feitas pelo ex-diretor da Petrobras em seu acordo de colaboração, o assunto foi alçado ao posto principal da edição do dia 10 daquele mês. Na diagramação escolhida pelos editores da revista para a capa com o personagem (Figura 1), o rosto do ex-funcionário público ocupa praticamente boa parte da página (7/8), em primeiríssimo plano, mas apresenta-se ligeiramente descentralizado, para a direita – pela perspectiva do leitor. Paulo Roberto Costa está de paletó e gravata de cor escura, que se confundem com o fundo, também escuro, e promove um contraste com a camisa em tom claro e o branco dos olhos. Seu olhar está direcionado ligeiramente para cima do horizonte, para a direita, também na perspectiva do leitor.

Figura 5 Capa de *Veja* da edição de 10 de setembro de 2014



Fonte: acervo do autor, 2014.

A capa recebeu tratamento de cor: tanto a pele do personagem quanto a camisa branca ganharam tom avermelhado. O logotipo da revista está em branco, alinhado à direita em cima da testa do personagem. No lado esquerdo da capa, sempre na perspectiva do olhar do leitor,

está o título da reportagem de capa, em letras amarelas e em corpo grande: “O delator fala”, logo abaixo dos termos “Exclusivo” e “Escândalo da Petrobras”.

Em três frases abaixo do título, *Veja* resume o conteúdo da delação, sua extensão e suas conclusões: “O nome dos políticos envolvidos no megasquema de corrupção: governadores, senadores, deputados federais e um ministro”; “O dinheiro sustentava a base aliada do PT no Congresso”; “Houve propina na compra da refinaria de Pasadena”.

Na porção superior da página, ocupando 1/8 da capa, há duas chamadas de reportagens também de assuntos relativos à Operação Lava Jato, separadas por uma linha, exibindo duas pequenas fotos em primeiríssimo plano: um outro ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró (à esquerda), e a contadora Meire Poza, que trabalhou para o doleiro Alberto Youssef (à direita).

O tom avermelhado da capa assemelha-se à luz infravermelha de laboratório fotográfico dos tempos analógicos, como se estivesse em preparação uma revelação de negativos de fotografia. Chama atenção, contudo, o fundo dos olhos do executivo, branco, em simetria com o logotipo da revista, também em branco e logo acima, como que uma visão clara em meio a um ambiente sombrio. O tom avermelhado da capa também remete a uma noção de alerta, de gravidade. Com já mencionado, remete aos antigos laboratórios fotográficos, onde as imagens fotografadas, “o real”, iam surgindo lentamente na bacia com os produtos químicos reagentes. O primeiríssimo plano, ao oferecer uma pretensa proximidade com o personagem, parece servir como um atestado da veracidade de suas declarações.

Sem sentido mais profundo, depura-se da capa um contraste evidente entre o fundo escuro que se mistura com o terno do executivo, o mundo das trevas onde ocorreu a corrupção, com a luz vermelha da revelação, e os olhos brancos do executivo, a luz que nos regatará da escuridão.

Pouco mais de um mês depois, outra capa com delatores, dessa vez o doleiro Youssef (Figura 2). O rosto do operador financeiro ocupa quase a totalidade da capa, também em primeiríssimo plano, mas não de forma centralizada. Sua cabeça ocupa a metade vertical à esquerda da capa, na perspectiva do leitor, e seu olhar direciona-se ligeiramente para cima e à direita, focado em nível acima do seu. Youssef está de paletó escuro, sem gravata, e sua foto revela um pouco do colarinho da camisa, que é clara. O fundo, indefinido, é um degradê das cores vermelha, laranja e branca. O logotipo da revista está alinhado à direita, em nível acima do rosto do doleiro, em cor vermelha. A capa conta com a chamada “Escândalo da Petrobras”

e, logo abaixo, o título “O doleiro fala”, seguindo de duas frases sintetizando o conteúdo de sua delação: “A campanha presidencial de 2010 do PT levou dinheiro do petrolão” e “28 deputados federais recebiam propinas mensais para apoiar o PT”. No 1/8 superior, separado por uma linha, duas chamadas para reportagens internas sobre o segundo turno das eleições presidenciais, tendo as fotos dos candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves.

O semblante do doleiro na foto é sério e preocupado. Seu olhar, para a direita e para cima, chama atenção, permitindo a sensação de que está olhando para alguém em um nível acima do seu: um juiz, alguém que o vigia, ou os políticos para os quais trabalhava até então. Também o primeiríssimo plano funcionando como um atestado de verdade das declarações do doleiro.

A revista já não se utiliza dos recursos de imagem para fazer uma oposição tão clara entre luz e trevas nessa capa, que destaca, contudo, um tom degradê avermelhado do fundo, proporcionando uma percepção de claridade que se intensifica, como que a nos dizer que as revelações do doleiro jogarão mais luz sobre as trevas. Como escreveu Durand: “Tal como o esquema da ascensão se opõe ponto por ponto, nos seus desenvolvimentos simbólicos, ao da queda, também aos símbolos tenebrosos se opõem os da luz e especialmente o símbolo solar” (DURAND, 2002, p. 146).

Figura 6 Capa de *Veja* da edição de 22 de outubro de 2014



Fonte: acervo do autor, 2014.

Tratamento discursivo semelhante foi dado às capas de outro delator, o empresário Ricardo Pessoa, proprietário da UTC Engenharia, uma das empresas envolvidas na Lava Jato.

Foram três capas dedicadas às revelações do empresário, publicadas ao longo de 2015 (Figura 3). Na primeira delas, de 25 de fevereiro, a reportagem discorria sobre sua intenção de delatar e as informações que poderia revelar. O tratamento discursivo, nessa primeira ocasião, foi mais sóbrio do que nas duas capas posteriores. A imagem do empresário ocupa a centralidade da capa, em foto em meio primeiro plano, sobre um fundo verde borrado. O empresário está com a cabeça ligeiramente voltada para a esquerda, pela perspectiva do leitor. Veste paletó escuro e uma camisa branca, sem gravata. O olhar, distante, focado para a esquerda, em um ponto não definido. Seu semblante é sério, assim como suas promessas de revelações. O título “Os segredos do empreiteiro” está centralizado, na altura do peito, e é seguido de uma frase explicativa sobre o personagem para o público leitor: “O que Ricardo Pessoa, da UTC, preso em Curitiba, quer contar sobre a Lava-Jato”. Logo depois, quatro frases para mostrar o que estaria disposto a revelar: “O ministro da Justiça tentou mesmo evitar sua delação”, “Desde 2003 ele dá dinheiro de propina ao PT e outros partidos”, “Em 2014 deu a candidatos do PT 30 milhões de reais obtidos no petrolão” e “Pagou despesas pessoais de José Dirceu”. Essa capa, assim como as duas outras analisadas anteriormente, seguem um padrão, com fotos nítidas dos delatores, um título sobre as revelações e uma amostra do conteúdo das confissões. Se nas duas primeiras o caso fora chamado de “Escândalo da Petrobras”, nessa já ganhava o apelido de petrolão, que o acompanharia muitos anos depois.

Figura 7 Capas de *Veja* das edições de 25 de fevereiro, 1º de julho e 8 de julho de 2015



Fonte: acervo do autor, 2015.

Já nas duas outras capas que tiveram o empresário como protagonista, em julho daquele mesmo ano, o tratamento foi diverso. Com informações sobre o conteúdo de sua colaboração premiada, *Veja* transforma o empreiteiro em um personagem das sombras, como se habitasse regiões escuras dos meandros do poder. Na edição de 1º de julho de 2015, o empresário aparece na capa em foto de perfil, voltado para a esquerda, da perspectiva do leitor. Somente sua silhueta é identificável, pois o tratamento de imagem da capa o transformou em uma sombra que se esparrama sobre Brasília, cobrindo os edifícios de ministérios e do Congresso, como que uma nuvem escura. O fundo é um céu claro, permeado por nuvens brancas. A logomarca da revista, em branco, está alinhada à direita, no alto. O título, centralizado, em branco, é “À sombra do delator”, seguido do texto “VEJA teve acesso aos espantosos relatos que levaram o STF a aceitar a delação premiada do empreiteiro Ricardo Pessoa”. Não há outras chamadas na capa, além de uma frase para afirmar que o conteúdo é exclusivo e ocupa 12 páginas internas.

Na semana seguinte, a capa traz a mesma silhueta do empresário, na mesma disposição, também como uma sombra, de perfil, sobre um fundo pardo. Ainda com o termo “Exclusivo” para tratar do assunto, com o título “Agora, as provas do delator”. Logo abaixo, um texto para antecipar o conteúdo da reportagem: “Os documentos que o empreiteiro Ricardo Pessoa entregou ao Ministério Público para sustentar suas afirmações sobre o dinheiro de propina em campanhas eleitorais”. Ainda como elemento gráfico da capa, à esquerda, uma reprodução *fac-símile* dos documentos de sua delação.

O empresário, detentor de segredos, acusado como partícipe das práticas corruptas e testemunha de uma faceta obscura do exercício do poder político, recebe tratamento

diferenciado nas capas. Quando ameaça contar o que sabe, como na edição de 25 de fevereiro, é plenamente iluminado, solar, quase heroico. Quando conta o que sabe, os segredos da corrupção, torna-se uma sombra, uma presença das trevas. Como escreveu Durand: “a nitidez, a instantaneidade, a retidão da luz são como a soberana retidão moral” (DURAND, 2002, p. 153).

Outra capa trouxe elementos novos para o tratamento discursivo que *Veja* concedeu aos delatores. Em 30 de setembro de 2015, reportagem de capa prometia revelar o conteúdo da colaboração do ex-deputado da base aliada do governo federal Pedro Corrêa. Sua figura foi retratada também em grande destaque, ocupando a metade esquerda da capa, na perspectiva do leitor, também em primeiríssimo plano. O logotipo da revista se destaca no alto, alinhado à direita. Na metade vertical à direita, o título: “O primeiro político fala”, seguido de um texto: “O ex-deputado delator diz que participou da montagem do petrolão com o presidente Lula no Palácio do Planalto”.

A foto do ex-deputado recebeu tratamento, que a deixou em tom esbranquiçado e azulado, provocando um efeito de fotografia envelhecida e desbotada. Há um efeito simulando uma corrosão na beirada esquerda do rosto, como um filme ou foto antiga em decomposição – sinal de um passado que a Lava Jato estava enterrando, ou da própria decomposição da política? O olhar do deputado, para frente, compõe o semblante sério do personagem na foto (Figura 4).

Essa composição parece mostrar que a luz que se pretende jogar sobre as trevas da corrupção irá incandescer a figura de certos políticos. Como se não fossem capazes de resistir à força da depuração em curso na política brasileira, pela força do fogo, outro símbolo identificado por Durand no regime diurno. O fogo, segundo Durand, é um dos elementos usados nos rituais de purificação (DURAND, 2002, p. 173).

Figura 8 Capa da edição de *Veja* de 30 de setembro de 2015



Fonte: acervo do autor, 2015.

Uma das principais delações ocorridas no âmbito da Operação Lava Jato, a de executivos do conglomerado Odebrecht, contudo, recebeu um tratamento diverso nas capas de

Veja. Foram pelo menos seis capas que tiveram origem no conteúdo da colaboração premiada de diversos executivos da empresa (Figura 5). Nota-se que os únicos personagens destacados foram o principal executivo e herdeiro do grupo empresarial, Marcelo Odebrecht, na primeira dessas capas, publicada em 8 de junho de 2016, quando negociava os termos de seu acordo de colaboração, e o ex-senador Aécio Neves, implicado nas revelações, segundo reportagem da edição de 5 de abril de 2017. Nessa capa, com o ex-candidato à presidência da República, *Veja* recorreu ao primeiríssimo plano, com a foto do político ocupando quase a totalidade da página, na qual as sombras das bordas de sua silhueta confundem-se com o fundo escuro. Aécio Neves está de paletó e gravata escuros, com um camisa branca. Seu rosto é sério e o olhar centralizado e parado, como se analisasse uma situação.

Figura 9 Capas das edições de 8 de junho de 2016, 10 de agosto de 2016 e 2 de novembro de 2016 (da esq. para a dir.)



Fonte: acervo do autor, 2015-2016.

Figura 10 Capas das edições de 14 de dezembro de 2016, 5 de abril de 2017 e 19 de abril de 2017 (da esq. para a dir.)



Fonte: acervo do autor, 2016-2017.

Outras delações empresariais, como as das construtoras Camargo Corrêa e OAS e a do ex-senador petista Delcídio do Amaral, receberam tratamento diverso, ora enfatizando personagem implicados no conteúdo das revelações, ou recorrendo à abrangência potencial das revelações (Figura 6). Na reportagem que tratou da delação do ex-senador petista Delcídio do Amaral, por exemplo, em março de 2016, *Veja* escolheu destacar uma sequência de fotos de Lula, diante da afirmação editorial de que, segundo o delator, o ex-presidente não somente estava ciente do esquema de corrupção na Petrobras como o comandava.

Em outra capa, de agosto daquele ano, para abordar o conteúdo da delação do ex-presidente da construtora OAS, *Veja* escolheu como protagonista o ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli, que estaria implicado em crimes de corrupção nas revelações do empresário. Nessa oportunidade, a delação do ex-presidente da construtora ainda estava sendo negociada com a Procuradoria-Geral da República e, portanto, não havia sido homologada pela Justiça. As revelações de seu conteúdo na imprensa levaram a PGR a cancelar as tratativas com os executivos da empresa, o que *Veja* lamentou na edição seguinte (Figura 7).

Figura 11 Capas das edições de 18 de janeiro de 2017, 23 de março de 2016 e 24 de agosto de 2016 (da esq. para a dir.)



Fonte: acervo do autor, 2016-2017.

Figura 12 Capa da edição de 31 de agosto de 2016



Fonte: acervo do autor, 2016.

A predominância do conteúdo das delações premiadas como objeto de interesse editorial de *Veja* na cobertura da Operação Lava Jato reforça o argumento proposto por Solano (2007) que, em tese de doutoramento, havia identificado, a partir do estudo das capas das três maiores revistas semanais de informação (*Veja*, *Época* e *IstoÉ*) nos anos de eleições presidenciais entre 1989 e 2002, um crescimento de espaço para reportagens a respeito de investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF), especificamente as apurações e procedimentos investigatórios sobre casos de corrupção envolvendo servidores públicos e políticos. Ao mesmo tempo, o autor não havia identificado, na análise de *corpus* de sua pesquisa, um crescimento proporcional de reportagens investigativas com origem em esforços do próprio veículo de imprensa. O fenômeno, para Solano, ensejava a criação de uma nova tipologia para esse tipo de jornalismo, batizado por ele de jornalismo sobre investigações, como forma de diferenciar do jornalismo investigativo.

O autor concluiu em sua tese haver uma crescente dependência do jornalismo da agenda do Ministério Público, dependência essa que pode ser observada durante a Operação Lava Jato. Ao argumento da relação de dependência, acrescenta-se também, conforme visto nas discussões do primeiro capítulo sobre o conceito de escândalo político contemporâneo, a existência de interesses comuns entre imprensa e procuradores do Ministério Público. Escândalos concedem prestígio e importância aos veículos de comunicação perante seu público, além de conceder visibilidade às investigações. A indignação social que a corrupção provoca, por sua vez, aumenta o apoio político a tais investigações, em uma retroalimentação. Além disso,

especificamente no caso de *Veja*, que define ter como missão defender uma visão de sociedade baseada na livre concorrência e na busca do lucro capitalista, enfatizar as ineficiências e crimes de um sistema de governabilidade baseado em troca de apoio político por cargos e dinheiro desviado e denunciar a corrupção só reforçam essa mesma visão, ainda mais quando o governo em questão não professa as mesmas crenças.

4.2 A JUSTIÇA ESQUIZOIDE

Ainda segundo o recorte proposto anteriormente para a classificação dos principais temas das capas de *Veja* sobre a Lava Jato, constata-se que o segundo grande grupo com maior frequência nas capas, classificadas neste capítulo como “A Operação Lava Jato como sujeito em ação”, engloba reportagens de capa que traziam fatos e consequências das investigações, como a apresentação de denúncias e acusações formais, identificação de novos focos de apuração, iniciativas da operação etc. Nessa categoria, foram identificadas 24 reportagens, ou 31% do total.

Em menor número, mas ainda com certa ocorrência frequente, estão as reportagens de capa que descreviam iniciativas ou movimentações para, nas palavras da revista, tentar impedir o prosseguimento da Lava Jato, seja por meio de tentativas de desacreditar seu principal juiz, articulações no Congresso e no governo federal e nos tribunais superiores. Foram 11 reportagens com essa temática, 14% do total. Em menor ocorrência, seis reportagens de assuntos variados, classificadas como Outros; as duas reportagens feitas com base no conteúdo divulgado pelo site *The Intercept Brasil*, e quatro reportagens com críticas à classe política

A predominância dessas duas categorias de reportagem mostra que a Operação Lava Jato recebe da revista um tratamento institucional próprio, como se fosse uma instituição específica dentro do Poder Judiciário, e não uma ação coordenada de profissionais oriundos de diversas instituições trabalhando em conjunto. Em suas páginas, a Lava Jato é a própria realização da justiça, ao confrontar poderosos da política e do mundo dos negócios e aplicando-lhes a lei, independentemente das críticas que a operação vinha recebendo desde os primeiros momentos, como visto nos capítulos anteriores. Em outras oportunidades, como será analisado adiante, o símbolo escolhido pela revista para traduzir o ideal de justiça foi o juiz Sergio Moro, até o momento em que as revelações feitas pelo site *The Intercept Brasil* obrigaram *Veja* a uma tentativa de desconstrução dessa narrativa.

Em diversos momentos da cobertura de *Veja*, os textos das reportagens e de algumas capas reduziram a Operação Lava Jato a um sujeito agente da justiça. Como em texto da edição de 1º de julho de 2015, em reportagem detalhando o conteúdo da delação premiada do empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da construtora UTC, uma das envolvidas no escândalo de corrupção, que tratava especificamente das atividades privadas de consultoria do ex-ministro José Dirceu. “Como a Operação Lava Jato já mostrou, as ‘consultorias’ prestadas por Dirceu a empreiteiras e outras empresas com interesses na máquina pública renderam ao mensaleiro uma fortuna de R\$ 39 milhões” (VEJA, 2015, p. 46-47). Ou como na edição de 19 de agosto de 2015, em que a *Veja* detalha o conteúdo da delação premiada do lobista Júlio Camargo, na qual descreve um negócio envolvendo o pagamento de suborno em um contrato de compra e operação de uma plataforma de exploração de petróleo. “A Lava Jato descobriu que, como todos os contratos, esse também não ficou imune ao pagamento de propina a diretores e políticos” (BONIN, 2015, p. 48-49). Outro exemplo ocorreu em texto da edição de 5 de outubro de 2016, quando a revista publicou reportagem com detalhes do depoimento de um dos delatores sobre um esquema de propinas para o senador Renan Calheiros. “Em sua caçada montante, a Operação Lava Jato nunca esteve tão perto de capturar o terceiro homem na linha da sucessão da República: o senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas, que preside o Senado Federal” (BRONZATTO; RANGEL; MARQUES, 2016, p. 50-53).

A transformação da Operação Lava Jato em personagem da justiça também se deu nos próprios discursos visuais e textuais representados pelas capas da *Veja*. Nas primeiras páginas das edições de 21 de outubro de 2015 e 1º de junho de 2016, por exemplo, o personagem Lava Jato vira sujeito (Figura 8), quando a revista identificava tentativas de políticos, governo, empresas, investigados, réus e advogados para interromper ou atrapalhar as investigações. A capa da edição de 21 de outubro utilizou o recurso de uma montagem para significar o avanço da Lava Jato em direção a políticos proeminentes. Nessa montagem, a então presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula e o presidente da Câmara dos Deputados à época, Eduardo Cunha, em boias salva-vidas, estão flutuando na superfície do mar, da cintura para cima, enquanto um grande tubarão vem das profundezas do oceano em direção a eles. O tubarão está com a boca aberta, repleta de dentes afiados e desproporcionalmente grandes, nadando em direção às pernas dos três personagens, que aparentemente não estão cientes do perigo iminente, pois estão de mãos dadas e não esboçam nenhum movimento para fugir. O título afirma “A Lava Jato vai emergir”, seguindo de um texto explicativo: “Os tenebrosos acordos pela impunidade feitos em Brasília não vão matar a esperança de termos um país em que a Justiça é

para todos”. Recorre-se, no texto, à narrativa da igualdade de todos perante a lei, mas a Lava Jato e – e, por consequência, a ação da Justiça – é retratada como um tubarão prestes a estraçalhar suas vítimas, que estão indefesas perante o tamanho e a proximidade do animal.

Figura 13 Capas das edições de 21 de outubro de 215 e 1º de junho de 2016 (da esq. para a dir.)



Fonte: acervo do autor, 2015-2016.

Na outra capa, de 1º de junho de 2016, há também o recurso da montagem. Uma foto do ex-juiz Sergio Moro, em primeiríssimo plano, recebeu um esparadrapo na boca. O fundo é preto e o magistrado está de terno e gravatas escuros, com camisa branca. O título, centralizado e ocupando a metade de baixo da capa, afirma: “O complô para calar a Lava Jato”, seguido das frases “Como os líderes do PMDB conspiram para travar as investigações” e “Exclusivo: Nos 72 anexos da delação de Pedro Corrêa, o diálogo em que Lula deu a ordem para montar o petrolão”.

A transformação da força-tarefa da Operação Lava Jato em sujeito, além de uma escolha jornalística que poderia facilitar a compreensão do fenômeno por seus leitores, e deixá-los familiarizados com um assunto tão presente no noticiário daquele período, revela, contudo, qual a visão sobre a ação do Poder Judiciário no Brasil a revista construiu para seus leitores. Mais do que um recurso técnico do jornalismo, a transformação está repleta de significações que a revista propõe sobre o que deve ser a Justiça e como ela deve se realizar.

O discurso da *Veja* sobre a Operação Lava Jato exposto em suas reportagens de capa permite uma leitura sobre como a publicação enxergou a realização do ideal de justiça na sociedade durante a maior parte de sua cobertura das investigações, até que as revelações feitas pelo site *The Intercept Brasil* desconstruíram a narrativa predominante. Como se argumentará nas páginas seguintes, para a revista, a busca por justiça nas investigações sobre corrupção na administração pública se traduzia majoritariamente nas conquistas e superações de obstáculos pela força-tarefa da Lava Jato. Tudo o mais que pudesse interromper ou questionar essa linearidade foi encarado como um empecilho à plena realização desse ideal.

As sociedades democráticas ocidentais possuem um ideal de justiça que é buscado por meio de suas respectivas constituições, legislações, códigos e, em teoria, nas práticas diárias dos agentes do Poder Judiciário. Esse ideal também se traduz nos discursos que circulam nessas sociedades, de que todos são iguais perante a lei e devem receber tratamento imparcial e equilibrado.

Na presente tese, esse ideal de justiça é entendido como uma imagem arquetípica, algo primordial da psique humana, que é a busca pelo tratamento justo em nosso convívio social. Como define o psicanalista arquetípico James Hillman, autor de importantes trabalhos e reflexões sobre a centralidade da imagem na psique humana, “os arquétipos são as formas primárias que governam a psique” (HILLMAN, 1995, p. 21), que se manifestam não somente no âmbito do indivíduo, mas também na sociedade e na cultura. O autor deriva sua reflexão do pensamento de Carl Jung.

Arquétipos, para Jung, são os conteúdos que habitam o inconsciente coletivo, conceito definido por ele como “um substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal que existe em cada indivíduo” (JUNG, 2002, p. 15.), mais profundo que o inconsciente pessoal. Como elaborou Hillman, os arquétipos são inatos, embora modificados por fatores históricos e culturais, e aparecem nos hábitos sociais e nas artes, portanto são sempre fenomenológicos (HILLMAN, 1995, p. 23). Ou como sintetizou Barros (2009), arquétipos são um conteúdo psíquico não submetido a qualquer tipo de elaboração ou racionalização consciente.

A imagem torna-se arquetípica quando ela ganha um sentido abrangente de importância, quando se torna profunda e envolvente (HILLMAN 2019, p. 37). Arquétipos, como imagens primordiais, são processados na psique humana por meio de narrativas, imagens e símbolos. O que a faz ser uma imagem arquetípica é a riqueza nela contida, sua profundidade invisível, que só aparece quando nos aprofundamos (HILLMAN, 2019, p. 45).

Pode-se transformar imagens arquetípicas em símbolos, em um processo psicológico espontâneo, quando agrupamos significados generalizantes e universalizantes a uma imagem, isto é, quando a olhamos simbolicamente (HILLMAN, 2019, p. 21). Os símbolos, dessa forma, trazem à tona a profundidade e a potencialidade da história e da cultura.

Portanto, sendo a justiça um arquétipo, o discurso de *Veja*, a partir de fatos da Lava Jato, propõe uma significação sobre a realização desse ideal, construindo narrativas e símbolos sobre o fazer da justiça. O símbolo associado ao ideal de justiça nas democracias liberais ocidentais é o da figura da divindade romana Iustitia, que, vendada, porta uma balança e uma espada. A balança com o fiel, na vertical, expressa o equilíbrio, por meio do qual ninguém recebe mais do que lhe é justo, determinado pela lei (GABOARDI, 2008).

A venda nos olhos de Iustitia mostra que ela delibera de forma imparcial, sem manifestar preferência por qualquer uma das partes. A espada, em repouso, significa o poder de fazer valer sua decisão, caso seja necessário. Assim, segundo Gaboardi (2008), a justiça apresenta três dimensões, igualdade, neutralidade e eficácia, que percorrem a percepção simbólica da justiça até os dias de hoje. O simbolismo da deusa Iustitia foi construído com base em duas outras divindades da mitologia grega, Têmis e Díke, ainda segundo o autor. Têmis, na mitologia grega, representa as leis divinas, eternas. A balança, presente em sua imagem, traz a noção de igualdade, como em Iustitia. Mas a origem divina de Têmis, de acordo com Gaboardi (2008), nos lembra que ser justo é seguir as leis de deus, ou dos deuses, sob pena de punição divina.

Têmis, na mitologia grega, dá origem à deusa Díke, que também é uma representação da justiça. Segundo Juanito Brandão, o deus Zeus casa-se com Métis, deusa da prudência, e dessa união nasce Atená, deusa da sabedoria. “Atená simboliza mais que tudo a criação psíquica, a síntese por reflexão, a inteligência socializada” (BRANDÃO, 1986b, p. 32). Zeus também se casa com Têmis, deusa da justiça divina. Dessa união, surgiu Díke.

Díke, então a justiça imposta pelo pai de todos os deuses – Zeus – pela razão, não somente determina o que é certo, mas age em seu favor. Em sua representação simbólica, a balança está desequilibrada, relevando uma justiça que busca a igualdade diante de um desequilíbrio. Os olhos, por sua vez, já não estão mais vendados, pois precisa acompanhar o mundo real e ter ciência das desigualdades.

Junito Brandão também aprofundou a relação entre as divindades gregas da justiça. Escreveu ele que Têmis representava a justiça divina, cujos depositários eram o rei ou os nobres,

eupátridas, que decidiam em nome dos deuses de forma oral. O poeta Hesíodo, do fim do século VIII a.C., queixava-se da justiça praticada pelos reis eupátridas. O poeta ateniense Sólon (séc. VII a.C.) tentou romper com Têmis e a substituiu por Díke, a justiça dos homens, baseada na lei escrita, a nova justiça, mas suas reformas não tiveram sucesso (BRANDÃO, 1996a).

Mitos, na perspectiva adotada nesta tese, são entendidos não como uma falsidade ou uma ilusão, mas como modelos para a conduta humana, que oferecem significação e valor para a existência humana conforme proposto por Eliade:

Os mitos, efetivamente, narram não apenas a origem do Mundo, dos animais, das plantas e do homem, mas também de todos os acontecimentos primordiais em consequência dos quais o homem se converteu no que é hoje – um ser mortal, sexuado, organizado em sociedade, obrigado a trabalhar para viver, e trabalhando de acordo com determinadas regras. (ELIADE, 1998, p. 16)

A ideia de justiça, portanto, do que é justo ou não perante uma determinada concepção cultural, do tratamento justo que o indivíduo espera receber na convivência em sociedade, possui também elementos de uma narrativa mítica, que busca orientar e guiar as ações no dia a dia. Além disso, em uma sociedade desigual e repleta de injustiças como a brasileira, o discurso que a revista oferece sobre a realização ou não desse ideal potencializa sentimentos e reações.

Outra perspectiva, histórica e filosófica, sobre a justiça nos oferece o filósofo Michel Foucault. Na obra *Microfísica do Poder*, o autor francês dedica reflexões ao surgimento do aparelho institucional de justiça no âmbito dos Estados nacionais modernos como um conjunto de instituições estáveis que intervia na sociedade investido de autoridade e ligado por dependência ao poder político, ou mesmo controlado por tal poder. Há, em sua análise, uma interseção nesse ponto da história entre a justiça e a força das armas.

Substituir as guerras privadas por uma justiça obrigatória e lucrativa, impor uma justiça a que ao mesmo tempo se é juiz, parte e fisco, substituindo as transações e acordos, impor uma justiça que assegure, garanta e aumente em proporções notáveis a extração de parte do produto do trabalho, isso implica que se disponha de uma força de coação. (FOUCAULT, 2006 p. 42-43)

Com o surgimento dos Estados nacionais modernos, a justiça sustenta-se apoiada por um poder, o Parlamento ou os procuradores do rei, embriões de um poder centralizado. Nesse ponto, surge a ordem judiciária, apresentada como um poder público. Como analisou Foucault, “árbitro ao mesmo tempo neutro e autoritário”, com a missão de decidir de forma justa as disputas e assegurar a ordem pública (FOUCAULT, 2006, p. 43).

Foucault também argumenta que o aparelho judiciário instalado nas sociedades burguesas teve efeitos ideológicos profundos sobre as classes sociais, principalmente a plebe não proletária, sobre o que seria justo e o que seria injusto, sobre o crime, o autor do crime, a propriedade privada.

Ainda segundo o autor, não há exercício de poder sem que se recorra a uma manifestação de verdade e essa manifestação de verdade não se limita à concentração de conhecimentos úteis ao ato de se governar eficazmente, mas também aos rituais que envolvem a manifestação dessa verdade, isto é, um conjunto de procedimentos, em diferentes formatos, que manifesta e atualiza o que é verdade, em oposição ao falso, procedimentos que produzem a verdade necessária ao exercício do poder na consciência dos indivíduos, denominados aleturgia (FOUCAULT, 2014, p. 8). Os procedimentos judiciários estabelecidos em cidades gregas nos séculos VI e V a.C., segundo o filósofo francês, tais como as investigações, convocação e contraposição de testemunhas, são exemplos desses rituais de manifestação da verdade.

Em outra oportunidade, a partir de um debate com Noam Chomsky, Foucault (CHOMSKY; FOUCAULT, 2017, p. 51) argumenta que o poder político também é exercido por instituições aparentemente independentes desse mesmo poder político, como o sistema de ensino e a medicina. Nessa mesma discussão, o filósofo francês opinou que a ideia de justiça foi inventada e posta em circulação como instrumento de determinado poder político e econômico ou como uma arma contra esse mesmo poder. A noção de justiça, segundo Foucault, faz parte de um sistema de classes (CHOMSKY; FOUCAULT 2017, p. 63).

É parte constituinte dos discursos dos agentes do aparato institucional da justiça no Brasil dizer que sua atuação é pautada conforme os preceitos de igualdade de todos perante a lei, baseado no tratamento equilibrado e imparcial. As narrativas de *Veja* sobre a Operação Lava Jato, portanto, dialogam com a busca de um ideal de justiça latente na sociedade e, certamente, entre seus leitores, influenciada pelas narrativas míticas da Grécia Antiga e do Império Romano, que ignoram aspectos políticos da atuação do Poder Judiciário. Contudo, pode-se afirmar que as reportagens de capa da *Veja* reunidas no *corpus* de pesquisa produzem uma significação própria dessa narrativa mitológica.

O que se observa é que a busca desse ideal de justiça é apresentada por *Veja* como um confronto, uma disputa entre aqueles que estão em busca de sua realização plena, no caso a Lava Jato, e quem se dedica a impedir tal realização, em uma visão dicotômica reducionista, em sintonia com o regime diurno da imaginação simbólica proposto por Durand.

Se para a *Veja* o ideal de justiça é alcançado somente a partir de um confronto, e estando a Operação Lava Jato no lado “correto” da disputa, resta saber quem está contra o ideal de justiça. Esse outro lado da abordagem dicotômica de *Veja* é múltiplo e variado. Em determinados momentos, são as empreiteiras investigadas no escândalo e seus executivos e donos, além, obviamente, de seus advogados de defesa. Outras vezes, são políticos e funcionários públicos presos ou investigados por corrupção. Em algumas situações, membros do Supremo Tribunal Federal, ao proferirem decisões que contrariam a lógica da Operação Lava Jato, também entram no rol de agentes contrários aos avanços da Lava Jato. Alguns personagens, contudo, ao longo dos anos passaram de um lado para outro: um exemplo são empreiteiros que concordaram em fazer delação premiada e, assim, revelar os meandros da corrupção, corroborar suspeitas etc.

Motta e Guazina (2010), em estudo sobre a cobertura do escândalo do mensalão pelo Jornal Nacional, da TV Globo, já argumentavam que o conflito é uma categoria dramática estruturante do noticiário sobre política. Ao estabelecer personagens em disputa, “o conflito estabelece os episódios que projetam sequências lógico-temporais e concatenam os enredos de histórias virtuais mais ou menos completas, embora o foco recaia sobre as personagens que assumem proeminência nos episódios” (MOTTA; GUAZINA, 2010, p. 133).

Segundo o trabalho dos autores, o conflito é inato ao discurso político e a narrativa jornalística apoia-se nessa visão dualista das disputas do universo da política para adotá-lo em uma retórica dramatizada, que se assemelha a determinados segmentos das artes. “Embora mantendo seu caráter fático, a narrativa jornalística segue um esquema análogo ao da dramaturgia para enquadrar o complexo jogo da realidade política” (MOTTA; GUAZINA, 2010, p. 134). Para Motta e Guazina, o conflito funcionaria como um enquadramento cognitivo para jornalistas organizarem os fatos relativos aos atores políticos, como uma categoria pré-existente na cultura dos jornalistas.

Ampliando o raciocínio dos autores, a presente análise pretende mostrar que, no caso de *Veja*, esse enquadramento cognitivo dialoga com formulações simbólicas da psique humana coletiva. Não somente para estabelecer o confronto, mas indo além, dividindo os personagens de forma maniqueísta, entre bons e maus, heróis e vilões, puros e impuros.

Nas páginas de *Veja*, a narrativa produzida sobre a Operação Lava Jato – segregando de um lado personagens que combatem a corrupção, e de outro aqueles que são identificados como corruptos ou defensores desses – pode ser, também, uma forma de promover segregação e

mesmo purificação simbólicas, em uma espécie de alívio moral para os seus leitores. A corrupção fica relegada apenas à sua dimensão factual e individual – porque não pode ser cometida senão por indivíduos – sem relação com sua dimensão histórica e cultural. Classificar o outro como o opositor da justiça, narrar uma investigação sobre corrupção a partir de um esquema dual, poderia ser enquadrado, portanto, no regime imaginário definido por Durand, onde distinguir e classificar é mais importante que considerar nuances e ponderações.

Portanto, a narrativa de *Veja* para a realização do ideal de justiça, que se traduz em uma adesão aos interesses e objetivos da força-tarefa da Operação Lava Jato, confronta-se, por exemplo, com a percepção da realização desse mesmo ideal como resultado de garantias de inocência aos suspeitos e réus, direito à imparcialidade do juiz etc., como visto nas principais críticas sintetizadas em capítulo anterior. Diante da complexidade dos processos penais em geral, e em particular dos casos de corrupção envolvendo políticos, contratos públicos e investimentos, *Veja* optou por oferecer a seus leitores uma narrativa simplificada que reproduz esquemas simbólicos arcaicos que dividem o mundo entre bons e maus.

A dualidade da narrativa também se manifesta na construção discursiva das capas, onde os heróis da Lava Jato e a própria operação são retratados como figuras impávidas e implacáveis na aplicação do princípio de imparcialidade e equilíbrio da justiça, enquanto delatores e políticos investigados recebem um tratamento que os relaciona a sombras, sempre em tom ameaçador.

Pode-se questionar, nesse contexto das narrativas da Operação Lava Jato feitas pela *Veja*, quais seriam as prováveis explicações para a revista estabelecer um dualismo exacerbado e a clara identificação do mal a ser combatido, no caso, políticos e funcionários públicos envolvidos em corrupção. Além de questões já abordadas nesta tese, como a intenção institucional de *Veja* de propor a seus leitores uma visão de mundo específica, não representada pela classe política em questão, propõe-se uma reflexão sobre o conceito de bode expiatório da psicologia junguiana. Não se trata aqui de adotar o termo no senso comum, de alguém inocente que leva a culpa de determinado fato no lugar de outrem. Aqui, adota-se a perspectiva de Sylvia Brinton Perera (1986), analista junguiana para quem o termo bode expiatório é aplicado a indivíduos ou grupos causadores de infortúnio, uma acusação que alivia os acusadores de suas responsabilidades e lhes reforça o sentimento de poder e integridade. Originalmente, nas sociedades arcaicas, o bode expiatório era uma vítima humana ou animal escolhida para o

sacrifício a deus, a fim de aplacar sua ira e purificar a comunidade. Na modernidade, o ritual foi banalizado e seu significado mais profundo é inconsciente (PERERA, 1986, p. 11-12).

Em termos junguianos, o bode expiatório é um recurso de negação da sombra, tanto do homem como de Deus. Aquilo que é percebido como impróprio a conformar-se com o ego ideal ou à perfeita benignidade de Deus, é reprimido e negado, ou desmantelado e tornado inconsciente. (PERERA, 1986, p. 13)

Ou seja, argumenta-se aqui que o discurso da *Veja* sobre a Lava Jato, com seus alvos concretos, trabalharia para criar uma ilusão tranquilizadora entre seus leitores, de que a corrupção é possível de ser extirpada do corpo social ao se sacrificar os elementos causadores desse infortúnio, por meio das prisões e punições, assumindo uma postura de que se elimina a corrupção com a condenação e prisão de corruptos, e não com discussões institucionais e culturais, por exemplo, dada a complexidade do fenômeno. “Não confessamos conscientemente nossos defeitos e impulsos caprichosos sobre a cabeça de um bode, a fim de reconciliar-nos com a dimensão espiritual, como o faziam os antigos hebreus” (PERERA, 1986, p. 13). Pelo contrário, *Veja*, ao privilegiar uma abordagem dualista dos fatos da Lava Jato, nega a complexidade do fenômeno da corrupção no Brasil e relega o mal a um desvio comportamental de um grupo específico, os políticos do então governo que adotaram tais práticas.

O antropólogo francês René Girard, em sua obra clássica *A Violência e o Sagrado*, na qual defende o argumento central de que a violência seria um elemento natural das sociedades humanas, que necessita ser exorcizado pelo sacrifício expiatório, estabelece uma relação de parentesco do sistema judiciário moderno com esses mesmos rituais de sacrifício religiosos arcaicos, que domesticam e regulam a violência, canalizando-a para uma prática tolerável.

Para o autor, os rituais de sacrifício praticados em sociedades arcaicas desempenhavam uma função coletiva de canalizar uma violência essencial desses mesmos grupos; pois a vítima sacrificada protegeria toda a comunidade de sua própria violência. “O sacrifício polariza sobre a vítima os germens de desavença espalhados por toda a parte, dissipando-os ao propor-lhes uma saciação parcial” (GIRARD, 1998, p. 19). Assim, as sociedades arcaicas, ao estabelecerem procedimentos curativos para a violência, já se encontravam a caminho do sistema judiciário, que a partir de determinado momento histórico torna-se obrigatório (GIRARD, 1998, p. 34).

Dessa forma, para Girard, a função do sacrifício seria a de aplacar a violência inata nas sociedades e tentar evitar a eclosão de conflitos de vingança. Trata-se, portanto, de um mecanismo para auxiliar os humanos no controle da sede de vingança.

O sistema judiciário moderno, dessa forma, na perspectiva do autor, a partir de sua exclusividade em julgar e punir, oculta sua função simbólica de regular a vingança, função semelhante a exercida pelo sacrifício primitivo.

É essa ancestralidade, ainda presente, que emerge nas narrativas da imprensa e de *Veja* sobre a Operação Lava Jato, trazendo um elemento violento e de vingança contra a classe política, que dialoga com anseios dos extratos da sociedade que formam o público leitor da revista. Obviamente, é real a aspiração de justiça e de igualdade perante à lei, independentemente do poder político e econômico, mas o deleite editorial de *Veja* com as prisões e condenações oferecidas pela Lava Jato não mostraria esse lado oculto de desejo de vingança? Como escreveu Girard,

É claro que todos sabem que a justiça tem mais interesse na segurança geral que na justiça abstrata. Mas nem por isso deixamos de acreditar que esse sistema baseia-se em um princípio de justiça que lhe é próprio e que se encontra ausente nas sociedades primitivas. (GIRARD, 1998, p. 35)

Para o autor, o sistema contemporâneo de justiça é mais racional que o primitivo justamente porque aceita mais o princípio de vingança. E essa reflexão pode oferecer um ponto de entendimento porque, no discurso de *Veja* sobre a Lava Jato, o foco em prisões, acusações e condenações inéditas de empresários e líderes políticos, além de seu valor como notícia, adquirem um apelo adicional no diálogo com anseios profundos do público. Para Girard, o sistema judiciário moderno e os rituais de sacrifício das sociedades arcaicas possuem a mesma função: dominar o desejo primordial de vingança.

A insistência no castigo do culpado não tem outro sentido. Ao invés de tentar, como todos os procedimentos propriamente religiosos, impedir a vingança, moderá-la, eludí-la ou desviá-la para um objeto secundário, o sistema judiciário racionaliza a vingança, conseguindo dominá-la e limitá-la a seu bel prazer [sic]. Ela a manipula sem perigo, transformando-a em técnica extremamente eficaz de cura e, secundariamente, de prevenção da violência. (GIRARD, 1998, p. 35-36)

Assim, visualiza-se a capacidade do discurso jornalístico de provocar afetos que privilegiem a punição, como observado na cobertura da *Veja* sobre a Lava Jato, no lugar de uma abordagem mais complexa. Por uma estratégia comercial e de manutenção de influência política em determinados grupos sociais, *Veja* construiu uma narrativa preferencialmente binária e solar sobre a Lava Jato. Dessa forma, conseqüentemente, abriu caminho para a construção heroica do principal personagem da operação, Sérgio Moro.

5 A CONSTRUÇÃO HEROICA DE SERGIO MORO NAS CAPAS DE *VEJA*

O presente capítulo apresenta a análise da construção heroica do personagem Sérgio Moro nas capas de *Veja* durante sua cobertura da Operação Lava Jato nos anos de 2014 a 2019. Com este objetivo, traz-se para a reflexão pensadores da área do direito que se debruçaram sobre quais determinantes políticas e históricas em ação na contemporaneidade favorecem o protagonismo de juízes na vida pública das democracias ocidentais e suas implicações no contexto brasileiro.

Como parte da discussão, o capítulo introduz reflexões acadêmicas brasileiras, produzidas no âmbito da pesquisa em comunicação, que já abordaram, sob diferentes perspectivas, a construção heroica das narrativas midiáticas a respeito da atuação de juízes no passado recente do Brasil. Trazer para o debate tais análises revela-se importante para mostrar tanto a relevância do tema em discussão, objeto de atenção de pesquisadores, quanto o diálogo que a presente tese pretende estabelecer com a produção de conhecimento na área.

Após essas análises e discussões iniciais, o capítulo investiga as capas de *Veja* que trataram do personagem Sergio Moro, analisadas sob a perspectiva teórica dos estudos do imaginário e das narrativas míticas heroicas, baseadas na proposta de autores como Gilbert Durand e Michel Maffesoli.

5.1 O PROTAGONISMO DE MORO

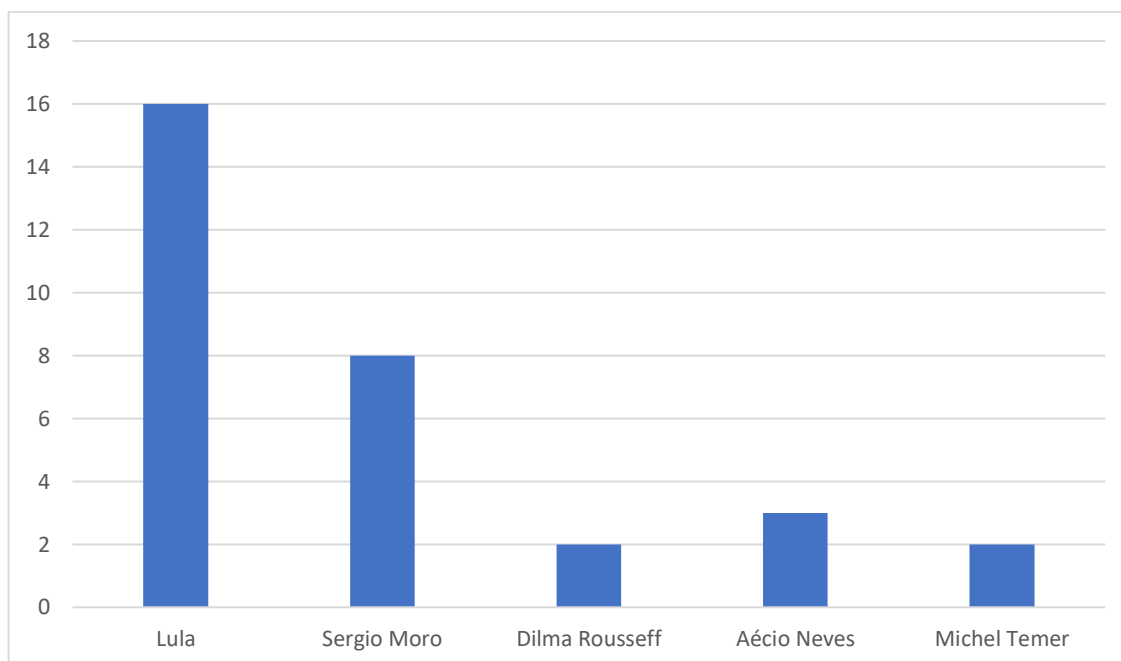
Da construção discursiva de *Veja* sobre a Lava Jato depreende-se que a busca pela realização do ideal de justiça reduziu-se a um confronto antagônico. Como analisado no capítulo anterior, de um lado, na narrativa da revista, estavam aqueles que buscam a aplicação da lei, independentemente de poderes políticos e econômicos, reunidos sob a denominação Lava Jato: procuradores, juiz e policiais federais. Em muitas ocasiões, a publicação personificou na própria figura do magistrado Sergio Moro o símbolo da busca pelo ideal de justiça. Do outro lado, ou seja, aqueles que para a revista estavam contra a realização desse ideal, figuravam os personagens que em algum momento se opunham às investigações: políticos investigados, funcionários públicos, juízes membros das cortes superiores que porventura proferissem sentenças contrárias aos interesses da Lava Jato.

Em se tratando de um escândalo de corrupção política, em que o mesmo se efetiva somente na presença de uma reação pública e um discurso a respeito da transgressão, conforme

discutido no início desta tese, predomina na significação proposta por *Veja* o entendimento de que a Lava Jato combatia um sistema de governança política predominante no governo brasileiro de então, onde grupos que chegaram ao poder pelo voto traíram o compromisso republicano com seus eleitores comprando apoio político de partidos, para garantir a governabilidade, por meio da distribuição de cargos estratégicos na administração federal e pela solicitação de vantagens indevidas junto a empresas do setor privado, permitindo que as mesmas fossem contratadas para a execução de grandes obras em estatais. Um desvio ético e comportamental de indivíduos ou grupos de indivíduos, dado que, na cobertura realizada por *Veja*, o destaque predominante foi para os personagens e suas revelações de como funcionava o sistema exposto.

O que se pretende argumentar é que essa abordagem dicotômica e focada em personagens fez com que, para *Veja*, o confronto entre aqueles que buscam a justiça e quem tenta impedi-la fosse reduzido, simbolicamente, a uma disputa entre personagens. E pode-se dizer que a cobertura de *Veja* sobre a Lava Jato, baseada na análise das capas selecionadas no *corpus*, elegeu esses dois personagens antagônicos na figura do ex-juiz Sérgio Moro e do ex-presidente Lula.

Não existiram outros personagens tão constantes nas capas de *Veja* quanto o ex-presidente e o ex-juiz. Das 77 capas selecionadas no *corpus*, 16 tiveram como personagem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e 8, o ex-juiz e ex-ministro Sérgio Moro. Ou seja, os dois personagens ocuparam praticamente um terço (quase 32%) de todas as capas que configuram o *corpus*. O segundo personagem em frequência nessas capas foi o ex-senador Aécio Neves (3 capas), seguido pela ex-presidente Dilma Rousseff (2 capas) e pelo ex-presidente Michel Temer (Gráfico 4). Obviamente que a figura do presidente da República ou de um ex-presidente tem por si interesse jornalístico, ainda mais se envolvido em investigações, processos judiciais sobre corrupção ou, como no caso inédito na história do Brasil, uma condenação criminal e prisão. O que se quer destacar, contudo, é a existência de um esforço narrativo, por parte de *Veja*, para transformar o processo judicial em um embate entre Moro e Lula, sendo que, pela lei, caberia ao juiz o papel de árbitro imparcial entre a acusação, a cargo do Ministério Público Federal, e a defesa. Como as reportagens da Lava Jato argumentaram posteriormente, Moro, em diversas situações, atuou de forma a orientar e colaborar com o trabalho da acusação.

Gráfico 4 Personagens mais frequentes no *corpus* de pesquisa

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

As oito capas em que o ex-magistrado e ex-ministro foram objetos principais referem-se a seu período como principal figura representativa da Lava Jato, sua ida para o governo e sua confrontação após as revelações do site *The Intercept Brasil*. Sua presença nas capas também foi distribuída ao longo do tempo, sendo uma em 2014, duas em 2015, uma em 2016, uma em 2017, uma em 2018 e duas em 2019 (Figura 14, 15 e 16).

No caso do ex-presidente, as 16 capas em que foi protagonista sustentam o percurso narrativo e jurídico proposto pela Lava Jato. Primeiro, seu conhecimento e participação nas práticas corruptas reveladas pelos delatores; sua condução coercitiva para prestar depoimento nas referidas investigações; sua condenação em primeira instância; seu julgamento em segunda instância; e, finalmente, sua prisão, decorrente da decisão do tribunal. Em algumas delas, Lula esteve acompanhado de outras figuras públicas, mas sempre foi o principal personagem (Figura 17, 18, 19 e 20).

Figura 14 Capas de 5/11/2014, 6/5/2015 e 30/12/2015 (da esq. para a dir.)



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 15 Capas de 1/6/2016, 10/5/2017 e 7/11/2018 (da esq. para a dir.)



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 16 Capas de 14/6/2019, 10/7/2019 (da esq. para a dir.)



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 17 Capas de 29/10/2014, 29/4/2015, 29/7/2015 e 4/11/2015 (da esq. para a dir.)



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 18 Capas de 9/3/2016, 16/3/2016, 23/3/2016 e 30/3/2016 (da esq. para a dir.)



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 19 Capas de 21/9/2016, 26/4/2017, 10/5/2017 e 19/7/2017 (da esq. para a dir.)



Fonte: acervo do autor, 2021.

Figura 20 Capas de 13/9/2017, 24/1/2018, 31/1/2018 e 11/4/2018 (da esq. para a dir.)



Fonte: acervo do autor, 2021.

Da mesma forma que nas capas com o ex-presidente, em cada uma das edições que *Veja* transformou o ex-juiz em protagonista é possível encontrar uma justificativa jornalística para sua presença como assunto principal da edição. No entanto, o tratamento discursivo textual e visual dado a Moro nessas mesmas capas deixa emergir camadas de significação, em uma narrativa que descreve sua atuação em termos heroicos, como se argumentará nas páginas seguintes.

Como teria sido transformado em herói o ex-juiz Sérgio Moro pela revista *Veja* durante seus anos como principal juiz da Lava Jato? Quais elementos da narrativa usada pela revista caracterizaram esse personagem como heroico? Em que tipo de herói Moro foi transformado por *Veja*?

5.2 O HERÓI EM ASCENSÃO

Conforme observa-se nas capas que *Veja* dedicou ao personagem Sergio Moro, pode-se distinguir duas narrativas distintas entre os anos de 2014 e 2019. Primeiro, enquanto juiz da Lava Jato, houve uma construção heroica do então juiz da Lava Jato, na concepção de um herói guerreiro e combatente, o personagem que estaria liderando a luta contra o principal mal do Brasil, a corrupção no âmbito do Estado e de suas empresas estatais. Essa primeira construção narrativa será detalhada nas páginas seguintes.

Importante ressaltar que a condição de transformação de Sergio Moro em herói não foi somente adotada como discretamente reconhecida, *a posteriori*, pela imprensa brasileira. A jornalista Malu Gaspar, em livro sobre o Grupo Odebrecht em que relata a história da empresa, sua relação com governos e como reagiu e sucumbiu às investigações, firmando acordo de leniência com as autoridades, afirmou que, após a prisão de executivos e donos de empreiteiras

com contratos com a Petrobras, em novembro de 2014, os membros da Lava Jato passaram a ser vistos dali em diante como heróis (GASPAR, 2020, p. 348).

A primeira capa em que Moro surge com destaque, contudo, foi publicada no final do primeiro ano da Lava Jato. Nessa edição, de 5 de novembro de 2014, a revista estampou uma foto do juiz em sua capa para ilustrar uma reportagem que, conforme afirmava a publicação, havia identificado movimentações e articulações de pessoas investigadas pela Lava Jato para tentar desacreditar Moro e tentar anular a operação em tribunais superiores. Moro, de paletó e gravata escuros e camisa branca, estava em primeiro plano, à esquerda, ocupando pouco mais da metade da capa, na perspectiva do leitor (Figura 21). Seu olhar direcionava-se para a direita, ligeiramente acima da linha do horizonte. Na foto, aparece com a boca entreaberta. Abaixo da linha de seu queixo, à direita, a chamada: “Operação Mãos-Sujas”; seguida da frase “Os acusados do maior caso de corrupção da história brasileira manobram para tirar de cena o juiz responsável pelo processo”. O fundo da capa é uma imagem desfocada, onde predominam tons azuis. Acima de sua foto, posicionado à direita, à altura de sua testa, o logotipo da revista em azul. No 1/8 superior da capa, uma faixa anunciava reportagens sobre os resultados das eleições presidenciais daquele ano, com fotos de Dilma Rousseff (reeleita) e Aécio Neves (candidato derrotado).

Figura 21 Capa da edição de Veja de 5 de novembro de 2014



Fonte: acervo do autor, 2021.

Nessa capa, a boca entreaberta de Moro sugere um flagrante de momento, como se o então juiz tivesse sido surpreendido ou interrompido. O título é uma clara referência à investigação italiana da década de 1990 que inspirou o juiz, a Operação Mãos Limpas,

responsável pela investigação de casos de corrupção entre partidos políticos italianos e empresários, com ampla repercussão na imprensa. As iniciativas da defesa dos investigados, que na reportagem da revista envolviam desde ações não republicanas como a montagem de dossiês contra o juiz até ações previsíveis e legais, como a interposição de recursos em instâncias superiores do Poder Judiciário, são classificadas como sujas, ilegais e imorais.

Nessa capa, Sergio Moro, já detentor de notoriedade por conta de sua atuação na Lava Jato, é o herói que, enfrentando forças poderosas, enfrenta seus primeiros desafios, sua primeira provação em sua missão. Pela primeira vez, a narrativa de que existia uma luta contra a corrupção em andamento ganha um personagem símbolo nas páginas da revista, em posição de vítima de forças poderosas. Curioso notar que, na semana seguinte, a Operação Lava Jato deflagaria uma fase denominada Juízo Final para prender proprietários e executivos de grandes empreiteiras com contratos na Petrobras.

Naquele momento, em que *Veja* coloca Moro como alvo de forças poderosas do “mal”, é estabelecida a oposição, o confronto, uma característica do regime simbólico diurno proposto por Gilbert Durand, em sua essência maniqueísta, sustentado pela confrontação com seus opositores.

O personagem heroico, portanto, ainda estaria em construção, diante dificuldades interpostas por seus opositores. Nessa primeira capa, ressalta-se, sua figura ainda é retratada de forma demasiada humana.

Na segunda vez em que foi capa, na edição de 6 de maio de 2015, Moro já se encontra em outra posição de significação, não a de um herói no início de sua jornada de provações, mas já detentor de uma sabedoria. A edição estampou em sua capa uma foto do juiz em primeiríssimo plano, ocupando quase a totalidade do espaço (Figura 22). Moro está sério, olhar ligeiramente para o alto e à esquerda. Na metade inferior da capa, o título em caixa alta afirma “O Juiz Moro vê mais longe”, acima de um texto em tipografia menor para explicar o tema da reportagem de capa da semana: “Por que a soltura, pelo STF, dos empreiteiros presos na Lava-Jato não representa o fim da esperança dos brasileiros de que corruptos vão para a cadeia”.

Nas páginas internas, a revista abordava a decisão do Supremo Tribunal Federal de conceder *habeas corpus* a empreiteiros cuja prisão preventiva havia sido decretada meses antes pelo juiz Moro. A soltura dos empresários e executivos é descrita na reportagem como “um tiro no peito”, conforme definição das próprias autoridades da Lava Jato, reproduzida por *Veja*

(PEREIRA; RANGEL; BONIN, 2015, p. 40-47), corporificando o sofrimento de herói, que bem poderia ser a operação ou o próprio magistrado, em sua guerra contra a corrupção.

Ainda na mesma reportagem, a decisão da suprema corte brasileira foi caracterizada como a primeira grande derrota de Moro, novamente colocando-o como símbolo da luta pela corrupção. Mas, ainda no mesmo texto, *Veja* destaca o placar apertado da votação no STF, mostrando que há argumentos sólidos tanto a favor quanto contra o juiz. Em outro texto sobre a decisão do Supremo na mesma edição, *Veja* reafirmava: “As ações penais da Lava-Jato vão continuar caminhando do modo como caminhavam antes da prisão dos empreiteiros. Nada impede que, a qualquer hora, o tripé de Moro volte a se erguer” (VEJA, 2015, p. 52-55), referindo-se aos três pilares que guiavam a ação da operação até aquele momento: prisões preventivas, delações premiadas e divulgação à imprensa.

Figura 22 Capa da edição de *Veja* de 6 de maio de 2015



Fonte: acervo do autor, 2021.

Nessa capa, a fisionomia do então juiz mostra uma personagem de semblante sério e olhar inabalável, como se estivesse já a superar ou superado importantes provações. Não se trata mais de um juiz de primeira instância parecendo assustado ou surpreso com os desafios impostos a ele no caminho da sua jornada heroica. Pelo contrário, a foto escolhida mostra alguém ciente de sua missão e de suas dificuldades.

O antropólogo francês Gilbert Durand (2002), em seus estudos sobre o imaginário, destaca que, no regime diurno da imagem, o herói é um símbolo de ascensão e de luz, sempre em confronto com o seu contrário, ou seja, contra tudo que simbolize queda e trevas – uma representação simbólica que tenta reduzir a complexidade do mundo para assim ressaltar as fantasias de purificação da humanidade. Como afirma Durand, tais imagens heroicas de ascensão ensejam uma representação simbólica belicosa e dogmática, baseada no confronto e na crença inabalável em certos pressupostos ou narrativas. No regime diurno de criação de imagens, da antítese, há sempre um adversário a ser vencido no caminho da transcendência para um mundo melhor.

A luz tem tendência para se tornar raio ou gládio e a ascensão para espezinhar um adversário vencido. Já se começa a desenhar em filigrana, sob os símbolos ascensionais ou espetaculares, a figura heroica do lutador erguido contra as trevas ou contra o abismo. (DURAND, 2002, p. 159)

Novamente, torna-se explícito o caráter binário e de confrontação como *Veja* significa a justiça e a atuação do juiz, como se a eliminação da corrupção do Estado brasileiro dependesse das operações e de seus responsáveis, em uma luta de vida e morte que levaria o aparato estatal, e por consequência a sociedade, a um patamar mais elevado de cidadania e representação política. O rosto de Moro é claro, iluminado, nítido, como que representando a luz.

Nessa edição, Moro já é apresentado no papel de um herói em guerra com determinado grupo de políticos e empresários. Traçando um paralelo com Campbell (2013), percebe-se como a construção discursiva de *Veja* encaixa-se na narrativa do herói mitológico. Segundo Campbell, o herói mitológico não tem compromisso com a realidade existente e, sim, com o mundo que virá após a realização de suas façanhas: “o dragão a ser morto por ele é precisamente o monstro da situação vigente” (CAMPBELL, 2013, p. 324). Para o autor, as façanhas do herói consistem em eliminar os tiranos da espécie humana e os monstros que habitam o mundo. As investigações da Lava Jato assumem, em *Veja*, a significação de uma campanha transformadora

da realidade brasileira. “Essa fórmula do herói brilhante que se lança contra o dragão foi o grande pretexto para a autojustificação de todas as cruzadas” (CAMPBELL, 2013, p. 328).

Ainda em 2015, o juiz foi o personagem de destaque em outra capa (a segunda no ano e a terceira desde o início da Lava Jato), na edição de 30 de dezembro, quando *Veja* tradicionalmente faz uma retrospectiva dos fatos e personagens marcantes do ano (Figura 23). Para a revista, Moro havia sido o personagem de 2015. A foto do magistrado novamente ocupa a totalidade do espaço da capa, tanto que o logotipo da *Veja*, no quarto superior, na tipologia tradicional da revista, em branco, ocupa parte da testa do juiz. No 1/8 inferior, em caixa alta, tipologia mais grossa que o habitual, os dizeres “Ele Salvou o Ano!” Logo abaixo, texto explicou a reportagem em questão: “*Veja* pesquisou 300 sentenças que Sérgio Moro lavrou nos últimos quinze anos e descobriu as raízes da determinação e eficiência do juiz que deu ao Brasil a primeira esperança real de vencer a corrupção”.

Figura 23 Capa da edição de *Veja* de 30 de dezembro de 2015



Fonte: acervo do autor, 2021.

A imagem de Moro está em primeiríssimo plano, olhar frontal e centralizado, semblante sério, boca fechada. Novamente o juiz está de terno e gravata, na cor cinza, igual à cor do fundo.

Sua fisionomia não parece humana, como que a condizer com a máquina de eficiência jurídica descrita pela chamada. O herói, nessa etapa de sua trajetória, parece já ter o poder da revelação e, depois de adentrar um mundo desconhecido e ter suportado inúmeras provações, o exhibe para os humanos comuns, mostrando o caminho para a extirpação do mal – a corrupção na sociedade. Talvez seja nessa capa em que Moro mais se aproxima de um herói grego, solar. Sua face é a fonte de luz perante um ambiente cinza, predominantemente escuro.

Ao elogiar a capacidade jurídica de Moro, *Veja* reforça um dos elementos identificados por Campbell nas narrativas heroicas mitológicas, que supõe que os heróis, desde o nascimento, sejam dotados de prodígios, que os municiam para sua aventura principal. “Isso está de acordo com a concepção segundo a qual a condição de herói é algo a que se está predestinado, e não algo simplesmente alcançado, envolvendo o problema concernente à relação entre biografia e caráter” (CAMPBELL, 2013, p. 311).

Assim, a infância do herói, em muitas narrativas, assume caráter de antecipação da grande aventura à qual ele está predestinado. A primeira tarefa do herói, segundo as narrativas construídas, é passar por experiências prévias que o preparam para a grande aventura, justamente o que *Veja* fez com Moro na reportagem de dezembro de 2015, ao argumentar que, analisando seu passado como juiz, especificamente suas sentenças proferidas antes da Lava Jato, que já indicava a “determinação e eficiência que deu ao Brasil a primeira esperança real de vencer a corrupção”, conforme chamada de capa.

Afinal, “as façanhas do herói, na segunda parte do seu ciclo pessoal, serão proporcionais à profundidade que alcançou na primeira” (CAMPBELL, 2013, p. 312). Em muitos perfis do juiz publicados na imprensa, foi destacada a atuação de Moro no escândalo de lavagem de dinheiro apelidado de Caso Banestado como um dos aprendizados para a condução dos processos da Lava Jato.

Nos estudos de Campbell, os heróis, após a iniciação e conquista da sabedoria, podem retornar ao seu mundo como emissários de um conhecimento ou iluminação – ou então ele próprio transfigura-se na revelação. Os heróis desse segundo tipo “são os redentores do mundo, as chamadas encarnações, no sentido mais elevado do termo” (CAMPBELL, 2013, p. 334). A tarefa da encarnação, para Campbell, consiste na oposição às pretensões do mal a ser combatido. Na capa de *Veja* em que Moro foi elevado à personalidade do ano, o discurso assemelha seu papel de juiz eficiente e determinado ao de redentor da sociedade brasileira do mal da corrupção.

Em sua construção heroica solar de Moro, *Veja* ainda publicaria mais uma capa com o juiz da Lava Jato, em junho de 2016, quando reportagem da revista denunciava mais uma tentativa de articulação de políticos investigados para interromper as investigações. Na oportunidade, *Veja* estampou a foto de Moro novamente em primeiríssimo plano, centralizado, sob um fundo preto. O juiz estava mais uma vez de terno e gravata escuros, e camisa clara. Sobre sua boca, a revista fez uma montagem e colocou uma fita adesiva. O título, centralizado, logo abaixo de seu queixo, dizia: “O complô para calar a Lava-Jato”, seguido da frase “Como os líderes do PMDB conspiram para travar as investigações” (Figura 24). O logotipo da revista, em vermelho, destaca-se sobre a testa de Moro, centralizado. No oitavo superior da capa, uma outra chamada para reportagem interna. Ainda no oitavo inferior, outra chamada para reportagem exclusiva referente à Lava Jato.

Figura 24 Capa da edição de *Veja* de 1 de junho de 2016



Fonte: acervo do autor, 2021.

Novamente Moro é transformando em símbolo da Lava Jato e, por extensão, da luta contra a corrupção. O herói enfrentava mais uma prova dentro de sua jornada, dessa vez

enfrentando grupos específicos da política partidária brasileira, os líderes do PMDB. Seu olhar é sério e centralizado, como se olhasse o inimigo de frente, e não parece amedrontado. De forma mais enfática, Moro é a única fonte de luz em uma ambientação de escuridão total.

No momento em que o então juiz iria realizar sua primeira audiência com o réu Luiz Inácio Lula da Silva, no processo sobre o apartamento no Guarujá, *Veja* chegou a publicar uma capa antagonizando os dois personagens (Figura 25), oferecendo ao leitor um tratamento caricaturado de ambos, como lutadores de um espetáculo amador mexicano, naqueles em que atores/lutadores usam máscaras e possuem nomes artísticos, sempre representando uma disputa entre o lutador herói e o lutador vilão. Uma caricatura de Moro, à esquerda da capa, na perspectiva do leitor, inserida em um círculo, veste uma máscara azul e amarela. Lula, à direita da capa, em um círculo simetricamente oposto, porta uma máscara vermelha e amarela. Entre eles, um “X” marca a confrontação. Os dois círculos estão sobrepostos a um fundo que se assemelha ao papel marrom de cartazes simplórios de espetáculos de luta livre. Barras azuis com estrelas brancas acima e abaixo dos dois personagens dão um tom de espetáculo. Na chamada, “O primeiro encontro cara a cara”, antecipando a primeira vez que Lula iria depor, na condição de réu, em um processo que Moro estava julgando.

O juiz, que por dever constitucional deveria ser o responsável por garantir o tratamento igualitário entre as partes do processo, a saber, acusação e defesa, mantendo equidistância de ambos, na visão de *Veja* era quem se opunha ao réu, como que antecipando as revelações futuras das mensagens da Vaza Jato.

O tom do discurso adotado por *Veja* nessa capa, caricato, destoa das capas anteriores, transformando a audiência em espetáculo, no qual o público escolheria o seu personagem para torcer. Novamente o retrato da realização da justiça como resultado de uma disputa solar maniqueísta.

Figura 25 Capa da edição de *Veja* de 10 de maio de 2017

Fonte: acervo do autor, 2021.

5.3 A QUEDA DO HERÓI

Após essas cinco aparições em capas de *Veja*, Sérgio Moro foi novamente assunto principal da revista somente em novembro de 2018, após ter recebido e aceitado convite do então recém-eleito presidente Jair Bolsonaro para ser o ministro da Justiça do novo governo. A partir desse momento, a narrativa de *Veja* sobre o personagem adquire complexidades.

Em novembro de 2018, o então juiz, que acabara de aceitar o convite para ser ministro, foi retratado de forma mais humana. O personagem de semblante impávido e olhar perdido no horizonte, com tratamento de imagem que lhe confere um caráter sobre-humano, dá lugar a uma imagem que preza pelo realismo. Com uma foto em primeiro plano, deslocado à direita, na perspectiva do leitor, nessa capa de 2018 Moro está de terno e gravata escuros, contrastando com uma camisa branca. Sua mão direita está posicionada à altura do queixo, com o dedo indicador esticado sobre a boca, como se fizesse um sinal de silêncio. O fundo é preto. A definição da foto da capa permite o vislumbre de detalhes do seu rosto: poros, colorações, rugas e vincos. À esquerda de seu rosto, o título: “A pirueta de Moro”, seguida da frase “A convite de Bolsonaro, o juiz faz um movimento temerário e troca a Lava-Jato pela política”. No oitavo superior da capa, chamadas para outras reportagens (Figura 26).

Figura 26 Capa da edição de *Veja* de 7 de novembro de 2018



Fonte: acervo do autor, 2021.

A entrada oficial na política do personagem que, para a revista, simbolizava a luta contra a corrupção, torna-se temerária. Estaria o herói guerreiro caindo em uma das tantas tentações a

que, na jornada em busca do conhecimento e revelação, foi submetido? Moro, nessa capa, já aparenta ser um personagem mais humano e ambíguo – o gesto de pedir silêncio ou discrição parece ser uma tentativa de impedir as críticas por sua decisão. Mas ainda é difícil para *Veja* abandonar o seu herói nesse momento. Aos olhos da revista, sua decisão revela-se apenas temerária, quando poderia ser motivo de severas críticas: o juiz, cujas decisões afetaram o processo eleitoral, ao abrir caminho para impedir a candidatura do ex-presidente Lula¹², aceita trabalhar no governo do candidato vencedor da mesma eleição. Nessa capa, Moro ainda é um centro de luz em um fundo sombrio, escuro, mas seu gesto mundano o traz para o plano dos mortais. Não parece mais um semideus.

A decepção de *Veja* com seu herói guerreiro, contudo, sobe alguns tons na escala a partir das revelações feitas pelo site *The Intercept Brasil*, em junho de 2019, revelando práticas ilegais e questionáveis entre o então juiz e procuradores federais responsáveis pela Lava Jato.

Em livro sobre os bastidores da publicação da série de reportagens da Vaza Jato, a jornalista Letícia Duarte revelou que o diretor de redação de *Veja*, em 2019, Maurício Lima, ao ter conhecimento do conteúdo das mensagens trocadas entre procuradores federais e o juiz Moro, revelando ilegalidades e condutas inapropriadas na condução das investigações e processos da Lava Jato, reconheceu a participação de *Veja* na construção heroica do personagem. Na referida obra, Duarte reproduziu uma declaração do jornalista de *Veja* sobre a questão: “O Moro até então tinha uma imagem de herói absoluto, que nós mesmos ajudamos a construir, nós e outros veículos de imprensa. Mas naquele momento, com aquelas provas (...) havia uma ruptura. Se Moro cruzou a linha, a gente tinha que fazer matéria” (DUARTE, 2020, p. 71).

Na capa da edição publicada em 14 de junho de 2019 (Figura 27), ocupando aproximadamente 1/2 do espaço total, a imagem central é uma escultura com o busto e semblante de Sérgio Moro. A escultura aparece repleta de trincas e com alguns pedaços se

¹² O ex-presidente Lula foi impedido de concorrer na eleição presidencial de 2018 após ter o registro de sua candidatura rejeitado pelo TSE, sob o argumento de que, como havia sido condenado em processo criminal em segunda instância, estava impedido de candidatar-se pela Lei Complementar no. 135, de 2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa. A decisão em segunda instância foi proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em janeiro de 2018, no caso conhecido como o do apartamento triplex do Guarujá. A condenação do ex-presidente em primeira instância, proferida por Moro, havia sido dada em julho de 2017.

soltando da peça principal e retrata o ministro de terno e gravata, em plano frontal, sério e olhando para a frente. O busto está apoiado em um pedestal, com a inscrição “Sérgio Moro”. O fundo é um círculo cinza, cujos limites misturam-se ao fundo preto, que ocupa o resto da capa. Acima do busto, o logotipo da revista, em vermelho.

No 1/8 inferior, o título em caixa alta e branco diz: “Desmoronando”. Abaixo dele, a frase também em branco: “Diálogos comprometedores com o Ministério Público, com claras transgressões à lei, desconstroem a imagem de Sérgio Moro, o grande herói da Lava-Jato”.

No 1/8 superior, há três chamadas para outros assuntos contidos na edição, cada um identificado por uma foto quadrada, ao lado de título e linha fina, todos em tipo branco. À esquerda, a imagem de um integrante do governo, o ex-ministro Santos Cruz, seguido de título à direita “Governo”. A linha fina: “os bastidores da queda do ministro Santos Cruz”. Ao centro, uma foto de uma pessoa jovem não identificada bebendo de um copo, sem mostrar os olhos, com o corte da foto à altura da metade do nariz, com o título à direita “Saúde”, seguida da linha fina “Os adolescentes brasileiros bebem cada vez mais cedo”. Por fim, à direita da capa, a imagem de João Gilberto, em plano frontal, acompanhada do título “Celebridade” e da frase “A guerra particular dos filhos de João Gilberto”.

O busto de Sérgio Moro aparece trincando e começando a cair aos pedaços, indicando que estaria em curso a desconstrução da imagem que a *Veja* e parcela da sociedade haviam projetado para o herói. Como uma escultura antiga, que começasse a ruir com a passagem do tempo. O título é uma irreverência com o próprio nome do ministro e ex-juiz. O desmoronamento da escultura começa por baixo, mais especificamente pelos braços, indicando que o caráter heroico do então ministro, o que justificaria sua presença em uma escultura, ainda é visível, presente, embora trincado em sua maior parte. Não é ainda uma aniquilação.

Sérgio Moro, que em diversas capas da *Veja* havia sido tratado como herói guerreiro e inabalável, responsável pela épica missão de combater a corrupção entranhada no Estado, revela-se, a partir dessa capa, que também cometeu seus pecados e incorreu em práticas corrompidas, no sentido de flagrante desrespeito às leis. Contudo, *Veja* escolheu na sua capa limitar o “problema” à figura do ex-magistrado que, na época, ocupava o cargo de ministro da Justiça, sem desqualificar a Operação Lava Jato como um todo.

As transgressões à lei, reconhecidas pela própria *Veja*, apenas desconstroem a imagem de herói do ex-juiz, sem proporcionar questionamentos mais contundentes sobre o que a Lava

Jato havia realizado até o momento. Novamente, a revista optou por uma narrativa em cima de personagens, e não sistêmica, o que levaria a debates mais profundos sobre os processos, decisões e a própria atuação do sistema criminal em casos de corrupção. Com a estátua despedaçada, *Veja* tenta uma narrativa de que o herói de inspiração grega estaria se desfazendo, não seria mais aquele herói que justificara as capas de anos anteriores. Contudo, sua escultura heroica ainda não está totalmente destruída, aparece trincada e em processo de desgaste.

Figura 27 Capa da edição de Veja de 14 de junho de 2019



Fonte: acervo do autor, 2021.

Nessa última da série de capas com Moro contidas no *corpus* de pesquisa, da edição de 10 de julho de 2019, a reportagem de *Veja* apresenta novas revelações, a partir da série de reportagens do site *The Intercept Brasil*. A revista, contudo, oferece uma foto de Moro em trajes formais, com paletó escuro, camisa em tom cinza, gravata escura (Figura 28). O tom incisivo da capa anterior é amenizado. A foto do ex-juiz ocupa posição quase central na capa, mas está em perspectiva e atrás de uma balança de dois pratos e fiel, posicionada sobre uma bancada preta, repetindo um padrão de tantas outras capas. Os pratos da balança estão desequilibrados,

porque Moro empurra um deles, com o dedo indicador da mão direita, para baixo. O olhar de Moro está dirigido à balança. O fundo é preto, ou seja, ele ainda representa a única luz. Moro novamente é retratado com uma foto realista, onde é possível perceber seus traços de humanidade: barba por fazer, colorações do rosto, rugas e vincos. A composição de Moro com a balança ocupa 1/2 da capa, sobrando, acima dele 1/4 para o logotipo de *Veja* e 1/4 abaixo para a o chapéu “Exclusivo”, seguido do título “Justiça com as próprias mãos” e linha fina “Diálogos mostram que Sergio Moro cometeu irregularidades, desequilibrando a balança em favor da acusação nos processos da Lava Jato”.

O uso da imagem da balança refere-se ao símbolo da justiça. Na mitologia grega e romana, a justiça tradicionalmente é simbolizada, como já mencionado, pela divindade Iustitia (romana) ou Têmis (grega), deusa que aparece vendada e carrega, em cada mão, uma balança e uma espada. A venda nos olhos mostra que ela delibera de forma imparcial, sem manifestar preferência por qualquer uma das partes. A balança com o fiel, na vertical, expressa o equilíbrio, por meio do qual ninguém recebe mais do que lhe é justo. A espada, em repouso, significa o poder de fazer valer sua decisão, caso seja necessário. Assim, a justiça apresenta três dimensões, igualdade, neutralidade e eficácia, qualidades que percorrem a percepção simbólica da justiça até os dias de hoje.

Ao puxar para baixo um dos pratos da balança da justiça, desequilibrando-a em favor da acusação, Moro, no discurso da *Veja*, tornou-se parcial. Pode-se observar também, nessa capa, que o meio plano da imagem apresenta a mesa onde a balança se encontra enquanto Moro aparece abaixo, o que indica uma posição de inferioridade em relação à própria Justiça, à qual ela procura deturpar interferindo a favor de um dos lados. Diferente da representação mítica, onde a divindade segura a balança, Moro está abaixo dela, tentando manipulá-la. O título, por sua vez, recorre à expressão comum dos justiceiros, de ignorar os procedimentos de justiça para acertar contas conforme o próprio desejo de reparação e vingança, à margem da lei e do Estado de Direito. O título, “Justiça com as próprias mãos”, reforça, contudo, que as ações buscavam a realização do ideal de justiça, normalizando as transgressões, quando a justiça deveria ser encarada como o respeito ao devido processo legal.

Figura 28 Capa da edição de Veja de 10 de julho de 2019



Fonte: acervo do autor, 2021.

Campbell, ao descrever a biografia mítica do herói, já chamava atenção para a possibilidade do personagem em jornada se transformar em tirano, em transgredir. O herói abençoado e detentor do conhecimento redentor pode se desvirtuar. Como escreveu o autor:

Ao desvincular as bênçãos com que seu reino foi contemplado de sua fonte transcendente, o imperador destrói a visão estereotipada que lhe cabe suster. Ele deixa de ser o mediador entre dois mundos. A perspectiva do homem se estreita, incluindo apenas o termo humano da equação, e a experiência da força sublime fracassa de imediato. A ideia mantenedora da comunidade se perde. A força é tudo que a mantém. (CAMPBELL, 2013, p. 333)

Sob esse ponto de vista, Moro teria perdido a condição de herói solar. Durante sua jornada, caiu em tentação, configurando sua condição trágica. Durand, em seus estudos sobre a produção imaginativa humana, já observava que, mesmo no simbolismo do herói solar, os efeitos de suas ações são mais importantes do que a submissão à ordem, ou seja, o herói também pode ser um transgressor, ao seu modo. Durand, em seus estudos sobre o imaginário, pondera que nem sempre a fronteira entre os regimes simbólicos diurno e noturno são claras e muitas vezes o pensamento imaginativo oscila nos limiares, confundindo-se. A transgressão não o desqualifica simbolicamente como herói – pode mesmo aumentar seu caráter heroico. Como argumentou o autor:

Para o herói solar são sobretudo os efeitos que contam, mais que a submissão à ordem de um destino. A revolta de Prometeu é arquétipo mítico da liberdade do espírito. De boa vontade o herói solar desobedece, rompe os juramentos, não pode limitar a sua audácia, tal como Hércules ou o Sansão semita. Poder-se-ia dizer que a transcendência exige este descontentamento primitivo, este movimento de mau humor que a audácia do gesto ou a temeridade da empresa traduzem. (DURAND, 2002, p. 159)

No entanto, é válido observar que Prometeu desobedeceu a uma ordem divina (de Zeus) com uma intenção altruísta de dar o conhecimento do fogo aos homens. Ou seja, na narrativa do titã, predomina o tema do messias, do herói que se sacrifica pelo bem maior, um herói que, com seu gesto de sacrifício voluntário, tem como meta contribuir para a evolução da humanidade. Conforme veremos a seguir, o mesmo não se aplica à trajetória de Moro.

5.4 A CONDIÇÃO TRÁGICA

Após as revelações feita pelo *The Intercept Brasil*, poder-se-ia discorrer, em um nível de significação mais superficial, que a narrativa heroica guerreira construída por *Veja* para Sergio Moro sofreu uma reviravolta e que o herói da Lava Jato passou a ser, se não um vilão, pelo

menos um personagem mais mundano. Fugindo de uma lógica binária e maniqueísta, onde os personagens vivem uma eterna luta entre o bem e o mal, propõe-se na presente tese que a construção simbólica proposta por *Veja* para o então juiz foi a de um herói trágico.

Esse herói trágico, em relação ao herói das epopeias gregas, ainda mantém a “dignidade da sua origem e da sua missão” (MONIZ, 2009). Porém, o fardo que sua missão representa, demasiado para seus ombros, o leva a um final de vida catastrófico. É aquele que, em suas provações, não consegue superá-las.

Para entendê-lo, é necessário discorrer sobre a figura do herói de forma mais ampla. Autor referencial sobre mitologia grega no Brasil, Junito de Souza Brandão argumenta que, embora não esteja claro entre os estudiosos a origem dos personagens heroicos nas culturas, observa-se que as sociedades arcaicas e modernas possuem seus heróis. De qualquer maneira, acrescenta, a maneira como pensamos esses personagens é sobretudo influenciada pela forma como os gregos da Antiguidade os descreviam. O herói, nessa concepção, seria “o guardião, o defensor, o que nasceu para servir” (BRANDÃO, 2016, p. 13). Ainda segundo Brandão, a recorrência dos personagens heroicos na história das civilizações, tanto do passado quanto do presente, pode ser explicada pelo psiquismo humano, dado que o herói pode ser entendido como um arquétipo surgido para suprir nossas deficiências psíquicas (BRANDÃO, 2016, p. 18).

Em suas diferentes manifestações, no tempo e na geografia, as narrativas do herói reproduzem de maneira predominante determinadas características fundamentais, que foram sintetizadas por Brandão e muitos outros estudiosos. Frequentemente, os heróis têm uma singularidade de origem, fruto da união de um deus com uma mortal, como Perseu, Teseu ou Hércules – também pode surgir de um incesto, como Egisto e Antígona (BRANDÃO, 2016, p. 20). Em diferentes narrativas míticas, sua origem incomum logo é alardeada pelo oráculo, que prevê ruína do rei ou da cidade (sociedade em que surge), caso o recém-nascido permaneça entre eles: por isso, recorrentemente o herói é recolhido e criado segregado, muitas vezes por um tutor. Mas, como escreveu Brandão, o herói, mesmo criança, já possui duas virtudes inerentes à sua condição, a honorabilidade pessoal e a excelência, uma superioridade em relação a outros mortais (BRANDÃO, 2016, p. 21).

O afastamento do ambiente familiar para sua educação, ainda segundo Brandão, é o início de uma série de desafios e vitórias na trajetória do herói. Corresponde a um período de

iniciação, para posterior retorno à sociedade, em referência à jornada heroica proposta por Joseph Campbell – separação, iniciação e retorno.

Convém lembrar que, para Campbell, os heróis, como figuras presentes na mitologia, mantiveram-se vivos desde épocas antigas até os tempos modernos. As narrativas mitológicas dos heróis, dessa forma, representam o surgimento de algo novo dentro do organismo social, e traduzem a tentativa de superar desafios, divisões e processos de desintegração.

A primeira tarefa do herói consiste em retirar-se da cena mundana dos efeitos secundários e iniciar uma jornada pelas regiões causais da psique, onde residem efetivamente as dificuldades, para torná-las claras, erradicá-las em favor de si mesmo (isto é, combater os demônios infantis de sua cultura local) e penetrar no domínio da experiência e da assimilação, diretas e sem distorções, daquilo que C.G. Jung denominou “imagens arquetípicas”. (CAMPBELL, 2013, p. 27)

Ainda conforme Campbell, na esteira do entendimento junguiano, as narrativas heroicas universais são respostas à busca desses arquétipos que habitam a psique coletiva dos grupos sociais. Entre essas imagens arquetípicas, como se argumenta na presente tese, está o ideal de justiça, que tem na figura do juiz um símbolo contemporâneo. O herói, para Campbell, “simboliza aquela divina imagem redentora e criadora, que se encontra escondida dentro de todos nós e apenas espera ser conhecida e transformada em vida” (CAMPBELL, 2013, p. 43).

Dessa forma, a narrativa heroica inicialmente construída pela *Veja* sobre o personagem Moro, antes das revelações da Vaza Jato, encontraria amplo respaldo entre os leitores da revista pela satisfação psíquica proporcionada ao criar uma significação de realização desse mesmo ideal de justiça. Ao mesmo tempo, fortalecendo os vínculos com seus leitores, *Veja* realiza seus interesses comerciais e políticos.

O Moro dos primeiros anos da Lava Jato, enquanto era juiz, foi retratado como um ser dotado de capacidade e coragem excepcionais, em luta para combater o principal mal do Brasil, a corrupção política que movimenta a máquina de poder dos partidos encastelados no governo.

Após sua intenção de abandonar a magistratura para compor o governo e, meses depois, ter sua atuação como juiz nos processos da Lava Jato questionada pelas revelações do site *The Intercept Brasil*, a narrativa de *Veja* não o transforma em vilão ou em pessoa comum. No discurso enunciado por *Veja* em suas capas, Moro continua herói, mas em sua condição trágica, do eleito que sucumbe em sua jornada pela defesa da sociedade e pela realização do bem maior.

Um herói que tem sua sombra revelada, um herói caído, mas ainda herói, ao menos para *Veja* e seus leitores. Para tanto, serão resgatadas as reflexões do sociólogo francês Michel Maffesoli sobre modernidade e pós-modernidade.

Maffesoli propõe uma nova perspectiva de compreensão da contemporaneidade, denominada por ele como uma transição do drama moderno para o trágico pós-moderno (MAFFESOLI, 2003, p. 8). Para o autor, a modernidade estaria em seus estertores, e com ela a primazia da concepção do indivíduo racional que vive sob um contrato social. Em seu lugar, ocorre o nascimento da pós-modernidade, na qual grupos investem e valorizam seus espaços próprios e com eles o sentimento de presença e pertencimento. Como escreveu:

No drama moderno, encontramos a pretensão otimista da totalidade: minha, do mundo, do Estado. No trágico pós-moderno, há uma preocupação pela *interidade*, que induz à perda do pequeno eu em um Si mais vasto, e da alteridade, natural ou social. O narcisismo individualista é dramático, a primazia do tribal é trágica. (MAFFESOLI, 2003, p. 8)

Para Maffesoli, os modos de vida arcaicos, em contraposição a uma concepção apolínea do homem e da sociedade, já não são marginais e se embrenham na vida social pós-moderna. Por isso, argumenta, a figura de Dionísio se impõe, ressaltando a importância na contemporaneidade do entorno, das aparências, do pertencimento a grupos, do festivo e do lúdico.

Assim como a figura do homem adulto e realizado, dono de si e da natureza, dominou a modernidade, não veríamos ressurgir, nesta pós-modernidade nascente, o mito do *puer aeternus*, essa criança eterna, brincalhona e travessa, que impregnaria modos de ser a pensar? (MAFFESOLI, 2003, p. 12)

Aprofundando o entendimento sobre o que representa Dionísio, em sua oposição à Apolo, Maffesoli afirma que “a sabedoria dionisíaca tem sido frequentemente oposta à mais tranquila certeza apolínea” (MAFFESOLI, 2005, p. 91). Na sabedoria dionisíaca, encontram-se “o burlesco, o riso, a ironia, o escárnio e a inversão de valores” (MAFFESOLI, 2005, p. 92).

Ou seja, a perspectiva proposta por Maffesoli é o reconhecimento do afloramento do sentimento trágico na sociedade pós-moderna, não sendo mais possível ignorá-lo na reflexão sobre os fenômenos atuais, provocando, em sua avaliação, um distanciamento entre os que professam a narrativa moderna sobre política e democracia, por exemplo, e o cotidiano dos grupos sociais (MAFFESOLI, 2003, p. 13). Como argumentou o autor, o “reencantamento” do

mundo, ou seja, a aceitação do arcaico, do dionisíaco, no que se pretende exclusivamente apolíneo, reúne o mito e a tecnologia.

Em analogia às proposições de Maffesoli por uma transposição da modernidade para a pós-modernidade, estaria a trajetória de Moro nas capas de *Veja*: inicialmente o personagem representava o discurso da modernidade republicana, da lei acima de todos, mas que acaba em queda, errando e sucumbindo ao poder, configurando sua condição trágica, conforme a perspectiva adotada nesta tese. “Sabendo ou não, os mitologemas que veiculam esses heróis paradoxais da pós-modernidade são esses, iniciáticos, das provas, da queda, dos castigos e da reintegração” (MAFFESOLI, 2003, p. 14).

O historiador brasileiro Hélio Sochodolak, que trabalha com a perspectiva trágica e suas possibilidades teóricas na historiografia, em artigo sobre como trabalhar a partir desse olhar em estudos sobre as regiões, “a tragicidade possibilita a compreensão do mundo em sua multiplicidade” (SOCHODOLAK, 2016, p. 228). Ou seja, ao adotar o olhar trágico, parte-se de uma perspectiva que recusa encarar a vida como opostos em permanente conflito. No caso em estudo nesta pesquisa, o olhar trágico residiria na percepção do ser como múltiplo, rompendo com “a visão universalista e totalitária do mundo” (SOCHODOLAK, 2016, p. 228).

Tais narrativas nos prometem a vitória eterna do “bem sobre o mal”, e uma vida cada vez mais longa e isenta de dor. Ao contrário, o trágico é um saber que se aproxima da sabedoria popular para a qual “o anjo e a besta estão intimamente ligados”, e o corpo, a sensibilidade, a erótica, a crueldade, a solidariedade e a piedade são inerentes a cada um (SOCHODOLAK, 2016, p. 228)

Por isso, Moro, o herói solar da Lava Jato nas capas de *Veja*, quando era apenas um juiz, passa por diversos processos e se transforma em herói trágico. Ao entrar no mundo da política e, ainda mais, após as revelações da Vaza Jato, torna-se o herói trágico, um personagem revelado em sua sombra, com falhas e erros.

Maffesoli chega, inclusive, a discorrer sobre o papel do herói na pós-modernidade. Segundo a autor, a era pós-moderna exprime-se “na valorização da imagem do herói, inclusive do bandido de grande coração, ou simplesmente do delinquente que aparece com frequência nas páginas dos jornais, e que a televisão noticia em detalhe” (MAFFESOLI, 2003, p. 43). O herói não é mais apenas o guerreiro purificador que Gilbert Durand descreveu em sua obra *As*

Estruturas Antropológicas do Imaginário, de 1992, mas aquele que quebra regras e deixa antever sua sombra, um herói trágico. Como explicou Maffesoli:

Nesse sentido, a atitude contemporânea se aproxima à de um herói trágico, tal como aparece, em particular, na tradição grega. Este não pede contas ao destino, encontra seu orgulho aceitando os decretos. Cioran faz uma distinção entre esse tipo de heroísmo e a atitude de Jó, que, pelo contrário, cansa a Deus, exige explicações, em uma palavra, não aceita absolutamente o que é, o que acontece, isso sobre o que não podemos fazer nada [...] Em contrapartida, trágica é a aceitação do destino, o reconhecimento da existência pelo que é: precária, finita, sempre submetida à inexorável lei da morte de tudo e de todos. (MAFFESOLI, 2003, p. 58)

Importante ressaltar, sobre as considerações acima sintetizadas, que as reflexões de Maffesoli sobre o reencantamento do mundo na pós-modernidade poderiam permitir questionamentos sobre a adequação às nuances e complexidades da realidade brasileira. Quando se debate no Brasil, por exemplo, o conceito de patrimonialismo e a frequente transposição de interesses públicos e privados no âmbito do Estado e o fenômeno latente da corrupção, como discutido em capítulo anterior, percebe-se que talvez o país nem mesmo tenha alcançado a modernidade que Maffesoli, em suas reflexões de caráter abrangente, enxerga em seus dias finais.

De qualquer maneira, considera-se relevante para a presente tese o reconhecimento, no atual contexto, por Maffesoli, da aproximação entre esse estado de espírito pós-moderno e o papel do herói trágico, podendo auxiliar no entendimento que *Veja* construiu para Sergio Moro. Embora essa narrativa contenha elementos que desabonem o personagem em questão, pela ilegalidade de sua atuação na concepção moderna de como deveria se comportar um juiz no exercício de sua função, em camadas mais profundas de significação, para o público de *Veja*, o personagem poderia continuar como um herói que, em sua busca pela realização de um bem maior, caiu em tentação.

O próprio mitólogo Junito de Souza Brandão destaca, em seus estudos sobre as narrativas heroicas gregas, o caráter ambivalente do herói, isto é, possuidor de atributos contraditórios destacados em diversas narrativas mitológicas arcaicas. “De natureza excepcional, ambivalente, não raro aberrante e monstruosa, o herói se revela resplandecente e tenebroso, simultaneamente bom e mau, benfeitor e flagelo” (BRANDÃO, 2016, p. 68). Nas narrativas míticas gregas, lembra o autor, o herói situa-se sempre no limiar e a excelência leva-

o, muitas vezes, a transgredir os limites que lhe são impostos. Entre suas falhas de caráter estão o orgulho desmedido e a insolência, a *hybris* que o leva a realizar transgressões.

5.5 UMA POSSÍVEL TENTATIVA DE RESSURREIÇÃO?

Após as revelações feitas pelo site *The Intercept Brasil*, *Veja* dedicou a Moro mais duas capas, até o momento da escrita desta tese, que merecem análise. As duas edições não foram incluídas no *corpus* analisado anteriormente por não estarem diretamente relacionadas à sua atuação como juiz da Lava Jato. Contudo, são importantes para o estudo sobre a construção narrativa que a revista produziu a respeito do personagem. Essas duas capas, publicadas no segundo semestre de 2019 e primeiro semestre de 2020, relacionam-se à sua atuação como ministro da Justiça e posterior ruptura com o governo de Jair Bolsonaro.

Em 6 de outubro de 2019, Moro é o personagem de capa de *Veja* ao conceder uma entrevista à revista para comentar seus planos políticos, sua relação com o presidente Jair Bolsonaro e abordar a possibilidade de libertação do ex-presidente Lula da prisão (Figura 19). O então ministro foi retratado em foto de corpo inteiro, sentado em uma cadeira de madeira esculpida. Como pano de fundo, a parede do salão de entrada do Ministério da Justiça, decorada com painéis metálicos formados por lâminas de aço inoxidável.

A figura de Sergio Moro ocupa a metade esquerda da capa, na perspectiva do leitor. O então ministro portava um terno escuro, camisa cinza clara e gravata preta. Suas mãos apoiavam-se nos braços da cadeira e os dois pés estão apoiados no chão. Na outra metade, no quarto inferior à direita, o título “Brasília é cheia de intrigas”, seguido da frase autoexplicativa: “Em entrevista a *VEJA*, Sergio Moro diz que não será candidato em 2022 e fala de sua relação com Jair Bolsonaro, da libertação de Lula, do julgamento do STF sobre segunda instância e das mensagens vazadas da Lava-Jato”. No tipo da capa, em vermelho, o logotipo da revista.

Figura 29 Capa de Veja de 6 de outubro de 2019



Fonte: acervo do autor, 2021.

À época da entrevista, já existiam rumores de que sua relação com o presidente da República estava desgastada, por conta da interferência de Bolsonaro na Polícia Federal. Também em meio às revelações da Vaza Jato, crescia a oposição à sua atuação como juiz e o

Supremo Tribunal Federal iria colocar em julgamento ação que poderia rever a jurisprudência da própria corte de somente permitir prisão após o esgotamento de todos os recursos judiciais possíveis e não mais após uma condenação em segunda instância.

A foto de corpo inteiro de Moro contrasta com todas as outras capas que a revista dedicou ao personagem, sempre retratado em primeiro plano ou primeiríssimo plano. O corpo inteiro diminui seu rosto. Sua forma de sentar-se, com mãos apoiadas nos braços da cadeira e os dois pés apoiados no chão, de modo simétrico, nos remete a uma posição de desconforto, de quem não está à vontade. O painel de fundo, característica do Palácio de Justiça de Brasília, imediatamente associa o desconforto à posição que ele ocupa na capital federal. O título reforça a mensagem: Brasília não é um bom ambiente para os puros, o que, mais uma vez, nos remete ao imaginário diurno de Durand. Estaria o herói finalmente desconfortável com a política, parece sugerir a revista, pronto para retornar à sua trajetória heroica tão celebrada?

Em maio de 2020, *Veja* publica uma capa tendo Moro como personagem central. Nessa edição, após romper com o presidente Bolsonaro e pedir demissão do cargo de ministro da Justiça, Moro ganha destaque para se defender das palavras de Bolsonaro, que o acusou de mentir nas alegações dadas em público para justificar seu pedido de demissão.

A foto de Moro ocupa a metade direita da capa, na perspectiva do leitor. Seu rosto volta-se para dentro, com o olhar mirando o infinito. Abaixo de seu queixo, à esquerda, o título: “Não sou mentiroso”, abaixo da chamada “Exclusivo”. Sob o título, a frase explicativa: “Em entrevista a *Veja*, o ex-ministro Sergio Moro afirma que apresentará ao STF provas de suas acusações contra o presidente Jair Bolsonaro, revela que o governo nunca priorizou o combate à corrupção e que vem sendo vítima de intimidação” (Figura 30).

Figura 30 Capa de Veja de 6 de maio de 2020



Fonte: acervo do autor, 2021.

Novamente Moro é retratado em primeiro plano, o que confere altivez à sua figura. Seu semblante é sério, quase solar, mas parte de seu rosto está sombreado, como se ainda existissem dúvidas sobre sua integridade. Pela primeira vez nas capas, sua imagem está refletida no fundo, como se houvesse um espelho atrás de si. A imagem refletida, a sua nuca e a parte traseira de sua cabeça não estão nítidas. A revista parece ter dúvidas sobre sua integridade e tenta mostrar o que está por trás de sua face. Mesmo assim, deixou o título com uma fala em sua defesa: ele não é um mentiroso.

Teria sido uma tentativa de *Veja* ressuscitar o seu herói guerreiro? Afinal, sob a perspectiva do olhar trágico e com o notório encantamento do público com determinados heróis da literatura ou da produção televisiva e cinematográfica, a fronteira entre transgressão e heroísmo perde nitidez.

Na ficção audiovisual televisiva, especificamente, povoam nosso cotidiano e são motivo de admiração inúmeros exemplos de personagens heroicos e, ao mesmo tempo, realisticamente mundanos, trafegando entre virtudes e zonas sombrias da personalidade sem perder o poder de encantamento sobre o público consumidor, influenciado notadamente pela indústria cultural dos Estados Unidos. Na análise que o jornalista Brett Martin produziu sobre motivos para o sucesso de séries cujos protagonistas oscilam entre o bem e o mal no mercado estadunidense dos anos de 1990 até a atualidade, a psicologia complexa desses personagens reverbera afetos que as dificuldades trazidas pelo capitalismo moderno provocavam na geração do pós-guerra (MARTIN, 2014). A noção de que o chamado sonho americano trazia em si elementos que asfixiavam e destruíam a natureza essencial das pessoas refletia-se na admiração por esses personagens complexos, como argumentou o autor.

Pessoas alternadamente se libertando e lutando para aprisionar o lado mais selvagem de sua própria natureza sempre renderam a grande história americana, o tema central que se pode encontrar em qualquer meio que estivesse em evidência no seu tempo. Os gêneros prediletos nos Estados Unidos – o faroeste, a saga com gângsteres, o detetive particular solitário e obstinado que trabalha longe do conforto da vida doméstica normal, o super-herói de dupla identidade – têm sido literalizações desse conflito interior, tal qual Huckleberry Finn e sua demarcação de territórios ou Ismael partido para o mar. (MARTIN, 2014, p. 110)

Se heróis que quebram a lei são aceitos e admirados nas telas de ficção, não o seriam também figuras presentes do noticiário, considerando as diversas fontes que formam a bacia semântica do imaginário social? Ainda mais no caso do personagem em estudo, um fenômeno

jurídico-midiático do qual derivaram não somente narrativas jornalísticas, mas também livros e produções de ficção audiovisual.

Não se defende o argumento, nesta tese, de que as transgressões cometidas por um juiz no exercício de seu cargo devam ser perdoadas e mesmo normalizadas, por serem previsíveis, dado o caráter humano. O que se pretende ressaltar é a possibilidade de tais transgressões serem minimizadas tanto no discurso produzido por *Veja* quanto na percepção de seu público leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a narrativa elaborada pela revista *Veja* sobre o personagem Sergio Moro a partir de suas capas, problematizando a construção heroica que a publicação efetivou sobre o ex-juiz e ex-ministro, exigiu contextualizar e discutir temas e conceitos que permeiam o tema principal da tese: a configuração do escândalo político na contemporaneidade, a própria Operação Lava Jato, o fenômeno da corrupção no Brasil, o jornalismo de revista e o segmento das revistas semanais de informação, a história da revista *Veja* e o protagonismo de juizes na vida social e política como decorrência de dilemas e complexidades das democracias ocidentais.

Ao trazer para a discussão, em um primeiro momento, o conceito de escândalo político, conforme a concepção definida pelo sociólogo inglês John Thompson, buscou-se indicar elementos críticos para a análise a ser apresentada. Na contemporaneidade, a transgressão cometida por lideranças políticas configura-se um escândalo quando é tornada pública pelas mídias. Além disso, como parte de todo escândalo político, existe um discurso midiático que o descreve e o interpreta, discurso calculado para provocar e, ao mesmo tempo, reproduzir a indignação de setores da sociedade com a transgressão cometida, especialmente em casos de corrupção. Thompson, em sua caracterização do escândalo político, chama esse discurso de infamante.

Nesse percurso, a tese apresentou uma síntese das narrativas predominantes nos veículos de imprensa brasileiros sobre a Operação Lava Jato, destacando fatos que tornaram a operação relevante sob o ponto de vista de seu impacto na vida política do Brasil no período compreendido entre os anos de 2014 e 2019. Ainda nessa trajetória, mostrou-se que a atuação de procuradores federais e do então juiz Sergio Moro na condução da Operação Lava Jato foram objeto de intensa polêmica e críticas no meio jurídico, muito antes das revelações feitas pelo site *The Intercept Brasil*.

Em se tratando de uma narrativa a partir de um escândalo político de corrupção, retratado frequentemente pela imprensa como a maior investigação sobre práticas corruptas de lideranças políticas já feita na história brasileira, a tese procurou contextualizar o fenômeno da corrupção no Brasil. Dessa forma, foi apresentado um relato sobre as citações de casos de práticas corruptas ao longo da história brasileira, para problematizar como um fenômeno tão arraigado no Brasil tenha sido alçado, durante o auge da Lava Jato, ao problema número um do

país. Ainda como esforço de contextualização do fenômeno da corrupção, argumentou-se que a preocupação de parcelas da sociedade com a corrupção política é um fenômeno global das chamadas democracias ocidentais. Ainda nesse contexto, foram apresentadas conceituações sobre o que é corrupção e vieses de análise para explicá-la, incluindo autores que buscam estudar a corrupção a partir da contribuição da psicologia analítica. Sob tal ótica, esses pesquisadores relacionam o fenômeno como sintoma de um complexo cultural brasileiro, isto é, como sintomas compartilhados por uma determinada sociedade, com origem, no caso do Brasil, em um complexo de inferioridade em relação ao exterior, no trauma da escravidão e na ausência de um mito fundador do herói. Ainda para embasar a investigação pretendida, discorreu-se sobre características do jornalismo de revista e, dentro desse, do jornalismo semanal de informação. Além disso, apresentamos considerações sobre a história da revista *Veja* e suas influências editoriais.

Após essas contextualizações, a tese descreveu a cobertura que a revista *Veja* realizou sobre a Operação Lava Jato, por meio da análise crítica de 77 capas dedicadas ao tema pela publicação no período de 2014 a 2019. A partir do referencial teórico dos estudos do imaginário, principalmente a conceituação e as estruturas do pensamento simbólico, conforme propostas de Gilbert Durand, conclui-se na investigação que a justiça foi retratada por *Veja* de forma maniqueísta, como um confronto entre o bem (procuradores e juízes da Lava Jato) e o mal (políticos do governo da época e de sua base de apoio, funcionários públicos e empresários com contratos com empresas estatais).

A partir dessa visão maniqueísta de justiça e combate à corrupção, contida nas capas de *Veja*, é que a publicação construiu uma narrativa heroica para o então juiz Sérgio Moro. Observou-se nas capas que a revista dedicou ao personagem duas narrativas distintas entre os anos de 2014 e 2019.

Primeiro, enquanto juiz da Lava Jato, houve uma construção heroica de características estritamente diurnas, na concepção de Durand, do então juiz da Lava Jato, como um guerreiro combatente que estaria liderando a luta contra o principal mal do Brasil, a corrupção no âmbito do Estado e de suas empresas estatais. Posteriormente, quando aceitou o cargo de ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro e após as revelações feita pelo *The Intercept Brasil*, as capas que *Veja* dedicou ao personagem não o retratam mais como esse herói solar e apolíneo, tampouco como um vilão que incorreu em práticas ilegais e corrompeu a atividade de

magistratura. Defendeu-se nessa tese que, nas capas de *Veja*, o ex-juiz foi retratado como um herói trágico. Um herói trágico que embora ainda carregasse o caráter nobre de combatente da corrupção na administração pública, não suportou o fardo que sua missão representava e acaba sua jornada de forma catastrófica. Considerando o período coberto pela pesquisa, segundo a revista *Veja*, Moro não conseguiu superar suas provações e falhou em sua missão.

Ao investigar a cobertura jornalística pelo viés das teorias do imaginário, buscou-se um entendimento a respeito dos motivos que levam produções culturais como o jornalismo a recorrerem a essas construções narrativas estruturais para responder a anseios de parcelas da sociedade. Na investigação realizada sobre as capas da *Veja*, não se deve desconsiderar o anseio real e legítimo do público leitor, ou de parte significativa dele, sobre o fim da corrupção no Estado. Também foi possível perceber como essas construções do imaginário serviram a interesses políticos e comerciais da revista estudada; políticos, no sentido de um alinhamento ideológico com seus leitores, e comerciais, no sentido de chamar atenção e incrementar as vendas. O papel da revista *Veja* na significação dos escândalos transformou a Lava Jato em um fenômeno que, no momento de conclusão desta tese, em abril de 2021, ainda produz efeitos e desdobramentos, podendo inclusive levar a novas interpretações sobre o fenômeno. Um desafio presente durante todo o percurso desta investigação.

Ainda assim, futuras questões se colocam a partir das reflexões realizadas nesta tese. Enquanto sociedade, vamos continuar acreditando que o combate à corrupção ou a qualquer outro mal social é tarefa de indivíduos, de heróis, e não de um esforço coletivo? No imaginário ocidental, a democracia é constituída com base na crença de um Poder Judiciário idealmente imparcial e equilibrado. Como ficará essa construção no imaginário social após os episódios da Lava Jato?

Os desdobramentos das investigações realizadas durante o doutorado também se referem à interface entre jornalismo e justiça. Diante de um protagonismo do Poder Judiciário, que aprendizados podem ser obtidos a partir da cobertura realizada, especificamente o tratamento midiático dado a juízes e procuradores?

Ao transformar Moro em herói solar no combate à corrupção em suas capas, nos primeiros quatro anos da Operação Lava Jato, a *Veja* minimizou a complexidade de sua atuação como magistrado e dos próprios métodos da Lava Jato, que já eram objeto de questionamentos

antes mesmo das revelações do site *The Intercept Brasil*. Uma narrativa belicosa, guerreira e solar do combate à corrupção auxilia no entendimento do fenômeno e na construção de uma solução para sua mitigação?

Mesmo sendo o jornalismo dominado por um olhar maniqueísta, como observado no caso em questão, há outros caminhos a partir da experiência observada. Como argumentou o filósofo francês Edgar Morin, pensador da teoria da complexidade, em obra sobre sua trajetória intelectual, reconhecer as contradições de certos postulados não nos torna menos científicos ou racionais (MORIN, 1997, p. 63). Contradições são inerentes ao comportamento e pensamento humanos e, conseqüentemente, não podem ser ignoradas no processo de formulação do conhecimento. Como escreveu:

A racionalidade comporta, a meus olhos, não a recusa da contradição, mas o enfrentamento das contradições que surgem a partir do exame empírico-lógico dos problemas. Não nego a lógica clássica, coloco-a em dialógica com a transgressão lógica. Não digo que a contradição está no centro mesmo da realidade, digo que nosso espírito, logo que se aproxima do cerne da realidade, desemboca em contradições. (MORIN, 1997, p. 63)

Para Morin, o surgimento da contradição abre uma fenda no discurso e revela o desconhecido. É o surgimento de “uma dimensão escondida, a emergência de uma realidade mais rica, e revela os limites da lógica e a complexidade do real” (MORIN, 2011, p. 225). Dessa forma, para o autor, a contradição não é um revelador de erro ou falsidade, mas um indicador de verdadeiro, porque o verdadeiro é complexo.

Ainda recorrendo ao pensamento de Morin, a necessidade de tornar o próprio julgamento mais complexo proporciona uma nova ética pessoal, que leva à compreensão, de um lado, e à tolerância, de outro (MORIN, 1997, p. 85).

Tolerância, nesse sentido proposto por Morin, significa respeitar o direito de uma opinião divergente, ainda que frontalmente oposta à própria opinião. Significa também não só respeitar como também alimentar essas opiniões divergentes, para o bom exercício da democracia, e ter consciência de que, assim como temos profundidade e fundamentação em nossas ideias, o mesmo pode acontecer com as ideias antagônicas, trazendo em si verdades que precisam ser respeitadas. “A tolerância opõe-se à purificação ética” (MORIN, 1997, p. 85).

Morin, assim como evita o reducionismo, afasta o moralismo implacável e argumenta em favor de uma ética da compreensão. Para o filósofo, a compreensão deve preceder o julgamento e até mesmo a condenação. A necessidade de compreensão não pode, para o filósofo, ser negada no percurso intelectual por medo de desculpar ou como forma de se evitar a condenação. “A compreensão não desculpa nem acusa. Compreender é compreender por que e como se odeia e se despreza” (MORIN, 1997, p. 91).

A reflexão proposta por Morin poderia instigar um ponto de partida para uma reflexão de como seria uma postura diversa da cobertura de escândalos políticos de corrupção, do ponto de vista da complexidade, evitando-se sistematicamente uma visão dualista e belicosa, que atende a interesses diversos, mas não o de produzir um saber mais complexo, e por que não verdadeiro?, a respeito do fenômeno. Ainda como escreveu Morin:

A ideia arcaica da justiça pelo talião e pelo castigo está profundamente arraigada em nós. Sinto-a como qualquer outro, mas sinto também a inutilidade da vingança e sei que o mal cometido é irreparável: é justamente por isso que é preciso fazer tudo, não apenas para impedir que a injustiça e o mal triunfem, mas também para tentar impedir o contágio do mal em nós mesmos. (MORIN, 1997, p. 96)

Ao propor uma narrativa heroica a respeito da Lava Jato, a revista *Veja* se utilizou da ideia de justiça como combate e guerra, na qual há um inimigo a ser vencido, por meio da atuação heroica de indivíduos. Mesmo tendo posteriormente criticado excessos e ilegalidades da Operação Lava Jato e de seu juiz, não ficaria o discurso da violência presente no imaginário, reforçando uma postura de que fins justificam os meios?

Por fim, não seria de todo improvável especular o potencial impacto das reviravoltas da cobertura jornalística da Lava Jato na percepção que os brasileiros possuem do Poder Judiciário. Não há resposta precisa no âmbito desta tese, mas não seria prudente descartar o potencial que a intensa cobertura jornalística sobre a Lava Jato teve na avaliação que brasileiros fazem sobre como o país caminha na realização de seu ideal de justiça.

Se, nos anos de 2015 e 2016, pesquisas de opinião mostravam a corrupção como preocupação número 1 da população, fornecendo combustível para manifestações e acontecimentos sociais e políticos relevantes, a percepção da sociedade sobre o Poder Judiciário anos depois se deteriorou. A pesquisa de opinião da Associação dos Magistrados Brasileiros,

realizada em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, publicada em setembro de 2019, revelava que 44% da amostragem entrevistada não confiava no Judiciário (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, 2019). O Poder Judiciário detinha melhor indicador de confiança do que os outros dois poderes da República: 63% afirmavam não confiar no Executivo, enquanto o Congresso não contava com a confiança de 79%. Ainda assim, a avaliação de que a atuação do Poder Judiciário atuava de forma boa ou ótimo era restrita a 21% da amostra; 35% avaliavam como ruim e péssima e 41% como regular.

Esses dados são um sinal de alerta. A cobertura jornalística do caso Lava Jato e a criação de narrativas sobre heróis, batalhas e provações produzem no curto prazo conforto nos leitores e explicações rasas, mas talvez não tenham contribuído de forma consistente para um sentimento de realização do ideal de justiça na sociedade. Partindo da premissa de que somos um país sem um mito do herói originário, ou seja, sem modelos exemplares para a construção de uma consciência coletiva, ao que parece continuaremos, ainda em pleno século XXI, sujeitos às prováveis tentativas de criação de futuros heróis pela mídia e na mídia, atendendo a agenciamentos e interesses diversos. Futuros heróis que, pelo histórico recente, não se sustentarão.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Jeremiah; ZWEIG, Connie (org.). *Ao Encontro da Sombra*. São Paulo: Cultrix, 2012.

ALBUQUERQUE, Afonso. Populismo, elitismo e democracia: reflexões a partir da Operação Lava Jato. *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, n. 12, p. 17-30, 2021.

ALBURQUERQUE, Ana Luiza. Sem exposição, é impossível avançar contra poderosos, afirma Dallagnol. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1937812-sem-exposicao-e-impossivel-avancar-contra-poderosos-afirma-dallagnol.shtml> . Acesso em: jan. 2021.

ALBURQUERQUE, Grazielle. O papel da imprensa na reforma do Judiciário brasileiro. In: *Revista Direito e Práxis*, v. 6, n. 12, p. 413-437, 2015.

ANAZ, Silvio Antonio Luiz et al. Noções do Imaginário: perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin. *Revista Nexi*, n. 3, 2014.

ARAÚJO, Alberto Filipe; CHAVES, Iduína Mont´Alverne. Entre as luzes e as sombras: em busca dos mitologemas da alma brasileira na perspectiva de Gilbert Durand. In: BOECHAT, Walter (org.). *A Alma Brasileira: Luzes e Sombras*. Petrópolis: Vozes, 2014.

ARAÚJO, Bruno Bernardo de. A Justiça no palco dos media: a construção discursiva dos juízes do mensalão em narrativas de Veja e Época. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v. 17, n. 35, p. 185-201, 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. Estudo da Imagem do Judiciário Brasileiro, 2019. Disponível em: https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2020/04/ESTUDO_DA_IMAGEM_DO_JUDICIARIO_BRASILEIRO_COMPLETO.pdf. Acesso em: abr. 2021.

AUDI, Amanda. Entrevista: “A imprensa ‘comprava’ tudo”. Assessoria de Sérgio Moro por seis anos fala sobre a Lava Jato. *The Intercept Brasil*, 30 de outubro de 2018. Disponível em: https://theintercept.com/2018/10/29/lava-jato-imprensa-entrevista-assessoria/?fbclid=IwAR3rfnaLIPTBq5rc4Pm-bW8VHMcReuFaq3Pyl0eqT7tPsQgJJy9sbJ_F9t0. Acesso em: jan. 2021.

AUGSTEN, Patrícia. *As significações jornalísticas da Justiça: uma análise da cobertura da Lava Jato na Folha de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2019.

BALTHAZAR, Ricardo. Mensagens vazadas da Lava Jato indicam favorecimento a jornalistas aliados. *Folha de S.Paulo*, 20 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/12/mensagens-vazadas-da-lava-jato-indicam-favorecimento-a-jornalistas-aliados.shtml>. Acesso em: jan. 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. A saia de Marilyn: do arquétipo ao estereótipo nas imagens midiáticas. In: *Revista Compós*, Brasília, v.12, n.1, jan/abr. 2009.

_____. Comunicação e Imaginário: algumas contribuições da Escola de Grenoble. In: LEÃO, Lucia (org.). *Processos do Imaginário*. São Paulo: Keépos. 2016.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges (orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 44-57.

_____; HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Ano VII, n.1, p. 123-135, jan./jun. 2010.

BOECHAT, Walter. Luzes e sombras da alma brasileira: um país em busca de identidade. In: _____ (org.). *A Alma Brasileira: Luzes e Sombras*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BONIN, Robson. Ordens de Cima. *Veja*, São Paulo, n. 33, p. 48-49, 19 ago. 2015.

BOSI, Alfredo. Fenomenologia do olhar. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O Olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

BRANDÃO, Junito. *Mitologia Grega Vol. I*. Petrópolis: Vozes, 1986a.

_____. *Mitologia Grega Vol. II*. Petrópolis: Vozes, 1986b.

_____. *Mitologia Grega Vol. III*. Petrópolis: Vozes, 2016.

BRONZATTO, Thiago. Guerra entre Marcelo e Emílio Odebrecht expõe delações super premiadas. *Veja*, 11 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/guerra-entre-marcelo-e-emilio-odebrecht-expoe-delacoes-super-premiadas/>. Acesso em: mar. 2021.

_____; RANGEL, Rodrigo; MARQUES, Hugo. O propineiro do PMDB falou. *Veja*, São Paulo, n. 40, p. 50-53, 5 out. 2016.

BUCCI, Eugênio. Dissonâncias estruturais na comunicação do Poder Judiciário no Brasil: perguntas. *Revista Matrizes*, v. 13, n. 2, p. 45-60, maio/ago. 2019.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais*. Rio de Janeiro: Eduff, 2015.

CARVALHO, Marco Aurélio de; CASSIANO, Thales. O prejuízo da Cooperação Internacional ilegal da República de Curitiba: informalidade e pretensão de soberania. In: STRECK, Lenio; CARVALHO, Marco Aurélio de (orgs.). *O livro das suspeições*. São Paulo: Grupo Prerrogativas, 2020. E-book.

CARVALHO, William José de; CAMPOS, Mariane Motta de. Uma identidade em questão: a construção da imagem de Sérgio Moro na Revista Veja. In: OLIVEIRA, Luiz Ademir de; LEAL, Paulo Roberto Figueira; SANTOS, Déborah Luisa Vieira dos. *Midiatização e Poder no Brasil Contemporâneo; casos exemplares da interface mídia-política entre 2018 e 2020*. Juiz de Fora: Insular, 2020.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Comunicação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e terra, 1995.

_____. *As encruzilhadas do labirinto – v. 4*. São Paulo: Record, 2002.

CÉSAR, Camila Moreira; WEBER, Maria Helena. A Justiça, o Réu e Candidato Lula em Capas de Revistas Brasileiras: 12/07/2017 a 31/01/2018. *Anais do 39o Encontro Anual da Compós*, Porto Alegre, 11 a 14 de junho de 2019.

CHAIA, Vera; TEIXEIRA, Marco Antonio. Democracia e Escândalos Políticos. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 662-75, 2001.

CÍRCULO FOLHA. “off the record”. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_o.htm. Acesso em: jul. 2020.

CNN. Sergio Moro pede demissão e acusa Bolsonaro de interferência na PF. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/04/24/sergio-moro-pede-demissao-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: jan. 2021.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

D’AGOSTINO, Rosanne. Maioria do STF mantém decisão que declarou Moro parcial ao condenar Lula; julgamento é suspenso. *G1*, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/22/maioria-no-stf-vota-por-manter-decisao-que-declarou-moro-parcial-ao-condenar-lula.ghtml>. Acesso em: abr. 21.

DALLAGNOL, Deltan; POZZOBON, Roberson. Ações e reações no esforço contra a corrupção no Brasil. In: PINOTTI, Maria Cristina. *Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas*. São Paulo: Schwarcz, 2019.

DEBORD, Guy. *Sociedade do Espetáculo*. EBooksBrasil, 2003.

DURAND, Gilbert. *A Imaginação Simbólica*. São Paulo: Cultrix, 1988.

_____. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *O Imaginário*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FERNANDES, Maria Cristina. O maluco solitário e o Ministério Público. *Valor Econômico*, n. 828, Caderno EU & Fim de Semana, 23 set. 2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e-coluna/o-maluco-solitario-e-o-ministerio-publico.ghtml>. Acesso em: jan. 2021.

FERNANDES, Pedro Veríssimo. *Arautos da crise: a cobertura da Operação Lava Jato em Veja e Carta Capital*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

FOLHA DE S.PAULO. Acesse a íntegra dos depoimentos da delação de Paulo Roberto Costa. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1601133-acesse-a-integrados-depoimentos-da-delacao-de-paulo-roberto-costa.shtml>. Acesso em: jan. 2021.

_____. Entenda o caso Banestado. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u57148.shtml>. Acesso em: jan. 2021.

_____. Supremo mantém decisão de Fachin e deixa Lula apto para disputar eleição de 2022. *Folha de S.Paulo*, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/supremo-forma-maioria-para-manter-decisao-de-fachin-e-deixar-lula-aptos-para-disputar-eleicao-de-2022>. Acesso em: abr. 2021.

FOUCAULT, Michel; CHOSMKY, Noam. *Natureza Humana: Justiça vs. Poder*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

_____. *Do Governo dos Vivos*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

G1. Linha do Tempo da Lava Jato. 2019. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/politica/2015/lava-jato/linha-do-tempo-da-lava-jato/>. Acesso em: jan. 2021.

GABOARDI, Ediovani A. Os Significados ocultos da deusa da justiça. *Revista Pragmateia Filosófica*, ano 2, n. 1, out. 2008.

GARAPON, Antoine. *O juiz e a democracia: o guardião das promessas*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

GASPAR, Malu. *A Organização*. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.

GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIRARDET, Raol. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GOMES, Túlio Gonçalves; MEDEIROS, Cíntia Rodrigues de Oliveira. Construindo e Desconstruindo Escândalos de Corrupção: A Operação Lava jato nas Interpretações de Veja e Carta Capital. *Revista Organizações & Sociedade*, v. 26; n. 90, p. 457-485, jul./set. 2019.

GONTIJO, Conrado Almeida Corrêa. Considerações sobre a imparcialidade judicial. In: STRECK, Lenio; CARVALHO, Marco Aurélio de (orgs.). *O livro das suspeições*. São Paulo: Grupo Prerrogativas, 2020. E-book.

GREENWALD, Glenn; POUGY, Victor. ‘Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!’. *The Intercept Brasil*. Rio de Janeiro, 9 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>. Acesso em: jan. 2021.

GUIMARÃES, Fernanda. Em parecer, Moro favorece investigado por corrupção em disputa contra Vale. *O Estado de S.Paulo*, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-parecer-moro-favorece-investigado-por-corrupcao-em-disputa-contra-vale,70003543599>>. Acesso em: jan. 2021.

HALBERSTAM, David. *The Powers That Be*. New York: Alfred A. Knopf, 1979.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

HILLMAN, James. *Psicologia Arquetípica: um breve relato*. São Paulo: Cultrix, 1995.

_____. *Tipos de Poder*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2001.

_____. *Uma Investigação sobre a Imagem*. Petrópolis: Vozes, 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

JANOT, Rodrigo; CARVALHO, Jailton de. *Nada menos que tudo: bastidores da operação que colocou o sistema político em xeque*. São Paulo: Planeta, 2019. E-book.

JUNG, Carl G. *Os Arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social*. Salvador/Bauru: EDUFBA/EDCUSC, 2012.

LEÃO, Lucia. A arte do remix: uma anarquologia dos processos de criação em mídias digitais. *Rumores, Brasil*, v. 10, n. 20, 2016.

_____. Paradigmas dos processos de criação em mídias digitais: uma cartografia. *Vírus*, São Carlos, n. 6, p. 05-27, 2011.

_____. Pensar o método e a produção de conhecimento. *Vírus*, São Carlos, n. 20, 2020 (online). Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=2&lang=pt> . Acesso em: jun. 2021.

_____. Processos de Criação em Mídias Digitais: passagens do imaginário na estética da transcrição. *9º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia*, 2009. E-book.

LIMA, Flávia. A Folha faz autocrítica. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/10/a-folha-faz-autocritica.shtml>. Acesso em: jan. 2021.

LOPES, Nathan; KONCHINSKI, Vinicius. Deltan fora da Lava Jato. *UOL*, São Paulo, 01 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/01/deltan-dallagnol-vai-deixar-a-lava-jato.htm>. Acesso em: jan. 2021.

MACEDO, Fausto. Ex-diretor da Petrobras e 3 presidentes de empreiteiras são presos; veja a lista. São Paulo, 14 nov. 2014. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/lava-jato-cumpre-mandados-de-prisao-veja-quem-sao/>. Acesso em: jan. 2021.

MAFFESOLI, Michel. *A Sombra de Dionísio*. São Paulo: Zouk, 2005.

_____. O imaginário é uma realidade. Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva. *Revista Famecos*, n. 15, Porto Alegre, 2001.

_____. *O Instante Eterno*. São Paulo: Zouk, 2003.

MARQUES, José. PGR inicia transição para fim das forças-tarefas da Lava Jato sob argumento de precariedade do modelo. *Folha de S.Paulo*, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/pgr-inicia-transicao-para-fim-das-forcas-tarefas-da-lava-jato-sob-argumento-de-precariedade-do-modelo.shtml>. Acesso em: jan. 2021.

MARTIN, Brett. *Homens Difíceis*. São Paulo: Aleph, 2014.

MARTINS, Rafael Moro et al. “Tem alguma coisa mesmo séria do FHC?”. *The Intercept Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/18/lava-jato-fingiu-investigar-fhc- apenas-para-criar-percepcao-publica-de-imparcialidade-mas-moro-repreendeu-melindra-alguem-cujo-apoio-e-importante/>. Acesso em: jan. 2021.

_____. *Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

_____; DEMORI, Leandro; GREENWALD, Glenn. “Até agora tenho receio”. *The Intercept Brasil*, Rio de Janeiro, 9 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/dallagnol-duvidas-triplex-lula-telegram-petrobras/>. Acesso em: jan. 2021.

MELLO, Igor et al. Lava Jato usou provas ilegais do exterior para prender futuros delatores. *UOL*, São Paulo, 27 set. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/27/lava-jato-usou-provas-ilegais-do-exterior-para-prender-futuros-delatores.htm>. Acesso em: jan. 2021.

MARTINS, Rafael Moro; NEVES, Rafael; DEMORI, Leandro. 'Um transatlântico': o namoro entre a Lava Jato e a Rede Globo. In: *Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

MENDONÇA, Ricardo. Pela 1ª vez, corrupção é vista como maior problema do país, diz Datafolha. *Folha de S.Paulo*, 29 nov. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1712475-pela-1-vez-corrupcao-e-vista-como-maior-problema-do-pais.shtml>. Acesso em: jan. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Caso Lava Jato: FAQ. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/faq>. Acesso em: jul. 2021b.

_____. Caso Lava Jato: Linha do Tempo. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo>. Acesso em: jan. 2021c.

_____. Caso Lava Jato: Resultados. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>. Acesso em: jul. 2020.

_____. Caso Lava Jato: Resultados. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/resultados>. Acesso em: jul. 2021a.

MIRA, Maria Celeste. *O Leitor e a Banca de Revistas: O caso da Editora Abril*. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1997.

MONIZ, Antônio. Herói. *E-Dicionário de Termos Literários de Carlos Ceia*. 2009. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/heroi/>. Acesso em: mar. 2021.

MORIN, Edgar. *Meus demônios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *O Método IV: as ideias, habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORO, Sérgio F. Considerações sobre a Operação Mani Pulite. *Revista Centro de Estudos Judiciários*, n. 26, p. 52-62, jul./set. 2004.

_____. Sobre a Operação Lava Jato. In: PINOTTI, Maria Cristina. *Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas*. São Paulo: Schwarcz, 2019.

MOTORYN, Paulo. MPF anuncia fim da força-tarefa da operação Lava Jato no Paraná. *Pode 360*, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/lava-jato/mpf-anuncia-fim-da-forca-tarefa-da-operacao-lava-jato-no-parana/>. Acesso em: fev. 2021.

MOTTA, Luiz G.; GUAZINA, Liziane. O Conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional. *Brazilian Journalism Research*, v. 6, n. 1, p. 132-149, 2010.

MUNIZ, Mariana. Pagamento de indenizações da Odebrecht a delatores é questionado. *Veja*, 5 mar. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/pagamento-de-indenizacoes-da-odebrecht-a-delatores-e-questionado/>. Acesso em: mar. 2021.

NEHER, Clarissa. O que há de corrupção no jeitinho brasileiro?. *DW*, São Paulo, 23 ago. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-h%C3%A1-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-no-jeitinho-brasileiro/a-40206625>. Acesso em: maio 2021.

NETTO, Vladimir. *Lava Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

NOGUEIRA, Paulo. O que está por trás da demissão do diretor da Veja. *Diário do Centro do Mundo*, São Paulo, 25 fev. 2016. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-que-esta-por-tras-da-demissao-do-diretor-da-veja-por-paulo-nogueira/>. Acesso em: jan. 2021.

NOVAES, Camila Souza. Corrupção no Brasil: uma visão da psicologia analítica. *Junguiana (Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica)*, v. 34, p. 5-17, 2016.

O ANTAGONISTA. Minha homenagem a Eurípedes Alcântara. São Paulo, 25 jan. 2016. Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/minha-homenagem-a-euripedes-alcantara/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PEIXOTO, Maria Eduarda Gonçalves. A narração ideológica do escândalo da Petrobras: análise discursivo-textual dos processos de referenciação em mídia corporativa e alternativa. *Revista Discurso & Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 286-308, 2020.

PEREIRA, Daniel; RANGEL, Rodrigo; BONIN, Robson. O juiz e o juízo final. *Veja*, São Paulo, n. 18, p. 40-47, 6 maio 2015.

PERERA, Sylvia Brinton. *O Complexo de Bode Expiatório*. São Paulo: Cultrix, 1986.

PODER 360. Advogado Fabio Carvalho fecha acordo para adquirir o Grupo Abril. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/empresario-fabio-carvalho-fecha-acordo-para-adquirir-o-grupo-abril/>. Acesso em: abr. 2021.

POZOBON, Rejane de Oliveira; DAVID, Carolina Siqueira. Jornalismo de revista: a autorreferencialidade no discurso de Veja sobre a prisão de Lula. *Revista Interin*, v. 24, n. 2, jul./dez. 2019.

_____; MÜLLER, Kauane Andressa. Operação Lava Jato: estratégias discursivas acionadas pelos campos jurídico e jornalísticos. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, v. 8, n. 23, p. 108-121, 2018.

PRADO JR., Tarcis. Livrai-nos do mal: a tecnologia do imaginário na construção do herói Moro pela mídia. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti.

PRADO, Gustavo dos Santos. “A personificação do herói”: as representações de Sergio Moro nas capas das revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época*. *19º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*. Cascavel, 31 maio a 2 jun. 2018.

PRADO, José Luiz Aidar. Experiência e receituário performativo na mídia impressa. *Revista Intertexto*, Porto Alegre, UFRGS, v. 1, n. 20, p. 34-47, jan./jun. 2009.

PRASS, Marco Aurélio; FAUSTO NETO, Antonio. ‘Pensamento Comunicacional’ da Lava Jato: Fragmentos de Leitura do Juiz Sérgio Moro. *Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba, 4 a 9 set. 2017.

PWC. Futuro Impresso Digital. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/outlook-17/futuro-impresso-digital.html>. Acesso em: jan. 2021b.

_____. Segment Findings. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/industries/tmt/media/outlook/segment-findings.html>. Acesso em: jan. 2021a.

RAMOS, Denise G. Corruption: Symptom of a Cultural Complex in Brazil? In: SINGER, Thoma; KIMBLES, Samuel L. *The Cultural Complex: Contemporary Jungian Perspectives on Psyche and Society*. New York: Brunner-Routledge, 2004.

RAYEL, Mara Lafourcade. *A potência dos afetos diante das urgências tecnocomunicacionais do capitalismo e a invenção de outros possíveis*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

RIBEIRO, Bruno Salles Pereira. Delineamento sobre a aferição da quebra da imparcialidade do juiz a partir do exame de comportamentos do magistrado responsável pela Operação Lava Jato. In: STRECK, Lenio; CARVALHO, Marco Aurélio de (orgs.). *O livro das suspeições*. São Paulo: Grupo Prerrogativas, 2020; E-book.

RIBEIRO, Haroldo V. et al. The dynamical structure of political corruption networks. IN: J. *Complex Networks*, n. 6, p. 989-1003, 2018.

RIBEIRO, Isolda Lins. Patrimonialismo e personalismo: a gênese das práticas de corrupção no Brasil. *Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI*, 2010.

RODAS, Sérgio. Moro reconhece erro em grampo de Dilma e Lula, mas mantém divulgação. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 17 mar. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-mar-17/moro-reconhece-erro-grampo-dilma-lula-nao-recua>. Acesso em: jul. 2020.

_____; CALEGARI, Luiza. Com mudança de voto de Cármen, 2ª Turma do STF decide pela suspeição de Moro. *Consultor Jurídico*. São Paulo, 23 mar. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mar-23/mudanca-voto-carmen-turma-stf-declara-moro-suspeito>. Acesso em: abr. 2021.

ROSA, João; MOREIRA, Talita. Grupo abril pede recuperação judicial. *Valor Econômico*. São Paulo, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5738621/grupo-abril-pede-recuperacao-judicial>. Acesso em: jan. 2021.

ROSE-ACKERMAN, Susan; PALIFKA, Bonnie J. *Corruption and Government: Causes, Consequences and Reform*. Cambridge: Cambridge Press, 2016. E-book.

RODRIGUES, Fabiana Alves. Operação Lava Jato: aprendizado institucional e ação estratégica na Justiça Criminal. Dissertação de Mestrado apresentada perante o Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

SANTOS, Rafa. Ida de Sérgio Moro para consultoria que atende Odebrecht foi destaque. *Consultor Jurídico*. São Paulo, 5 dez. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-dez-05/ida-moro-consultoria-atende-odebrecht-foi-destaque>. Acesso em: jan. 2021.

SCALZO, Marília. *O Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

SEMER, Marcelo. A justiça hoje em quatro paradoxos. *Revista Cult*, 30 jul. 2018. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/a-justica-hoje-em-quatro-paradoxos/?fbclid=IwAR04rm0HEojNdjla_IhYUCjNYs7fKkzpWT10LOVGLWCnEeyZRQDnmGwm2k. Acesso em: fev. 2021.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto; BONFIM, Anderson Medeiro. Lava Jato e princípio da imparcialidade. In: STRECK, Lenio; CARVALHO, Marco Aurélio de (orgs.). *O livro das suspeições*. São Paulo: Grupo Prerrogativas, 2020. E-book.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. *A Economia Política da Corrupção no Brasil: o “escândalo do orçamento”*. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13335/Rel03-95.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: mar. 2021.

SILVA, Terezinha. A pesquisa sobre escândalo político: panorama de 10 anos. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 15, n. 3, p. 160-169, set./dez. 2013.

_____; SIMÕES, Paula Guimarães. De juiz popstar a superministro: a imagem pública de Sérgio Moro no contexto brasileiro. *Anais do 38º Encontro Anual da Compós*, Porto Alegre, 11 a 14 jul. 2019.

SINGER, Thomas; KIMBLES, Samuel L. *The Cultural Complex*. New York: Brunner-Routledge, 2004.

SOCHODOLAK, Hélio. O olhar trágico: regiões, violência e cotidiano. *Revista História Unisinos*, v. 20, n. 2, p. 226-234, maio/ago. 2016.

SOLANO, Nascimento. *Jornalismo sobre Investigações: Relações entre o Ministério Público e a imprensa*. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

STRECK, Lenio Luiz. O que fazer quando todos sabemos que sabemos que Moro e o MPF foram parciais? In: STRECK, Lenio; CARVALHO, Marco Aurélio de (orgs.). *O livro das suspeições*. São Paulo: Grupo Prerrogativas, 2020. E-book.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão; BERGER, Christa; VAZ, Paulo Bernardo. Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista Veja. *Revista Pauta Geral- Estudos em Jornalismo*, Ponta Grossa, v. 3, n.2, p. 20-44, jul./dez. 2016.

TEIXEIRA, Matheus; ROCHA, Marcello. Fachin anula condenações de Lula, e petista fica apto a disputar eleição de 2020. *Folha de S.Paulo*, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/fachin-anula-condenacoes-do-ex-presidente-lula-na-lava-jato-em-curitiba.shtml>. Acesso em: mar.2021.

THE INTERCEPT BRASIL. Linha do Tempo Vaza Jato. 2020. Disponível em <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acesso em: jan. 2021.

THOMPSON, John B. *A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002b.

_____. *O escândalo político*. Petropolis: Vozes, 2002.

_____. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002a.

TORON, Alberto Zacharias. Bastardo inglório ou meramente suspeito? In: STRECK, Lenio; CARVALHO, Marco Aurélio de (orgs.). *O livro das suspeições*. São Paulo: Grupo Prerrogativas, 2020. E-book.

TV GGN. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AjitiOPUztQ>. Acesso em: jan. 2021.

VALENTE, Fernanda. OAS pagou delatores para “ajustar” depoimentos, diz ex-executivo. *Consultor Jurídico*. 1 mar. 2019. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-mar-01/oas-pagou-delatores-ajustar-depoimentos-ex-executivo?fbclid=IwAR2EcqyrIFI9C-b5cEvJmyGu91EG9EV6R9su6qcOF9-j8vz2ct5CYa8_-Kc. Acesso em: mar. 2021.

VAZ, Paulo; VELASCO, Fernando. Corrupção: problema e questão. In: *Revista Compolítica*, 2017, vol. 7 (2), p. 63-86.

VEJA. Balança o tripé de Moro. São Paulo, n. 18, p. 52-55, 6 maio 2015.

_____. Carta ao Leitor: Sobre princípios e valores. São Paulo, 12 jul. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/carta-ao-leitor-sobre-principios-e-valores/>. Acesso em: jan. 2021.

_____. Consultoria na Papuda. São Paulo, n. 26, p. 46-47, 1 jul. 2015.

VIANA, Natália; NEVES, Rafael. O FBI e a Lava Jato. *Agência Pública*, São Paulo, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/07/o-fbi-e-a-lava-jato/>. Acesso em: jan. 2021.

WEBER, Max. *Economy and Society*. Berkeley/Londres: University of California Press, 1978.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; ZEN, Maurício Habckost Dalla. Colaboração premiada e seletividade do sistema penal: problematizações acerca da utilização de acordos na Operação Lava Jato. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 313-336, 2020.

YAHYA, Hanna. Negócios de mídia: 2018 foi o ano de fechamento de jornais e revistas. *Poder 360*, Brasília, 31 dez. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/negocios-de-midia-2018-foi-o-ano-de-fechamento-de-jornais-e-revistas/>. Acesso em: jan. 2021.

_____. Revistas sofrem grande queda de circulação impressa e digital em 2020. *Poder 360*, Brasília, 14 mar. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/revistas-em-2020-circulacao-impressa-e-digital-despencam/>. Acesso em: mar. 2021.